

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

GABRIELLA VASCO DE BARROS

**O "FLAGELO DA FOME": ANÁLISE DA COBERTURA SOBRE A FOME E
INSEGURANÇA ALIMENTAR REALIZADA POR PORTAIS JORNALÍSTICOS
BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2019 A 2022**

**PONTA GROSSA
2024**

GABRIELLA VASCO DE BARROS

**O "FLAGELO DA FOME": ANÁLISE DA COBERTURA SOBRE A FOME E
INSEGURANÇA ALIMENTAR REALIZADA POR PORTAIS JORNALÍSTICOS
BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2019 A 2022**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestra em
Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linha de pesquisa:
Processos Jornalísticos e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Graziela Soares Bianchi

**PONTA GROSSA
2024**

B277 Barros, Gabriella Vasco de
O "flagelo da fome": análise da cobertura sobre a fome e insegurança alimentar realizada por portais jornalísticos brasileiros no período de 2019 a 2022 / Gabriella Vasco de Barros. Ponta Grossa, 2024.
190 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Graziela Soares Bianchi.

1. Portais jornalísticos. 2. Interseccionalidade. 3. Insegurança alimentar. 4. Alimentação. 5. Desigualdade social. I. Bianchi, Graziela Soares. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 070.4

GABRIELLA VASCO DE BARROS

**O "FLAGELO DA FOME": ANÁLISE DA COBERTURA SOBRE A FOME E
INSEGURANÇA ALIMENTAR REALIZADA POR PORTAIS JORNALÍSTICOS
BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2019 A 2022**

Dissertação apresentada para obtenção de título de mestre na Universidade Estadual
de Ponta Grossa. Área de concentração: Processos de Produção Jornalística.

Ponta Grossa, 10 de dezembro de 2024.

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 **GRAZIELA SOARES BIANCHI**
Data: 10/12/2024 10:34:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora: Profa. Graziela Soares
Bianchi Doutora em Ciências da
Comunicação (Unisinos)
Universidade Estadual de Ponta Grossa
(UEPG)

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE SIMÃO PONTES**
Data: 11/12/2024 11:14:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Felipe Simão Pontes
Doutor em Sociologia
Política
Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC)
Universidade Estadual de Ponta Grossa
(UEPG)

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE MOURA DE OLIVEIRA**
Data: 10/12/2024 19:10:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Felipe Moura de Oliveira
Doutor em Ciências da Comunicação
(Unisinos)
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul (UFRGS)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM JORNALISMO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, **GABRIELLA VASCO DE BARROS** responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado **“O "FLAGELO DA FOME": ANÁLISE DA COBERTURA SOBRE A FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR REALIZADA POR PORTAIS JORNALÍSTICOS**

BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2019 A 2022”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha exclusiva autoria estão citados entre aspas, com a devida indicação da fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcritos literalmente), ou somente indicados autor e data (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 10 de dezembro de
2024.

Documento assinado digitalmente
 **GABRIELLA VASCO DE BARROS**
Data: 10/12/2024 11:18:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gabriella Vasco de Barros
R.A 3100122006018

*A fome está em toda parte, mas a gente come levando a vida na arte.
Todos choram, mas só há alegria.
Me perguntam “O que é que eu faço?” E eu respondo: "Milagres, milagres"*

(Milagres - Barão Vermelho)

AGRADECIMENTOS

Hoje finalizo mais um ciclo em minha vida, um ciclo especial que começou em 2022, e posso dizer com orgulho que finalmente o concluí. Antes de agradecer às pessoas que estiveram comigo nessa caminhada, gostaria de agradecer à pessoa mais especial de todas: eu mesma.

Agradeço à Gabriella de dois anos atrás, que decidiu iniciar essa trajetória. O processo não foi fácil, mas me orgulho de ter confiado no que estava fazendo, de receber bem as críticas e os elogios, e de ser resiliente durante todo o caminho.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Graziela Bianchi, por todos os momentos de orientação, ajuda e paciência. Obrigada por todos os ensinamentos ao longo desses anos.

Aos meus pais, Marilei e Márcio, meu muito obrigada por todo o apoio, incentivo e por fornecerem as bases necessárias para a minha dedicação.

Sou grata também às minhas amigas, Letícia, Nadine e Carina, que sempre se prontificaram a me ouvir desabafar sobre a pesquisa e pelas boas risadas.

Ao professor Ivan Bomfim, agradeço pela amizade, apoio e pelas conversas agradáveis que tivemos. À professora Karina Janz Woitowicz, sou grata pelos ensinamentos durante o estágio docência, as aulas e reuniões.

Às amizades construídas ao longo do mestrado, especialmente ao Paulo, pelas conversas e companhia nas sextas-feiras.

Agradeço também ao Matheus, por todo o apoio e ajuda. Você com certeza fez parte dessa trajetória.

Por fim, agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa e ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.

RESUMO

Esta pesquisa compreende e problematiza a cobertura jornalística sobre insegurança alimentar e fome nas notícias online publicadas por portais jornalísticos brasileiros no período de 2019 a 2022. Foram analisadas 31 matérias selecionadas a partir de critérios como gênero, raça, classe social, produção própria e elementos do jornalismo online, organizadas em quatro blocos temáticos: estrutura da notícia, fontes e credibilidade, imagens e multimídia, e interseccionalidade. Cada bloco apresentou uma série de perguntas que seriam respondidas e examinadas como resultado do processo de análise do material jornalístico. A análise conectou-se aos objetivos da pesquisa, investigando como a cobertura jornalística foi materializada, considerando recursos como textos, fotos, vídeos e gráficos, para uma compreensão mais ampla da representação do tema. Entre os objetivos específicos, destacam-se: analisar a configuração dos textos, a utilização de imagens e a natureza das fontes de informação, buscando compreender a pluralidade, ou falta dela, nas representações realizadas nas matérias analisadas. Nos resultados encontrados, constatou-se que a cobertura realizada nas 31 matérias foi pouco explorada pelos jornalistas, mantendo a notícia circunscrita a relatórios e dados de pesquisa. É observado também que a maioria das fontes são especialistas. Por outro lado, observa-se que diferentes possibilidades de formatos também foram sendo utilizadas no decorrer dos quatro anos estudados. Em 2022, por exemplo, é possível observar a utilização de podcasts e vídeos que compõem as informações das matérias. Na realização do processo de pesquisa foram propostos capítulos a respeito de direitos humanos, interseccionalidade, um capítulo sobre contextualização da notícia e reportagem, bem como sua ligação com o jornalismo online, e ainda a explicitação da metodologia desenvolvida e dos elementos analisados nas matérias.

Palavras-chave: Portais jornalísticos; Interseccionalidade; Insegurança alimentar; Alimentação; Desigualdade social.

ABSTRACT

This research understands and problematizes the journalistic coverage of food insecurity and hunger in online news published by Brazilian news portals from 2019 to 2022. Thirty-one articles were analyzed based on criteria such as gender, race, social class, own production and elements of online journalism, organized into four thematic blocks: news structure, sources and credibility, images and multimedia, and intersectionality. Each block presented a series of questions that would be answered and examined as a result of the process of analyzing the journalistic material. The analysis was connected to the research objectives, investigating how the journalistic coverage was materialized, considering resources such as texts, photos, videos and graphics, for a broader understanding of the representation of the theme. Among the specific objectives, the following stand out: analyzing the configuration of the texts, the use of images and the nature of the sources of information, seeking to understand the plurality, or lack thereof, in the representations made in the analyzed articles. The results found that the coverage provided in the 31 articles was little explored by journalists, keeping the news limited to reports and research data. It was also observed that most of the sources were specialists. On the other hand, it was observed that different possibilities of formats were also used over the four years studied. In 2022, for example, it was possible to observe the use of podcasts and videos that make up the information in the articles. During the research process, chapters were proposed on human rights, intersectionality, a chapter on the contextualization of news and reporting, as well as its connection with online journalism, and also the explanation of the methodology developed and the elements analyzed in the articles.

Keywords: Journalistic portals; Intersectionality; Food insecurity; Food; Social inequality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS.....	20
2.1 Os direitos humanos.....	20
2.2 Jornalismo e direitos humanos.....	26
3 JORNALISMO E INTERSECCIONALIDADE.....	38
3.1 Interseccionalidade no contexto brasileiro.....	43
3.2 Jornalismo, gênero e interseccionalidade.....	52
4 NOTÍCIA E REPORTAGEM: REVISÃO DE LITERATURA E RELAÇÕES COM O JORNALISMO ONLINE.....	60
4.1 O percurso da reportagem e conceituações possíveis.....	77
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	94
5.1 Percurso metodológico.....	98
6 ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL.....	108
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS.....	150
APÊNDICE A.....	162
APÊNDICE B - TABELA INICIAL: PRIMEIRA SELEÇÃO.....	163
APÊNDICE C - TABELA DA ORIGEM DOS DADOS PRESENTES NAS NOTÍCIAS.....	174
APÊNDICE D - TABELA DE NOTÍCIAS ANALISADAS.....	186

1 INTRODUÇÃO

A fome é um grande problema social no Brasil e no mundo. Em diferentes bibliografias é possível encontrar referências que mostram a devastação da fome em diversos locais do globo, como mostrou Amartya Sen em seu texto, *“Poverty and Famines An Essay on Entitlement and Deprivation”*¹, de 1981. A fome assolou regiões como a China, entre 1333 e 1337, quando em torno de quatro milhões de pessoas morreram de fome, em uma única região. A Índia também teve uma devastação em 1770, estimando dez milhões de mortos, e na Irlanda em 1845 a 1851, chamada de *“Potato Famine”* ou *“Great Irish Famine”*, “que matou um quinto da população irlandesa total e levou à emigração de um número comparável”² (Sen, 1981, tradução própria).

No Brasil, também foi possível documentar uma seca avassaladora que atingiu o Nordeste no século XIX, dizimando metade da população, entre 1877 e 1879, tendo seu epicentro no Ceará (Leme, 2021). A seca afetou diferentes classes sociais, mas principalmente a população migrante “esta chegava à capital extenuada, com o organismo enfraquecido pela fome e pelos grandes deslocamentos, acabando por sucumbir mais facilmente às doenças” (Costa, 2004, p.15). Em 1909, o barão de Studart³ questionou as condições de higiene do estado, bem como a capacidade dos migrantes perante as doenças contagiosas, “Que resistência poderiam oferecer as enfermidades, organismos extenuados pela fome e sede, e por todas as dores moraes?” (Costa, 2004, p.15).

Na seca de 1932, para conter as pessoas que estavam fugindo da fome da seca, o governo de Getúlio Vargas criou sete campos de concentração para reter as pessoas, estando ali não podiam sair e deveriam cumprir regras impostas pelos dirigentes. No município de Crato, no estado do Ceará, foram abrigadas em torno de 60 mil pessoas, sendo este o maior dos campos. Além de isolados, os retirantes eram utilizados como mão de obra escrava em obras públicas⁴ (Leme, 2021).

Devido a esse panorama e à volta do Brasil para o Mapa da Fome⁵, acredita-se ser necessário este trabalho para analisar as coberturas que estão sendo realizadas a respeito dessa temática. É preciso entender que o jornalismo também tem responsabilidade ao falar de

¹ Poverty and Famines An Essay on Entitlement and Deprivation (Sen, 1981).

² “one-fifth of the total Irish population and led to the emigration of a comparable number” (Sen, 1981, p. 47).

³ Guilherme Studart, barão de Studart, foi um médico, historiador e vice-cônsul do Reino Unido no Ceará.

⁴ A trágica história dos "campos de concentração" do Ceará.

⁵ O Mapa da Fome é uma ferramenta que fornece informações sobre a quantidade de pessoas que enfrentam a fome e a insegurança alimentar em todo o mundo. Ele identifica os países nos quais as populações têm dificuldade em obter alimentos em quantidade suficiente ou adequada para uma vida saudável. Esse mapa é divulgado anualmente pela FAO, que aborda a problemática da fome e da insegurança alimentar em âmbito global, segmentando os dados por regiões e países.

fome/insegurança alimentar, ou seja, trazer no noticiário o tema de forma aprofundada, com embasamento em pesquisas a respeito, mas também fontes que relatam como é tal realidade, cobrindo o assunto de forma relevante e buscando propostas coerentes de abordagem, não só se baseando em datas específicas de eventos ou em divulgação de dados científicos a respeito. O ideal seria o equilíbrio entre a divulgação científica e uma abordagem humanizada nas notícias diárias.

Para reforçar esse posicionamento, partimos da pergunta-problema elaborada pela pesquisa: "Como o jornalismo cobriu a insegurança alimentar e quais abordagens foram identificadas, considerando as questões interseccionais, no período de 2019 a 2022?". Nesse sentido, foram estabelecidos os seguintes objetivos para o trabalho:

Objetivo geral: Identificar como a problemática da fome, no período de 2019 a 2022, foi abordada por portais jornalísticos brasileiros, analisando quais foram os elementos utilizados nas notícias para representar a condição de insegurança alimentar e sua relação com as questões interseccionais.

1. Analisar como se configuram os textos produzidos nas notícias e como as informações por eles trazidas foram apresentadas;
2. Identificar a utilização de imagens nas notícias selecionadas observando qual a sua natureza e origem;
3. Indicar as fontes presentes nas notícias buscando compreender a diversidade/pluralidade, existente ou não, e como se deram tais representações.

Assim, a investigação proposta tem como problemática relacionada o interesse na análise da cobertura jornalística sobre insegurança alimentar/fome, voltando-se para compreensão dos aspectos jornalísticos possíveis de se identificar, observando a composição, organização e disposição do texto, dos recursos multimídia e do tratamento das fontes, bem como, de outros elementos jornalísticos identificáveis.

Ao observar os problemas que o país enfrenta no combate à fome, é pensado como o jornalismo pode contribuir de forma mais digna e humanitária ao realizar notícias que envolvam a temática da fome e insegurança alimentar. Como recorte específico, o trabalho se justifica pela relevância, atualidade e pela importância de se propor uma análise que compreenda como os jornais digitais brasileiros produziram notícias no período de quatro anos, 2019-2022, a respeito desse tema.

Kotscho (2000) aborda que o jornalista se tornou uma figura mais passiva nas redações, apontando uma comodidade, “mero cumpridor de ordens cada vez mais detalhadas

distribuídas pelas chefias” (Kotscho, 2000, p.7). Para o autor, a melhor forma de produzir um material jornalístico é filtrar bons assuntos, cultivar a relação com as fontes, e se manter atento aos eventos do dia. O autor enfatiza sobre a importância do repórter sair “na rua” para produzir a notícia, um fator que não acontece com frequência nos dias atuais, principalmente em notícias sobre pobreza ou insegurança alimentar, em que as fontes priorizadas são base de dados e as fotos são disponibilizadas por banco de imagens. Mas como aborda o autor, cada história é única e deve ser tratada dessa maneira, por isso, a importância das fontes testemunhais e abordagem humanizada porque compõem de forma aprofundada a temática da fome e trazem novas perspectivas (Kotscho, 2000).

De acordo com Biroli, Miguel e Duailibe (2013), é fácil para a imprensa ignorar a população mais pobre “ou, por outro lado, construí-la como ameaça, numa outra vertente dessa visão do pobre como um “outro” marcadamente distinto da perspectiva a partir da qual o mundo é representado” (Biroli; Miguel; Duailibe, 2013 p.7). Para os autores, existe uma glamourização da vida dos mais privilegiados, enquanto a pobreza é criminalizada e tem uma compreensão mais restrita. A pobreza aparece mais no noticiário quando se aborda o cotidiano de grandes centros, criminalidade, e serviços, mas a pobreza se torna notícia quando envolve eventos políticos, eleitorais, políticas de transferência ou em momentos de divulgação de pesquisas que trazem dados sobre renda e ocupação no Brasil (Biroli; Miguel; Duailibe, 2013).

Moraes (2022) enfatiza sobre a importância da construção do material jornalístico e como é necessário pensar seus conceitos, abordagens e as perguntas que “fazemos sobre as questões que nos interpelam socialmente, ou seja, em como se constitui essa pele da notícia produzida. Ela nasce em (e é constituída por) uma base racializada, generificada, hierarquizada” (Moraes, 2022, p.10). O jornalista tem como intenção produzir uma notícia porque considera que algo está acontecendo e é importante ser noticiado, é importante pensar no olhar que será direcionado para o acontecimento já que será compartilhado de forma ampla. Moraes (2022), reforça que tema e pauta são coisas distintas, enquanto o tema são as questões como fome, racismo, pobreza, a pauta pode abordar essas temáticas “guarda-chuva” de maneiras diversas, com diferentes enquadramentos, por isso, a necessidade de se produzir pautas de forma reflexiva, “aspecto fundamental na discussão acerca do jornalismo de subjetividade: a compreensão de que, enquanto agentes sócio-históricos, não produzimos e reproduzimos um saber descorporificado, como sugeria e sugere a perspectiva cientificista-objetivista impregnada no jornalismo” (Moraes, 2022, p.12).

De acordo com Almeida (2008), mesmo com o reconhecimento dos jornalistas de que precisam colocar mais em pauta a questão envolvendo direitos humanos, esse entendimento não se reflete nas notícias. A autora destaca que a falta dessa temática nos noticiários brasileiros se dá pelas seguintes razões: escassez de espaço editorial, inexperiência dos jornalistas, e falta de formação em direitos humanos, “atualmente, a abordagem aos direitos humanos tende a ser responsabilidade de repórteres de diferentes áreas, embora nem sempre esses assuntos sejam tratados claramente como direitos” (Almeida, 2008, p. 20). Isso acarreta em profissionais de diferentes editoriais cobrirem o assunto da insegurança alimentar e nem sempre oferecendo o melhor enquadramento e tratamento adequado para a notícia.

Almeida (2008) destaca sobre a importância das fontes no jornalismo e que elas podem sugerir aos jornalistas outros direcionamentos para as notícias por meio de observações ou relatos que apresentam para o repórter, e assim o jornalista pode realizar novas abordagens para tratar os dados que vão ser utilizados, fugindo de uma “falta de profundidade nas abordagens” (Almeida, 2008, p.22). Ao pensar nesses quesitos trazidos pela autora, observa-se nas notícias publicadas a respeito da insegurança alimentar/fome que existe uma necessidade de se discutir os aspectos que levam a população estar em situação de insegurança alimentar, como forma de investigar os motivos, “A questão é tratada de forma fragmentada pelas reportagens, anunciando um ou outro fator como determinante da fome” (Weiss; Nunes; Marques, 2023, p.12).

Festa (2008) aborda sobre a influência da mídia nas políticas públicas que pode se assemelhar a dos governos. Os portais podem ajudar a desconstruir preconceitos de raça, gênero e classe social por meio de coberturas que discutem as políticas públicas, com isso, os jornalistas podem expressar as diversas frentes dos grupos sociais. Como expõe a autora, existem temas que ainda são considerados tabus e por isso são menos abordados pelos veículos de comunicação, “as desigualdades se perpetuam, como o trabalho não-remunerado das mulheres, as consequências da pobreza para o ser humano das famílias negras e dos povos indígenas no Brasil” (Festa, 2008, p. 10).

Assim como Festa (2008), Carranca (2008) também acredita que o jornalismo pode e deve ter temáticas relacionadas à diversidade, nesse caso a pobreza e insegurança alimentar, nos jornais, e que esses temas podem ser abordados em diferentes editoriais dos veículos. Para noticiar a temática, os jornalistas precisam conhecer a realidade que estão abordando, no caso da insegurança alimentar/fome, as matérias só são publicadas “quando um pesquisador de renome de alguma instituição conhecida resolve divulgar os resultados de um estudo que possa ser “vendido” como inédito pela imprensa” (Mendonça, 2008, p.15).

Para Carranca (2008), é preciso que o jornalista treine o olhar para perceber que “a inserção de um personagem tem o objetivo de “humanizar” os números e ajudar o público a entender os efeitos desta ou daquela política no cotidiano da população” (Carranca, 2008, p.12). O público entende que os dados apresentados sobre a fome têm rosto, nome e que existem outras pessoas na mesma situação, “É como se o jornalismo precisasse ser apenas um exercício mecânico de reprodução de aspas e números” (Mendonça, 2008, p.15).

Josué de Castro, em sua obra *“Geografia da Fome”* (1964), aponta que ao comparar a fome com outras tragédias, como guerras, epidemias e pestes, é possível perceber que a fome é a que menos ganha destaque, porque além de ser menos debatida, existe pouco conhecimento a respeito de suas causas e efeitos, principalmente no conjunto biológico, econômico e social. Na percepção do autor, para haver uma luz na questão da fome foram necessárias duas guerras mundiais⁶, e a revolução russa⁷ “nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercebesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa” (Castro, 1984, p. 21).

Leme (2021) faz uma distinção válida sobre as diferentes formas de fome, trabalhando com três conceitos: hunger, starvation e famine. A definição de “hunger” é entendida como fome biológica e momentânea, uma sensação e resposta do organismo. “Starvation” é quando existe o aumento da condição de fome, tanto no âmbito individual quanto coletivo, sendo um ponto mais crítico. Por fim, “famine” pode ser entendida como a incapacidade de um grupo conseguir se alimentar por não ter acesso a alimentos em quantidade mínima para ter uma vida saudável. Leme (2021) aponta para questão da fome estar ligada com o conceito de crise, que vêm sendo historicamente ligados desde escritos medievais (Silva, 2017, *apud* Leme, 2021), porém o conceito de fome no Brasil, “ou seja, como se dá a dinâmica interna em face dos debates internacionais com um escopo mais amplo de análise, ainda é um trabalho a se fazer” (Leme, 2021, p. 2).

A partir do fim do século XIX, a temática da fome foi incluída em estudos que debatiam sobre pobreza, sendo pouco estudada antes dos anos 1930 e 1940, e pouco explorada como problema estrutural ou coletivo. Após esse período, ela ganha maior relevância devido às teorias raciais eugênicas e da consolidação do campo científico e educacional, que “trouxeram as questões alimentares para a ordem do dia. Se antes éramos

⁶ Primeira Guerra Mundial: 28 de jul. de 1914 – 11 de nov. de 1918; Segunda Guerra Mundial 1 de set. de 1939 – 2 de set. de 1945.

⁷ Revolução Russa: 8 de mar. de 1917 – 16 de jun. de 1923.

atrasados por nossa miscigenação, agora a justificativa estava pautada nos problemas sociais, entre eles, a alimentação” (Leme, 2021, p.4).

A primeira tentativa para debater e propor mudanças a respeito da fome no mundo foi a Conferência de Alimentação de Hot Springs (1943), realizada pelas Nações Unidas, que trouxe as bases para a criação da atual Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO). Naquele momento, em 1943, 44 nações trouxeram depoimentos técnicos a respeito das condições reais de alimentação das pessoas e um possível planejamento para medidas conjuntas. Castro (1984) aponta sobre o problema da fome vir com um sentimento de culpa perante as organizações, que não encontravam soluções satisfatórias para uma necessidade humana fundamental, a alimentação.

Sen (1981) aponta que diferentes regiões do globo se distanciaram das chamadas “explosões de fome”, e surge o fenômeno da fome “regular”, ou seja, que se mantém de forma constante, o autor traz três distinções sobre a questão da fome: “(1) baixo nível de consumo alimentar típico; (2) tendência decrescente do consumo alimentar; e (3) colapso repentino do nível de consumo alimentar” (Sen, 1981, p.48-49), a questão da fome está ligada aos três pontos apresentados, mas está mais voltada para a terceira característica.

Para Castro (1984) a alimentação da população brasileira é imprópria em qualquer região do país, sendo considerada insuficiente. Abramovay (1983) expõe em seu livro “*O que é fome*”, que em 1974, o Brasil era o sexto país em que a população estava gravemente desnutrida, ingerindo menos de 1.600 calorias por dia. Atualmente, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)⁸ indica que a média de calorias consumidas por dia, por uma pessoa com o peso corporal saudável, é de 2.000 calorias⁹. Sendo assim, em 1974, em torno de 13 milhões de brasileiros passavam fome, naquele momento só estavam na frente do Brasil, Índia, Indonésia, Bangladesh, Paquistão e Filipinas (Abramovay, 1983). O Brasil investiu em uma agricultura de exportação, ao invés de uma agricultura de subsistência, que forneceria alimentos suficientes para acabar com a fome dos brasileiros (Castro, 1964).

Abramovay (1983) fala sobre críticas a respeito dos brasileiros não saberem realizar uma refeição de forma saudável, mas a contestação do autor é que não falta conhecimento, ou uma reeducação, mas o que de fato falta é o próprio alimento, além dos meios para conseguir compra-lo ou produzi-lo. Abramovay escreve sobre a explosão demográfica citando o

⁸ A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) trabalha com os países das Américas para melhorar a saúde e a qualidade de vida de suas populações. Fundada em 1902, é a organização internacional de saúde pública mais antiga do mundo. Atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as Américas e é a agência especializada em saúde do sistema interamericano.

⁹Alimentação saudável.

economista Thomas Robert Malthus, “enquanto a produção agrícola desenvolve-se em progressão aritmética (passando de dois a quatro, de quatro a seis, [...] e assim por diante) a população aumentaria em progressão geométrica (passando de dois a quatro, de quatro a oito, de oito a dezesseis, de dezesseis a trinta e dois etc.)” (Abramovay, 1983, p. 36), ou seja, para o economista, a solução para o problema da fome seria conter o crescimento populacional.

O malthusiano teve força até a Segunda Guerra Mundial. Durante esse momento histórico, passou a ser mais utilizado o termo “Segurança Alimentar, que surgiu na Europa durante a Primeira Guerra Mundial com vistas a discutir e diminuir a vulnerabilidade dos países em produzir a própria alimentação diante de conflitos políticos ou militares” (Frutuoso; Viana, 2021, p. 3). Com o entendimento que a insegurança alimentar partia apenas da falta de alimentos, foram organizadas iniciativas para que países mais ricos doassem aquilo que se excedeu de sua produção alimentar. Mas, como aponta Stacciarini (1996), existem alimentos suficientes para todas as pessoas, e é possível observar isso através do desperdício desses alimentos, o autor ainda expressa que existem acusações de que o fenômeno da fome acontece pela “quantidade de filhos (explosão demográfica), a falta de iniciativa dos pobres (preguiça) e os infortúnios do meio natural (seca) são citados, quase sempre, como responsáveis pela existência da fome nos países subdesenvolvidos” (Stacciarini, 1996, p.3).

Essa imposição também atribui culpa às pessoas que não conseguem ter recursos suficientes para suprir sua alimentação, e que a situação vulnerável foi criada pelo próprio indivíduo, “que as precárias condições sociais em que vive é resultado da sua incapacidade de produzir riquezas e ascender na pirâmide social” (Adas, 1991, *apud* Stacciarini, 1996, p.3). Entre as causas da fome no Brasil, Stacciarini (1996) enfatiza o fenômeno da concentração de renda e de terra nas mãos de poucas pessoas: em 2022, o rendimento do 1% da população tinha uma renda per capita mensal de R\$ 17.447, sendo 32,5 vezes maior que os 50% que ganhavam menos, em torno de R\$537, no mesmo ano¹⁰.

O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2013, mas o ex-diretor geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano, falou em 2018 para a revista Radis, sobre a cara da fome no país¹¹.

A cara da fome no Brasil é de uma mulher, de meia idade, com muitas crianças e que vive no meio rural. Em geral, o marido migra e não a leva, resultando em grande parte no abandono da família. Essa mulher, com muitos filhos, já de uma idade mediana e que foi abandonada, tem de ser beneficiária de mecanismo de proteção social — se não, jamais irá deixar tal

¹⁰1% mais rico do Brasil recebe 32,5 vezes o valor dos 50% mais pobres.

¹¹ Edição Radis 186 - março de 2018.

condição, assim como os seus filhos. Essa é a geração que está sendo comprometida pela ausência de políticas sociais. Então, por mais deficiências que possam ter programas de transferência de renda — e que geralmente não têm, pois são facilmente corrigidos —, não se justifica deixar sem um mínimo atendimento as pessoas que não têm condições de ter acesso à alimentação. Apesar disso, uma outra cara da fome brasileira, como revelado na última Pnad [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios], está também na periferia dos centros urbanos, onde se encontra um grande número de famílias sem emprego estável (Radis, 2018, p.24).

Além de traçar o perfil da fome no Brasil, o ex-diretor também comentou sobre a possibilidade, naquele momento, em 2018, do retorno do Brasil ao Mapa da Fome. Em 2022, o país voltou para essa condição, mas naquele ano, Graziano fala sobre os fatores que ajudaram o país a conseguir sair do mapa depois de décadas, por meio da necessidade de uma maior atuação do governo através de programas sociais, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o crédito para o pequeno produtor rural, bancos de sementes e Programa Bolsa Família¹², são considerados pelo ex-diretor como pontos fundamentais para enfrentar a pobreza. “Seriam insuficientes, porém, se não fossem combinadas com medidas macroeconômicas de geração de crescimento inclusivo de empregos formais, de valorização real do salário mínimo, previdência social robusta, aposentadoria rural não contributiva etc” (Radis, 2018, p.23).

Castro (1964) apontou que a alimentação da população brasileira era defasada em todo o território, classificado como insuficiente, incompleto e desarmônico. Com essa realidade que se apresentava no país, em 2003 foi criado o programa Fome Zero¹³, pelo governo federal, no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva¹⁴, que oferecia apoio à agricultura familiar, direito à Previdência Social, direito à complementação de renda, ampliação da merenda escolar e o apoio a programas criados por governos estaduais, municipais e pela sociedade civil organizada.

O programa Fome Zero partia do ponto que o problema da fome no Brasil era a falta de renda da população para adquirir alimentos. Recebeu diversas doações de pessoas físicas e

¹² O Programa Bolsa Família é uma política de transferência de renda do governo federal do Brasil. Criado em 2003, tem como objetivo principal combater a pobreza e a desigualdade social, fornecendo assistência financeira direta às famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

¹³ O Programa Fome Zero foi uma iniciativa do governo brasileiro lançada em 2003, com o objetivo de erradicar a fome e a extrema pobreza no país. O programa procurou promover a segurança alimentar e nutricional, além de implementar ações para garantir o acesso dos brasileiros a alimentos básicos. Entre suas principais estratégias estavam a distribuição de alimentos, a criação de programas de transferência de renda, e a promoção da agricultura familiar.

¹⁴ Luiz Inácio Lula da Silva é o atual presidente do Brasil, seu primeiro mandato foi em 1 de janeiro de 2003 a 1 de janeiro de 2011.

jurídicas, artistas de renome como Lenny Kravitz, Bono Vox e Shakira¹⁵ participaram da campanha. Para Frutuoso e Viana (2021), nomear o programa dessa forma foi uma decisão política. “Ao escolher o termo fome em detrimento de outros termos, como desnutrição ou insegurança alimentar, pode ter acarretado um alcance e uma eficácia diferente de outros programas com a mesma temática” (Frutuoso; Viana, 2021, p.8).

A pandemia de Covid-19¹⁶ também deixou suas marcas na questão da fome. Em 2020, David Beasley, Diretor Executivo do Programa Alimentar Mundial (PMA), expressou sua preocupação sobre uma fome generalizada que teria "proporções bíblicas"¹⁷ em todo o mundo. No Brasil:

O isolamento social limita o acesso à renda e aos alimentos – e ao gás de cozinha – e escancara, entre outras, a insegurança alimentar e nutricional e a fome dos estudantes que, com a interrupção das atividades educacionais, se distanciaram da alimentação ofertada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), abrangentes políticas públicas de combate à fome e garantia da SAN em creches, escolas e universidades; a fome de muitas famílias que, dependentes de trabalho informal e precarizado, não conseguem recursos para a manutenção das necessidades básicas cotidianas, como a alimentação; e a fome da população em situação de rua, apartada de condições dignas de vida (Frutuoso; Viana, 2021, p.10).

Em setembro de 2023, o PMA anunciou um déficit de financiamento, que acarretou no corte de suplementos alimentares em suas operações, colocando mais de 24 milhões de pessoas à beira da fome nos próximos 12 meses. A falta de financiamento e o aumento das necessidades começou com a pandemia e se agravou com a guerra na Ucrânia¹⁸, “cerca de 345

¹⁵ Lenny Kravitz é um cantor, compositor e multi-instrumentista americano conhecido por seu estilo que mistura rock, funk, soul e blues. Ele ganhou diversos prêmios Grammy ao longo de sua carreira e é famoso por hits como "Are You Gonna Go My Way" e "Fly Away".

Bono Vox é o nome artístico de Paul David Hewson, o vocalista da banda irlandesa U2. Ele é conhecido tanto por sua contribuição à música com a banda quanto por seu ativismo em causas sociais e humanitárias. U2 é uma das bandas mais influentes do rock, com sucessos como "With or Without You" e "Where the Streets Have No Name".

Shakira é uma cantora, compositora e dançarina colombiana, famosa por sua mistura de pop latino, rock e música do Oriente Médio. Ela é conhecida por sucessos globais como "Hips Don't Lie" e "Whenever, Wherever", além de seu trabalho filantrópico e impacto cultural.

¹⁶ A Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Identificada pela primeira vez em Wuhan, China, no final de 2019, se espalhou rapidamente pelo mundo, resultando em uma pandemia. Medidas de prevenção, como vacinação, uso de máscaras e distanciamento social, foram amplamente adotadas para controlar a disseminação do vírus. No Brasil, o sistema de saúde enfrentou uma grande pressão devido ao aumento de casos e hospitalizações. Hospitais chegaram a ficar sobrecarregados e houve escassez de insumos e equipamentos, como respiradores. A pandemia causou uma recessão econômica, com muitos negócios fechando ou operando com capacidade reduzida, e o desemprego aumentando. O governo implementou medidas como auxílios emergenciais para apoiar os mais afetados. As escolas foram fechadas, e o ensino remoto se tornou a norma. Isso destacou as desigualdades no acesso à tecnologia e impactou o aprendizado de muitos alunos.

¹⁷ As famines of ‘biblical proportion’ loom, Security Council urged to ‘act fast’.

¹⁸ A guerra na Ucrânia é um conflito militar em curso que começou em 24 de fevereiro de 2022, quando a Rússia lançou uma invasão em grande escala na Ucrânia. Esse conflito é a escalada de tensões que começaram em 2014,

milhões de pessoas no mundo já enfrentam uma insegurança alimentar aguda; isto inclui 40 milhões que sofrem níveis de fome emergenciais e correm o risco de morrer de desnutrição. Esse número dobrou desde 2020”¹⁹ (UN NEWS, 2023).

Após o retorno do Brasil para o Mapa da Fome, em 2022, o governo federal²⁰ criou o plano Brasil Sem Fome²¹, que tem como uma das principais metas tirar o país do Mapa da Fome até 2030. A ideia é realizar 80 ações e programas, com mais de 100 metas estabelecidas pelos 24 ministérios que estão inseridos na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Essas ações foram organizadas em três eixos: Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; Alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo e Mobilização para o combate à Fome.

Por conta desse cenário, é necessário construir uma compreensão e uma análise a partir das produções realizadas pelo jornalismo nos quatro anos que foram pesquisados, para que se possa visualizar questões vulneráveis no que se refere à temática da insegurança alimentar. De acordo com Leme (2021), desde o fim do século XIX já estavam presentes nos jornais narrativas sobre a fome, não ocupando as primeiras páginas, mas dando maior ênfase dependendo do acontecimento, como foi o caso da seca em 1932, que foram notícia nos jornais da época, “as notícias da aflição daquela população foram constantes na imprensa daquele ano. O conteúdo variava entre as mais simples menções à ausência de chuva, passando pelos saques e chegando a descrições precisas do que estava acontecendo nas regiões afetadas” (Leme, 2021, p.6).

O jornal o Correio da Manhã²² publicou notícias a respeito da seca e do canibalismo praticado pelas pessoas. Naquele momento, devido à falta de alimentos e da situação vulnerável em que se encontravam, a ausência de alimentos matava por inanição ou por doenças associadas.

quando a Rússia anexou a Crimeia e começou a apoiar separatistas no leste da Ucrânia, levando a uma guerra regional nas áreas de Donetsk e Lugansk.

A situação atual da guerra na Ucrânia continua complexa. As hostilidades ainda estão em andamento, com confrontos significativos em várias frentes, principalmente nas regiões leste e sul da Ucrânia. A Ucrânia tem realizado contra-ofensivas para recuperar territórios ocupados pela Rússia, enquanto a Rússia continua a manter e reforçar suas posições. A guerra tem causado grandes perdas humanas e materiais, com impacto substancial na vida civil e na infraestrutura.

¹⁹ 24 million more people could face emergency levels of hunger this year: WFP.

²⁰ O Congresso Nacional deu posse dia 1º de janeiro, a Luiz Inácio Lula da Silva, 39º presidente do Brasil.

²¹ Plano Brasil Sem Fome, tem 80 ações e programas, com mais de 100 metas propostas pelos 24 Ministérios que compõem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN.

²² O Correio da Manhã foi um periódico brasileiro, que em sua primeira fase foi publicado no Rio de Janeiro, entre 15 de junho de 1901 a 8 de julho de 1974.

O modelo internacional da personificação da fome passa pela construção simbólica de um indivíduo – especialmente crianças e mulheres – entregue à própria sorte e sem meios para reagir a sua miséria. A fotografia foi um instrumento essencial para a aproximação da temática da fome com o leitor e a criação de uma sensibilidade ao tema por meio desses personagens. Elas mostravam crianças esqueléticas, com a barriga inchada, mulheres, principalmente mães, também muito magras, todos em condições precárias. Essa exposição traz um sentimento de horror e compaixão que é parte da expansão da pertinência da fome como questão. São personagens que dificilmente podem ser responsabilizados pela própria fome, fazendo com que esta ganhe uma dimensão além da responsabilidade individual (Vernon, 2007, *apud* Leme, 2021, p. 7).

O presente trabalho de pesquisa se divide em seis capítulos. O primeiro, voltado para reflexões acerca do jornalismo e direitos humanos, seu entendimento e a importância de um jornalismo mais humanizado. O segundo, por sua vez, se volta para a questão da interseccionalidade, sua origem e a relevância da temática na produção de conteúdo noticioso. O terceiro capítulo faz um panorama sobre os gêneros notícia e reportagem. Em seguida, são apresentados o percurso metodológico, a análise do objeto de pesquisa e por fim, as considerações finais.

A metodologia se concentrou na análise de cobertura e de conteúdo. O corpus foi filtrado através dos critérios de raça, gênero e classe, se a notícia era nacional, produção própria, elementos do jornalismo online e as fontes (dados e testemunhais). Após essa seleção, a análise obteve o número de 31 notícias publicadas em portais jornalísticos que abordam a insegurança alimentar/fome de 2019 a 2022. As 31 matérias foram analisadas a partir dos quatro blocos temáticos elaborados, sendo: Estrutura da Notícia; Fontes e Credibilidade; Imagens e Multimídia; Interseccionalidade. Cada bloco continha um número de perguntas que foram respondidas por meio da análise do material jornalístico.

Por fim, as considerações finais fazem um panorama sobre o percurso da pesquisa e o que é possível apreender com as observações feitas pela análise do objeto. Concluiu com um alerta para o jornalismo e um incentivo a uma prática que siga a ética e produza uma cobertura crítica e comprometida com a sociedade, indo além do registro, oferecendo contexto, explicações e questionamentos, para promover um entendimento mais abrangente e profundo da insegurança alimentar.

2 JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS

2.1 Os Direitos Humanos

O capítulo examina a relação entre jornalismo e direitos humanos, com foco na importância do jornalismo em expor questões de insegurança alimentar e desigualdade social no Brasil. O texto destaca o papel do jornalista em reportar abusos de direitos humanos, dar espaço para a expressão da voz de grupos marginalizados e pressionar o poder público por meio da cobertura de temas como pobreza e segurança alimentar. A ética jornalística brasileira exige que o jornalista promova valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, respeitando a diversidade e focando em questões de interesse público. No entanto, o capítulo também critica práticas insensíveis e superficiais em coberturas jornalísticas, que muitas vezes desumanizam os envolvidos e perpetuam estigmas.

O capítulo traça um histórico dos direitos humanos desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França (1789), passando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948), até a Constituição Federal Brasileira de 1988, que inclui o direito à alimentação e destaca a responsabilidade do Estado na promoção de segurança alimentar. Essas normativas refletem uma luta histórica por dignidade e igualdade, ainda que com desafios e limitações em termos de universalidade, aplicabilidade e equidade.

O jornalismo desempenha um papel essencial na publicização de questões que envolvem os direitos humanos, tendo o poder de reportar violações, dar visibilidade para grupos minoritários e marginalizados, além de conscientizar sobre pobreza, desigualdade, abusos de poder, e em especial, nesta pesquisa, retratar e problematizar a presença da insegurança alimentar no cotidiano brasileiro.

Os jornalistas também podem atuar como defensores dos direitos humanos ao noticiar realidades que são ignoradas e silenciadas. Ao falar sobre jornalismo e direitos humanos é proposta uma crítica em relação aos veículos de comunicação que têm produzido coberturas insensíveis a respeito da insegurança alimentar. A discussão sobre essa temática é fundamental para que os profissionais reconheçam sua importância e relevância não apenas no âmbito privado, mas que esteja presente nas matérias produzidas.

Em 1789, em decorrência do movimento revolucionário popular na França, foi criada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que se tornou referência para os processos de constitucionalização que se desenvolveram na sequência, abrindo espaço para o reconhecimento de direitos sociais. Em 1919, foi criada a Constituição Alemã, que relaciona

os direitos humanos à democracia social. As constituições estabelecem direitos iguais perante todos, mas antecedendo os Direitos Humanos, o Direito dos Homens e do Cidadão prevalecia, dando garantias somente para os homens. No contexto latino-americano, o documento que ganhou importância na afirmação dos direitos humanos foi a Constituição Mexicana de 1917.

Em 1945, em São Francisco, políticos de grandes potências econômicas, como os Estados Unidos, criaram a Organização das Nações Unidas (ONU), com a intenção de evitar uma terceira guerra mundial e promover a paz entre as nações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, decretada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, só acontece após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto marcado pelo impacto do regime autoritário nazista, incluindo todos os seres “humanos”, prevendo que são naturais, iguais e universais, “já não se tratava de proteger indivíduos sob certas condições ou em situações circunscritas como no passado [...], mas doravante de proteger o ser humano como tal” (Trindade, 2022, p.2).

Para Tosi (2011), a declaração reuniu palavras de ordem que remeteram à Revolução Francesa de 1789: liberdade, igualdade e fraternidade, com isso a declaração reafirma um conjunto de direitos das revoluções burguesas pregando a liberdade, direitos civis e políticos, agora incluindo pessoas que antes não eram integradas a esses direitos, proibindo a escravidão, defendendo o direito das mulheres, crianças, estrangeiros, a declaração ainda abraça direitos socialistas, como o direito a igualdade, econômicos e sociais, e do cristianismo como a solidariedade e os direitos culturais.

Com o surgimento desse novo sujeito de direitos, a partir do século XVIII, foi inserida também a ideia de felicidade como um projeto social, visto que, a população só teve acesso a bens de consumo e também educação, máquinas, produção de alimentos, por meio da revolução industrial, isso configurava que tendo bens e acesso a produção de instrumentos seria possível ter uma melhor condição de vida e que a felicidade poderia ser atingida por todos. Isto provocou uma ideia de igualdade, o modelo liberal do Ocidente, acarretando muitas pessoas à condição de desiguais, “acabou sendo mais fácil aceitar a qualidade natural dos direitos do que a sua igualdade ou universalidade” (Tedeschi; Colling, 2014, p.6).

No século XVIII, pessoas consideradas loucas, escravos, criados, sem propriedade podiam comprar sua independência e se tornaram autônomos, com exceção das mulheres, que eram consideradas dependentes dos pais ou maridos pelo meio jurídico, “Quando se dizia que todos são iguais perante a lei, contestava-se um sistema de valores carregado de privilégios adquiridos pelo nascimento” (Tedeschi; Colling, 2014, p.6), muitas desigualdades

permaneceram, uma delas a desigualdade de sexo, destinando as mulheres ao ambiente doméstico e os homens para o ambiente público.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos garantia os direitos humanos básicos, como o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho, educação, entre outros, permitindo que todos possam ter tais garantias sem discriminação. De acordo com os Direitos Humanos, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Como aponta Piovesan (2008), surgem como direitos naturais universais “desenvolvem-se como direitos positivos particulares (quando cada Constituição incorpora declarações de Direito), para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais” (Piovesan, 2008, p.6).

No Brasil, os direitos humanos ganham força no final da ditadura militar, através da abertura democrática e com o aumento dos movimentos sociais. A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que integra a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), foi criado em 1985, proporcionando que as mulheres ocupem espaços institucionais e participem da elaboração e direcionamento das políticas públicas (Santos; Schreiner, 2019).

A Constituição Federal de 1988, traz no seu artigo 5º, 2º parágrafo, que “ Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (p.18), ou seja, os direitos do povo brasileiro não estão limitados apenas aos direitos presentes na Constituição Federal, mas também aos direitos fundamentais que estão presentes nos tratados internacionais que o Brasil tenha aderido. Os direitos e garantias contemplados na Constituição Federal podem ser inseridos em dois grupos. O primeiro representa os direitos expressamente positivados, são formalizados em tratados e princípios internacionais, o segundo são os implícitos, que não são formalizados, mas a Constituição prevê a garantia deles por serem considerados direitos fundamentais (Politize, 2020).

A Constituição Federal, promulgada em 1988, também aborda a questão da fome e da segurança alimentar através dos direitos sociais e das políticas públicas. O artigo 6º define a alimentação como um direito fundamental e que deve ser promovido pelo Estado, o artigo 23 Vai estabelecer que a segurança alimentar e a promoção da saúde são responsabilidades perante a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. O artigo 227 destaca a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, incluindo a alimentação adequada. Esses artigos fundamentam políticas e

programas voltados para o combate à fome e a promoção da segurança alimentar no Brasil, expressam um compromisso constitucional.

A estrutura da política pública em relação à segurança alimentar perpassa a Constituição Federal que estabelece a alimentação como direito social, também existe a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) que define diretrizes para formular e implementar políticas públicas relacionadas à garantia da alimentação. Existe também programas sociais como o Bolsa Família que oferece transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade, nesse caso, ajudando a melhorar o acesso a alimentos, além dele tem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que compra alimentos de pequenos produtores e redistribui para pessoas em situação de insegurança alimentar.

Vale lembrar que propor uma validade universal dos Direitos Humanos acarreta em colocar a maioria dos seres humanos como nações que fazem parte das crenças do ocidente, sem incluir suas diferenças (Panikkar, 2004). Como expressa Rossana Reis (2011), a criação de um sistema internacional de Direitos Humanos “em particular da Declaração de 1948 não pode ser atribuído exclusivamente a uma ação deliberada dos países mais poderosos do sistema internacional, que dessa forma lograram impor a hegemonia dos valores ocidentais no sistema internacional” (Reis, 2011, p.3), nesse contexto não é possível negar a validade da luta pela humanidade e condições mais dignas de vida, saber disso não tira a importância da Declaração, mas ajuda a entender o contexto e as dificuldades que se encontra na sua implicação prática.

Não podemos analisar os direitos humanos de fora de seus contextos ocidentais. Entretanto, também não devemos esquecer sua enorme capacidade de gerar esperanças na luta contra as injustiças e explorações que sofre grande parte da humanidade. São essas lutas que, na realidade, permitem que tal conceito se “universalize” como base ética e jurídica de toda prática social voltada a criar e garantir instrumentos úteis na hora de poder ascender aos bens materiais e imateriais exigíveis para se viver com dignidade. Desse modo, um conceito que surgiu em um contexto particular (Ocidente) difundiu-se por todo o globo como se fosse o mínimo ético necessário para se lutar pela dignidade (Flores, 2009, p.36-37).

Os Direitos Humanos, tem uma série de complexidades que como aborda Flores (2009), passam por questões culturais, empíricas, jurídicas, políticas, entre outras. Os direitos são concedidos aos seres humanos desde seu nascimento, sem revelar as condições particulares de cada ser, isso é visto como algo generalizado e que se afirma através da

Declaração Universal, que considera que cada pessoa tem os meios necessários para ter a vida ideal, mas nem todos os seres humanos têm agentes facilitadores, e em determinados casos ocupam situações que não dificultam o acesso a bens materiais e imateriais devido sua condição (Flores, 2009).

A complexidade jurídica dos Direitos Humanos, expressa que o sistema de valores hegemônicos colocam a liberdade do mercado acima das políticas públicas, que iriam proporcionar mais igualdade social, econômica e cultural, nesse sentido as normas presentes em constituições e ordenamentos jurídicos não se propõem a oferecer um acesso igualitário aos bens, mas vão em busca de valores que afirmam o sistema econômico, “nem todos “temos” por igual os direitos, ou seja, os instrumentos e meios para levar adiante nossas lutas pelo acesso aos bens necessários para afirmar nossa própria dignidade” (Flores, 2009, p.41).

Para Reis (2011), mesmo reconhecendo os valores ocidentais presentes na Declaração, é equivocado considerar que o documento é uma imposição desses valores para o restante do mundo. De acordo com a autora, essa interpretação surgiu no contexto da Guerra Fria, onde a temática sobre Direitos Humanos foi ligada aos interesses da política externa norte-americana “tanto no plano das relações com os países que compunham o bloco soviético, como também em relação aos países da América Latina, o que contribuiu para que o regime de direitos humanos fosse visto com bastante ceticismo” (Reis, 2011, p.12).

Os obstáculos que mais impedem a implementação de forma plena dos Direitos Humanos são a concentração de poder econômico, político e cultural em de organizações públicas e privadas com sede em países desenvolvidos, que representam uma parcela pequena da população, sendo um quinto que se beneficia do chamado “desenvolvimento”, o segundo obstáculo é a destruição das conquistas sociais, econômicas, políticas e culturais alcançadas, que correm risco devido a tendências políticas e econômicas dirigidas à desregulamentação trabalhista e social, e a situação de pessoas que ao redor do mundo se encontram em situações vulneráveis e que não estão presentes nas agendas públicas dos países enriquecidos (Flores, 2009). Piovesan (2008), elenca seis desafios para que os Direitos Humanos consigam ser implementados, os itens são²³:

1. Consolidar e fortalecer o processo de afirmação da visão integral e indivisível dos direitos humanos, mediante a conjugação dos direitos civis e políticos com os econômicos, sociais e culturais;

²³ (Piovesan, 2008, p.247).

2. Incorporar os enfoques de gênero, raça e etnia na concepção dos direitos humanos, bem como criar políticas específicas para a tutela de grupos socialmente vulneráveis;
3. Otimizar a justiciabilidade e a acionabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais;
4. Incorporar a pauta social de direitos humanos na agenda das instituições financeiras internacionais, das organizações regionais econômicas e do setor privado;
5. Reforçar a responsabilidade do Estado na implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais e do direito à inclusão social, bem como na pobreza como violação de direitos humanos;
6. Fortalecer o estado de direito e a construção da paz nas esferas global/regional/local, mediante uma cultura de direitos humanos;

Assim, entende-se que os tópicos apontados por Piovesan (2008) podem ser um horizonte, um ponto de partida, para o jornalismo cobrar a efetivação dos itens mencionados. Em 2018, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)²⁴ retornou ao Brasil, depois de vinte e três anos, e em 2021 apresentou o relatório Situação dos Direitos Humanos no Brasil²⁵. O relatório teve a intenção de estudar a situação dos direitos humanos no país, focando em temas e grupos que foram afetados pela discriminação e desigualdade.

A comissão realizou um panorama sobre a realidade de pessoas afrodescendentes, comunidades quilombolas, mulheres, povos indígenas, camponeses e trabalhadores rurais, pessoas sem-terra e sem-teto, moradores de favelas e áreas periféricas. Uma constatação da CIDH mostra que pessoas de origem étnico-racial, que são alvo de discriminação, permanecem em um ciclo de pobreza. Elas estão expostas à violência e a organizações criminosas, ou enfrentam condições de trabalho análogas à escravidão.

No trecho ligado à violência e organizações criminosas, engloba a situação de pessoas encarceradas, a superlotação carcerária, e a existência de crianças e adolescentes em centros socioeducativos sem a previsão de liberação. Outro dado apresentado pelo órgão foi que após as eleições de 2018 houve um aumento de ameaças contra a vida e integridade física de jornalistas e comunicadores, crimes e discursos de ódio também aumentaram baseados na orientação sexual, identidade ou expressão de gênero dos brasileiros. O número de mortes

²⁴ Fundada em 1959, criada pela Carta da Organização dos Estados Americanos e desenvolvida pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o órgão de natureza executiva visa a promoção, observância e defesa dos Direitos Humanos.

²⁵ Situação dos Direitos Humanos no Brasil.

também sofreu aumento no país, assim como, ameaças, ataques e assassinatos de defensores de direitos humanos, como foi o caso da morte de Bruno Pereira²⁶.

A condição de gênero continua agravante no Brasil, com um alto nível de desigualdade e discriminação que violam os direitos humanos, o “machismo e a misoginia continuam relegando a mulher a uma posição secundária na economia e nos assuntos públicos, com evidentes diferenças salariais no mercado de trabalho e sub-representação nos parlamentos e demais poderes” (CIDH, 2021, p.187), esse fato reafirma as desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais, sendo um dos principais problemas no país. As mulheres também são as mais afetadas em diferentes grupos sociais, como os indígenas, quilombolas e em situação de rua, devido à responsabilidade pela criação e educação dos filhos, ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos e acesso a cuidados de saúde. Um dos casos mais tocantes de violência, entre vários, trazido no relatório da Comissão foi a laqueadura involuntária de Janaína Aparecida Quirino, uma mulher afrodescendente, em situação de rua, que foi submetida ao procedimento como pena de uma sentença judicial, em Mococa, São Paulo²⁷.

Ainda sobre a questão da mulher, a CIDH afirma um traço característico da sociedade brasileira, que é a violência contra a mulher, aborda sobre os graves “dados de violência sexual, incluindo estupros coletivos; chamando a atenção para o fato de que, tanto em casos de violência doméstica como em casos de violência sexual, a maior parte das vítimas é formada por mulheres afrodescendentes e jovens” (CIDH, 2021, p.192), o órgão chama a atenção para que o país tenha medidas mais efetivas contra tais atos. As mulheres que estão presas, também sofrem escassez em atendimento médico e produtos de higiene, e tratamento inadequado com mulheres trans que em alguns casos compartilham celas com homens.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) reforça a importância das organizações da sociedade civil que ajudaram a avançar em coberturas sobre os direitos humanos no país, “são fundamentais no processo de efetivação dos direitos garantidos no sistema democrático e nos compromissos internacionais em matéria de direitos humanos firmados pelo Brasil” (CIDH, 2021, p.193), para além das ações realizadas pelo governo.

2.2 Jornalismo e Direitos Humanos

Ao pensar no jornalismo, os Direitos Humanos estão presentes nos preceitos jornalísticos através de seu código de ética, que no caso brasileiro é o Código de Ética dos

²⁶ Indigenista brasileiro e servidor de carreira da Fundação Nacional do Índio.

²⁷ “Como um promotor e um juiz do interior de SP esterilizaram uma mulher à força”.

Jornalistas Brasileiros produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Está presente no código a defesa que os jornalistas precisam cumprir os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como, produzir informações de interesse público. Já nos Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo, fica estabelecido o princípio VIII, que o jornalista respeita os valores universais e a diversidade das culturas, que engloba o compromisso dos jornalistas com os direitos humanos, participando de forma ativa em melhorar a democracia. No princípio III, os jornalistas têm a responsabilidade social, em conformidade com a ética. O jornalista que suprime tais responsabilidades sociais acaba não dando voz e inviabilizando grupos marginalizados e em situações vulneráveis.

Pensar o envolvimento e a conexão do jornalismo com os Direitos Humanos por meio dos códigos de ética da profissão, pode ser uma saída possível para pensar a relação e a importância dos direitos para esse profissional, já que fica estabelecido que nenhuma discriminação deve ser aceita. Com a violação constante dos Direitos Humanos, como é o caso da insegurança alimentar, o papel do jornalismo é produzir conteúdo informativo que denuncie atrocidades e atuar como “importante sentinela e protagonista no controle social de Estados para a não violação dos direitos humanos” (Souza; Almeida, 2021, p.2). Na maioria dos casos de violação, é possível perceber que os Direitos Humanos aparecem com maior recorrência na mídia quando o olhar dos portais é voltado para a violação ou a falta de políticas públicas, dando esse enfoque abre margem para a população cobrar o Estado pelos seus direitos (Souza; Almeida, 2021).

O jornalismo, assim como a discussão sobre os direitos humanos, está dentro do processo político. Neste sentido, os jornalistas desempenham um papel fundamental na cobertura e explicação de questões relacionadas aos direitos humanos, contribuindo para informar o público de maneira acessível e compreensível (Ijuim, 2022), mas é necessário ter entendimento sobre o que os direitos humanos significam e trazer para as notícias questões como insegurança alimentar, pobreza e desigualdade sempre perpassam e têm os direitos humanos como seu eixo. O jornalista precisa estar consciente de que o público se apoia nas matérias publicadas para compreender os sistemas políticos e as políticas públicas, o que ressalta a importância do papel do jornalista na cobertura de temas relacionados aos direitos humanos. As coberturas que estão mais presentes no noticiário sobre direitos humanos acabam “centradas na violação de direitos em situações de conflitos. Sobre as questões de direitos humanos que são menos visíveis ou são processos lentos, raramente se informa” (ICHRP, 2002, p.4)

Em 2002, foi lançado o relatório *Journalism, Media and the Challenge of Human Rights Reporting*, realizado por International Council on Human Rights Policy (ICHRP)²⁸, que tinha como proposta discutir as dificuldades encontradas para abordar questões relacionadas aos direitos humanos, e os efeitos das mudanças na formulação de materiais jornalísticos, realizando uma análise sobre como os valores dos jornalistas e editores podem influenciar nas prioridades de seu trabalho profissional. A premissa não é considerar os direitos humanos mais importantes do que outras temáticas/informações ou que a atenção dos jornalistas deva se voltar apenas para eles, mas sim considerar a influência direta em políticas públicas e na atribuição de responsabilidades do poder público quando ocorre a violação dos direitos, “as questões sobre a forma como os jornalistas trabalham e a capacidade dos meios de comunicação social em fornecer informações precisas, fiáveis e oportunas sobre questões de direitos humanos estão no centro deste relatório”²⁹ (ICHRP, 2002, tradução própria).

Para uma implementação dos direitos humanos em matérias jornalísticas, o relatório sugere que os jornalistas precisam repensar a forma como os meios de comunicação entendem a história dos direitos humanos e como os jornais trabalham com um mundo em constante mudança. O relatório propôs uma reflexão a respeito do assunto em 2002, mas ao pensar em 2023, trata-se de um momento propício para que haja uma nova reflexão a respeito do tema, devido às mudanças sociais que foram presenciadas no Brasil e em outros países. Especificamente no Brasil, em 2022, o país voltou para o Mapa da Fome, teve um governo que se considerou negligente perante a pandemia de Covid-19. Além disso, no mesmo mês o país passou por uma crise humanitária ao que se refere a pessoas passando sede e falta de acesso a serviços básicos por conta da seca no Amazonas³⁰ e o grande número de chuvas na região sul³¹ que deixou diversas famílias desalojadas.

Como traz o relatório, o jornalismo sofre constante pressão política, comercial, assim como uma manipulação interna e externa perante as informações, além das disputas presentes nas redações para serem as primeiras a publicar as “notícias de última hora”, a “pressa para publicar e para obter vantagem competitiva nos meios de comunicação modernos infestados de tubarões levou a um jornalismo muito incompetente e insignificante”³² (ICHRP, 2002

²⁸ Fundação sem fins lucrativos que realiza pesquisas aplicadas sobre questões de direitos humanos, foi estabelecido em Genebra em 1998. O ICHRP oferece um fórum para reflexão e investigação sobre a política internacional de direitos humanos.

²⁹ “Questions about how journalists work and the media’s capacity to provide accurate, reliable and timely information human rights issues are at the heart of this report” (ICHRP, 2002, p.16)

³⁰ “Sobe para 633 mil número de pessoas afetadas pela seca severa no Amazonas”.

³¹ “No Paraná, 22 municípios estão em situação de emergência por causa das chuvas”.

³² “The rush to publish and to gain competitive advantage in the shark-infested pools of modern media lead to much incompetent and paltry journalism” (ICHRP, 2002, p.18)

,tradução própria). Os jornalistas se orientam na produção de suas notícias não tanto pelo que absorveram em cursos ou por valores morais, mas sim pelos exemplos do ambiente profissional em que atuam, onde a cultura profissional exerce grande influência sobre o trabalho realizado, como resultado o “jornalismo está frequentemente mais aberto à corrupção e suscetível a influências corporativas e políticas indevidas”³³ (ICHRP, 2002, tradução própria).

Para Ijuim (2022), o jornalismo comete erros ao encarar os acontecimentos como “coisas”, em especial a cobertura de direitos humanos, uma “abordagem totalmente equivocada, carregam estigmas e preconceitos; ainda que bem estruturadas (esteticamente), incorre-se em sérios deslizes éticos, o que desumaniza os protagonistas – seres humanos” (Ijuim, 2022, p.7). Como saída, o autor propõe a identificação e reconhecimento da cidadania, como forma de humanizar o jornalismo, quando tais direitos são desprezados acarretam na perpetuação e naturalização das diferenças. Para Raddatz e Nasi (2017), a cidadania tem uma conexão direta com as funções exercidas pelos jornalistas, a mídia se estabelece como “mediadora e representante do coletivo de receptores”. Sendo assim, a mídia seleciona, filtra e organiza as informações para o público, tendo presente o fato de que ela busca sua legitimidade para representá-lo, ou seja, precisa fazê-lo dentro da ética, porque representa o receptor no ato de buscar e organizar a informação” (Raddatz; Nasi, 2017, p.8).

Com a rápida velocidade de compartilhamento de informações, seria plausível que as coberturas jornalísticas apresentassem maior pluralismo, mas mesmo com os avanços, isso não é garantido, como é possível perceber nas notícias sobre insegurança alimentar, se baseiam em fontes especializadas, com predominância de alguns dados. Como explicam Raddatz e Nasi (2017), os modelos atuais de comunicação não oferecem garantia para que as informações atinjam todas as pessoas de forma ampla, “com um grande número de informações circulando de forma acessível, é importante ter os conhecimentos necessários para fazer a interpretação de todo o contexto e das relações que o envolvem” (Raddatz; Nasi, 2017, p.8). Souza e Almeida (2021) falam que “no exercício de publicizar informações e de democratizá-las, o jornalismo expõe a relação próxima e quase simbiótica com os direitos humanos” (Souza; Almeida, 2021, p.5). O jornalismo tem esse poder de tornar visível assuntos de interesse público, sendo um articulador da esfera pública, com isso, é possível reafirmar a importância da liberdade de expressão e livre circulação da informação, dois

³³ “As a result, journalism is often more open to corruption and susceptible to undue corporate and political influence” (ICHRP, 2002, p.20)

direitos que fazem parte da democracia e a necessidade de um jornalismo voltado para os direitos humanos (Souza; Almeida, 2021).

Ao construir e expor a realidade, o jornalismo exclui ou evidencia diferentes seres humanos presentes na sociedade. Ao propor uma conexão com os direitos humanos, é possível pensar na importância de relatar determinados eventos e o posicionamento tomado pelo jornal. Tais direitos não englobam todos(as) da mesma forma, e o jornalismo, nesse caso, desempenha um papel importante ao expor as negligências que determinados grupos sofrem, ajudando na sustentação dos direitos humanos de forma ampla e estabelecendo dignidade para os sujeitos retratados. Os temas trazidos e abordados pelos jornalistas fazem com que a temática tenha mais visibilidade no debate público, a “narrativa sobre os temas só se completa no receptor, que reconstrói as histórias que lê, junta os fragmentos das notícias publicadas em diferentes dias, na lógica do tempo jornalístico que é diferente do tempo da vida e, assim, constrói também suas significações” (Raddatz; Nasi, 2017, p.11).

Embora os jornalistas tenham expandido a cobertura das questões de direitos humanos para novas áreas, muitas questões de direitos humanos são subnotificadas. Problemas menos visíveis ou processos lentos raramente são abordados. Os direitos humanos ainda são entendidos, em grande parte, como significando direitos políticos e civis, e a importância dos direitos econômicos, sociais e culturais é amplamente ignorada pelos meios de comunicação social na sua cobertura de questões econômicas, incluindo a economia internacional, a pobreza, a desigualdade e a discriminação social e econômica. Quão bem os meios de comunicação social utilizam, explicam e analisam as normas de direitos humanos? Embora não faltem dados sobre violações e questões de direitos humanos, o impacto desta informação sobre o público não é tão grande como seria de esperar³⁴ (ICHRP, 2002, tradução própria).

Na maioria dos casos, as notícias abordam os direitos humanos a partir de outros acontecimentos e de formas esporádicas, embora a temática direitos humanos em si não seja abordada, aparece de forma explícita, em um noticiário muito específico. Raddatz e Nasi (2017) sugerem realizar uma abordagem mais específica e aprofundada tematizando os direitos humanos, qualificando essas matérias no contexto brasileiro, e utilizando as denominações a respeito dos direitos humanos nos títulos, leads e no corpo do texto da

³⁴ “Though journalists have expanded coverage of human rights issues into new areas, many human rights issues are under-reported. Issues that are less visible, or slow processes, are covered rarely. Human rights are still taken largely to mean political and civil rights, and the importance of economic, social and cultural rights is ignored widely by the media in their coverage of economic issues, including the international economy, poverty, inequity and social and economic discrimination. How well do the media use, explain and analyse human rights standards? While data on human rights violations and issues are not lacking, the impact of this information on the public is not as great as might be expected” (ICHRP, 2002, p.24)

notícia. Trazendo assim a temática dos direitos humanos como ponto central, e não apenas coberturas mais rápidas que só envolvem o tema, como forma de aumentar o debate a respeito na sociedade por meio do jornalismo.

Ijuim, Quint, Bueno e Aquino (2023), falam sobre as coberturas rasas, equivocadas e distorcidas a respeito dos direitos humanos, “mesmo nas matérias que se propõem a discutir o problema social, parece ser dedicado pouco esforço no sentido de se aprofundar sobre as causas – distintas, porém ligadas à desigualdade social e à herança escravista” (Ijuim; Quint; Bueno; Aquino, 2023, p.4). Em uma pesquisa realizada por Montipó (2022), em que era questionada a relação do jornalismo com cidadania, direitos humanos e democracia, os jornalistas consideram o jornalismo e sua ligação com as temáticas um instrumento de visibilidade fundamental, como parte do seu papel social de informar, vigiar e fiscalizar o poder público, e promover uma possível transformação social.

Em seu trabalho, Montipó (2022) percebe que os jornalistas se colocam como guardiões dos cidadãos, em uma visão mais funcionalista da profissão, uma preocupação com o compromisso profissional, e a dificuldade com o compromisso ético e social da função, “tomados em distintas frentes, os silenciamentos estão nas empresas jornalísticas como empresas conglomeradas, pouco plurais e transparentes; na censura gerada a partir de relações obscuras entre o jornalismo e os poderes (Montipó, 2022, p.14). Powers (2016) traz o mesmo paradigma, em que os meios de comunicação atuam como “guardiões”, que escolhem quais questões a respeito dos direitos humanos vão entrar na agenda noticiosa, baseada nos critérios já estabelecidos pelo jornalismo.

Os jornalistas também relatam sobre a dificuldade de implementar os direitos humanos, cidadania e democracia no material jornalístico e na sociedade, na visão de Powers (2016) tanto o jornalismo como a democracia têm limitações e imperfeições que não possuem nenhuma solução aparente. Mesmo com tais relatos, os jornalistas acreditam que é preciso ter uma voz ativa na proteção contra a violação dos direitos humanos e que esteja mais presente nas coberturas produzidas.

Outro fato apresentado por Montipó (2022) é que jornalistas mais jovens oferecem mais pautas voltadas para os direitos humanos, os profissionais experientes se mantêm mais focados no sistema democrático, “Jornalistas mulheres e LGBTQIA+, por sua vez, literalmente incorporam matizes feministas e plurais às suas pautas, assim como repórteres negros e que convivem com povos tradicionais, estão mais sensíveis às temáticas relacionadas às violências racistas e ambientais” (Montipó, 2022, p.15). Os dados trazidos pela autora elencam a discussão proposta neste trabalho, visto que, apresentam dados recentes de

profissionais que relatam a dificuldade da implementação concreta dos direitos humanos, na sociedade em si e, especialmente no jornalismo. Além disso, as notícias relacionadas a mulheres, LGBTQIA+, racismo entre outras, ficam restritas a grupos minoritários e não são amplamente trabalhadas pelos jornalistas.

As organizações não governamentais (ONGs) têm destaque quando são abordadas questões relacionadas a temáticas sociais. Ao mesmo tempo que os jornais reduzem sua cobertura sobre os direitos humanos, as ONGs assumem esse papel e passam a fornecer notícias sobre direitos humanos, realizam pesquisas originais, realizam campanhas de conscientização pública, assumindo funções que são atribuídas à profissão de jornalista. É possível observar que os jornalistas acabam não cobrindo acontecimentos sobre os direitos humanos, as ONGs ganham mais força nas coberturas e utilizam recursos e técnicas jornalísticas para produção de seus conteúdos. Em alguns casos, os jornalistas se concentram em produzir coberturas apenas com os dados que algumas organizações oferecem, como é o caso das matérias sobre insegurança alimentar (Powers, 2016).

A ajuda das ONGs e o papel delas é fundamental para a sociedade, entretanto o jornalismo que utiliza informações sem realizar uma apuração mais aprofundada, baseando-se apenas nos dados disponíveis, limita a qualidade da notícia a produção jornalística que se encontra em um estado de acomodação por não precisar investigar o acontecimento. As organizações acabam sendo uma das definidores da cobertura dos direitos humanos, tanto no jornalismo como em outros meios, a “parceria” entre ONGs, a divulgação de dados, e o jornalismo pode fomentar a maior publicização de notícias a respeito dos direitos humanos, visto que, as ONGs têm acesso a lugares remotos, mas os esforços das organizações para chamar atenção dos jornais para questões dos direitos humanos que estão distantes da mídia, em muitos casos são perdidos (Powers, 2016).

Este comentário está relacionado com uma limitação mais geral do paradigma noticioso dos direitos humanos: nomeadamente, a sua tendência para se concentrar em alguns tópicos e locais que se alinham com uma visão estreita dos direitos humanos. Análises sistemáticas de conteúdo conduzidas por Ramos e seus colaboradores (Ramos et al, 2007), por exemplo, concluem que as notícias sobre direitos humanos tendem a ser negativamente associadas à pobreza. Outras análises argumentam que os direitos humanos tendem a concentrar-se principalmente em violações “políticas”, como a tortura e a detenção, ao mesmo tempo que marginalizam os direitos humanos económicos, sociais e culturais. Outros ainda acham que os ciclos de atenção nos meios de comunicação tendem a ser limitados a alguns casos (Thrall et al, 2014). Em conjunto, isto significa que muitos países e questões nunca conseguem captar qualquer nível de atenção noticiosa que corresponda a

medidas objetivas das condições dos direitos humanos (por exemplo, níveis de violência, pobreza, etc.) no seu país³⁵ (Powers, 2016, tradução própria).

Além disso, Powers (2016) aponta que as coberturas noticiosas sobre as questões dos direitos humanos, quando são feitas, acabam simplificando e distorcendo situações complexas, utilizando narrativas exageradas e apelativas, levantando questões sobre a veracidade dos materiais. Essa minimização de violações dos direitos humanos pode levar a governantes considerarem a questão cada vez menos importante.

O espaço que se utiliza para publicizar informações a respeito dos direitos humanos, contém uma mistura de mídia tradicional, sites de nichos e as redes sociais, com isso, a publicação se torna mais diversificada, envolvendo o público de diferentes formas sobre o assunto. Essas opções ajudam a pensar sobre qual a medida mais efetiva para estimular uma mudança social sobre os direitos humanos e como o jornalismo pode se utilizar das diferentes frentes disponíveis para pressionar o poder público.

Para que haja matérias jornalísticas a respeito da temática dos direitos humanos, existe um esforço contínuo em cobrir acontecimentos com esse viés, tendo diferentes acontecimentos um potencial de ser enquadrado pela ótica dos direitos humanos. Powers (2016) aponta que várias questões sociais são discutidas dentro dos direitos humanos, criando um número interminável de assuntos que podem ser enquadrados, mas que não ocorre porque as notícias sobre tais temáticas precisam sempre ser negociadas para entrar na agenda noticiosa, “pois se derem espaço e enquadramentos adequados a essas questões, os meios noticiosos podem contribuir para a tomada de consciência dos problemas e para pressões no âmbito da esfera pública a favor do encaminhamento de soluções pelo Estado” (Soares, 2012, p.22). Ao abordar o tema, os meios de comunicação criam uma conscientização sobre problemas sociais, influenciam a opinião pública e ajudam a criar mobilização para ações em prol das pessoas marginalizadas. Tendo essa atitude, os jornais podem sensibilizar, informar e propor soluções para as demandas sociais retratadas nas notícias.

Para Gentilli (2005), os jornais são uma ferramenta essencial para a disseminação da democracia, funcionando como mediadores e os jornalistas “representantes do leitor,

³⁵ “This comment links up with a more general limitation of the human rights news paradigm: namely, its tendency to focus on a few topics and places that align with a narrow vision of human rights. Systematic content analyses conducted by Ramos and his collaborators (Ramos et al.2007) ,for example, find that human rights news tends to be negatively associated with poverty. Other analyses argue that human rights tends to focus primarily on “political” violations like torture and detention, while sidelining human economic, social, and cultural rights .Still others find that attention cycles in the news mediatend to be limited to a few cases (Thrall et al.2014). Together, this means that many countries and issues fail to ever capture any level of news attention that would match objective measures of human rights conditions (e.g.,levels of violence, poverty,etc.)in their country” (Powers, 2016, p.5).

telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos” (Gentilli, 2005, p.142). Ao exercer esse duplo papel, de mediador e representante, o jornalista tem um novo caráter profissional, que como aborda o autor, se voltaria a uma informação para a cidadania. O jornalismo atende a demanda de informação feita pelo cidadão, e por ser mediador, seu trabalho traz visibilidade para diversas questões, um jornalismo que produza forma de conhecimento “que permita ao cidadão as condições de escolha quando se tratar de direitos políticos [...] que pense a práxis profissional no contexto amplo da ampliação da cidadania, do pluralismo, da liberdade, da democracia” (Gentilli, 2005, p.143).

Ao produzir uma notícia, o acontecimento passa por uma filtragem, seleção e organização do material, ou seja, a informação não chega de forma bruta para o leitor, mas sim manipulada pela jornalista que faz um prejulgamento, “o acesso de cada um à realidade concreta ocorre, fundamentalmente, mediada por meios” (Rubim, 1991, *apud* Gentilli, 2005, p.157).

Um jornal, visto como um instrumento de difusão do trabalho do jornalista produzido conforme este modelo típico-ideal, é, como decorrência, uma instituição social, mesmo que seja uma empresa privada. Porque as sociedades de massas complexas de hoje, apoiadas em sistemas políticos democráticos-representativos, demandam a informação pública manipulada pelos meios de comunicação. E esta demanda, mesmo que sem esta clareza ou formulação explícita, exige como pressuposto que esta informação venha mediada por procedimentos imparciais (Gentilli, 2005, p.145).

Considera-se que a sociedade precisa ter acesso livre a informações para que possam reivindicar seus direitos, com as informações passadas a população pode fazer suas escolhas, nesse quesito os jornais devem sair em defesa da cidadania e de seus direitos (Soares, 2012). O autor, propõe requisitos para que notícias possam defender os direitos da cidadania, sendo: dar relevância para os direitos, reconhecendo as ameaças e combatê-las; chamar atenção das autoridades para que se posicionem e tomem providências; propor outras formas de narrar os fatos, tornando público critérios e padrões legais, técnicos, civilizatórios.

Além disso, é importante pensar em outras formas de publicizar informações, fugir da tendência de focar apenas em cobertura econômica, sem ter uma contrapartida social ou cobrir questões sociais apenas quando existe fatos pontuais, “só em circunstâncias especiais um assunto da esfera da cidadania social assoma o campo do noticiário da grande imprensa [...] de forma limitada, abordam os temas que aflige as maiorias de forma crônica” (Soares, 2012, p.33).

Shaw (2012) observa que mesmo que as notícias sobre direitos humanos sigam critérios e padrões do jornalismo, devido a sua temática, os repórteres precisam ter

sensibilidade ao tratarem assuntos dentro do tema. O autor explica que em diversos casos, os jornalistas reportam mais sobre as violações feitas por apenas um dos lados e esse lado acaba se tornando o “agressor” da narrativa, existindo casos que isso acontece devido o interesse dos veículos, “embora os jornalistas devam ter o cuidado de distinguir entre uma política de violações dos direitos humanos e um acto isolado de abuso dos direitos humanos, devem estar preparados para denunciar quaisquer violações dos direitos humanos por qualquer grupo”³⁶ (HRJ, 2008, *apud* Shaw, 2012, tradução própria).

Como aponta Ijuim (2012), é na concepção do material jornalístico que começa o problema do jornalismo com notícias a respeito dos direitos humanos, porque seu surgimento “já estava imbuída de propósitos, convicções, certezas, crenças com raízes profundas” (Ijuim, 2012, p.9), quando isso ocorre, acontece o que Ijuim chama de “desumanizar”, algo praticado pelo jornalismo quando não trata as notícias de forma ética, sem considerar que cada realidade é única a diferentes indivíduos. Os meios de comunicação e os direitos têm uma ligação em que um não consegue ser realizado sem o outro, o direito à liberdade de expressão é essencial para que a prática do jornalismo possa ser realizada, assim como os meios de comunicação tem o papel de revelar violações, cobrar o poder público e proteger os direitos humanos, “liberdade de imprensa é frequentemente vista como a componente fundamental que mantém em equilíbrio um delicado sistema de relações entre os meios de comunicação social, a sociedade civil e o Estado (Shaw, 2012, p.46).

No noticiário voltado para a questão da fome no Brasil, as matérias são baseadas na divulgação de relatórios e dados feitos por organizações de pesquisa, mas sem utilização de fontes que demonstrem a realidade apresentada, nesse caso, foi observada a ausência da temática de forma mais aprofundada na agenda midiática. Como aponta Franks (2006), as notícias estão sujeitas a uma rotina que envolve a cultura das redações, normas jornalísticas que ajudam a fundamentar os valores notícia e a forma como os acontecimentos são narrados. “dar a notícia” para compreender os fenômenos sociais e compartilhar esta compreensão” (Alves; Sebrin, 2008, p.2), o jornalismo humanizado pode propor novas formas de produção de texto, uma linguagem que dá mais voz e visibilidade para as fontes. É compreensível entender que a rotina produtiva do jornalismo é marcada pela produção de hard news, factualidade e está inserida no mercado, apesar dessa lógica também ser necessária, é apontado que tais fatores afetam a cobertura e oferecem pouco espaço para um jornalismo

³⁶ “although journalists must take care to distinguish between a policy of human rights violations and an isolated act of human rights abuse, they must be prepared to report any human rights violations by any group” (Shaw, 2012, p.45, *apud* HRJ, 2008).

mais aprofundado e complexo, que seria necessário para cobrir fatos relacionados aos direitos humanos.

Fernandes (2002) aponta que o jornalismo tem sofrido transformações e que existe uma preocupação em colocar em prática o chamado jornalismo cívico, que traz uma nova proposta em elaborar materiais jornalísticos, com foco no interesse das pessoas e de grupos que lutam pelos Direitos humanos, um jornalismo que tem como proposta fortalecer a cidadania. Como aponta Assis (2012), não é “o que” os jornais publicam, mas “como” publicam, ou seja, o conteúdo e a forma, que interferem e influenciam a população, com isso o jornalismo propõe um espaço de promoção do desenvolvimento ao noticiar, enaltecer e valorizar discussões presentes na sociedade.

A forma como os jornais abordam a luta por cidadania e direitos humanos nos leva a crer que o espaço público mediático nem antecipa nem retarda a construção de cidadania. O jornalismo está envolvido na dinâmica social, pois ele é uma esfera pública essencialmente interligada às outras esferas da sociedade. A representação jornalística da realidade, mesmo seguindo certos padrões de construção dos acontecimentos, reflete a maneira como os diversos segmentos sociais estão organizados e se relacionam. A rigor, os jornalistas utilizam-se dos conhecimentos existentes na sociedade para interpretar os fenômenos e elaborar suas matérias (Fernandes, 2002, p.10).

Para Fernandes (2002), a cidadania não é uniforme porque existem diferentes realidades, o Estado incorpora diferentes demandas que vêm da sociedade, nesse sentido, o jornalismo contribui para organizar informações sobre as questões que são trazidas pela população, e dão coerência para os acontecimentos e visibilidade para as demandas de grupos minoritários. A preocupação é que, ao realizar uma cobertura jornalística, as questões sociais não tenham apenas mais espaço nos jornais, mas que a abordagem do material publicado apresente maior clareza sobre as informações e seu viés. Ao tratar de determinados fenômenos sociais, o jornal é capaz de produzir ressignificações. “o jornalismo permanece na pauta social, subsidiando conversas, debates, reflexões ou atitudes capazes de transformar significativamente a realidade” (Assis, 2012, p.3).

Com mudanças no cenário social, a atividade jornalística está em constante alteração, atraindo diferentes interlocutores que mobilizam o jornalismo, “encontrar saídas para que cidadãos, de diferentes níveis e classes – mas principalmente os mais carentes de informação –, não deixem de acompanhar o que se passa à sua volta por culpa de uma imprensa desconhecadora de suas urgências” (Assis, 2012, p.16-17). A qualidade do trabalho jornalístico precisa voltar-se em produzir notícias comprometidas e aprimoradas com as questões sociais, priorizando o exercício da cidadania, o trabalho ter como finalidade não

apenas informar, mas informar da melhor maneira, repensar a forma como é produzido e pensar alternativas de como atingir a população que tem menos espaço no noticiário.

Ao discutir os direitos humanos, tornou-se essencial considerar outras questões igualmente relevantes para a execução desse trabalho. Ao abordar os grupos marginalizados e as violações de direitos, surgiu a necessidade de contemplar a interseccionalidade, que atravessa discussões a respeito de distintos estratos sociais.

3 JORNALISMO E INTERSECCIONALIDADE

O jornalismo que compreende e aborda a interseccionalidade é um dos caminhos para promover coberturas mais completas e representativas, ampliando a diversidade de fontes e perspectivas na produção das notícias. Incluir diferentes indivíduos e grupos sociais na cobertura não é apenas uma prática jornalística enriquecedora, mas também um compromisso ético. Ao incorporar a interseccionalidade nas narrativas, o jornalismo melhora a qualidade das notícias e se torna fundamental para representar com justiça e precisão as múltiplas realidades sociais. Essa abordagem contribui para uma sociedade mais inclusiva e igualitária, além de ser uma ferramenta poderosa no combate aos preconceitos e à discriminação.

A interseccionalidade permite uma abordagem mais aprofundada da questão da insegurança alimentar, pois reconhece que esse fenômeno é multifacetado e impacta as pessoas de formas variadas. Ao considerar fatores como gênero, raça e classe social, a interseccionalidade revela como diferentes grupos enfrentam a insegurança alimentar de maneiras únicas, destacando as desigualdades e vulnerabilidades específicas que podem ser abordadas no material jornalístico.

O conceito de interseccionalidade foi fundado a partir dos estudos e pesquisas feministas, com o objetivo de compreender como a junção de diferentes categorias sociais, como gênero, raça, classe social, sexualidade, entre outros, “se encontram inter-relacionadas e estruturam a vida dos sujeitos, produzindo desigualdades e injustiças” (Perpétuo, 2017, p.4). Além disso, existia a insuficiência de conceitos que abrangesse a complexidade da interseccionalidade, é por meio das categorias presentes no termo que percebemos a interdependência de gênero, raça e classe. Pesquisadoras feministas entendem que existe limitações de gênero como categoria analítica e por isso o conceito de interseccionalidade foi abraçado por elas, a interseccionalidade se tornou importante para a contribuição teórica sobre o estudo de mulheres em conjunto com diferentes áreas do conhecimento (Mccall, 2005).

Collins e Bilge (2016) apresentam que nos primeiros anos do século XXI a interseccionalidade passou a ser muito difundida no meio acadêmico, através de militantes e ativistas que passam a utilizar esse termo em diferentes ambientes, especialmente em projetos políticos e intelectuais. As autoras reconhecem a diversidade de significados que caracterizam o entendimento a respeito da interseccionalidade, mas existe um consenso sobre o que se entende a respeito do termo.

As autoras entendem a interseccionalidade como uma forma de pesquisa crítica, e utilizam esse termo como referência para uma “atitude de oposição”, rejeição ou busca para

solucionar problemas que surgem por meio das desigualdades sociais (Kyrillos, 2020). Para Collins e Bilge (2016), a interseccionalidade pode acontecer de forma crítica em diferentes lugares de atuação, mas com atenção especial para as universidades que ajudaram a disseminar a temática através de estudos, pesquisas e demais trabalhos acadêmicos. No livro “Intersectionality”, oferecem maior ênfase na interseccionalidade como prática crítica, “a práxis crítica também constitui característica importante da investigação interseccional- que está atenta à interseção das relações de poder e é vital para resistir à desigualdade social” (Collins; Bilge, 2016, p.53).

Nash (2008), reforça a respeito dos vetores interligados e mútuos como raça, gênero, classe, sexualidade que já permeiam os estudos das feministas negras, mas que não estavam incluídos nos primeiros estudos feministas que eram realizados predominantemente por mulheres brancas, colocado pela autora como forma de crítica das mulheres negras perante a esse feminismo, havendo uma desconexão entre as reivindicações que o feminismo propôs e a falta de atenção diante das diferenças raciais, étnicas, de classe e sexuais. Para Nash (2008), os estudos sobre interseccionalidade têm propósitos teóricos e políticos para o âmbito feminista e antirracista.

Subverte binários de raça/gênero para o serviço de teorizar a identidade de uma maneira mais complexa. A destabilização dos binários de raça/gênero é particularmente importante para permitir análises robustas de sites culturais (ou espetáculos) envolvendo raça e gênero. (...) Como a interseccionalidade está em sintonia com assuntos que “existem dentro das margens sobrepostas do discurso racial e de gênero e nas lacunas entre”, é uma ferramenta especialmente adequada para capturar e teorizar a simultaneidade de raça e gênero como processos sociais.³⁷ (Crenshaw, 1992, *apud* Nash, 2008, p.1).

Na análise de Nash (2008), a interseccionalidade busca demonstrar as variações que a raça tem dentro dos estudos de gênero e as variações que o gênero possui dentro do conceito de raça, um problema que a interseccionalidade se propõe a resolver quando envolve a identidade, expondo as diferenças dentro das categorias ‘mulher’ e ‘pretos’(Crenshaw, 1991, *apud* Nash, 2008). Como aponta a autora esse papel da interseccionalidade se faz importante, já que, ao longo da história houve o desinteresse a respeito dos estudos feministas e

³⁷ Texto original: Intersectionality serves a few theoretical and political purposes for both feminist and anti-racist scholarship. First, it subverts race/gender binaries in the service of theorizing identity in a more complex fashion. The destabilization of race/gender binaries is particularly important to enable robust analyses of cultural sites (or spectacles) that implicate both race and gender. (...) Because intersectionality is attuned to subjects who „exist y within the overlapping margins of race and gender discourse and in the empty spaces between“, it is a tool particularly adept at capturing and theorizing the simultaneity of race and gender as social processes.

antirracistas, e a interseccionalidade tem como uma das propostas trazer mais abrangência para vozes que foram ignoradas.

Os estudos a respeito da interseccionalidade nascem em um âmbito de discussões feministas e pós-coloniais (Cerqueira; Lago; Nonato, 2022), e aumentam na década de 1990 quando entram nos espaços dos movimentos sociais e no meio acadêmico (Collins, 2017), ganhando maior destaque no ambiente acadêmico com Kimberlé Crenshaw, que em 1991 escreveu o artigo intitulado *“Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”*.

Crenshaw (1991), é uma jurista negra norte-americana que estava familiarizada com os movimentos sociais, e o termo “Interseccionalidade” é atribuído a ela, que cunhou o conceito na década de 80 (Lago; Kazan; Thamani, 2018). Para as autoras Collins e Bilge (2016) foi importante a nomeação do termo e reconhecem a relevância das pesquisas desenvolvidas por Crenshaw, e acatam que a interseccionalidade tem uma ligação forte com os movimentos sociais. Kimberlé Crenshaw e o conceito receberam maior atenção a partir dos anos 2000, em especial no exterior (Sifuentes, 2022). A autora usa o conceito de interseccionalidade para expor as várias maneiras que raça e gênero podem se relacionar em múltiplas dimensões.

Collins (2017) aponta que o artigo de Crenshaw (1991) é muito referenciado porque marca o entendimento do termo “interseccionalidade” dentro do feminismo negro, tornando esse conhecimento cada vez mais acadêmico, não apontando apenas suas origens, mas um marcador que mostra os limites estruturais e simbólicos da interseccionalidade. Para Collins (2017) o artigo “mostra o que persistiu, o que ficou silenciado, o que desapareceu” (p.3). A interseccionalidade é apontada por Lago, Kazan e Thamani (2018), como “a interdependência das identidades e relações de poder, é uma condição na nossa constituição como seres humanos” (p.6), tal conceituação é baseada nos estudos de Kimberlé Crenshaw.

Mas, afinal, quais são as definições apontadas para o termo “Interseccionalidade”, como foi citado, o conceito se torna mais popular com os estudos de Kimberlé Crenshaw, mas tal autora define e apresenta o conceito em outros ambientes, já que a temática sobre interseccionalidade já existia antes mesmo de ter uma nomenclatura adequada. Um dos primeiros relatos debatidos que trouxe essa abordagem foi o discurso de Sojourner Truth, em 1851, denominado “Não sou eu uma mulher?” (Lago; Kazan; Thamani, 2018).

Truth era uma mulher negra que fez seu discurso em uma convenção de direitos das mulheres em Akron, Ohio. De acordo com um relato publicado no portal Geledés, Sojourner fez seu discurso após “ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos

direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora” (GELEDÉS, 2014). Segue trecho do discurso de Sojourner Truth (1851):

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem - quando tinha o que comer - e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

Com o discurso de Sojourner Truth (1851) foi possível observar que as mulheres negras não sofriam apenas a opressão de gênero, mas também opressões de formas distintas, buscavam fugir de uma dominação sexista e racista (Lago; Kazan; Thamani, 2018). Crenshaw (1991) cita sobre a importância das mulheres se unirem para reivindicar seus direitos, ao invés de manter o movimento apenas com vozes individuais. A autora apresenta também como essa união foi importante para sinalizar problemas tal como a violência doméstica, que eram considerados problemas privados, “são agora amplamente reconhecidos como parte de um sistema de dominação em larga escala que afeta as mulheres como classe³⁸” (Crenshaw, 1991, tradução própria).

Os esforços feministas para politizar as experiências das mulheres e os esforços anti-racistas para politizar as experiências das pessoas de cor têm frequentemente prosseguido como se as questões e experiências que cada uma delas detalha ocorressem em terrenos mutuamente exclusivos. Embora o racismo e o sexismo se cruzem facilmente na vida de pessoas reais, raramente o fazem nas práticas feministas e anti-racistas. E assim, quando as práticas expõem a identidade como “mulher” ou “pessoa de cor” como uma proposição ou/ou, elas relegam a identidade das mulheres de cor a um local que resiste a ser dito³⁹ (Crenshaw, 1991, tradução própria)

³⁸ “are now largely recognized as part of a broad-scale system of domination that affects women as a class (Crenshaw, 1991, p.01).

³⁹ “Feminist efforts to politicize experiences of women and antiracist efforts to politicize experiences of people of color’ have frequently proceeded as though the issues and experiences they each detail occur on mutually exclusive terrains. Al-though racism and sexism readily intersect in the lives of real people, they seldom do in feminist and antiracist practices. And so, when the practices expound identity as “woman” or “person of color” as an either/or proposition, they relegate the identity of women of color to a location that resists telling (Crenshaw, 1991, p.01)

Cerqueira, Lago e Nonato (2022) também enfatizam que a interseccionalidade é uma abordagem que aponta para grupos silenciados e marginalizados, “dissidentes da norma, para a invisibilidade de suas experiências, epistemologias, de suas existências” (Cerqueira; Lago; Nonato, 2022, p.1), já que essa abordagem está sempre voltada para grupos que estão em posição de opressão e privilégio. As autoras também apontam que esse pode ser um olhar norteador para futuras pesquisas que envolvam o jornalismo.

Para Lago, Kazan e Thamani (2018) essa temática ainda é pouco explorada dentro dos estudos da comunicação, bem como, do jornalismo, pensando que “a perspectiva interseccional aponta para a necessidade de se perceber, em cada momento ou aspecto analisado, o cruzamento de várias discriminações e opressões que incidem sobre os sujeitos” (Lago; Kazan; Thamani, 2018, p.6).

O conceito de interseccionalidade busca abranger diferentes identidades, tinha-se a ideia de que o conceito enfraqueceria os estudos relacionando às mulheres, mas ficou claro que as mulheres não são todas iguais e que não sofrem as mesmas opressões “havia a ideia de que dar peso a outras diferenças, que não a de gênero, enfraqueceria o movimento” (Sifuentes, 2022, p.6). Para Sifuentes (2022) fica claro que existe a preocupação de que diferenças sejam reconhecidas, mas não incluídas nos estudos de interseccionalidade, já que havia reivindicações que as opressões sofridas por mulheres negras fossem incorporadas nos estudos de gênero a pedido das próprias feministas negras.

Nesse aspecto indicado pelas autoras, a interseccionalidade pode apontar que a insegurança alimentar é um problema que não afeta todas as mulheres da mesma forma. Mulheres negras, indígenas, de baixa renda ou com deficiências enfrentam desafios específicos e mais severos em comparação com outras mulheres, devido a múltiplas camadas de opressão. A demanda das feministas negras para que as suas experiências fossem incorporadas nos estudos de gênero reforça a necessidade de olhar para a insegurança alimentar de maneira interseccional, abordando as desigualdades estruturais que intensificam a vulnerabilidade de determinados grupos. Ao aplicar uma abordagem interseccional, é possível identificar como fatores como raça, classe, e outras identidades influenciam o acesso à alimentação e a exposição a contextos de insegurança alimentar.

Para a autora, as feministas que estudam classe social aproveitaram muito dos estudos de autoras e feministas negras, em como elas abordavam suas pesquisas e requisições (Walkerdine, 1990, *apud* Sifuentes, 2022). Sifuentes (2022) aborda também sobre o marxismo não diferenciar as relações de poder entre homens e mulheres, “a dominação masculina seria apenas uma variação de uma relação que tem origens econômicas, na luta de classes”

(Sifuentes, 2022, p.5), colocando o feminismo e marxismo em situações opostas, sendo considerado as desigualdades de gênero um subproduto da estrutura capitalista (Scott, 1986, *apud* Sifuentes, 2022).

Para Biroli (2010) existe uma forma de subordinação das mulheres perante os homens, sendo válido para um ambiente privado ou público, um “elo que estabelece as relações entre as duas esferas, fazendo com que, na modernidade, a subordinação feminina seja inseparável da liberdade e autonomia dos “cidadãos” (Biroli, 2010, p.6). Uma das definições dada pela pesquisadora Carla Akotirene, em seu livro “Interseccionalidade” de 2019, aponta que:

A interseccionalidade revela o ciclo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras, numa diversidade de marés na história do feminismo, rejeita a brancura das ondas feministas, que não passaram experiências da colonização e nem sequer compuseram o projeto intelectual emocionado, manifesto de força teórica negra, sem estar presa às correntes eurocêtricas e saberes narcísicos (Akotirene, 2019, p.29).

Akotirene (2019) aborda a respeito do preconceito enraizado na população preta, que a cor não se desvincula da identidade, “pretas e pretos são pretas e pretos em qualquer lugar do mundo” (Akotirene, 2019, p.31), isso se transforma em um preconceito geográfico, como aponta Chimamanda Adichie com o perigo que a história única pode ter, quando se reproduz padrões que não estão presentes na vida cotidiana da população preta, assim como Adichie escrevia em suas primeiras histórias personagens e enredos com pessoas brancas, “a meu ver, o que isso demonstra é como nós somos impressionáveis e vulneráveis em face de uma história, principalmente quando somos crianças” (Adichie, 2009, p.1).

Crenshaw acredita que tratar só de gênero como algo isolado apaga as mulheres negras na “conceitualização, identificação e remediação da discriminação racial e sexual, limitando a investigação às experiências de membros do grupo que de outra forma seriam privilegiados”⁴⁰ (Crenshaw, 1989, tradução própria). A interseccionalidade é uma forma de evidenciar raça, gênero e classe social através da realidade das mulheres e das relações de poder, essa percepção tendo as mulheres pretas como ponto de partida, mostra ainda mais concepções dominantes de discriminação e propõe a pensar sobre a subordinação que acontece.

3.1 Interseccionalidade no contexto brasileiro

Os estudos sobre feminismo e interseccionalidade se alteram em diferentes sociedades, épocas ou classes sociais “e tampouco é vivenciada, ou percebida, da mesma maneira ou grau

⁴⁰ “conceptualization, identification and remediation of race and sex discrimination by limiting inquiry to the experiences of otherwise privileged members of the group (Crenshaw, 1989, p.2).

de intensidade, mesmo por mulheres em condições histórico-sociais semelhantes” (Costa; Sardenberg, 2008, p.24). No decorrer desse processo, os problemas sofridos pelas mulheres no seu âmbito privado, tem origem social e requer uma ação coletiva para que aconteça uma melhora significativa. (Costa; Sardenberg, 2008).

O pensamento feminista surge no Brasil no século XIX, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta, considerada a primeira feminista brasileira, Nísia era professora, poetisa e escritora, escreveu em torno de 15 obras, sendo “Conselhos à Minha Filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “A Mulher” (1856), além da tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, “A vindication of the Rights of Women” (1832), Augusta, traz a consciência crítica acerca da condição feminina na sociedade (Costa; Sardenberg, 2008).

Nísia Floresta Brasileira Augusta foi a primeira manifestação feminista no país que buscava a educação e profissionalização das mulheres, sendo abordado em todas as suas obras. Uma luta que foi travada pela imprensa feminina, através dos jornais: Jornal das Senhoras (1852), O Sexo Feminino, da combativa Francisca Diniz, a revista A família (1880), A Mensageira (1889) (Costa; Sardenberg, 2008).

A base marxista que marcava o feminismo no Brasil, deu certa permissão para que os assuntos a respeito dos estudos feministas “se posicionassem melhor no quadro das demandas das esquerdas em que as questões sobre a mulher eram consideradas de menor interesse” (Hollanda, 2019, p.11) Hollanda (2019) aponta que muitas estudiosas não se declaram feministas, uma condição que estava muito presente em pesquisadoras que estudavam a condição feminina, sendo comum se denominarem como marxistas, uma prática que ocorreu até a década de 1990 no Brasil e América Latina, “o que diz muito sobre o contexto sociopolítico de nossas primeiras investidas feministas” (Hollanda, 2019, p.12), esse posicionamento se dava devido à dificuldade de se pensar em um feminismo autônomo, pensando sozinho de uma perspectiva de classe.

De acordo com Hollanda (2019), foi por meio de Rose Marie Muraro, escritora ligada ao pensamento católico de esquerda, que propôs um “feminismo da fome”, um movimento que deveria, necessariamente, incluir as mulheres mais pobres. Foi por meio de Muraro que Betty Friedan, ativista feminista estadunidense, veio para o Brasil, em 1971.

O feminismo no Brasil passou a se articular a partir dos anos 1980, por conta da redemocratização, conseguindo atingir a população mais periférica do país com suas reivindicações, antes o movimento era considerado “da elite branca”, sendo suas militantes basicamente de classe média alta, que foram estudar no exterior e trouxeram a ideologia para o país” (Cabral, 2018, p. 23). A base conceitual do feminismo negro é a interseccionalidade

que melhor demonstra como as esferas sociais cooperam entre si para manter a sociedade como é e seu status quo, “entre as brasileiras, o conceito passou a ser conhecido sobretudo a partir do trabalho da alemã Verena Stolcke (1991) e do trabalho da americana Kimberlé Crenshaw (2002)” (Silva, 2020, p.289).

O Movimento Negro brasileiro ganhou força na década de 1970 e 1980, como forma de combater o preconceito. Uma manifestação do movimento que teve destaque foi realizada no Teatro Municipal de São Paulo, que resultou na formação do Movimento Negro Unificado, que surge em 1978, durante a ditadura militar. O movimento foi responsável por diversas conquistas para a população negra, como: Criação do Dia Nacional da Consciência Negra, o 20 de novembro; Demarcação de terras quilombolas; Lei 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas disciplinas dos ensinos fundamental e médio, promulgada em janeiro de 2003; Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, sancionada em 29 de agosto de 2012 que promoveu a equidade social para a inclusão da população negra na universidade pública e cargos públicos; Lei nº 7.716, promulgada em janeiro de 1989, define como crime aqueles resultantes de preconceito de raça ou de cor; Reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional.

Houve também a expansão das universidades federais, contribuindo para o aumento de estudantes negros e de baixa renda no ensino superior, resultando também no surgimento de coletivos universitários. A internet também foi uma grande responsável pela disseminação das discussões trazidas pelo feminismo, movimento negro, LGBT (Rios; Perez; Ricoldi, 2018).

Outro momento marcante foi a Marcha Zumbi, realizada em 1995 em Brasília que reuniu em torno de 30 mil pessoas. A marcha foi responsável por trazer à tona a necessidade de políticas públicas para pessoas negras, mas só foi em 2001, após a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatadas de Intolerância, realizada em Dubai, que o Brasil tomou mais partido para implementar medidas sobre essa questão.

Vale lembrar que a Lei Afonso Arinos foi criada em 1951, que proíbe qualquer discriminação racial, visto que, o racismo no Brasil fez parte do processo civilizatório, que engloba diversas formas de violência, inclusive a sexual (Campos, 2015). O racismo se tornou enraizado na cultura brasileira, como uma herança discriminatória do período escravista, desse modo, o racismo estrutural representaria uma forma de processo histórico que condiciona posições de desvantagens e privilégios a determinados grupos sociais. Essas diferenças sociais se refletem em vários âmbitos da sociedade brasileira, seja econômica, política ou jurídica (Campos, 2015).

Dentro dos movimentos sociais, as mulheres negras se posicionaram de forma diferente devido à invisibilidade que estavam sofrendo, tanto do movimento negro como do movimento feminista, “as mulheres negras tiveram que “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva” (Rodrigues, 2013, p.2), como forma de se afirmar como sujeitos políticos e exigir reconhecimento das diferenças e desigualdades.

A mulher negra após o período da abolição teve que assumir uma posição primordial dentro da sua comunidade, ajudando também com o sustento da família, “Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares” (González; Rios; Lima, 2020, p.33).

Atualmente essa realidade relatada por González não é diferente, de acordo com um trabalho publicado em julho de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), traz a situação das mulheres negras que têm enfrentado grandes desafios para se inserirem no mercado de trabalho, desafios que estão ligados a questões histórico-culturais, normas sociais e background socioeconômico, tudo isso somado às dificuldades associadas ao gênero e raça.

Mesmo com os avanços atuais, com as mulheres negras tendo um maior nível educacional, o que ainda se faz presente é que a mulher negra é preterida, não “constituem um código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média são praticamente nulas para a maioria absoluta” (González; Rios; Lima, 2020, p.34). Como apontava Crenshaw (1991) existe muitas mulheres negras que estão inseridas em um ambiente de pobreza, desempregadas, sobrecarregadas com os filhos e a procura de empregos que racialmente discriminatórios, de acordo com a autora essa realidade se apresenta devido às consequências da opressão de gênero e classe.

De acordo com os dados do portal Gênero e Número, em 2019, entre as pessoas que concluíram o ensino superior, 27% eram mulheres brancas, 21% mulheres negras, 18% homens brancos e 14% homens negros. Olhando apenas para as mulheres a diferença é maior, as mulheres negras representaram 35% das que se formaram na universidade, enquanto as mulheres brancas eram 45%.

A naturalização das práticas racistas no cotidiano, seja com ações “veladas” para ordem/padronização comportamental, seja por meio de tecnologias educativas ou com mecanismos explícitos de poder, vão ser modeladas e associadas à sociabilidade produtiva em concordância com as exigências

temporais. Por isso, a construção histórico-social aliada ao projeto de nação que encontra na educação, seja ela formalizada ou não, a possibilidade para omissão das contribuições afro-brasileiras e africanas para formação social, econômica e política do país (Damasceno; Correia, 2022, p.09)

Em 2022, o G1 publicou a matéria “63% das mulheres negras já sofreram preconceito em seleções de emprego, mostra pesquisa” baseada em uma pesquisa realizada pelo movimento Potências Negras. Os dados apontam que 63% das mulheres negras já foram discriminadas em processos seletivos para vagas de emprego, 62% foram discriminadas no trabalho, 57% das mulheres se declararam como as principais responsáveis pela renda familiar, o índice sobe para 62% entre as mulheres da classe B, 65% das entrevistadas precisaram de algum auxílio durante a pandemia, o índice chegou a 87% dentro da classe D/E e a 68% na classe C.

Esses fatores podem se relacionar diretamente com a insegurança alimentar, uma vez que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e as discriminações sofridas impactam o acesso dessas mulheres a recursos suficientes para garantir uma alimentação adequada para si e suas famílias. A responsabilidade de sustentar a família, somada à falta de oportunidades e ao racismo estrutural, expõe as mulheres negras a um risco maior de insegurança alimentar, ampliando as desigualdades e destacando a necessidade de políticas públicas que abordem as intersecções de raça, gênero e classe para combater essa vulnerabilidade.

Para o movimento Potências Negras os dados a respeito da comunidade negra no Brasil é “o resultado de séculos de acúmulo de desigualdades que se iniciaram ainda no período da escravidão e se mantiveram com a ausência de políticas públicas para inserir a população negra como parte fundamental para o desenvolvimento do país, seja por uma perspectiva humanitária ou econômica” (POTÊNCIAS NEGRAS, 2018).

Em uma projeção, a pesquisa “A distância que nos une – Um retrato das Desigualdades Brasileiras” da ONG britânica Oxfam, aponta que somente em torno de 2089, que brancos e negros terão uma renda equivalente no Brasil. Essa projeção é baseada nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), considerando rendimentos como salários, benefícios sociais, aposentadoria, aluguel de imóveis, aplicações financeiras, entre outros.

De acordo com as autoras Silva e Menezes (2020) depois de diversas dificuldades, foram criadas diferentes visões sobre as opressões retratadas pelo feminismo negro, onde surge a perspectiva que “aborda como o cruzamento de categorias e/ou sistemas de opressão de gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, entre outros, produzem, de modo articulado, desigualdades e são constituídos mutuamente” (Silva; Menezes, 2020, p.3).

Os estudos de gênero desconstruem a ideia essencialista de que as diferenças entre mulheres e homens em sua forma de estar no mundo são naturais e constroem que os papéis de feminilidade e masculinidade são construídos e impostos socialmente e historicamente através das mais diversas linhas que atravessam os corpos. Essa perspectiva compreende que a passividade feminina é construída, mas acaba atrelada apenas a leituras sexistas, desconsiderando outras formas de estar no mundo que se constroem através das várias linhas que atravessam cada gênero. Ao tomarmos os fatores econômico/classe social, como um marcador social que atravessa e subjetivam os corpos, temos aí um amplo campo de problematizações, o qual possibilita compreender os processos de exclusões advindos do marcador classe social (Perpétuo, 2017, p.6).

Apesar do conceito de interseccionalidade ainda ser recente nas pesquisas brasileiras, principalmente dentro do setor de Ciências Sociais, ele teve grande importância dentro do pensamento feminista negro nacional, em especial nos anos 1970 e 1980, que consideram os temas de classe, gênero e raça, centrais para explicar as desigualdades. Para a Rios, Perez e Ricoldi (2018), “isso se deve tanto à influência do marxismo nas academias brasileiras como à tradição nacional dos estudos de relações raciais que quase sempre articulou o tema da raça ao da classe, porém raramente tratou do tema gênero” (Rios; Perez; Ricoldi, 2018, p.4).

Um dos primeiros trabalhos acadêmicos que trataram a respeito do racismo e das especificidades das mulheres negras foi o de Lélia Gonzalez, intitulado “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) em 1980, “racismo e sexismo engendram a violência contra as mulheres negras e explicam o fato de que mesmo mulheres negras da classe média sejam vítimas de discriminação” (Rodrigues, 2013, p.3). Para entender as discriminações e opressões que as mulheres sofrem, não pode apenas ser pensado pelo viés de gênero ou classe social, mas formas interligadas

Em seu texto, Lélia Gonzalez tenta entender como essa visão do racismo está engendrado no Brasil, principalmente em relação à mulher negra, e como a sociedade chegou nesse estado de racismo tão presente. Em um trecho, ela traz sobre o Brasil do século XVIII num relato sobre a manifestação de desgosto do vice-rei do Brasil em saber que um capitão havia se casado com uma negra, “já naqueles tempos observava-se de que maneira a consciência (revestida de seu caráter de autoridade, no caso) buscava impor suas regras do jogo: concubinação tudo bem; mas casamento é demais” (Gonzalez, 1984, p.9)

Um ponto que deixou o artigo de Lélia interessante foi a linguagem utilizada pela autora, onde ela “brinca, ironiza e desvela a linguagem formal do português contrapondo com

a verdadeira língua da cultura brasileira, o pretuguês” (Oliveira, 2020, p.7). Gonzalez usa como suporte epistemológico a psicanálise para entender a dominação sobre os negros, baseada nas teorias de Freud e Lacan, “a autora se apropria de forma muito particular sobre os autores, seus argumentos e os reelabora dentro da sua própria argumentação” (Oliveira, 2020, p.8).

Entretanto, foi somente nos últimos dez anos que o debate sobre interseccionalidade se intensificou no Brasil, onde as pesquisas começaram a incluir a temática de raça dentro de análises de gênero e vice-versa, a mudança se fez presente com os discursos trazidos de outros países com autoras como Angela Davis, Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw (Rios; Perez; Ricoldi, 2018).

Piscitelli (2008) chama atenção em seu texto “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras” que as feministas que trabalham com pesquisa pós-colonial articula junto com gênero, raça e classe a questão da religião e nacionalidade “esse último termo elas aludiam ao posicionamento desigual, em escala global, propiciado pela nacionalidade” (Piscitelli, 2008, p.04), Piscitelli, chama essa “nacionalidade” de localização para apontar a posição das interações das nacionalidades. A autora cita Donna Haraway, para trazer a ideia de categorias alternativas para gênero e raça.

Segundo ela, ao insistir no caráter de construção social do gênero, nem o sexo nem a natureza foram historicizadas e, com isso, ficaram intactas ideias perigosas relacionadas com identidades essenciais tais como mulheres ou homens. Ela considera que, trabalhando com a distinção sexo/gênero, seria impossível desconstruir como os corpos, sexualizados e racializados, aparecem como objetos de conhecimento e espaços de intervenção na biologia. E, sobretudo, considera que a centralidade concedida à categoria gênero obscurece ou subordina todas as outras, como raça e classe, outras, que emergem nitidamente das ‘políticas da diferença’, em um movimento imperialista do feminismo branco e ocidental (Piscitelli, 2008, p.4)

Adriana Piscitelli, foi uma das primeiras autoras nacionais a adotar o termo “interseccionalidade”, ela entende que essa temática oferece ferramentas para entender as variadas desigualdades presentes no Brasil (Rios; Perez; Ricoldi, 2018). A utilização do termo interseccionalidade e sua função se tornou uma necessidade para análises sociais “dada a insuficiência dos métodos convencionais, uma vez que o racismo e o sexismo atordoam as mulheres negras simultaneamente” (Casemiro; Silva, 2021, p.4).

Foi nos anos 1970 que as ciências sociais tiveram uma ruptura nos temas que discutia, trazendo contribuições do movimento feministas para os conteúdos, provocou uma renovação

ao tratar sobre as desigualdades entre os sexos, desequilibrando abordagens anteriores, sendo os papéis de gênero começarem a serem questionados na virada da década (Arruda, 2012).

“No Brasil os estudos raciais tiveram sua primeira dificuldade na terminologia das palavras porque existe uma complexidade com a utilização dos termos “preto”, “negro” e “pardo” que “carregam reverberações conceituais de raça e cor relativamente confusas” (Rossatto; Bezerra; Müller; Porto, 2021, p.15). Os autores apontam que as teorias raciais que ofereceram uma identidade nacional no Brasil contribuíram para que fosse categorizado apenas por um viés biológico, que mesmo questionado pelas ciências sociais, ainda se sustenta no país devido o entendimento por meio do fenótipo.

Cabral (2018) traz que o Brasil está presente em uma quarta onda do feminismo que se situa em um período pós-moderno apresentando uma reflexão mais densa sobre o gênero, uma onda que considera outros atravessamentos nos estudos, como a questão da raça, classe social, gêneros, orientações sexuais entre outros. Para Silva (2020), o campo feminista está em constante mudança e quando se modifica, muda também o campo científico que promove rupturas e desenvolvimento na produção de conhecimento.

Silva (2020) aborda que os saberes produzidos pelo feminismo expõe a sociedade que as mulheres vivem, onde existe uma apropriação não só do corpo, mas também uma negação da existência feminina perante a sociedade, para a autora o conceito de interseccionalidade entra quando se valoriza a experiência das mulheres “como produtoras de conhecimento em luta por autonomia, no combate às discriminações de gênero, raça, etnia e sexualidade, que a noção de interseccionalidade aqui apresentada faz sentido” (Silva, 2020, p.275).

Silva (2020) destaca pesquisadoras feministas brasileiras como Sonia Alvarez (2014), Lourdes Bandeira (2008), Lucila Scavone (2007), Cecília Sardenberg (2002, 2004), Maria Margaret Lopes (1998), que entre os anos 1970 e 1980, as estudiosas se dedicaram a estudar o feminismo de forma mais profunda, trazendo questionamentos, análises “traduzindo e produzindo sentidos necessários à compreensão da produção intelectual das feministas no auge da segunda onda dos nossos feminismos” (Silva, 2020, p.276).

De acordo com Carneiro (2020), o movimento de mulheres no Brasil é um dos mais respeitados em todo o mundo, sendo referência para temas de interesses das mulheres no âmbito internacional, tendo uma das melhores mobilizações sociais do país, um exemplo foi os encaminhamentos da Constituição de 1988, “destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, também, inovações importantes no campo das políticas públicas” (Carneiro, 2020, p.62).

Apesar desses fatos notórios, Carneiro (2020) discute sobre o enegrecimento do feminismo para tratar sobre a trajetória de mulheres negras dentro do movimento, revelando a insuficiência teórica e prática para “integrar as diferentes expressões do feminismo construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais” (Carneiro, 2020, p.64). Essa frente tem como propósito compor uma agenda que combata as desigualdades de gênero.

Carneiro (2020) aborda sobre os parâmetros que diferenciam o nível entre homens e mulheres brancas e negros, ou seja, para as mulheres negras atingirem o mesmo nível de desigualdade que a população branca, teria uma enorme mobilidade social, como aponta a autora, porque os homens negros se encontram abaixo das mulheres brancas nos indicadores sociais, “se tomarmos qualquer dado que informe sobre o desenvolvimento humano e a qualidade de vida – educação, saúde, moradia, emprego, renda, expectativa de vida, acesso a equipamentos sociais – veremos que os negros estão em grande e injusta desvantagem” (Zamora, 2012, p.6).

Dentro das taxas de desigualdade, as mulheres pretas se encontram na pior situação, sendo afetadas por diferentes tipos de discriminação de raça, gênero e classe social, constituindo a parcela mais pobre, “situação de trabalho mais precária, que têm os menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego” (Zamora, 2012, p.7), estão concentradas em trabalhos informais e mal remunerado, além dos trabalhos domésticos, sendo assim se apresenta um quadro global de “desigualdades sociais, já amplamente reconhecido, evidencia-se uma nítida hierarquia que tem, no topo, os homens brancos (não negros) e que vai descendo para as mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras” (Quadros, 2004, p.1).

Castro (1992) aborda que existem diferentes análises ao reconhecer essa cadeia de privilégios históricos presentes na sociedade brasileira, esses privilégios podem se referir a sistemas de raça, gênero e geração, que contêm suas próprias relações e hierarquias legitimadas.

Reconhecer a pluralidade dos sistemas de privilégios e hierarquias implica no exercício da crítica ao essencialismo, tão empregado pelos movimentos sociais e pelos conhecimentos competentes, especializados. Pela modelagem da essencialidade, a desvalorização social do trabalho doméstico seria explicada porque historicamente exercida por mulheres (explicação de certas correntes do feminismo) ou porque re-miniscência do trabalho negro escravo (explicação de correntes do conhecimento sobre relações raciais e sobre classes sociais) (Castro, 1992, p.4).

Para Castro (1992), o impacto das interações sociais racistas vai além do racismo em si, abrangendo também as dimensões de gênero e geração. Isso cria um cenário complexo onde as identidades individuais podem ser fragmentadas ou reconfiguradas de formas únicas, moldadas pelas construções básicas de cada sistema de discriminação, isso leva a uma “fragmentação da identidade por referências exclusivas, indirecionais, quanto a combinações entre identidades, resultando em significados próprios de constructos básicos de cada sistema de discriminação” (Castro, 1992, p.5).

3.2 Jornalismo, gênero e interseccionalidade

As reconfigurações sociais levaram mudanças para as práticas jornalísticas após o surgimento das ondas do feminismo. Quando é conquistado os direitos das mulheres para ter uma educação formal foi um marco para avançar discussões a respeito da igualdade no Brasil (SANTOS, MIGUEL, 2022). Em 1827 surge o primeiro periódico feminino brasileiro, “O Espelho Diamantino”, que marca o surgimento e a saída do anonimato de mulheres jornalistas e escritoras, mas naquele momento os jornais se limitavam a assuntos cotidianos da vida das mulheres, como: moda, beleza, família, entre outros (Buitoni, 2009, *apud* Santos, Miguel, 2022).

Um marco importante foi os jornais produzidos durante a ditadura militar (1964-1985), que continham conteúdos feministas, escritos por mulheres jornalistas e feministas, que trouxeram assuntos a respeito de sexo, aborto, maternidade e os direitos das mulheres. No momento atual, com a quarta onda do feminismo, existe uma intensa produção de conteúdo jornalístico com perspectiva de gênero, intensificada pela internet, que torna popular, e “diversifica as pautas da igualdade e se coloca como um espelho côncavo para movimentos de interseccionalidade, empatia e sororidade” (Santos, Miguel, 2022, p.8), as mulheres se articulam nas redes e tornam um espaço de pertencimento e visibilidade.

A internet foi a mudança no paradigma da comunicação, tem um alcance global, conteúdos infinitos, diferentes modos de interagir e distribuir informações, que fez o jornalismo buscar outras formas de organização. Nasce também uma geração que já está ambientada com o mundo digital, em que os dados disponíveis já estavam dentro desse contexto (Azevedo, 2021). Dentro desse meio digital surge mais espaço para desenvolver diferentes possibilidades de jornalismo alternativo, que tinha como propósito dar espaço para a população marginalizada, muitos projetos já nasceram nesse meio, como é o caso das:

Blogueiras Negras, Catarinas, Cientista que virou mãe, Geledés, Gênero e Número, Lado M, Nós Mulheres da Periferia, Revista AzMina, Revista Capitolina e Think Olga.

Como explica Azevedo (2021), essas iniciativas utilizam o jornalismo ancorado no gênero, um meio para adentrar outras esferas da sociedade e romper com o jornalismo tradicional que se apoderava de uma lógica masculina heteronormativa, “sendo o jornalismo uma de suas ferramentas, quando feita pela perspectiva de gênero, pode ser uma potência a favor da regulação de suas assimetrias no social” (Azevedo, 2021, p.67).

Como indicado, a interseccionalidade teve origem nas discussões feministas e pós-coloniais, mas que se encontram presentes em diferentes contextos geográficos, em especial nas autoras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Maria Lugones, Avtar Brah, entre outras (Cerqueira; Lago; Nonato, 2022). Mas como o jornalismo pode ser pensado através desse conceito? A tentativa não é pensar que apenas o jornalismo alternativo poderia ser interseccional, mas sim “um jornalismo que é capaz de, a partir da singularidade, do indivíduo, revelar contradições e subjetividades quando tende à particularidade dos fatos” (Cabral; Woitowicz; Rocha; Amaral, 2021, p.2).

O jornalismo funciona como uma ferramenta de manutenção e combate que traz à tona temáticas sociais (Cabral; Woitowicz; Rocha; Amaral, 2021). As autoras apontam que apesar dos temas gênero e sexualidade estarem mais presentes no jornalismo, as questões em relação a raça ainda se encontram invisíveis.

No que aqui se chama de Jornalismo Interseccional, o reconhecimento da possibilidade de revelação de algo maior através do singular que se encontra nessas encruzilhadas de opressões que são as pessoas. Ao retratar situações de violência cotidiana o jornalismo informativo pode revelar as contradições de uma sociedade machista, racista, homofóbica, entre tantas outras opressões que podem ser listadas (Cabral; Woitowicz; Rocha; Amaral, 2021, p.16)

A ideia é que o Jornalismo Interseccional esteja inserido não apenas em veículos independentes, mas também na mídia tradicional, “reconhecer e evidenciar um sistema de opressões, perceber que as coisas estão e não são e que o jornalismo pode e, se acreditamos na profissão, deve ser pensado para além do modo como as coisas estão” (Cabral; Woitowicz; Rocha; Amaral, 2021, p.17), uma tentativa de pensar o jornalismo além da reprodução de estereótipos, senso comum ou opressões.

Para Moraes e Silva (2019), o jornalismo tem como uma das suas funções trazer luz para determinados assuntos da sociedade, mas se distanciou das “problemáticas relativas a parcelas gigantescas da sociedade” (Moraes; Silva, 2019, p.2). Para as autoras isso acontece porque a objetividade se prega como neutra e clara, mas a estrutura que permeia a sociedade

permeia também o jornalismo, já que uma das funções sociais do jornalismo é debater assuntos que envolvessem as desigualdades presentes na sociedade, “a cobertura da imprensa sobre o racismo, de forma geral, é silenciosa, invisível e racista” (Quirino; Moura, 2019, p.9).

Como aponta Rosa (2011), alguns estudos demonstram as diferentes nuances discriminatórias do discurso racial da imprensa brasileira em relação aos afro-brasileiros, e acaba sendo necessário que o jornalismo evolua em suas coberturas noticiosas “contextualizada sobre as questões raciais e sobre o racismo no país” (Quirino; Moura, 2019, p.9). Rosa (2011) ainda pontua em seu texto que na história do Brasil é possível encontrar o cultivo de estigmas racistas na imprensa, “isso talvez explique o desaparecimento da imprensa abolicionista após a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888. A despeito disso haveria aparições sazonais, a exemplo de *A Redenção*” (Azevedo, 1987, *apud* Rosa, 2011, p.57).

Os jornais da imprensa negra do século XIX foram a expressão real de que “os afro-brasileiros conseguiram formular uma fala própria e torná-la pública. Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los”. Estavam inseridos, por conseguinte, na luta contra o racismo, a discriminação e o preconceito racial no Brasil (Rosa, 2011, p. 59).

Para os autores Woitowicz, Amaral e Rocha (2022), o jornalismo pode ser pensado através de uma forma decolonial, para além do gênero, representar as mulheres de uma maneira apropriada, propor valores e mudar o discurso a respeito das mulheres. Para os autores a junção do jornalismo com essa perspectiva decolonial pode ajudar os estudos de jornalismo “pode prever maior visibilidade pública e política às representações silenciadas por uma questão de poder, além de agir enquanto movimento de resistência de quebra de preconceitos e estereótipos sobre determinadas formas de representação” (Woitowicz; Amaral; Rocha, 2022 p.119). Uma das formas de tornar isso possível é exercer no jornalismo, em suas práticas, um discurso que reconheça as mulheres e expressões do feminino.

O jornalismo poderia dar mais destaque para agendas feministas e das mulheres, como forma de dissipar identidades já estereotipadas e enraizadas na sociedade, propondo uma visibilidade e reconhecimento das diversidades que se pode representar. Existe ainda uma falta de representação das mulheres enquanto fontes principais em matérias jornalísticas, diferente da fonte representada por homens, que geralmente são especialistas e nada ordinários (Woitowicz; Amaral; Rocha, 2022).

O apontamento dos autores pode ser relevante quando relacionado à insegurança

alimentar, que afeta de forma desproporcional mulheres negras, periféricas e de baixa renda. A representação jornalística por vezes ignora as experiências das mulheres, perpetuando estereótipos e invisibilizando suas lutas. Incorporar uma perspectiva decolonial no jornalismo, com ênfase em vozes femininas e interseccionais, ajuda a expor as desigualdades estruturais que agravam a insegurança alimentar. Através da mudança de narrativa, pode-se destacar as histórias das mulheres que sustentam suas famílias em condições adversas, revelando as intersecções de raça, gênero e classe que tornam a insegurança alimentar um problema complexo. Ao ouvir essas mulheres e reconhecer suas realidades, o jornalismo contribui para conscientizar a sociedade e pressionar por políticas públicas mais inclusivas, que considerem as necessidades específicas de populações vulneráveis.

A coleta das notícias passa por um repertório que traz visibilidade para a população branca, como cita Salahuddin (2021), socialmente os jornalistas já recebem pautas que surgem de instituições patriarcais brancas, que tem maior relevância socialmente e que representam uma visão de “top-down”, ignorando visões de classes marginalizadas, “a maioria das fontes de notícias dos jornalistas fora dessas instituições tendia a ser de origens raciais e de classe semelhantes: branco, classe média e geralmente do sexo masculino”⁴¹ (Salahuddin, 2021, p.3).

A abordagem excludente proposta por Salahuddin (2021) tem implicações diretas para a cobertura da insegurança alimentar e da fome. Quando as notícias priorizam as visões de grupos dominantes, as realidades das populações marginalizadas são silenciadas, o que contribui para a invisibilização das causas estruturais da fome, como o racismo, a desigualdade de renda e a discriminação no mercado de trabalho. Por isso, é proposto que a cobertura interseccional poderia ser ampliada para incluir histórias de pessoas que lidam com a fome de forma mais intensa. Essa mudança não só traz à tona as experiências e desafios dessas comunidades, mas também ajuda a sensibilizar o público e a influenciar políticas públicas que considerem as necessidades específicas de grupos historicamente marginalizados. Um jornalismo que reconheça essas dinâmicas contribui para expor e combater as desigualdades que perpetuam a fome, oferecendo uma visão mais completa e humana da realidade social.

Para além, é proposto que se possa pensar o jornalismo dentro da quarta onda do feminismo, com base nos preceitos interseccionais e feministas. As autoras Santos e Miguel (2022), sugerem que as notícias podem se desviar da comunicação tradicional produzida pelos

⁴¹ Texto original: “In addition, most journalists’ sources for news outside of these institutions tended to be from similar racial and class backgrounds: white, middle-class, and usually male” (Salahuddin, 2021, p.3).

noticiários, abordando os temas de forma mais complexa e objetiva. Essa perspectiva busca explorar diferentes abordagens sobre as temáticas trabalhadas, promovendo uma cobertura que reflita a diversidade e as múltiplas realidades sociais.

Outro exemplo é trazido por Salahuddin (2021), quando expõe que grupos marginalizados nos Estados Unidos também criaram suas organizações de imprensa com o intuito de produzir notícias que abordassem sobre suas vidas de maneira mais precisa, mas o que a autora observa é que esse esforço de representação da identidade de um grupo acabou reforçando as hierarquias hegemônicas tradicionais.

Salahuddin (2021) nota que a imprensa preta acabou centrando seus debates em uma perspectiva masculina preta, de classe média e heteronormativa nas notícias que produziam “reforçando as normas tradicionais e hegemônicas em torno de classe, gênero e sexualidade”⁴² (Greenwell, 2012, *apud* Salahuddin, 2021, tradução própria). A autora também observou esse fenômeno quando se tratou da imprensa LGBTQIA+ que deram maior privilégio para mulheres brancas de classe média e homens gays brancos.

Em um levantamento trazido por Woitowicz, Amaral e Rocha (2022), as mulheres estão mais presentes em notícias policiais, sendo 23% mulheres e 8% homens, já nas notícias que são vítimas são 18% mulheres contra 8% de homens, as mulheres também acabam aparecendo com maior frequência em fotografias quando comparadas aos homens, sendo 26% mulheres e 17% homens⁴³. Os dados apresentados podem indicar uma vulnerabilidade “enfrentada pelas mulheres no que tange à ocorrência de violência e à fetichização do corpo e da aparência da mulher nos discursos imagéticos, o que também pode conotar expressões de violência simbólica dependendo das estratégias de representação e veiculação” (Woitowicz; Amaral; Rocha, 2022, p.120).

A abordagem interseccional pode ajudar a compreender melhor novas iniciativas jornalísticas, “são diversas iniciativas que vão nessa direção e que trazem à baila vozes e perspectivas até então marginalizadas” (Silva; Aguiar, 2023, p.2), essa abordagem chamar atenção para diferentes experiências de opressões que as pessoas estão submetidas. Uma forma de tornar isso possível é:

inserir na produção e na construção da notícia a polifonia e a pluralidade de vozes contrapondo a noção das duas versões para a compreensão do acontecimento; em incluir todas as minorias e as diversidades nas pautas

⁴² “reinforcing traditional, hegemonic norms around class, gender, and sexuality (Greenwell, 2012, p.03)”.

⁴³ Dados trazidos da pesquisa de Valeria F. Hasan e Ana Soledad Gil, “La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina”, de 2016, divulgados pelo monitoramento global de mídia, World Association for Christian Communication (WACC), em setembro de 2010.

jornalísticas e emponderá-las, rompendo a performática vitimização e a concepção de que fontes oficiais e especialistas são suficientes para legitimar a fala e torná-la credível; em reconhecer e representar todos e todas na cobertura jornalística, sem discriminação de raça, gênero, classe, etnia entre outros, tanto em pautas segmentadas como na cobertura de temas gerais e factuais (Woitowicz; Amaral; Rocha, 2022 p.123).

O público que consome tais produtos jornalísticos, de acordo com Silva e Aguiar (2021), não tem poder de escolha porque o seu gosto pessoal já está ambientado/programado pela produção que lhe é mais comum, que assimila e divulga uma cultura já estabelecida, “daí o papel decisivo do jornalismo e dos meios de comunicação no controle do imaginário dos dominados”(Silva; Aguiar, 2021, p.5). Esse papel decisivo do jornalismo passa a ser realizado em plataformas digitais, que possibilitam aos jornalistas novas formas de desenvolver as práticas da profissão, mas de maneira não hegemônica propondo múltiplos pontos de vista, como é o caso da interseccionalidade (Salahuddin, 2021).

O jornalismo interseccional pode ser encontrado em veículos que abordam rotineiramente sobre racismo, sexismo e classicismo em suas notícias, de acordo com Salahuddin (2021), essa práxis interseccional se manifesta de três modos: “focando na heterogeneidade dentro de uma comunidade de identidade, produção de notícias interseccional pragmática e análise sistêmica”⁴⁴ (Salahuddin, 2021, tradução própria), ao produzir conteúdos interseccionais, os jornalistas focam em como os sistemas de opressão impactaram nos eventos que são vivenciados por determinada comunidade.

Pode-se pensar que os limites interseccionais encontram nos textos jornalísticos uma relação com quem está presente nas redações, em que são impostas barreiras de gênero e raça, como aponta Moura, Rocha, Galliard e Le Cam (2018), a identidade de gênero considera em quais assuntos as mulheres têm mais ou menos afinidade para escrever. De acordo com um levantamento feito pelo Instituto Reuters, “Women and Leadership in the News Media 2023: Evidence from 12 Markets”, foi relatado que 22% dos 180 principais editores que lideram os 240 veículos de imprensa analisados são mulheres, apesar de elas representarem 40% dos jornalistas dos 12 mercados, em 2022, esse percentual era de 21%, teve mudanças “significativas em muitos dos países abrangidos, mas como a mudança nem sempre é no sentido de uma maior paridade de gênero, o valor total é apenas um ponto percentual superior ao do ano passado” (Moura; Rocha; Galliard; Le Cam, 2018, p.3).

Moura, Rocha, Galliard e Le Cam (2018) debatem que essa lógica pode estar ligada com a estruturação dos setores de mídia, em conjunto com o modelo econômico e ao modelo

⁴⁴ “focusing on the heterogeneity within an identity community, pragmatic intersectional news-making, and systemic analysis” (Salahuddin, 2021, p.9).

de mercado e comercialização da informação, consideram que o jornal pode contratar uma mulher jornalista devido seu perfil para atrair determinados públicos e escrever sobre assuntos específicos, “esses mecanismos de atribuição a setores informacionais vinculados a temas e confinados em determinados espaços sociais funcionam simultaneamente como princípios de legitimidade e como princípios de estruturação das categorias dos sexos”⁴⁵ (Moura; Rocha; Galliard; Le Cam, 2018, tradução própria).

Banjac (2021) também define a lógica do mercado jornalístico e seus reflexos na atuação do profissional desde a área em que escolhem cobrir até a cultura profissional da empresa que adotam para si:

Por que os jornalistas se tornam jornalistas, sua educação e recrutamento, as áreas que escolhem ou nas quais se sentem 'apoiados' e suas orientações de função são um reflexo de seu *habitus* pessoal e profissional; as disposições classistas, de gênero e racializadas, reforçadas ou minadas pelas culturas de redação dominantes que socializam os jornalistas a abandonar aspectos de seu *habitus* pessoal em favor do *habitus* e *doxa* jornalísticos aceitos e preferidos (Hovden, 2008; Willig, 2013). Como tal, o campo jornalístico torna-se um espaço classificado (classe média, elite), generificado (patriarcal), racializado (branco). Mulheres jornalistas vivenciam sexismo e oportunidades impedidas em redações definidas pela “masculinidade cultural”⁴⁶ (Banjac, 2021, tradução própria).

Essas estruturas são internalizadas socialmente pelos jornalistas em sua cultura profissional, as dimensões de gênero podem afetar como o trabalho é desenvolvido, bem como, sua postura profissional, “Essas posturas diferenciadas também se definem em parte por um processo reflexivo, ou seja, o jornalista constrói sua relação com o gênero, vinculada aos valores e convenções profissionais em vigor no campo jornalístico”⁴⁷ (Moura; Rocha; Galliard; Le Cam, 2018, tradução própria).

Por isso, para realizar um jornalismo com uma perspectiva interseccional não é apenas pensar em notícias relacionadas às comunidades subalternizadas, mas pensar em como isso

⁴⁵ “these mechanisms of assignment to information sectors linked to themes and confined in certain social spaces work simultaneously as principles of legitimacy and as principles of the structuring of the categories of the sexes” (Moura; Rocha; Galliard; Le Cam, 2018, p.6).

⁴⁶ “Why journalists become journalists, their education and recruitment, the beats they choose or feel ‘supported’ in, and their role orientations are a reflection of their personal and professional *habitus*; the classed, gendered, and racialized dispositions, reinforced or undermined by dominant newsroom cultures that socialize journalists to abandon aspects of their personal *habitus* in favour of the accepted and preferred journalistic *habitus* and *doxa* (Hovden 2008; Willig 2013). As such, the journalistic field becomes a classed (middle-class, elite), gendered (patriarchal), racialized (White) space. Women journalists experience sexism and impeded opportunities in newsrooms defined by “cultural masculinity” (Topic and Bruegmann 2021:80)”(Banjac, 2021, p.6).

⁴⁷ “These differentiated postures also define themselves partially by a reflexive process, that is, by the way, the journalist builds his or her relationship to gender, linked to the values and professional conventions at work in the field in the journalistic field” (Moura; Rocha; Galliard; Le Cam, 2018, p.7).

afeta as pessoas presentes nesses locais, como interfere na vida das pessoas pretas, tanto mulheres como homens, ou como afeta as pessoas que se identificam de diferentes formas. Fazer essas perguntas levam os jornalistas a distanciar a branquitude e a masculinidade na seleção e produção de notícias (Salahuddin, 2021).

No ambiente online, o público espera dos jornalistas maior possibilidade de interação e proximidade com a realidade que estão noticiando, que facilite a conexão do usuário com o conteúdo e que crie um diálogo com o jornalista (Banjac, 2021). Para Salahuddin (2021), essa prática transmite uma forma de jornalismo engajado e participativo, “um modelo pelo qual usuários e leitores de notícias se tornam membros ativos do processo de criação e controle de notícias”⁴⁸ (Salahuddin, 2021, tradução própria). Mas, vale lembrar que o jornalismo interseccional se faz participativo devido sua estrutura feminista que tem uma responsabilidade e proximidade com a população menos favorecida.

⁴⁸ “a model by which news users and readers become active members of the news creation and gatekeeping process” (Salahuddin, 2021, p.13).

4 NOTÍCIA E REPORTAGEM: REVISÃO DE LITERATURA E RELAÇÕES COM O JORNALISMO ONLINE

O capítulo tem como objetivo abordar as questões que envolvem a notícia e a reportagem no jornalismo, visto que para a pesquisa atual tal definição é importante sendo um trabalho focado nas notícias diárias e não nas grandes reportagens ou matérias especiais sobre a temática da fome e insegurança alimentar. De início, detivemos-nos em uma trajetória histórica sobre a notícia e a reportagem, considerando-se necessário definir os dois gêneros jornalísticos para que ficasse mais claro o enfoque da pesquisa. Esse percurso histórico tenta recuperar a partir das perspectivas dos autores Ronaldo Henn, Cremilda Medina, Elcias Lustosa, entre outros, possíveis definições de notícia e reportagem. Tais conceituações são resultantes de vários trabalhos e teorização do jornalismo no século XX que adentram o século XXI com configurações específicas por conta do jornalismo online.

A evolução da notícia na era digital é um aspecto crucial a ser considerado. A partir de 1970, o avanço tecnológico se difundiu com a criação do computador digital e teve sua ampliação na década de 1990 (Guimarães; Santos, 2014). Nesse momento, o jornalismo online teve uma expansão significativa devido aos avanços da internet.

A partir da introdução dos processos envolvendo a internet, o jornalismo tem passado por uma revolução contínua. De acordo com Pavlik (2001), a tecnologia digital oferece ao jornalismo novas ferramentas para reportar eventos de maneira rápida e abrangente, resultando na criação de um "jornalismo cibernético" que atende a uma demanda por informações instantâneas. Em consonância, Salaverría (2010) destaca que o jornalismo online é caracterizado pela interatividade, multimidialidade e hipertextualidade, fatores que ampliam as possibilidades de participação do público e de construção de narrativas mais dinâmicas.

As plataformas de notícias online também passaram a atuar como veículos multimídia, integrando vídeo, áudio e elementos gráficos que enriquecem a experiência informativa. Jenkins (2008) argumenta que a convergência de mídias cria um ambiente onde diferentes formas de conteúdo coexistem e interagem, favorecendo uma narrativa mais envolvente e um consumo de informação que vai além do texto escrito.

A convergência entre texto, áudio, vídeo e interatividade redefine o próprio conceito de notícia, tornando-o mais acessível e adaptado aos interesses do público. Dader (2013) observa que a notícia multimídia expande as possibilidades narrativas, oferecendo uma cobertura mais completa e envolvente dos eventos. Isso resulta em uma transformação na hierarquia de informações e nas escolhas editoriais, uma vez que o público prioriza as notícias

que oferecem uma experiência visual e interativa.

Essa transformação também impulsiona o chamado “jornalismo explicativo”, onde infográficos, vídeos curtos e animações tornam temas complexos mais compreensíveis (Griffin, 2010).

Ioscote e Macedo (2023) exploram como os algoritmos editoriais estão remodelando o jornalismo. Em um ambiente digital onde as rotinas jornalísticas são cada vez mais dependentes de tecnologias avançadas, surgem novas oportunidades e desafios para a produção de conteúdo. Para jornalistas e novas organizações de mídia, isso representa uma oportunidade de expandir suas habilidades e melhorar a eficiência na produção de conteúdo. No entanto, há uma necessidade de assegurar a precisão e a ética na aplicação dessas tecnologias, especialmente em um cenário de sobrecarga informativa.

O jornalismo online introduziu novas práticas de produção de conteúdo, caracterizadas pela rapidez e pela utilização de formatos digitais inovadores. Posteriormente, as redes sociais digitais e os dispositivos móveis se tornaram plataformas importantes para a distribuição de notícias, proporcionando uma conexão direta com o público. Segundo Hermida (2012), o uso das mídias sociais no jornalismo resultou no fenômeno do “jornalismo em rede”, em que as notícias se difundem em redes de contato e os usuários participam ativamente na propagação e validação de informações.

A produção de notícias também foi influenciada pela personalização, possibilitada por algoritmos que ajustam o conteúdo de acordo com o interesse do usuário (Thurman, 2011). Esses algoritmos modificam o consumo de notícias, reforçando a ideia de "bolhas informacionais", nas quais o público é exposto apenas a temas que reforçam suas preferências e visões de mundo.

O consumo de notícias online alterou a relação do público com a informação. Segundo McQuail (2013), a audiência moderna busca não apenas ser informada, mas também entretida, levando ao surgimento de formatos híbridos que combinam notícias com entretenimento. Esse fenômeno é exemplificado pelo aumento do consumo de vídeos e transmissões ao vivo em plataformas como YouTube, Instagram e TikTok, onde os jornalistas apresentam as notícias de forma menos formal e mais interativa.

Além disso, o público passou a demandar uma relação mais participativa, onde comentários, likes e compartilhamentos atuam como indicadores de relevância (Briggs e Burke, 2006). Isso cria um ambiente em que a popularidade e a viralização da notícia influenciam sua distribuição, alterando o conceito de noticiabilidade (Shoemaker & Vos, 2009).

A crescente digitalização introduziu novas práticas e ferramentas para potencializar o alcance das notícias. Estratégias de SEO (Search Engine Optimization) e a utilização de mídias sociais transformaram a forma como o jornalismo produz, distribui e posiciona suas notícias, afetando diretamente a construção do lead e a seleção de fatos em função do apelo ao público.

A utilização de SEO no jornalismo online busca aumentar a visibilidade dos conteúdos nos mecanismos de busca, visando maximizar o alcance e garantir um tráfego constante para os portais de notícias. Segundo Broder (2002), o SEO se tornou crucial para veículos de comunicação, pois contribui para que o conteúdo seja encontrado mais facilmente pelos usuários que buscam por palavras-chave específicas. Esse uso estratégico implica a adaptação de manchetes, leads e até mesmo do corpo da notícia, com foco em garantir um posicionamento privilegiado nos resultados de busca.

De acordo com Van Dijk e Poell (2013), o SEO tem o poder de influenciar o próprio conteúdo editorial, dado que certos temas e palavras tendem a ser priorizados em detrimento de outros, conforme sua relevância nos motores de busca. Essa influência resulta em uma "editoria guiada pelo algoritmo" (Parasie e Dagiral, 2013), na qual o jornalismo incorpora as tendências e padrões de busca para maximizar seu alcance.

As mídias sociais representam hoje um dos principais canais de distribuição de conteúdo noticioso, moldando o estilo e a abordagem do conteúdo em função do apelo a esses espaços (Newman et al., 2020). O lead, tradicionalmente construído para oferecer uma síntese objetiva e hierarquizada da informação, passou a ser adaptado para captar a atenção do leitor em contextos de alta competitividade informacional, como as redes sociais. Zubiaga et al. (2018) observam que, em plataformas como Facebook e Twitter, leads e títulos são ajustados para maximizar o engajamento e incentivar o compartilhamento, o que gera um ambiente onde a atração visual e emocional do conteúdo se torna central.

Além disso, o uso de "clickbait" – ou títulos projetados para chamar a atenção com uma promessa implícita de conteúdo – é uma prática comum para garantir o alcance. Embora criticada, essa estratégia evidencia a pressão sobre o jornalismo para adaptar o conteúdo de acordo com os interesses da audiência e das plataformas digitais (Chen et al., 2015). Essa adaptação, no entanto, pode comprometer a qualidade e a profundidade das notícias, priorizando leads mais "atraentes" ao invés de essencialmente informativos.

A seleção dos fatos em um contexto onde o SEO e as redes sociais desempenham papéis significativos transforma a dinâmica editorial do jornalismo online. A teoria do

Gatekeeping, proposta inicialmente por White (1950), sugere que os jornalistas e editores tradicionalmente atuam como "porteiros" da informação, decidindo o que entra ou não no fluxo noticioso. No entanto, com a utilização do SEO e das métricas de engajamento, essa função passou a ser compartilhada com algoritmos e com o próprio público, que indica, por meio de interações nas redes, quais temas e abordagens ganham maior visibilidade (Shoemaker; Vos, 2009).

Em relação ao SEO, De Maeyer e Holton (2016) apontam que palavras-chave e tendências de busca interferem diretamente na escolha dos fatos, levando os jornalistas a priorizar temas de maior potencial de pesquisa e de engajamento. Já nas mídias sociais, o engajamento do público nas matérias influencia tanto a frequência quanto o tipo de atualização e destaque dado a determinados fatos, uma prática que Borah e Matsa (2014) observam como sendo a "cultura do trending".

O uso intensivo de SEO e mídias sociais pode gerar um conflito entre o interesse comercial e a qualidade editorial. Franklin (2014) destaca que a ênfase em clicks e compartilhamentos em vez de profundidade e análise pode comprometer o caráter informativo da notícia, uma vez que leva os jornalistas a priorizarem temas populares e potencialmente virais. Essa priorização pode resultar na negligência de assuntos relevantes que não tenham o mesmo apelo, limitando o espectro informativo que o jornalismo busca cobrir.

Entretanto, Newman (2019) observa que, apesar dos desafios, o SEO e as mídias sociais também podem ampliar a abrangência de certos temas, permitindo que conteúdos especializados e críticos cheguem a um público mais amplo. Assim, cabe ao jornalismo encontrar um equilíbrio entre as demandas digitais e a missão de informar de forma precisa e completa.

A internet e as mídias sociais têm um papel relevante no consumo de notícias, mas também levantam questões sobre como a definição de notícia está sendo moldada por algoritmos e personalização de conteúdos (Colombo; Varela; Biazotti, 2023). Os algoritmos guiam quais outras informações estarão presentes no consumo de cada pessoa, o que pode comprometer a diversidade de perspectivas e a abrangência da informação. Além disso, a internet permite a propagação das notícias em diferentes formatos e linguagens, o que pode levar a uma redefinição contínua do que é considerado notícia (Presuel; Sierra, 2019).

O jornalismo online faz uso de algoritmos para segmentar conteúdos e personalizar a experiência dos leitores. Como observado por Thurman e Schifferes (2012), esses algoritmos não apenas filtram informações, mas também personalizam o conteúdo com base em preferências e comportamentos do usuário, promovendo uma "agenda personalizada" de

notícias. Esse fenômeno, segundo Pariser (2011), cria as chamadas "bolhas de filtro", onde os leitores são expostos predominantemente a temas que reforçam seus interesses e visões, excluindo pontos de vista ou informações que possam desafiá-los.

A segmentação algorítmica no jornalismo também visa maximizar a atratividade dos conteúdos, com ênfase em manchetes e temas de maior apelo. Isso cria uma abordagem editorial guiada pela popularidade, onde os conteúdos são ajustados conforme o potencial de engajamento, priorizando temas populares ou sensacionalistas (Borah; Matsa, 2014).

As métricas de engajamento, como cliques e compartilhamentos, desempenham um papel fundamental na definição do que é publicado e de como é destacado. Segundo Napoli (2011), o valor editorial tradicional, baseado em critérios jornalísticos de relevância e importância, cede espaço para métricas de popularidade. Essa mudança na abordagem editorial impacta negativamente a pluralidade de temas, pois as editorias priorizam pautas que prometem maior tráfego.

Essa prática reflete uma adaptação do jornalismo ao modelo de negócios digital, onde o conteúdo se torna produto moldado para atender às demandas de consumo. Como apontam Tandoc e Thomas (2015), os critérios de noticiabilidade, anteriormente definidos por jornalistas, agora se ajustam ao que o algoritmo considera relevante, levando a um fenômeno de "noticiabilidade algorítmica".

Embora a segmentação de público no jornalismo online permita uma cobertura mais direcionada e até mesmo aprofundada de determinados temas, ela também limita a pluralidade informativa. Como ressalta McQuail (2013), a diversidade de perspectivas e a ampla gama de temas são pilares fundamentais para uma imprensa democrática. No entanto, quando o conteúdo é orientado por algoritmos e métricas de engajamento, a pluralidade fica comprometida, pois os temas menos atraentes para o público-alvo tendem a ser excluídos ou relegados a um segundo plano.

A restrição da pluralidade temática no jornalismo online pode resultar na perda de informações essenciais para a compreensão ampla de assuntos públicos e sociais. Esses temas, embora menos populares, desempenham um papel crucial na construção de uma cidadania informada e participativa. Segundo Habermas (2006), o jornalismo tem um papel formativo, promovendo debates e ampliando as perspectivas do público. No entanto, ao priorizar conteúdos com potencial de viralização, as plataformas jornalísticas online acabam contribuindo para uma segmentação que isola o leitor em uma zona de conforto informativa.

A participação do público e do algoritmo criam um novo paradigma para o jornalismo online, enquanto a interação direta aumenta o engajamento e a relevância do conteúdo,

também desafia as redações a adaptarem suas práticas para um ecossistema onde o controle sobre a distribuição da notícia é compartilhado com plataformas tecnológicas (Kalogeropoulos, 2017). Os jornalistas agora precisam atuar não apenas como produtores de conteúdo, mas também como mediadores de uma conversa contínua com o público, essa função envolve não só reportar, mas também verificar e contextualizar informações que circulam rapidamente na rede, além de educar o público sobre a importância da checagem de fatos. Plataformas digitais têm um papel crescente na disseminação de notícias, e essa curadoria invisível molda a percepção pública sobre o que é relevante, esse fator coloca pressão sobre as organizações jornalísticas para entender os algoritmos para que o jornalismo de qualidade alcance um público mais amplo (Kalogeropoulos, 2017).

A transformação da notícia em produto de consumo no contexto digital decorre da dinâmica de audiência da internet, onde a visibilidade é essencial para a sustentabilidade econômica dos veículos de comunicação. Segundo McManus (1994), a comercialização da notícia não é um fenômeno novo, mas a internet intensificou essa característica ao oferecer métricas precisas de engajamento e tempo de leitura. Para maximizar o alcance e atrair leitores, os veículos adaptam títulos, leads e elementos visuais para atrair cliques e compartilhamentos em plataformas digitais e redes sociais.

Para garantir que a notícia se destaque em um ambiente saturado de informações, os jornalistas recorrem a novas estratégias de apresentação dos fatos. Thurman e Myllylahti (2009) apontam que a utilização de elementos visuais, como fotos de alta resolução, vídeos curtos e gráficos interativos, tornou-se central na apresentação da notícia, facilitando o consumo rápido. Além disso, a prática de "storytelling digital" permite ao jornalista criar narrativas envolventes, que aumentam o tempo de permanência do leitor no conteúdo (Pavlik, 2013).

Essas práticas refletem o entendimento do público como consumidor, para quem a notícia deve ser atraente e de fácil compreensão. Com isso, observa-se uma adaptação no próprio estilo da reportagem, em que elementos factuais e visuais convergem para proporcionar uma experiência informativa mais direta e atraente (Jenkins, 2008).

A notícia como produto de consumo acarreta desafios para a qualidade da informação e o compromisso ético do jornalismo. Franklin (2014) observa que o foco excessivo em audiência pode comprometer a profundidade e a precisão dos conteúdos, gerando uma cobertura superficial que busca mais entreter do que informar. Esse modelo de "infotainment" torna-se problemático quando questões de interesse público são abordadas de forma simplista ou sensacionalista, reduzindo o espaço para o debate crítico e para a diversidade de pontos de

vista (Harcup; O'Neill, 2017).

Entretanto, a digitalização também oferece oportunidades para ampliar a transparência e a acessibilidade da informação. Por meio de ferramentas interativas, como vídeos explicativos e infográficos, o jornalismo pode apresentar temas complexos de maneira mais compreensível e atrativa, sem perder a responsabilidade informativa (Griffin, 2010).

Essa tensão entre o compromisso ético do jornalismo e a busca por atratividade comercial leva a uma reflexão mais ampla sobre o conceito de notícia e seus critérios definidores. Se, por um lado, as ferramentas digitais possibilitam novas formas de engajar o público sem comprometer a qualidade informativa, por outro, a pressão por audiência e a influência de algoritmos desafiam as definições tradicionais de notícia. Essa transformação levanta debates sobre o que realmente caracteriza a notícia no contexto contemporâneo e como esses elementos se relacionam com a sua função de informar e educar a sociedade.

No livro “Pauta e Notícia” de Ronaldo Henn (2008), o autor expõe a dificuldade de encontrar uma definição para o conceito de “notícia”, apesar das explicações propostas como “um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, aí então é notícia, e sensacional” (Amos Cummings), para Henn, a notícia não seria definida apenas por questões do surpreendente, já que informações cíclicas também são noticiadas. Ele sugere que “não se trata, a rigor, de uma definição, mas do estabelecimento de propriedades que a notícia deve conter” (Henn, 2008, p.32). Isso levanta a questão de até que ponto as notícias, hoje moldadas para atrair atenção, ainda seguem esses critérios tradicionais ou se estão sujeitas a pressões comerciais e tecnológicas. Também existe a questão das notícias serem redefinidas pela lógica dos algoritmos e personalização de conteúdos (Carroll, 2017).

A definição de Henn, que propõe que “notícia é uma arena sónica onde as forças que pululam na sociedade se digladiam; um produto de consumo como qualquer outro, mas com características absolutamente particulares, por se tratar de um ser de linguagem a processar ininterruptos recortes em um mundo que se força sobre ele, narrando-o e hierarquizando-o” (Henn, 2008, p.36-37), destaca a natureza construtiva da notícia. Alsina (1993) define notícia como “uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível” (Alsina, 1993, p.147). O repórter é visto como um tradutor da realidade, remodelando o fato, que não é algo concreto, mas uma “construção” mental do objeto (Alsina, 1993, p.148). Essas definições ressaltam o papel interpretativo do jornalismo, mas também levantam questões sobre a responsabilidade ética e a influência de pressões externas na construção da notícia.

Com o avanço da internet e das redes sociais, o ciclo de notícias se acelerou de forma

sem precedentes. Redações digitais enfrentam a pressão constante de ser a primeira fonte a publicar as últimas atualizações, buscando maximizar o tráfego e o engajamento em um ambiente de competição intensa (Kumar, 2015). Segundo Pavlik (2001), a internet impôs um ritmo novo ao jornalismo, onde a "imediatricidade" se sobrepõe aos métodos tradicionais de apuração e verificação, resultando em uma produção noticiosa mais rápida, mas potencialmente menos precisa.

Essa velocidade afeta a maneira como os temas são abordados. Harcup e O'Neill (2017) observam que, em um ambiente de sobrecarga informativa, as redações frequentemente simplificam temas complexos para facilitar o consumo rápido, utilizando títulos e leads impactantes para captar a atenção do leitor. Embora isso aumente o alcance, também gera um conteúdo superficial que pode deixar de lado análises mais profundas e contextualizadas.

A pressão pela rapidez muitas vezes resulta em uma cobertura de eventos que privilegia a simplicidade e o apelo sensacionalista. Segundo Franklin (2014), essa prática leva ao fenômeno conhecido como "churnalism", no qual os jornalistas reproduzem informações de agências de notícias ou comunicados oficiais sem a devida investigação. Esse tipo de produção compromete a qualidade da informação, uma vez que temas complexos são tratados de maneira superficial e sem verificação rigorosa.

De acordo com Kovach e Rosenstiel (2014), a busca pela objetividade e pela precisão é um dos princípios fundamentais do jornalismo, mas a pressão para publicar rapidamente pode comprometer esses valores. Em um ambiente onde o tráfego digital é altamente valorizado, as redações tendem a priorizar temas de alto impacto emocional e potencial de viralização, ao invés de dar espaço a matérias investigativas que exigem mais tempo e recursos.

A competição por visibilidade no jornalismo online é impulsionada pelos algoritmos de plataformas como Google e Facebook, que priorizam conteúdos populares e de alto engajamento. Isso cria uma pressão adicional sobre os jornalistas para produzirem conteúdos que sejam otimizados para as exigências algorítmicas, em detrimento de uma cobertura mais profunda e analítica (Tandoc Jr. & Vos, 2016).

Segundo Carlson (2017), o jornalismo online enfrenta uma tensão entre atender às exigências dos algoritmos e o compromisso de proporcionar uma cobertura completa e equilibrada dos acontecimentos.

Embora o ritmo acelerado do jornalismo digital apresente desafios, diversas redações têm buscado soluções para equilibrar rapidez e profundidade. Segundo Newman et al. (2020),

algumas organizações jornalísticas adotaram modelos híbridos, combinando a produção rápida de breaking news com a publicação de reportagens mais detalhadas e investigativas. Esse modelo oferece uma cobertura ampla e atrativa, ao mesmo tempo em que dedica espaço e tempo para temas de relevância que exigem maior contextualização.

Além disso, o uso de ferramentas de "jornalismo de dados" permite a rápida análise de grandes volumes de informações, ampliando a capacidade de investigação sem comprometer a velocidade (Coddington, 2015). Dessa forma, as redações podem manter um padrão de qualidade informativa, ainda que operando em um ritmo mais acelerado.

Apesar das soluções encontradas por algumas redações para equilibrar rapidez e profundidade, o jornalismo digital ainda enfrenta desafios relacionados à qualidade da informação. A busca por manter a atenção do público e competir em um mercado saturado de conteúdo pode criar tensões entre a necessidade de produzir notícias rápidas e atrativas e o compromisso com a responsabilidade informativa. Esse dilema destaca a importância de refletir sobre o impacto da transformação da notícia em um produto de consumo, como discutido por Henn, e as implicações disso para o jornalismo contemporâneo.

A notícia como produto de consumo é uma ideia apresentada por Henn que merece uma análise crítica. Em um ambiente competitivo, onde a atenção dos leitores é disputada intensamente, a pressão para criar notícias atraentes pode levar a práticas como o sensacionalismo ou a ênfase em aspectos superficiais das histórias, tal fator pode comprometer a qualidade e a profundidade das informações veiculadas. A discussão sobre a notícia deve considerar como equilibrar a necessidade de atratividade com a obrigação de informar de maneira completa e precisa.

Além disso, a distinção entre notícia e reportagem, que é fundamental, está sendo desafiada no contexto atual. Enquanto a notícia se concentra na transmissão de fatos e atualizações rápidas, a reportagem oferece uma análise aprofundada e contextualizada. A crescente demanda por notícias rápidas e fragmentadas na internet pode marginalizar o espaço para reportagens detalhadas e bem investigadas. Assim, é viável que os veículos de comunicação possam manter um equilíbrio entre a produção de notícias de curto prazo e a necessidade de reportagens mais elaboradas.

A responsabilidade social e ética do jornalismo deve ser um foco constante. A forma como as notícias são produzidas, distribuídas e consumidas tem implicações profundas para a formação da opinião pública e para a democracia. A discussão sobre a definição de notícia e reportagem considera como as práticas jornalísticas podem ser orientadas para promover um jornalismo mais responsável, transparente e comprometido com a verdade.

Lage (2005) introduz que o texto primordial do jornalismo é a notícia: “expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias [...] A notícia parte do aspecto mais relevante da informação” (Lage, p.73). A definição de notícia como um fato novo ou desconhecido reflete uma abordagem tradicional que pode ser questionada no contexto atual, onde a personalização e os algoritmos podem moldar o que é considerado relevante.

A informação factual é o que constitui o texto jornalístico, construído por meio da apuração e tratamento dos dados. O lead é elaborado por meio de como a informação é disposta no primeiro parágrafo da notícia; sua idealização foi pensada para situar “no tempo-espço e formalizar, quanto a denominações, os elementos ou notações do fato relatado” (Lage, 2005, p. 73-74). A estrutura do lead, assim como outras composições da notícia, pode ser influenciada pela necessidade de capturar rapidamente a atenção do leitor, levantando questões sobre a profundidade e a qualidade da informação oferecida. A partir do lead, outras composições da estrutura da notícia vão se formando, como é o caso do sublead (Lage, 2005).

Lage (2005) fala sobre o método constituído para a produção de notícias de forma mais rápida e com menos erros, composto por sete tópicos que ajudam a redigir as notícias. O autor aponta para as máximas de Grice, quando se refere a informação existir em abundância; a informação precisa ser suficiente, verdadeira e verossímil, relevante, não-ambígua, concisa e ter clareza. O jornalismo não deixa de produzir notícias com uma base de subjetividade, mas se apresenta de forma reduzida devido ao foco no factual: “o jornalismo incumbe-se de atualizar o nível de informação da população com velocidade impossível de alcançar por outro meio” (Lage, 2005, p.82). Isso deriva da responsabilidade social que paira sobre o jornalismo, que vem aumentando devido às transformações culturais e tecnológicas.

Para Lage (2005), o jornalismo tem a culpa pela amplitude e superficialidade de conhecimento que as pessoas têm a respeito de áreas diferentes daquelas que elas integram, mas não se nega a influência que tem “em setores que dispõem de estruturas próprias de coleta de dados, como os meios empresariais, o show business, ou os mercados de capitais, em que corriqueiramente informações da imprensa sobre o desempenho de setores produtivo provocam reações antes de serem divulgadas” (Lage, p.82). A questão da superficialidade e da amplitude do conhecimento apresentado pelo jornalismo é complexa e levanta a necessidade de um equilíbrio entre rapidez e profundidade.

Já a explicação de Marcondes Filho (1986) se volta para a notícia como mercadoria, em que a informação passaria pelas normas mercadológicas: “generalização, padronização,

simplificação e negação do subjetivismo” (Marcondes Filho, 1986, p.13). Essa visão sugere que a notícia é moldada pelas exigências do mercado, o que pode levar a uma uniformização e simplificação excessiva, sacrificando a diversidade e a complexidade das informações. Marcondes Filho também destaca a habilidade da notícia de influenciar o poder social e político.

Assim como o autor, Medina (1978) também coloca a notícia como produto da industrialização e dos avanços tecnológicos, em que o jornalismo faz parte do sistema econômico: “informação jornalística como produto de comunicação de massa, comunicação de massa como indústria cultural e indústria cultural como fenômeno da sociedade urbana e industrializada” (Medina, 1978, p.16). A integração do jornalismo ao sistema econômico e cultural pode influenciar o conteúdo das notícias, tornando-o mais adaptado aos interesses comerciais e menos às necessidades informativas da sociedade. A autora também traz o conceito de notícia do teórico Robert Park: “só é realmente notícia quando chega às pessoas para as quais têm um interesse noticioso” (Medina, 1978, p.21).

Medina (1978) apresenta novas dimensões para a notícia, categorizando-a como informação, informação ampliada e opinião expressa, também correspondente a uma categoria de “interpretação” trazida pela autora baseada na fundação do Time Magazine (1923): “uma notícia científica é jornalismo informativo - mais um conteúdo para consumir - e uma reportagem que amplie certo conhecimento científico é jornalismo interpretativo” (Medina, 1978, p.71). Medina traz uma abordagem sobre a inter-relação entre diferentes segmentos dos jornais brasileiros, baseados em jornais e revistas de destaque internacional. A informação, distração e opinião se inter-relacionam como é apontado pela autora: “nessa fermentação, a mensagem jornalística se multiplica em formas ou manifestações [...] não mais páginas uniformemente compostas, mas um festival de títulos, seções, editoriais, recursos gráficos” (Medina, 1978, p.66). Essa multiplicidade de formas e manifestações na notícia pode enriquecer a experiência informativa, mas também pode resultar em uma fragmentação que prejudica a coesão e a clareza da informação.

Juarez Bahia é referenciado por Medina com uma explanação sobre uma possível distinção entre os dois gêneros. Sendo apresentada uma classificação do desdobramento das notícias: “previstas, imprevistas e mistas; quanto à procedência - locais, estaduais, nacionais, internacionais; quanto à seleção - proximidade, credibilidade; e quanto à técnica de tratamento - pesquisa, comparação, interpretação, seleção” (Medina, 1978, p.68). A reportagem seria apresentada como uma grande notícia. Henn (2008) coloca a notícia como um relato do fato

ou acontecimento, que é regida por códigos de linguagem e da redação jornalística. Para Lustosa (1996), a notícia também é o ato de relatar e não o fato em si.

Lustosa (1996) também aponta que o conceito de informação já tem como princípio um juízo de valor que valha a pena traduzir esse fato ou acontecimento na publicação de uma notícia: “a informação é transformada em notícia mediante o uso das técnicas de jornalismo ou de redação jornalística” (Lustosa, 1996, p.18). Esse juízo de valor é fundamental para entender como e por que certos eventos são transformados em notícias, refletindo escolhas editoriais que podem ser influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo interesses comerciais e editoriais. Mas, para que exista a notícia, é apontado que precisa existir uma informação que seja de interesse geral, pensando na notícia como um produto que opera com as lógicas do mercado (Medina, 1978; Lustosa, 1996).

A notícia produzida pelos jornalistas vai seguir técnicas de redação que vão enquadrá-la no padrão estabelecido pelo veículo de imprensa: “o consumidor de um produto jornalístico pode não estar interessado no produto final notícia - sua embalagem e conteúdo ideológico - mas quer obter a informação que ela obrigatoriamente deve conter” (Lustosa, 1996, p.18-19). Sendo considerada notícia como relato, apontado pelos autores, a escolha do que será noticiado é outro fator importante. Não existe a produção do relato se o fato não tiver força suficiente para que possa ser transformado em notícia e para que siga os parâmetros jornalísticos. Como aponta Lustosa (1996), a notícia produzida precisa conter informação: “caso contrário, não se realizará jornalismo, nem haverá quem queira comprar a notícia” (Lustosa, 1996, p.19).

Bond (1962) fala que a notícia não seria o acontecimento em si, mas sim a narração, história e relato do ocorrido. Para o autor, uma das definições possíveis seria “Notícia é uma reportagem oportuna sobre coisas de interesse para a humanidade e a melhor notícia é a que interessa ao maior número de leitores” (Bond, 1962, p.92). Nesse caso, Bond considera notícia e reportagem como sinônimos, o que pode simplificar a compreensão das diferenças entre esses dois gêneros jornalísticos. O autor expressa que o “interesse” é o elemento central do jornalismo e que as notícias voltadas para a questão humana geram maior interesse das pessoas: “consiste em alguma coisa que o afeta — sua saúde, riqueza, segurança e bem-estar. Esta notícia que o leitor relaciona consigo, pode não ser a primeira a chamar sua atenção. Contudo, a regra permanece” (Bond, 1962, p.92).

A centralidade do interesse humano na notícia sugere que o impacto emocional e pessoal pode ser um critério importante na seleção e na apresentação das notícias, no entanto, essa ênfase no interesse humano também levanta questões críticas sobre o que é priorizado na

cobertura jornalística. Se o critério de "interesse" se torna o principal fator na seleção de notícias, há o risco de que tópicos de grande relevância social, mas que não afetam diretamente a vida imediata dos leitores, sejam marginalizados. Por exemplo, temas complexos como a insegurança alimentar, a fome, políticas públicas ou crises humanitárias podem receber menos destaque do que notícias que apelam diretamente ao senso de segurança ou bem-estar individual.

Além disso, o jornalismo online amplifica essa dinâmica, já que algoritmos muitas vezes priorizam conteúdos que geram mais cliques e engajamento. Isso pode levar a uma cobertura que utiliza aspectos mais superficiais de uma história, em detrimento de uma análise mais profunda e abrangente dos fatos, como é o caso das notícias sobre insegurança alimentar em que as notícias se voltam, em sua maioria, para informações de releases e dados de órgãos de pesquisa. Portanto, o desafio é encontrar um equilíbrio entre o apelo ao interesse humano e a responsabilidade de informar o público sobre questões que o leitor pode não considerar à primeira vista, mas que são essenciais para a formação de uma opinião pública bem-informada e de grande importância para a sociedade como um todo.

A notícia que mais chama atenção do leitor é aquela que tem maior proximidade com sua realidade ou planos futuros, Bond observa as notícias sobre o clima, que são consideradas de interesse porque guiam como será o dia do leitor, assim como interesse próprio, existe outros que se relacionam com a curiosidade humana, como: “realizações, cultura, fé, tragédia, saúde, heroísmo, mistério, auto-aperfeiçoamento, recreação, romance, ciência, segurança” (Bond, 1962, p.93). Tais fatores aguçam o interesse do leitor e deliberam o valor jornalístico do fato que virará notícia.

Outro fator determinante indicado por Bond (1962), que neste trabalho se faz relevante, é a semelhança entre as estruturas e o que constitui as notícias, “como se estivessem num acordo geral, a respeito do que constitui o valor-jornalístico das notícias, esse padrão que determina o que selecionar e o que recusar da vasta relação de acontecimentos, que chegam aos jornais do norte, oeste, leste e sul” (Bond, 1962, p.97), essa observação também aparece nas notícias sobre insegurança alimentar, já que os títulos são iguais ou semelhantes, mesmo sendo considerado que foi realizada a notícia baseada em divulgação de dados, o enunciado continua sendo apresentado de maneira aproximada.

Podemos mencionar, no mínimo, uma dúzia de regras e princípios que regem a seleção das notícias e respondem a pergunta: "Que é notícia?"

1. Qualquer coisa referente a uma pessoa de destaque, ou a alguém que se tenha tornado personagem público.
2. O incomum. Alguma coisa que não pode acontecer e contudo acontece, é notícia.
3. Qualquer coisa que afete vitalmente o governo do país ou da cidade.
4. Qualquer coisa que afete,

direta ou indiretamente, o "bôlso". (Êste é o motivo por que matérias sôbre o alto custo da vida ocupam tanto espaço). 5. Qualquer injustiça. Qualquer coisa que provoque a indignação do leitor é matéria jornalística. 6. Catástrofe. Qualquer coisa envolvendo grandes perdas de vida ou bens. Os acidentes, como notícia, variam diretamente em proporção à distância. 7. Qualquer coisa envolvendo conseqüências universais, como um bloqueio de transporte. 8. Qualquer coisa que provoque as emoções do leitor — que o torne triste ou alegre. 9. Qualquer acontecimento que interesse vitalmente a um grande número de pessoas, tal como um congresso mundial de um grande credo religioso. 10. Qualquer coisa que se relacione com grandes somas de dinheiro. 11. Descoberta em qualquer setor — a primeira vez que alguma grande coisa é feita. 12. Assassinato. Numa pequena cidade ou comunidade, um assassinato é sempre assunto jornalístico. Em grandes centros, depende da soma de mistério que possua. (Bond, 1962, p.97-98).

Nesse quesito, Bond (1962) coloca a definição de notícia em uma série de parâmetros que estabelecem critérios do que seria um acontecimento interessante o suficiente para ser noticiado. No entanto, a crescente personalização e segmentação das notícias online podem afetar a universalidade desses critérios, priorizando o que gera mais engajamento em vez do que é de maior relevância pública. A seleção também determina a disposição da notícia na página; nos tempos atuais, é considerado o formato das páginas online. Camargo (2023), aborda sobre os jornalistas atuarem em um ambiente de mudanças constantes, em que novas tecnologias, plataformas e formas de consumo de notícias emergem a todo momento, isso exige dos profissionais um esforço contínuo de atualização e capacitação.

No ambiente digital, o uso de algoritmos permite que as notícias sejam personalizadas de acordo com os interesses do usuário. Como observa Pariser (2011), essa personalização gera "bolhas de filtro", onde os usuários são expostos apenas a informações que reforçam suas preferências e visões de mundo, limitando o acesso a uma diversidade informativa. Essa prática desafia a universalidade dos critérios de noticiabilidade, que tradicionalmente priorizam o interesse público e a relevância social dos fatos.

Em um estudo sobre noticiabilidade digital, Napoli (2011) sugere que a priorização de conteúdos com alto potencial de engajamento tende a subordinar a escolha das pautas aos interesses do público-alvo, reduzindo o espaço para temas de alta relevância pública, mas de menor apelo popular. Dessa forma, a disposição das notícias nas páginas online é orientada por algoritmos que priorizam cliques, curtidas e compartilhamentos, contribuindo para uma hierarquia de conteúdos guiada por métricas de popularidade, em vez de importância informativa.

A disposição das notícias nas páginas online é cada vez mais influenciada por algoritmos que determinam a visibilidade dos conteúdos de acordo com o comportamento do

usuário e as interações nas redes sociais. Tandoc Jr. e Vos (2016) descrevem essa prática como "noticiabilidade algorítmica", na qual o valor de uma notícia é medido não pela sua relevância, mas pelo seu potencial de viralização. Essa abordagem altera o formato das páginas de notícias, pois os conteúdos mais populares são destacados, enquanto os menos engajantes, embora relevantes, ocupam posições menos visíveis.

Esse processo também reflete uma mudança no conceito de gatekeeping. Tradicionalmente, editores e jornalistas atuavam como "guardiões" da informação, decidindo o que deveria ou não ser publicado (Shoemaker; Vos, 2009). No entanto, a introdução dos algoritmos transferiu parte dessa função para as plataformas digitais, que organizam os conteúdos de acordo com a interação do público e as métricas de popularidade. Isso cria uma dinâmica na qual o jornalismo deve competir com critérios algorítmicos para manter a diversidade informativa e garantir que temas de relevância pública não sejam negligenciados.

A adaptação às novas exigências do jornalismo digital, como a personalização e segmentação, demanda dos profissionais um esforço contínuo de atualização e capacitação. Como aponta Pavlik (2013), o jornalismo digital requer habilidades técnicas e analíticas para compreender o funcionamento dos algoritmos e das métricas de engajamento, bem como para desenvolver estratégias que equilibrem a popularidade e a relevância informativa. A formação em SEO, análise de dados e storytelling digital são algumas das áreas nas quais os jornalistas precisam se aprimorar para atuar de forma eficaz no ambiente digital.

Além disso, os jornalistas precisam desenvolver uma ética de responsabilidade social para equilibrar a demanda por popularidade com o compromisso de informar. Ward (2018) destaca que a ética jornalística no ambiente digital implica em uma capacidade de decisão que vá além das métricas e considere o impacto social e a relevância pública dos temas. A capacitação, nesse sentido, não é apenas técnica, mas também ética, pois os profissionais devem avaliar cuidadosamente quais conteúdos priorizar e como garantir que temas importantes não sejam suprimidos pelos algoritmos.

A personalização e segmentação das notícias trazem implicações para a qualidade informativa, já que temas essenciais podem ser negligenciados em função de conteúdos mais populares, mas de menor relevância social. De acordo com McQuail (2013), a missão do jornalismo é fornecer ao público uma cobertura abrangente e diversa, garantindo que todos os temas relevantes sejam abordados. No entanto, a segmentação orientada por algoritmos pode limitar essa missão, criando uma oferta informativa que não necessariamente atende ao interesse público.

Para contornar esse desafio, algumas redações adotam estratégias de curadoria

editorial, onde editores e jornalistas mantêm a seleção de conteúdos balanceada entre popularidade e relevância social. Essa prática visa assegurar que temas de menor apelo sejam destacados e recebam a devida atenção, mantendo o compromisso do jornalismo com a qualidade informativa e a função democrática de proporcionar um espaço de debate e reflexão.

Em relação a cobertura Camargo (2023) observa que a produção não se limita apenas ao texto escrito, mas sim em dominar uma variedade de linguagens, incluindo vídeo, áudio, gráficos interativos e multimídia. Além disso, é essencial entender como adaptar o conteúdo para diferentes plataformas, “disponibilidade e a evolução frequente de dispositivos e aplicativos multimidiáticos têm aumentado o volume on-line das transmissões informativas, facilitado as atualizações de mensagens e instigado os públicos a consumir uma enorme diversidade de conteúdos e de linguagens midiáticas” (Camargo, 2023, p.2). A rapidez e a pressão não podem justificar a perda de rigor jornalístico, manter a ética na apuração e na publicação de notícias é fundamental para sustentar a confiança do público, especialmente em um ambiente marcado por desinformação e notícias falsas.

No começo do jornalismo online, as notícias eram apenas transcritas para o digital, mas hoje há conteúdos disponíveis somente na web. A autora divide o jornalismo digital em três fases: Na primeira alega que o material publicado online já foi disponibilizado nas plataformas tradicionais. Na segunda fase, o conteúdo online contém hiperlinks e, em alguns casos, o acréscimo de imagens ou vídeos. Na terceira fase são conteúdos somente disponíveis na Internet, ou seja, não foi publicado em outro meio tradicional (Ferreira, 2016, *apud* Fernandes, 2022, p. 24).

Bond aborda a teoria de Wilbur Schramm, em que as pessoas buscam por notícias que tragam algum tipo de recompensa, seja de forma prazerosa ou um princípio da realidade, sendo dividido em duas categorias: recompensa imediata e mediata. A primeira são notícias de “crime e corrupção, acidentes e desastres, esportes e recreação, acontecimentos sociais e interesse humano. A recompensa mediata pode ser esperada de notícias de negócios públicos, assuntos econômicos, problemas sociais, ciências, educação e saúde” (Bond, 1962, p.99).

Essa distinção entre recompensas imediata e mediata é útil para entender a motivação do público, mas pode ser desafiada pela evolução dos meios digitais, onde a busca por cliques pode priorizar a recompensa imediata em detrimento de temas mais complexos. A reflexão crítica sobre essa teoria no contexto do jornalismo atual levanta a questão de como equilibrar essas duas recompensas. Enquanto é natural que as pessoas busquem notícias que ofereçam gratificação rápida, o papel do jornalismo não deve ser apenas o de satisfazer essas necessidades imediatas, mas também o de guiar o público em direção a uma compreensão

mais profunda dos assuntos.

Como aponta Wolf (1985), a seleção de notícias que serão inseridas no jornal implica no reconhecimento do acontecimento e no interesse que irá despertar nas pessoas. Esse processo, apesar de parecer simples, se torna complexo pelo acúmulo de acontecimentos que a vida cotidiana oferece; por isso, os veículos utilizam seleção para filtrar quais desses acontecimentos se tornarão notícias. A organização no trabalho e sua cultura profissional ajudam a determinar a definição de notícia, desde a escolha da fonte, a seleção do acontecimento/informação e a produção do material (Wolf, 1985).

“As notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal. Este assunto raramente é explicitado, visto que parte do *modus operandi* dos jornalistas é que as coisas acontecem 'lá fora' e eles limitam-se simplesmente a relatá-las” (Wolf, 1985, p.83). A definição de notícia como algo que os jornalistas escolhem pode refletir um viés cultural e profissional que influencia a cobertura, levantando questões sobre a objetividade e a representatividade das notícias.

Nem sempre onde tem informação, existe jornalismo, a informação está presente de diversas formas no cotidiano, o que torna o jornalismo diferente é, portanto, a notícia: “a informação processada, calcada em conceitos como universalidade, temporalidade, veracidade, interesse público” (Carvalho; Diamante; Bruniera; Utsch, 2015, p.15). Essa definição sublinha a transformação da informação em notícia, destacando a importância dos princípios jornalísticos na produção de conteúdo relevante. Toda notícia tem informação e sua produção segue os princípios básicos estabelecidos pelo jornalismo.

Para Lage (2001), o conceito de notícia pode ser entendido como “informação jornalística”, a notícia se foca em um fato que tenha elementos de ineditismo, intensidade, atualidade, proximidade e identificação. A notícia é considerada a informação mais breve, presa à factualidade e ao imediatismo, a descoberta de um fato novo é logo publicada, como aponta Lage (2001), são relatos de fatos singulares, olhando para um evento que está acontecendo. Essa perspectiva de Lage sobre a notícia como uma peça de informação breve e imediata é particularmente relevante no contexto do jornalismo contemporâneo, especialmente o digital, onde a rapidez é fundamental. No entanto, essa ênfase na factualidade e no imediatismo levanta questões importantes sobre a profundidade e a qualidade da cobertura jornalística.

Ao se concentrar em relatar os fatos de maneira rápida e objetiva, o jornalismo pode correr o risco de sacrificar a análise crítica e o contexto, elementos essenciais para uma compreensão mais completa dos eventos. No ambiente digital, essa tendência se intensifica,

uma vez que a competição por atenção muitas vezes leva à publicação de notícias em tempo real, às vezes sem a devida verificação dos fatos ou reflexão sobre suas implicações. O modelo de "notícia como informação breve" (Lage, 2001) pode resultar em uma cobertura superficial, onde os fatos são apresentados sem uma investigação mais profunda ou sem a exploração das causas e consequências dos eventos. Isso pode contribuir para uma visão fragmentada e incompleta da realidade, onde o público recebe uma enxurrada de informações, mas carece de uma narrativa coesa que permita compreender o contexto mais amplo.

É importante reconhecer que a capacidade de oferecer informações atualizadas de forma rápida e acessível é uma das grandes forças do jornalismo, especialmente em situações de crise ou eventos de grande impacto. No entanto, a crítica reside na necessidade de equilibrar essa rapidez com a responsabilidade de fornecer informações bem apuradas e contextualizadas.

Em 1979, Lage distingue a notícia da reportagem ao explicar que a notícia não tem um planejamento propriamente dito porque são fatos que acontecem de imediato, diferente da reportagem. “Poderemos definir notícia como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante” (Lage, 1979, p.33). Essa definição destaca a natureza efêmera da notícia em comparação com a reportagem, mas também levanta a questão de como a pressão para cobrir eventos de forma imediata pode impactar a qualidade da reportagem aprofundada.

O termo notícia no jornalismo brasileiro se refere a um texto mais breve, objetivo e claro, seguindo os parâmetros da pirâmide invertida (Jorge, 2013). O modelo da pirâmide invertida, embora eficaz para a transmissão rápida de informações, pode limitar a narrativa e a contextualização das notícias. Em um mundo onde a complexidade dos eventos é cada vez maior, o desafio para o jornalismo é equilibrar a brevidade e a clareza com a profundidade e a contextualização, garantindo que o público não apenas receba os fatos, mas também compreenda suas implicações mais amplas.

4.1 O percurso da reportagem e conceituações possíveis

No jornalismo, notícia e reportagem são dois formatos fundamentais, cada um desempenhando um papel crucial na forma como a informação é apresentada ao público. Embora ambos tenham o objetivo de informar, eles o fazem de maneiras distintas e complementares, especialmente no ambiente dinâmico do jornalismo online. Eventos noticiados podem desencadear a necessidade de reportagens mais detalhadas. Uma notícia

sobre uma crise alimentar, por exemplo, pode levar a uma série de reportagens investigativas que examinam as raízes do problema e suas implicações. A reportagem muitas vezes se baseia em notícias existentes para expandir o contexto. Em vez de oferecer apenas uma atualização, ela fornece uma visão mais abrangente e detalhada, abordando questões que podem não ter sido exploradas inicialmente. Por isso, para um melhor aprofundamento de uma notícia para reportagem, o material inicial deve ser bem elaborado para que forneça o surgimento de um material jornalístico mais aprofundado.

Lage (2005), aponta que a reportagem tem um caráter mais detalhado e o jornalista possui mais autonomia na produção do texto, conseguindo aprofundar as informações porque o fato imediato se torna menos importante, visto que várias reportagens são feitas ou concluídas em um período depois que o fato ocorre, sendo capaz de abordar diferentes temáticas. “A reportagem pressupõe alguma interpretação, quanto mais não seja a que sustenta a linha editorial, e permite certa margem de opinião, em temas duvidosos.” (Lage, 2005, p.140), o autor ainda sugere sobre o cuidado para não produzir uma reportagem que caia no sensacionalismo ou superficialidade.

Mas, para Lage (2005), a diferença entre notícia e reportagem se constitui na pauta, sendo a “pauta” considerada como o planejamento das matérias para o jornal ou para a área particular.

Pautas de reportagem são mais complexas: reúnem informações disponíveis sobre o tema ou evento e sugestões de tratamento editorial; fornecem sugestões quanto a sua abordagem e preveem até custos e prazo de produção [...] Notícias podem motivar reportagens. Por exemplo: a notícia do desabamento de um edifício serve de gancho para uma reportagem sobre os prédios na região, ou sobre a formação dos engenheiros [...] O paradoxo (a antítese) é a principal matriz do interesse jornalístico [...] tudo que é capaz de gerar contradição ou conflito pode motivar uma reportagem (Lage, 2005, p.141).

A produção da reportagem considera eventos ou temas que geram impulsos para a produção de um texto jornalístico mais detalhado e como isso se conecta com a demanda do veículo, da população ou comunidade para quem se dirige. Lage aponta que as reportagens servem como busca por explicações ou a recepção para novas transformações presentes no mundo moderno, tal novidade pode ser aprofundada nas reportagens, que se mantêm dentro dos padrões éticos da profissão, contendo informação baseada em conhecimentos comprovados (Lage, 2005). O autor aponta para a visão do jornalismo como negócio, que concede grandes reportagens quando é programado com antecedência; caso contrário, a

maioria das informações são distribuídas pelo jornal devido aos prazos do veículo.

Lage (2005) explica que as reportagens têm um caráter de narrativa porque “abordam eventos que transcorrem no tempo, subordinando sequências e sentenças-tópico e eventualmente intercalando entrevistas, diálogos significativos e análises de situação” (Lage, 2005, p.145). Nesse sentido, toda reportagem factual possui interpretação por parte do repórter, e qualquer reportagem interpretativa está baseada em fatos, seja ela entrevistas ou perfis. A perspectiva do autor reforça a ideia de que a reportagem é um espaço privilegiado no jornalismo para aprofundar temas, oferecendo ao leitor uma compreensão mais rica e contextualizada dos eventos. Isso contrasta com a notícia, que é mais factual e imediata, focada em transmitir informações de forma concisa. A reportagem, ao contrário, permite uma exploração mais detalhada e interpretativa dos fatos, oferecendo ao público uma visão mais completa e nuançada.

No contexto do jornalismo digital, essa distinção entre notícia e reportagem se torna ainda mais significativa. Com a pressão para produzir conteúdo rapidamente, muitas vezes se priorizam as notícias curtas e objetivas, enquanto as reportagens, que demandam mais tempo e recursos para apuração e construção narrativa, podem ser relegadas a segundo plano. No entanto, é justamente essa capacidade de interpretação e narrativa das reportagens que permite ao jornalismo cumprir sua função crítica na sociedade, explorando as camadas mais profundas dos eventos e questionando as aparências superficiais.

Lage define que a reportagem investigativa é composta por duas esferas: a primeira sendo a utilização de tecnologia na produção, por exemplo, banco de dados, tabelas, estatística, e a segunda esfera pensada nos “procedimentos de risco, como simulação de identidade, infiltração em guetos [...] No caso do dado estatístico, ele pode ser exposto ou interpretado; já a investigação em campo, com todo risco que encerra, resulta normalmente em matérias com vários segmentos narrativos” (Lage, 2005, p.146). No ambiente online, a utilização de tecnologia para análise de dados pode ser facilitada, mas a investigação em campo pode ser mais desafiada pela necessidade de acesso remoto e pela pressão para publicar rapidamente, o que pode limitar o alcance e a profundidade da investigação.

Para Lima Junior (2012), a capacidade de conectar diferentes conjuntos de dados cria novas oportunidades para o jornalismo investigativo e aprofundado. Ao relacionar informações de fontes diversas, como dados governamentais, registros financeiros e relatórios os jornalistas podem desvendar histórias que, de outra forma, permaneceram ocultas, nesse sentido para além das habilidades tradicionais, os jornalistas precisam agora de um nível de especialização que inclui programação, análise estatística e uma compreensão avançada das

infraestruturas digitais. Os jornalistas precisam “manipular com razoável conhecimento as terminologias e tecnologias que constituem o universo de dados digitais e as suas possíveis conexões, com o objetivo de obter “valor”, ou seja, conteúdo informativo de relevância social por intermédio de dados disponíveis na Web” (Lima Junior, 2012, p.7).

Os algoritmos atuam como curadores invisíveis, moldando o fluxo de informações para cada usuário. Eles decidem quais notícias aparecem no topo do feed e quais são deixadas de lado, influenciando a percepção pública sobre o que é relevante. Isso transforma o jornalismo em um processo dinâmico, no qual a visibilidade das matérias depende em grande parte de como os algoritmos classificam e distribuem o conteúdo (Costa, 2023).

Para realizar uma prática jornalística contemporânea, o profissional deve conhecer e manipular com razoável conhecimento as terminologias e tecnologias que constituem o universo de dados digitais e as suas possíveis conexões, com o objetivo de obter “valor”, ou seja, conteúdo informativo de relevância social por intermédio de dados disponíveis na Web. Portanto, as atuais formas de obtenção e relacionamento de dados exigem requinte tecnológico, mais especializado, do profissional em Jornalismo no ambiente da Web de dados (Lima Junior, 2012).

Guirado (2004) considera que uma das funções dos jornalistas é investigar, sendo a investigação algo que pode se aplicar tanto em notícias como reportagens. A investigação “abarca a apreensão dos fatos, as técnicas de pesquisa e os métodos de raciocínio, mecanismos desenvolvidos pelo jornalista para chegar ao texto publicável” (Guirado, 2004, p.23). Para a autora, a investigação possibilita ter acesso a dados mais aprofundados para a reportagem, revelando detalhes que serão encaixados no texto posteriormente. A ênfase de Guirado (2004) na investigação é crucial, especialmente no contexto do jornalismo atual, onde a pressão por rapidez e a busca por cliques muitas vezes levam à superficialidade na cobertura jornalística. No jornalismo digital, a investigação pode ser desafiada pela necessidade de produzir conteúdo rapidamente, o que pode limitar o tempo disponível para pesquisas detalhadas e verificações minuciosas. No entanto, a investigação jornalística é essencial para garantir a qualidade e a credibilidade da informação oferecida ao público.

A imagem de que a investigação abrange técnicas de pesquisa e métodos de raciocínio ressalta o papel do jornalista como um profissional que não apenas relata fatos, mas também interpreta e analisa a realidade de forma crítica. A investigação permite ao jornalista descobrir e expor verdades que podem não ser evidentes à primeira vista (Guirado, 2004). Esse papel investigativo é fundamental para o jornalismo de qualidade, que busca não apenas narrar o que aconteceu, mas também explicar por que e como os eventos ocorreram, explorando suas

causas e consequências. Esse aspecto investigativo é o que diferencia o jornalismo de outras formas de comunicação e garante sua relevância social.

Guirado (2004) apresenta diferentes modelos de reportagens, sendo elas: perfil, drama social e cobertura de grandes eventos. Sua relevância se dá pela investigação que ela demanda dos jornalistas, já que se configura como um texto mais complexo de ser realizado. As pautas são melhor elaboradas e mais exigentes do que a pauta da notícia, que busca em síntese responder às perguntas do lead. A autora contempla a reportagem no sentido filosófico, ao representar algo que poderia acontecer, apontar hipóteses ou possíveis soluções. Nesse sentido, o jornalista estaria refletindo e propondo uma reflexão para seus leitores.

Além do caráter filosófico colocado sobre os jornalistas, Guirado (2004) fala sobre a subjetividade que está presente na produção do texto jornalístico, já que a escrita se liga com as referências que o repórter tem: “o repórter - já determinado sobre o assunto de que vai tratar, seja por fazer parte da pauta, seja por levantamento próprio sobre o tema - tenta enredar a realidade, coordenando alguns de seus fragmentos realiza a transcrição dos fatos para o leitor” (Guirado, 2004, p.39). Nesse sentido, a “transcrição” se refere ao jornalista produzir a reportagem e não só traduzir o fato, mas somar com seu ponto de vista particular.

A habilidade maior consiste em saber elaborar frases, parágrafos, saber a melhor sequência para eles; o melhor arranjo; e a capacidade, sobretudo de fazer com que as palavras circulem em cirandas propensas a estabelecer empatia no leitor. E é justamente neste exercício que transcria a realidade amorfa que captou em sua rede de interpretações. Então, perceber mudanças e garimpar informações em ampla bateia nem sempre é o trecho mais difícil do percurso da reportagem. Entretanto, dependerá da investigação a maneira de transmitir as informações coletadas. Quanto mais rica for a observação dos detalhes e das anotações, depoimentos, etc., maiores serão as chances de escrever um texto interessante (Guirado, 2004, p.39-40).

As investigações feitas por jornalistas podem ter técnicas diferentes, mas seu objetivo principal na reportagem é informar, denunciar e emitir opiniões sobre questões que afetam a sociedade, problemas esses que se baseiam em questões sociais, política, economia, mudanças culturais, divulgação científica, colapsos ou catástrofes, saúde, educação, tecnologia, entre outros tópicos (Guirado, 2004). Assim como apontado por Lage (2005), Guirado coloca a pauta como ponto central da produção da reportagem; sua elaboração é o primeiro passo para a investigação que virá em seguida, sendo sugerida pelo pauteiro, editor ou pelo repórter, e o jornalista já terá um conhecimento prévio do assunto que será elaborado de forma mais aprofundada.

A investigação jornalística, vai além de simplesmente coletar dados; ela envolve a

análise crítica, a contextualização dos fatos e a interpretação das informações para oferecer ao público um conteúdo que não só informa, mas também esclarece, denuncia e provoca reflexões. No contexto de notícias, essa investigação ajuda a garantir que o relato seja preciso e relevante, enquanto nas reportagens, ela permite uma abordagem mais profunda e analítica, muitas vezes revelando aspectos que não seriam percebidos em uma cobertura superficial.

Guirado (2004) propõe linhas que podem guiar uma reportagem que começa na sugestão da pauta, passando pela observação e coleta de dados que abrange a apuração do repórter com pesquisas, entrevistas, checagem de informações, arquivos, etc., e por fim a construção do texto jornalístico com as disposições das informações coletadas. Apesar do diagrama proposto, pode acontecer da reportagem não ser desenvolvida apenas nesses parâmetros e que determinadas etapas sejam revisitadas pelos jornalistas ou que no início não exista uma pauta pré-determinada; tais interferências podem ocorrer no dia a dia dos profissionais.

Um diagrama de investigação ajuda o repórter a organizar o acontecimento, do que realmente vale a pena retratar de determinado fato. Com essa visualização, percebe-se as facetas do assunto e o que se torna mais relevante noticiar. “O propósito de uma pauta é transformar-se em investigação, que a intenção investigativa é pertencer ao processo de elaboração do texto que, por sua vez, desembocará na publicação da reportagem” (Guirado, 2004, p.61). Para a autora, existem processos que estão entrelaçados na produção da reportagem, sendo a abdução, indução e dedução essenciais para construir as narrativas. “Estão imbricadas em todos os estágios do percurso, ora com predominância de suposições, ora obrigando o repórter a testar os dados, ora presentes no raciocínio sobre as informações colhidas” (Guirado, 2004, p.61).

A produção da reportagem com riqueza de detalhes e com uma linguagem adequada ao texto, como a literária, pode ser um começo adequado para uma boa produção jornalística (Guirado, 2004). Assim como Guirado (2004), Carvalho, Diamante, Bruniera e Utsch (2015) caracterizam a reportagem investigativa como redundante porque toda reportagem tem investigação. Para os autores, tal reportagem vai além de meros fatos relatados e busca revelar informações até então escondidas, tendo uma função de denúncia.

Reportagens investigativas que trazem tragédias e dramas tendem a ter grande repercussão e despertam uma série de questões sobre como realizar a cobertura e os limites que o jornalista tem ao retratar certos casos. Apontam que uma reportagem permite detalhar assuntos que são do interesse público, podendo se tornar uma série. Os autores relatam que a reportagem especial surgiu em um cenário em que os jornalistas buscavam um melhor

desempenho profissional, buscando um bom jornalismo “com histórias impactantes, personagens representativos, com tempo e acabamento mais cuidadoso” (Carvalho; Diamante; Bruniera; Utsch, 2015, p.22).

As reportagens investigativas que tratam de tragédias e dramas desempenham um papel vital no jornalismo, pois têm o poder de expor injustiças, detalhar questões de interesse público e despertar a consciência social. No entanto, os jornalistas devem sempre equilibrar a busca por histórias impactantes com a responsabilidade ética de respeitar os envolvidos e de fornecer ao público uma cobertura informativa e contextualizada. Ao fazer isso, o jornalismo investigativo não apenas informa, mas também enriquece o debate público e promove mudanças significativas na sociedade.

A busca por histórias impactantes no jornalismo online pode conflitar com a necessidade de produção rápida e a pressão por engajamento, muitas vezes levando a uma abordagem mais superficial e menos detalhada. A velocidade com que as notícias precisam ser apuradas e divulgadas é uma das maiores pressões enfrentadas pelos jornalistas. Redes sociais e outras plataformas digitais exigem atualizações constantes, muitas vezes em questão de minutos, o que pode comprometer a profundidade e a precisão da reportagem. As notícias precisam ser adaptadas para diferentes formatos e plataformas de maneira simultânea, o que exige uma abordagem estratégica e flexível da redação (Camargo, 2023).

Em seu texto, Guirado (2004) expressa opiniões semelhantes: a reportagem publicada com riqueza de detalhes e um texto bem redigido pode se tornar superior à dos concorrentes. Ao escrever, esse pode não ser o único objetivo do jornalista, mas ajuda a convencer editores e proprietários a investir em maiores produções noticiosas que oferecem maior visibilidade para o jornal. Para os autores, a credibilidade com o conteúdo produzido é o que cria conexão e cumplicidade com o público e ajuda a driblar o mercado. Essa perspectiva ressalta a importância de um jornalismo que valoriza a profundidade e a qualidade em detrimento da superficialidade e do imediatismo. Como Guirado sugere, a credibilidade do conteúdo é o que realmente cria uma conexão duradoura com o público e pode diferenciar um veículo de comunicação no mercado.

A conexão com a prática jornalística cotidiana, especialmente na produção de notícias, está na aplicação desses princípios de qualidade e credibilidade ao conteúdo produzido. Embora as notícias muitas vezes precisam ser rápidas e diretas, a aplicação de uma abordagem cuidadosa e ética na apuração e redação pode garantir que, mesmo nesses formatos mais curtos, o conteúdo mantenha sua relevância e confiabilidade. Um jornalista que segue os princípios defendidos por Guirado, mesmo em uma notícia breve, estará mais apto a

fornecer ao público uma informação precisa e significativa, que fortalece a relação de confiança com o veículo.

As reportagens voltam-se para um novo olhar, que seja exclusivo, mas que mantenha a credibilidade e o interesse pela informação, visto que ela retém do jornalista mais preparo, um maior entendimento sobre a questão abordada, suas causas e consequências, além de um olhar mais apurado para a realidade (Carvalho; Diamante; Bruniera; Utsch, 2015). Tal olhar apurado ou diferenciado se configura em olhar para acontecimentos que já se tornaram costume e propor soluções menos simples. “Não se trata de escolher assuntos nunca antes tratados, insisto, mas de mostrá-los de uma forma surpreendente. Como o foco da notícia é ampliado, o texto, assim como a linguagem plástica, devem ser primorosos” (Carvalho; Diamante; Bruniera; Utsch, 2015, p.28).

Muitas reportagens surgem com o desdobramento de notícias já veiculadas no jornal ou até mesmo de situações presenciadas no cotidiano. A reportagem, nesse sentido, se configura com o famoso faro jornalístico para captar boas histórias, aquelas que irão despertar grande interesse do público. Um dos objetivos da reportagem seria prolongar o assunto e trazer novos dados à tona, ampliando a gama de informação sobre o fato (Carvalho; Diamante; Bruniera; Utsch, 2015).

Outro ponto é o olhar do repórter sobre o texto da reportagem. Aqueles que apuram a informação, coletam as entrevistas e acessam os dados tendem a produzir um texto com maior vivência: “É ele quem sofre o impacto da emoção ou da revolta provocadas pelo assunto tratado. É para ele a maior parte dos louros pelo sucesso da reportagem especial, assim como é em cima dele que recai a maior parte da cobrança” (Carvalho; Diamante; Bruniera; Utsch, 2015, p.44). O faro jornalístico, mencionado pelos autores, envolve a sensibilidade para identificar histórias que têm potencial para ir além do relato. Isso requer não apenas habilidade técnica, mas também uma curiosidade genuína e uma dedicação ao papel investigativo do jornalismo. Nesse sentido, o repórter deve estar atento ao que é relevante e de interesse público, transformando informações iniciais em reportagens que revelam causas, consequências e conexões que talvez não fossem óbvias à primeira vista (Carvalho; Diamante; Bruniera; Utsch, 2015).

Além disso, o processo de desdobramento também traz à tona a importância da continuidade na cobertura jornalística. Em um ambiente de notícias rápidas, onde os assuntos são frequentemente substituídos por novas manchetes, o desdobramento permite que temas importantes não sejam esquecidos rapidamente. Isso é crucial para garantir que questões complexas e significativas, como crises políticas, sociais ou ambientais, sejam abordadas de

maneira contínua e detalhada, contribuindo para um entendimento mais completo do público.

Algumas reportagens precisam de mais de um repórter em sua produção, com maior atenção devido ao grau que vai demandar, seu objetivo e qual a proposta. Existem reportagens que levam mais tempo para produzir; mesmo sendo mais prolongado do que a notícia, o ritmo continua frenético devido aos prazos já estabelecidos pelo jornal. “Em hard news, o tempo é diminuto e muitos dos erros que cometemos na divulgação de notícias têm sido atribuídos a ele de forma simplista e passional. A escassez de tempo não pode, nunca, justificar a falta de primor na apuração” (Carvalho; Diamante; Bruniera; Utsch, 2015, p.72).

Guirado (2004) expressa em seu livro que uma das críticas a respeito das reportagens brasileiras é que são superficiais, já que o repórter não se aprofunda no fato e o retrata de modo mais superficial, prejudicando a reportagem. Para a autora, uma das funções do repórter é justamente essa tradução do mundo por meio das palavras. “O fato jornalístico é, geralmente, aquele que irrompe do sistema social, permitindo compreender a estrutura e o funcionamento da rede de relações a que pertence” (Guirado, 2004, p.75).

O jornalismo que tem traduzido o real tem como intenção mudar a realidade que está sendo retratada por meio da investigação e possíveis soluções apresentadas a partir da matéria. Cada jornalista tem uma forma de retratar o fato, mas a pauta é o que vai guiar o processo da investigação e a condução que a reportagem vai ter. Cabe ao repórter estar disposto para cobrir o acontecimento da melhor forma, registrando tudo que puder. Nesse sentido, a pauta serviria como um guia, mas não impediria o repórter de ter um olhar para além da pauta, mais aprofundado. “A reportagem sobre determinado tema deverá retratar um trajeto, delimitado pela pauta ou planejamento investigativo da questão que se pretende abordar” (Guirado, 2004, p.82).

Para a realização da reportagem, o jornalista precisa ter clareza do fato que vai investigar, para que se tenha um propósito direto. Se o repórter tem familiaridade com o tema, o tempo de averiguação será menor, além de possibilitar outros desdobramentos devido a esse conhecimento prévio. Essa clareza ajuda a buscar um novo ponto para ser abordado, oferecendo uma nova forma de investigação. “É comum acreditar que apenas o jornalismo investigativo faz uso da estrutura material e de raciocínios necessários para desvendar irregularidades ou denunciar as desigualdades sociais” (Guirado, 2004, p.88), mas a notícia também pode apresentar investigações ou relatos do fato que a tornam essencial para o consumo do público. A observação de Guirado de que a clareza na investigação é fundamental para um jornalismo eficaz aponta para a importância de preparação e conhecimento prévio. O jornalista que conhece bem o tema que está abordando pode fazer

perguntas mais incisivas, identificar fontes mais relevantes e conectar pontos que poderiam passar despercebidos por alguém com menos familiaridade.

Esse nível de preparação é essencial não apenas para reportagens complexas, mas também para a produção de notícias diárias que exigem uma investigação cuidadosa, mesmo que em menor escala. Guirado argumenta que até mesmo uma notícia, quando bem apurada e investigada, pode revelar aspectos importantes de um fato e se tornar essencial para o público. Isso sugere que o compromisso com a investigação não deve ser limitado a grandes reportagens, mas deve estar presente em todos os níveis do jornalismo. No cenário atual, onde a velocidade de produção muitas vezes entra em conflito com a necessidade de profundidade, essa perspectiva é especialmente relevante. O desafio para o jornalista é manter esse padrão de clareza e rigor investigativo mesmo em notícias rápidas, garantindo que o conteúdo não apenas informe, mas também ofereça uma compreensão mais rica e contextualizada dos eventos.

A reportagem precisa passar por essa série de fatores de investigação e tradução da realidade para que exerça seu papel. O jornalista, por sua vez, quando não tem o conhecimento necessário para a realização da matéria, busca, por meio do faro jornalístico, complementar as informações, aprofundar ou pensar em novas formas de fazer o trabalho. É na produção do texto que o jornalista vai provocar nos leitores sentimentos, questionamentos, consciência social ou críticas a respeito da temática da reportagem. O texto ajuda o público a pensar sobre o fato e refletir sobre a questão da sociedade que está sendo apresentada na reportagem (Guirado, 2004).

Na prática diária do jornalismo, a clareza sobre o fato investigado é essencial na produção de notícias. Embora as notícias geralmente sejam mais breves e objetivas do que as reportagens, elas ainda exigem uma investigação cuidadosa para garantir que os fatos sejam precisos e bem apurados. Um jornalista que aborda uma notícia com clareza sobre o que precisa ser investigado é capaz de fornecer uma cobertura mais completa e confiável, mesmo em um espaço limitado. Ao investigar esses elementos com precisão, pode transformar uma notícia rápida em uma peça informativa que ajuda o público a compreender melhor o que está acontecendo e por que é relevante. O conhecimento prévio sobre um tema pode ser um diferencial significativo em situações onde o tempo é curto e a pressão para publicar rapidamente é alta. Um profissional familiarizado com o assunto pode rapidamente identificar os aspectos mais importantes a serem investigados e contextualizados, publicando uma notícia que, mesmo breve, oferece uma visão mais completa e confiável dos fatos.

Faro (1996) traz informações sobre a grande reportagem do jornalismo brasileiro ao

falar sobre a revista Realidade. O autor coloca a reportagem como um gênero investigativo do jornalismo, sendo considerado de maior prestígio. Outro fator apontado é a linguagem literária que pode ser utilizada no texto. “A elaboração da reportagem está vinculada a elementos discursivos que se situam fora do universo da imprensa, dinâmica essa que permeia diversos momentos da história do jornalismo brasileiro” (Faro, 1996, p.20). Nos portais, a utilização de uma linguagem literária pode ser restringida pela necessidade de aderir a formatos mais curtos e objetivos, que priorizam a clareza e a rapidez de leitura sobre a profundidade literária.

No jornalismo, a notícia e a reportagem possuem características distintas em termos de objetivo, estrutura e profundidade. A notícia é voltada para informar o público de forma rápida e objetiva, com ênfase nos aspectos básicos de um evento ou fato (Silva, 2015). Já a reportagem busca contextualizar e aprofundar o tema, oferecendo uma análise mais completa e uma narrativa construída a partir de diferentes fontes e interpretações (Traquina, 2005).

Essa diferença é ainda mais acentuada no contexto digital, onde as notícias frequentemente são reduzidas a notas breves para atender à demanda por velocidade e atualização contínua. Conforme apontado por Franklin (2014), a preferência por notícias curtas está relacionada ao comportamento de leitura na internet, em que o público busca consumir informações rapidamente. Por outro lado, as reportagens, com sua estrutura mais extensa e narrativa detalhada, exigem mais tempo para serem produzidas e lidas, o que dificulta sua presença em um cenário dominado pela instantaneidade.

A pressão pela rapidez no jornalismo digital leva as redações a priorizarem notícias curtas e objetivas, voltadas para informar de maneira rápida e direta. Segundo Pavlik (2001), o jornalismo digital opera em um ciclo de notícias acelerado, onde a atualização constante se tornou um critério essencial para atrair a audiência. Esse fenômeno é reforçado por algoritmos de redes sociais e motores de busca, que favorecem conteúdos de fácil consumo e alta frequência de publicação, levando as redações a produzirem mais notícias rápidas em detrimento de reportagens investigativas e aprofundadas (Napolí, 2011).

A priorização das notícias rápidas é uma estratégia para maximizar o tráfego e o engajamento, mas pode comprometer a profundidade informativa do jornalismo. Harcup e O'Neill (2017) afirmam que a superficialidade, embora seja eficaz para atender a uma audiência em busca de informações imediatas, reduz a diversidade e a riqueza dos conteúdos. Ao priorizar notícias curtas, as redações deixam de lado temas complexos que demandam uma cobertura mais ampla e aprofundada.

Apesar da preferência por notícias rápidas, as reportagens desempenham um papel

fundamental no jornalismo ao oferecerem contexto, investigação e uma compreensão mais completa dos temas abordados. Ward (2018) destaca que as reportagens investigativas são essenciais para a função democrática do jornalismo, pois elas expõem temas de interesse público que não seriam abordados em uma cobertura superficial. No entanto, o ambiente digital dificulta a produção de reportagens, uma vez que o ritmo acelerado e a limitação de recursos nas redações digitais reduzem o tempo e o investimento necessários para esse tipo de conteúdo (Coddington, 2015).

A produção de reportagens exige não apenas tempo, mas também recursos humanos e financeiros. Como observa Franklin (2014), a pressão econômica enfrentada pelos veículos de comunicação digitais limita a possibilidade de investir em reportagens investigativas, que demandam equipes dedicadas e um tempo mais extenso de apuração. Em um cenário de redução de receitas, as redações priorizam conteúdos que gerem tráfego e engajamento imediato, o que afeta diretamente a quantidade e a qualidade das reportagens.

Para garantir um equilíbrio entre notícias e reportagens no ambiente digital, muitas redações têm adotado um modelo híbrido de produção. Segundo Newman et al. (2020), esse modelo combina a produção contínua de notícias curtas com a publicação periódica de reportagens aprofundadas, permitindo que o público tenha acesso a uma cobertura rápida e ao mesmo tempo bem fundamentada. Além disso, o uso de narrativas visuais e interativas, como vídeos e infográficos, permite que as reportagens sejam mais acessíveis e atraentes para o público digital.

Outro recurso é o "slow journalism", um modelo de jornalismo que prioriza a qualidade e a profundidade em vez da velocidade. Esse movimento defende que as reportagens sejam produzidas de forma pausada e cuidadosa, com ênfase na investigação e no contexto, como forma de responder às limitações do jornalismo digital acelerado (Le Masurier, 2015). Essa abordagem busca resgatar o papel investigativo e contextualizador do jornalismo, proporcionando ao público uma compreensão mais ampla e detalhada dos temas relevantes.

Faro (1996) também se utiliza da definição de José Marques de Melo para a definição dos dois gêneros apresentados aqui: "Notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística" (Faro, 1996, p.50). Para Faro, o entendimento do gênero reportagem oferece o aval para o jornalista superar os padrões de conteúdo e linguagem presentes na profissão. Lage (2001) coloca que com o surgimento do gênero da reportagem, evidenciou novos problemas, levando questões

sobre o público e o privado, o que é de interesse individual e coletivo, além do que pode ou não ser mantido em sigilo pelo Estado.

Enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da contemplação de fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato - a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato. A narração torna-se indispensável: do relato direto, descritivo, numa estrutura hierárquica quase sempre padrão, por causa da concisão da notícia, a elaboração da reportagem precisa de técnica de narrar. (Faro, 1996, p.80).

Assim como os outros autores, Lage (2001) acredita que a reportagem não precisa apenas seguir um roteiro de apuração, mas que envolve ter ideias a partir de dados apresentados, revelar uma realidade que até então estava passando despercebida, e explorar possíveis desdobramentos e implicações que podem surgir da matéria. O fato presente no noticiário gera uma agitação para que as reportagens aprofundem temas que se passam no cotidiano, mas até então despercebidos. Nesse sentido, as pautas geralmente incluem “o fato gerador de interesse, se houver; a natureza da matéria (se narrativa, exposição de tema etc.) e o contexto; a linha editorial; uma definição mais precisa do que se espera em termos de aproveitamento; recursos e suporte técnico disponíveis” (Lage, 2001, p.18).

Pensando nessas definições e explicações sobre como uma reportagem e uma notícia se manifestam no processo de produção jornalística, é possível considerar a pesquisa atual que busca examinar a notícia diária, em particular as notícias sobre insegurança alimentar/fome, que tiveram pequenos destaques no noticiário brasileiro nos últimos quatro anos. A análise pode levantar possíveis questionamentos sobre como a notícia é produzida. Ela ocorre em um ritmo mais frenético e diário, diferente da reportagem, onde o repórter tem mais tempo para aprofundar o texto.

A notícia, não contando com essa vantagem já estabelecida pelo jornalismo, deixa a desejar em produções que envolvem temáticas sociais devido ao seu perfil de hard news. Especificamente sobre as notícias relacionadas à fome, a maioria das informações publicadas nas notícias analisadas consistia em material básico sobre o assunto, em sua maioria baseado em pesquisas divulgadas. Não se questiona aqui a presença da informação proveniente da pesquisa nos jornais brasileiros, mas sim que sua produção poderia ser mais elaborada, como é o caso das reportagens.

O ponto central é que, devido à pressão do ritmo acelerado das notícias, a cobertura de

temas como a insegurança alimentar tende a ser limitada a informações básicas e superficiais, muitas vezes baseadas em dados de pesquisas divulgadas. Embora essas informações sejam importantes, o jornalismo perde a oportunidade de explorar o assunto com a profundidade necessária para provocar reflexões e ações mais significativas. A notícia diária, por seu caráter imediato, pode acabar reduzindo questões complexas a uma mera apresentação de números e fatos, sem oferecer ao público o contexto ou a análise que realmente poderia interessá-lo e sensibilizá-lo.

Esse ponto nos leva a refletir sobre o papel do jornalismo em questões sociais. O tratamento de temas como a fome não pode se limitar à reprodução de dados estatísticos, é preciso humanizar a questão, dando espaço para as pessoas afetadas e contextualizando as causas e as consequências desse problema. Isso é o que as reportagens conseguem fazer, permitindo ao jornalista um tempo maior para apurar, investigar e construir uma narrativa que mostra a realidade de maneira mais completa e impactante.

O risco de manter a cobertura sobre a fome restrita é a perpetuação da ideia de que o problema é inevitável e distante, o que pode levar à apatia do público. As notícias superficiais, ao invés de mobilizar a sociedade, podem apenas reforçar a ideia de que a fome é uma condição permanente, sem solução à vista. Por outro lado, notícias bem elaboradas podem desafiar essa percepção, oferecendo histórias humanas e análises que mostram a urgência e a possibilidade de mudança.

Considerando que as notícias diárias são as mais consumidas pelo público, que geralmente não dedica muito tempo para se informar profundamente sobre o assunto, acaba tornando as notícias sobre a temática da insegurança alimentar menos importantes e menos interessantes na percepção do público. Com um texto menos envolvente, não se prende a atenção do leitor, ao contrário do que ocorre com as reportagens. Isso faz com que não se crie uma conexão e a pauta torne-se uma informação "fria", sem proximidade com a população. Ao observar uma reportagem, todos os critérios são cuidadosamente pensados, desde sua produção até a linguagem do texto. Já ao produzir uma notícia, sua produção é mais mecânica.

Tendo em vista a dinâmica diária dos jornalistas, sabemos que os profissionais muitas vezes enfrentam condições precárias. No entanto, ao produzir material com viés humanizado sobre uma temática que aflige o mundo há milhares de anos, é preciso questionar se, ao abordar a questão com menos proximidade e de forma mecânica, não estamos contribuindo para a perpetuação da condição de insegurança alimentar e reforçando a ideia comum de que a condição de fome é inevitável e sem soluções possíveis?

A produção de notícias, especialmente em temas sociais como a insegurança alimentar, precisa encontrar um equilíbrio entre a necessidade de rapidez e a exigência de profundidade. Ainda que a notícia diária tenha limitações de espaço e tempo, ela pode ser produzida de forma mais elaborada, adotando uma abordagem que vá além do básico. Isso pode ser feito ao incluir breves análises, contextos históricos ou sociais, ou ainda ao apontar para desdobramentos futuros e a importância de continuar acompanhando o tema.

Por exemplo, uma notícia sobre o aumento da fome no Brasil não precisa se limitar à divulgação dos dados de uma pesquisa recente. O jornalista pode incluir informações sobre políticas públicas relacionadas, relatos de organizações que combatem a fome ou mesmo breves depoimentos de pessoas afetadas. Esse tipo de abordagem, mesmo em um espaço curto, pode transformar a notícia em algo mais relevante para o público.

Além disso, notícias bem apuradas podem servir de ponto de partida para reportagens mais aprofundadas. Ao identificar questões não resolvidas ou aspectos sub-explorados em uma notícia, os jornalistas podem transformar esses elementos em pautas para reportagens futuras. Essa conexão entre notícia e reportagem é fundamental para manter o público informado de maneira contínua e crescente.

Ao olharmos diariamente para essa questão, estamos focalizando-a, tornando possível uma melhor visibilidade sobre o tema. Ao pensar na fome apenas quando são divulgados dados ou eventos extraordinários, oferecemos um viés pautado apenas em datas ou números, quando na verdade é um problema diário, assim como outros temas que o jornalismo cobre.

Apesar dos desafios, o jornalismo digital ainda pode aplicar princípios de qualidade e credibilidade para garantir a confiabilidade das notícias. Kovach e Rosenstiel (2014) identificam a busca pela verdade e pela precisão como princípios centrais do jornalismo, que devem guiar a prática jornalística independentemente do formato ou da rapidez exigida. No contexto digital, esses princípios se traduzem em uma apuração responsável, onde mesmo as notícias curtas devem ser baseadas em informações verificadas e fontes confiáveis.

A credibilidade é especialmente importante no jornalismo digital, onde a abundância de informações e o potencial para desinformação são grandes. Ward (2018) observa que a ética jornalística requer que os profissionais mantenham um compromisso com a verdade e com o interesse público, priorizando a verificação e a contextualização dos fatos antes da publicação. Essa abordagem ajuda a manter a credibilidade do veículo de comunicação, mesmo em um ambiente marcado pela pressão por rapidez.

Embora as notícias digitais frequentemente exijam rapidez e objetividade, é possível aplicar uma abordagem de apuração cuidadosa e ética, assegurando que o conteúdo mantenha

sua relevância e confiabilidade. De acordo com Hermida (2012), às redações digitais podem adotar processos de verificação rápida, onde as informações são checadas por múltiplas fontes em um curto espaço de tempo. Essa prática permite que as redações publiquem atualizações rápidas sem sacrificar a precisão.

As técnicas de apuração digital, como o uso de bancos de dados públicos, ferramentas de fact-checking e fontes confiáveis nas redes sociais, facilitam a verificação das informações em tempo real. Silverman (2014) destaca que o uso de ferramentas de verificação automatizadas e algoritmos de busca auxiliam os jornalistas a checar rapidamente a autenticidade de dados, ampliando a capacidade das redações de produzir notícias rápidas e precisas.

A aplicação de uma abordagem ética e responsável na apuração e redação é essencial para manter a qualidade informativa no jornalismo digital. Kovach e Rosenstiel (2014) afirmam que a ética jornalística exige que o profissional avalie o impacto social da informação, garantindo que a cobertura seja justa e equilibrada. No contexto digital, onde a pressão por engajamento e viralização é intensa, as redações devem reforçar seu compromisso com a transparência e a imparcialidade.

Além disso, o uso de uma linguagem clara e precisa nas notícias ajuda a evitar interpretações errôneas ou sensacionalismo. Hermida (2012) observa que o jornalismo digital requer uma linguagem direta e acessível, mas que ainda precisa ser rigorosa na transmissão dos fatos. A transparência sobre as fontes e a metodologia de apuração também contribui para a credibilidade do conteúdo, especialmente em temas complexos ou polêmicos.

O capítulo abordou a evolução e transformação da notícia e da reportagem no jornalismo, com foco especial na era digital. Inicialmente, apresentou-se uma trajetória histórica dos gêneros jornalísticos, fundamentada em proposições teóricas apresentadas por Ronaldo Henn, Cremilda Medina e Elcias Lustosa, para definir e diferenciar a notícia e a reportagem. Esses gêneros foram moldados ao longo do século XX e redefinidos no século XXI pelas inovações trazidas pelo jornalismo online.

Com a popularização da internet e a convergência de mídias, surgiram novos formatos e práticas. Ferramentas digitais, como texto, áudio, vídeo e interatividade, possibilitam narrativas mais dinâmicas e envolventes, segundo autores como Pavlik (2001), Salaverría (2010) e Jenkins (2008). O "jornalismo cibernético" atende à demanda por informações instantâneas, enquanto plataformas multimídia ampliam as possibilidades de interação com o público, transformando o consumo de notícias.

No entanto, a introdução de algoritmos e personalização no jornalismo, discutida por

Thurman (2011) e Ioscote e Macedo (2023), também traz desafios. Esses recursos tecnológicos favorecem a segmentação da audiência, criando "bolhas informacionais" e alterando as escolhas editoriais. O fenômeno do "jornalismo em rede", destacado por Hermida (2012), exemplifica como as redes sociais transformaram a produção e difusão de notícias, permitindo ao público participar ativamente na validação e propagação de informações.

O capítulo ainda discute como a necessidade de atratividade visual e interativa redefine a hierarquia das informações e promove formatos híbridos que mesclam entretenimento e jornalismo. O público contemporâneo busca não apenas se informar, mas também interagir e se entreter, o que influencia diretamente a produção e distribuição de conteúdo, além de criar novos desafios éticos e editoriais para os jornalistas.

Por fim, destaca-se a tensão entre as oportunidades tecnológicas, que aumentam a eficiência e a inovação na produção de notícias, e os desafios éticos, como a manutenção da precisão, a mitigação da desinformação e a necessidade de escapar da superficialidade. O capítulo conclui que o jornalismo digital trouxe avanços significativos, mas requer um equilíbrio constante entre inovação e compromisso com a ética e a profundidade da informação.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para começar, é importante destacar neste trabalho que a carência de metodologias específicas que possam ser desenvolvidas de maneira direcionada para a compreensão dos processos que envolvem as notícias em si foi um obstáculo vivenciado na construção do percurso metodológico da pesquisa. Conforme apontam Silva e Maia (2011), o campo de pesquisa em jornalismo enfrenta dificuldades na organização e desenvolvimento de metodologias adequadas, recorrendo frequentemente à análise de conteúdo e análise de discurso⁴⁹. No caso da pesquisa atual, também foi utilizada a análise de conteúdo e de cobertura para possibilitar o trabalho analítico a partir do material coletado. Neste trabalho é utilizado o protocolo metodológico de análise de cobertura jornalística, elaborado por Gislene Silva, adaptando para a análise dos portais online.

A pesquisa tomou o cuidado para adaptar da melhor maneira as metodologias propostas, visando a observação feita por Silva e Maia (2011), a respeito da “repetição de fórmulas metodológicas sem as considerações e adaptações necessárias” (Silva; Maia, 2011, p.4), pensando que nesta pesquisa está sendo abordada a cobertura dos portais jornalísticos online, tendo o interesse direcionado para as notícias publicadas de forma digital.

Este trabalho não foca na produção da pauta porque não realiza uma pesquisa etnográfica, mas utiliza do protocolo ao olhar para a produção da notícia no seu conteúdo, utilizando o newsmaking no produto pronto, porque entende o newsmaking (produção da notícia) como uma abordagem que se preocupa com as “articulações, conexões e relações existentes entre a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e dos processos produtivos” (Lago; Benetti, 2007, p.223). Devido a isso, é utilizada também a análise de conteúdo.

As demais dimensões se mesclariam no que propomos como método de análise de cobertura. Embora as formas como as organizações jornalísticas administram e planejam internamente as atividades produtivas sejam mais adequadamente captadas por meio do acompanhamento das rotinas de trabalho, ou entrando em contato com os profissionais da redação, elas deixam suas marcas no produto pronto. Além das marcas da dimensão organizacional, também as da dimensão técnico-metodológica são perceptíveis no produto, naqueles aspectos diretamente vinculados às

⁴⁹ A análise de conteúdo (AC) teve suas origens nos Estados Unidos no início do século XX e é vista como uma abordagem influenciada pelo positivismo. O positivismo, por sua vez, é uma metodologia que aplica princípios das ciências exatas no estudo das ciências humanas.

A Análise do Discurso (AD) surge de diferentes áreas de estudo, incluindo a linguística, a filosofia e a antropologia. Esse campo de pesquisa está em constante desenvolvimento e se concentra principalmente no discurso e nos sentidos que ele pode assumir.

técnicas e às práticas específicas de produção do material informativo (Silva; Maia, 2011, p.8).

Silva (2008) sugere uma revisão das metodologias convencionais e propõe um novo procedimento metodológico específico para a pesquisa em jornalismo, com foco na análise da cobertura jornalística, “uma metodologia própria para análise de cobertura jornalística, quer dizer, quando o texto publicado pode revelar aspectos do processo produtivo da notícia, sem passar pela estreita compreensão do que entendemos por newsmaking” (Silva, 2008, p.7). Essa estrutura do protocolo é incorporada na análise dos materiais desta pesquisa, já que propõe observar a cobertura expressa no conteúdo jornalístico, entendendo como um *modus operandi* dos itens analisados (Silva; Maia, 2011).

Lago e Benetti (2007) entendem que a produção da notícia é atravessada pela cultura profissional, que envolve retóricas, astúcias táticas, códigos, estereótipos, tipificações, representações de papéis, rituais e convenções relativos às funções da mídia e dos jornalistas na sociedade. Por outro lado, existem restrições relacionadas à estrutura do trabalho, nas quais se estabelecem convenções profissionais que influenciam a definição do que é considerado notícia, essas convenções também legitimam o processo produtivo, desde o uso de fontes até a seleção dos acontecimentos. Dessa forma, são estabelecidos critérios de relevância que determinam a noticiabilidade de um fato, ou seja, a probabilidade de ele se tornar uma notícia (Lago; Benetti, 2007).

O “Protocolo metodológico de Análise de Cobertura Jornalística”, é composto por três níveis, sendo: 1º marcas da apuração (assinatura, local de apuração/aceso do jornalista ao local do acontecimento, origem da informação); 2º marcas da composição do produto (gênero jornalístico/natureza do texto informativo, localização do texto no veículo/destaque, recursos visuais/adicionai) e 3º aspectos da caracterização contextual.

A primeira categoria do protocolo denominada como “1º Nível- Marcas da apuração” pode ser observada no material coletado nesta pesquisa, ao olhar para quem produziu a notícia, sendo considerado a assinatura local. No quadrante 5º do protocolo, presente no segundo nível, é proposto “Localização do texto no veículo/destaque: Várias páginas (quantas)” (Silva; Maia, 2011, p.7-8), mas a pesquisa adaptou para a quantidade de parágrafos que a notícia possuía, por se tratar de matérias publicadas digitalmente e não impressas, viu-se necessário essa adaptação. As demais categorizações propostas se mantiveram como apresentado no protocolo original.

Como apontado pelas autoras Silva e Maia, o protocolo serve para analisar a cobertura em diferentes contextos, nesse caso, foi pensado para investigar a cobertura da insegurança alimentar e da fome entre 2019 a 2022, atentando para composição das matérias jornalísticas a respeito dessa temática.

A análise de conteúdo, sinalizada por Lago e Benetti (2007), pode ser usada para descrever e classificar produtos jornalísticos, como é o caso da pesquisa atual, e avalia características da produção para “identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico” (Lago; Benetti, 2007, p.123). Foi com esse auxílio que a análise de conteúdo foi utilizada para a descrição e produção da análise das matérias selecionadas. A metodologia de análise de conteúdo ofereceu uma estrutura para examinar e compreender o material coletado, permitindo uma visão valiosa sobre como as notícias se apresentam e suas características.

Lago e Benetti (2007) lembram que a análise de conteúdo passa a ser usada na década de 1950, em estudos com temáticas como racismo, violência e discriminação contra as mulheres, por isso, entendeu-se como importante trazer esse modelo de análise para discutir as questões da insegurança alimentar e fome no jornalismo, sendo um modo de descrever o que foi discutido nos dados. A análise de conteúdo se volta para a busca dos “significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambigüidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (Lago; Benetti, 2007, p.127).

Para o jornalismo, esse método tem por objetivo “fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação” (Lago; Benetti, 2007, p.127), analisando elementos presentes no conteúdo jornalístico, como o texto em si, símbolos, imagens, fotos, entre outros recursos, no caso da pesquisa, elementos como interseccionalidade, gênero, raça e classe social também foram observados nas matérias para que o quadro ficasse mais completo.

Lago e Benetti (2007) trazem o método passo a passo elaborado por Klaus Krippendorff (2004) para desenvolver uma investigação utilizando a análise de conteúdo, contendo seis perguntas referentes aos aspectos do trabalho de pesquisa. A primeira é quais são os objetos de estudo? Neste caso, os objetos de estudo seriam as 31 notícias veiculadas em portais digitais brasileiros que abordam sobre insegurança alimentar e a fome, tendo como contexto as questões a respeito da pobreza, miséria e desigualdade social. A segunda questão é: como eles são definidos? As matérias foram definidas através de um mapeamento e de uma filtragem de 81 para 31 matérias.

A terceira pergunta, qual a população ou universo (conjunto de objetos) de onde será retirada a amostra? A amostra da pesquisa em questão foi retirada de portais jornalísticos que estavam disponíveis no buscador do Google e que apareceram quando foi utilizado as palavras-chave para a busca das notícias. A pesquisa considera que os resultados apresentados pelo Google são influenciados por seus algoritmos, que determinam a relevância e a ordem das notícias exibidas aos usuários. Esses algoritmos são baseados em uma série de fatores, como popularidade do site, engajamento do usuário, e otimização para SEO, o que pode impactar o acesso a diferentes perspectivas ou a visibilidade de certos conteúdos. Apesar dessas limitações, o Google continua sendo a ferramenta de busca mais utilizada, por sua eficiência e alcance, o que justifica seu uso predominante na coleta de dados da pesquisa. A escolha do Google para a busca de notícias é, portanto, um reflexo tanto de sua acessibilidade quanto de sua influência na maneira como é consumido a informação.

Quarta pergunta: em que contexto estamos os objetos de estudo? Os objetos de estudo da pesquisa estão inseridos no contexto político brasileiro e global a respeito da insegurança alimentar, das 31 notícias selecionadas, todas utilizaram dados fornecidos por organizações de pesquisa que estudam a questão da fome no país.

Quinta pergunta, quais são as delimitações do estudo? O estudo realizou um mapeamento de quatro anos entre 2019 a 2022 coletando 81 matérias que passaram por uma filtragem baseada em critérios pré-estabelecidos, tendo no total 31 matérias analisadas, que foram separadas em quatro blocos para que fosse realizada uma avaliação aprofundada do material. A sexta e última pergunta: qual o alvo das inferências? A pesquisa infere sobre quais os elementos textuais, visuais, as fontes presentes e aspectos interseccionais evidenciados no material analisado.

Pensando na análise de conteúdo voltada para sites, a pesquisa se atentou em utilizar a técnica de amostragem não-aleatória, abordada por Lago e Benetti (2007), aplicada quando o acesso a toda população do estudo não pode ser usada ou quando se trabalha com amostragens menores, com edições específicas “publicações que tratam da cobertura de um tema registrado em período também específico, ou para estudos comparativos como o tratamento de um tema em determinados veículos em épocas distintas ou não” (Lago; Benetti, 2007, p.131).

A categorização do trabalho segue técnicas de análise de conteúdo, organizando as categorias da pesquisa em blocos. “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 2011, p.147). No percurso metodológico a seguir, as categorias utilizadas nesta pesquisa serão detalhadas.

Para compor a análise de conteúdo é proposta também a utilização da análise de cobertura, baseada no protocolo já citado de Gislene e Maia (2011). A Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) serve para examinar como um veículo estrutura sua cobertura referente a “assuntos em geral ou de acontecimentos factuais específicos, explorando as marcas das técnicas e estratégias de apuração, composição, disposição e, conseqüentemente, angulação da notícia nas páginas do veículo” (Silva; Soares, 2013, p.4), tal método pode ser utilizado a respeito de qualquer assunto, temática ou acontecimento, de acordo com Silva e Soares (2013). A ACJ se apropria do Protocolo Metodológico de Análise de Cobertura Jornalística, as duas metodologias se complementam e são pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa.

5.1 Percorso metodológico

A pesquisa surge através da observação de notícias locais e nacionais a respeito da insegurança alimentar e fome, ao ler e consumir esse material, foi possível perceber como as coberturas eram semelhantes, senão iguais, a respeito do tema, em como a mídia se utilizava de uma pesquisa de base publicada por canais de organizações sociais com a mesma abordagem. Notava-se que a abordagem utilizada nas notícias eram as mesmas, a estrutura de texto e as fontes utilizadas, com isso, foi pensado realizar um trabalho que discutisse a respeito da produção jornalística olhando para as questões da insegurança alimentar no noticiário brasileiro.

Devido o interesse pela temática, foi realizada uma busca exploratória pelo banco de teses e dissertações da CAPES⁵⁰, para averiguar se existiam nos últimos quatro anos, trabalhos relacionados ao tema da pesquisa que busca saber como o jornalismo cobriu a insegurança alimentar. Na primeira busca, foram utilizadas palavras chave como: Fome and Jornalismo; Fome and Miséria; Jornalismo and Classe Social; Telejornalismo and Classe Social; Cobertura Jornalística. Essas palavras chave foram escolhidas porque representavam, naquele momento, a temática central da pesquisa.

Na busca foram encontrados por volta de 63 trabalhos nas áreas de Jornalismo e Comunicação Social, entre os anos de 2019 a 2022. Além do Portal da Capes, foram mapeados também eventos acadêmicos como o INTERCOM e SBPJOR, dos últimos quatro anos. O intuito era fazer uma busca bibliográfica referente às temáticas de raça, classe social,

⁵⁰ A pesquisa foi realizada em agosto de 2022.

fome, insegurança alimentar, bem como, temáticas que passassem por esses tópicos como gênero e interseccionalidade, para uma melhor abordagem do tema.

Observa-se que uma das palavras-chave se referia ao telejornalismo, um formato que foi substituído por notícias online. As notícias online apresentam vantagens, como a facilidade na coleta, organização e armazenamento de material. Além disso, as matérias digitais oferecem uma variedade de recursos para análise, incluindo imagens, textos, fontes diversas e até vídeos integrados, enriquecendo a experiência do leitor e permitindo uma compreensão mais completa dos temas abordados.

Coletados esses trabalhos, foi possível pensar em como articular uma pesquisa que se envolvesse com a temática de interesse da autora do trabalho, mas que também tivesse uma relevância para as pesquisas em Jornalismo na contemporaneidade, que trouxesse uma temática que estava sendo pouco debatida e dialogasse com estudos de outras áreas do conhecimento, trazendo perspectivas de interseccionalidade.

Foi realizada uma tabela a respeito dos trabalhos de pesquisa já feitos sobre a temática. Em seguida, foi possível começar a mapear as notícias veiculadas durante os anos de 2019 a 2022. A busca foi feita direto no buscador do Google para ter uma visão mais abrangente dos resultados, tendo sido realizada entre março e julho de 2023. A busca não focou em portais de notícias específicos, já que o trabalho detém sua atenção nas matérias e não nos veículos.

Foi realizada uma busca geral, com palavras chaves “fome”, “insegurança alimentar” e “miséria”, coletando material dos quatro anos, mas foi observado que o mapeamento encontrou poucos resultados referentes aos anos de 2019 e 2020, por isso, foi realizado um novo mapeamento, com enfoque maior nos dois primeiros anos de interesse da pesquisa. A partir dos dados coletados, foi montada uma tabela. A primeira notícia que apareceu foi publicada pelo G1⁵¹, “Bolsonaro altera lei e extingue atribuições do conselho de segurança alimentar”, em 03 de janeiro de 2019. A última notícia que apareceu nas buscas foi “Pobreza tem alta recorde e atinge 62,5 milhões de brasileiros em 2021, diz IBGE”, da CNN⁵², publicada em 12 de dezembro de 2022. Foram totalizadas 81 notícias sobre a temática de insegurança alimentar e pobreza, sendo 67 delas produzidas a partir de dados divulgados por instituições ligadas à causa, como a Food and Agriculture Organization (FAO), Instituto

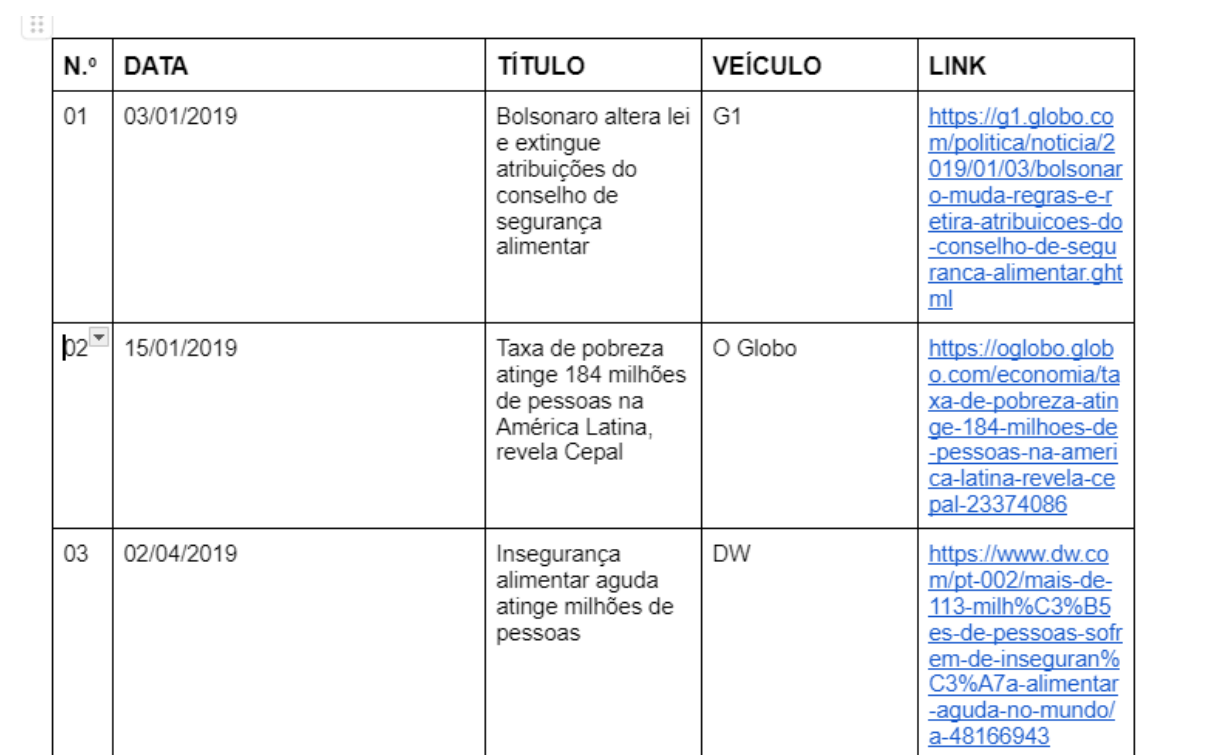
⁵¹ O G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo, uma das maiores empresas de mídia do Brasil. Lançado em 2006, o G1 oferece cobertura jornalística de notícias nacionais e internacionais, abordando temas como política, economia, esportes e tecnologia. O portal tem atualização em tempo real, oferecendo textos, vídeos e infográficos para manter o público informado sobre os principais acontecimentos do Brasil e do mundo.

⁵² A CNN no Brasil é uma versão independente, lançada em 2020, que opera com conteúdo adaptado ao público brasileiro, mantendo a linha editorial e os padrões jornalísticos da CNN internacional.

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede PENSSAN.

Com as matérias encontradas, foi possível observar no que elas se baseavam, ou seja, onde estava o gancho mais evidente para que tivessem sido produzidas, e pode-se observar que estava presente em divulgação de dados por institutos de pesquisa relacionados a questões sociais que debatiam a respeito da fome e pobreza. Devido a essa observação, houve a necessidade de uma segunda tabela que mostrasse qual era a origem dos dados, buscando onde eles tinham sido divulgados e qual instituição de pesquisa obteve tais resultados presentes nas matérias. A segunda tabela totalizou 81 dados encontrados, muito dos dados presentes foram da Organização das Nações Unidas (ONU), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Rede PENSSAN), Food and Agriculture Organization (FAO), entre outras.

Imagem 1: Print da tabela de seleção das notícias



N.º	DATA	TÍTULO	VEÍCULO	LINK
01	03/01/2019	Bolsonaro altera lei e extingue atribuições do conselho de segurança alimentar	G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/bolsonaro-muda-regras-e-retira-atribuicoes-do-conselho-de-seguranca-alimentar-ghtml
02	15/01/2019	Taxa de pobreza atinge 184 milhões de pessoas na América Latina, revela Cepal	O Globo	https://oglobo.globo.com/economia/taxa-de-pobreza-atinge-184-milhoes-de-pessoas-na-america-latina-revela-cepal-23374086
03	02/04/2019	Insegurança alimentar aguda atinge milhões de pessoas	DW	https://www.dw.com/pt-002/mais-de-113-milh%C3%B5es-de-pessoas-sofrem-de-inseguran%C3%A7a-alimentar-aguda-no-mundo/a-48166943

Fonte: Elaborado pela autora.

Com esse mapeamento, observou-se que o jornalismo apresentava uma tendência maior de produzir notícias a respeito da fome e pobreza baseado em dados divulgados por agências ou organizações de estudo e pesquisa. Nas tabelas, é possível observar que as notícias são publicadas no mesmo dia da divulgação científica realizada, o que pode

demonstrar que os jornalistas acompanham em tempo real a publicação desses estudos, e que servem mais para ajudar na publicização e divulgação desses dados do que propor uma abordagem mais crítica a respeito da temática.

Como citado, são 67 notícias que derivam dos dados apontados. Algumas notícias utilizam os dados da pesquisa como uma das fontes do texto e não apenas como o guia da informação, como é o caso da notícia publicada pelo Estadão em 28 de novembro de 2022, que utilizou dados de 2020 da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde trouxe informações mais completas sobre pobreza e o auxílio emergencial. A Folha de São Paulo, por exemplo, utilizou os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil como base com o objetivo de trazer informações sobre Organizações não governamentais (ONGS) que prestam auxílio no combate a fome nos últimos dois anos.

Imagem 2: Print da tabela de dados.

N. º	FONTE	O QUE SÃO OS DADOS?	DATA RESULTA DOS	DATA DIVULGA ÇÃO	QUEM DIVULGOU ?	LINK
01	Food and Agriculture Organization (FAO)	Crises alimentares que afetou 74 milhões de pessoas em 2019.	02 de abril de 2019	02 de abril de 2019	R7 DW	https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf
02	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)	Relatório mostra que 62 milhões de latino-americanos vivem em condições de extrema pobreza	Janeiro 2019	15 de janeiro de 2019	O GLOBO EXAME G1 UOL	https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/S1801085_pt.pdf?sequence=1&isAllo wed=y
03	Banco Mundial	Número de pessoas que vivem na pobreza	04 de abril de 2019	05 de abril de 2019	G1	https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a construção da tabela de dados foi preciso uma busca mais minuciosa nos sites oficiais das instituições que produziam as pesquisas a respeito da insegurança alimentar. Alguns dados têm fácil acesso, como é o caso do site do IBGE, onde é possível encontrar através dos anos as publicações que tivessem relação com o momento que as notícias foram

publicadas. Já no caso de um relatório publicado pelo Yahoo, citado na notícia do Observatório do Terceiro Setor, *“Enquanto 19 milhões passam fome, Bolsonaro tem gasto recorde no cartão”*, publicada em 5 de outubro de 2021, o relatório que baseou a matéria não foi encontrado, nem mesmo no site de origem.

Para cada um dos aspectos dos objetivos propostos pelo trabalho, foi necessário pensar pontos que ajudassem a desenvolver possibilidades de análise. Em concordância com os objetivos, o primeiro passo a análise se volta para a configuração do texto em si, suas características técnicas, recursos de linguagem presentes como comparações, eufemismos, metáforas, entre outros. É proposto também um olhar para títulos, a disposição das informações na página, organização dos elementos, bem como, se foram utilizados recursos multimídias.

As fontes que são utilizadas também é um dado importante para a pesquisa, por isso, a análise da quantidade de fontes, quem são as fontes utilizadas, se são mulheres ou homens, representantes de quais instituições, qual o peso das fontes testemunhais para as notícias coletadas, como se deu a disposição das fontes nos textos, se a predominância das fontes é de dados, e que tipo de dados, qual sua origem e quais os vieses utilizados.

É proposta também a análise das imagens presentes nos materiais, observando se todas as notícias contêm imagens, se sim, qual o tipo utilizado, foto, ilustrações e infográficos. Se são imagens de arquivos, qual a origem desse banco de imagens? Analisando também qual a noção de realidade que as imagens passam para o leitor.

Cito como exemplo uma matéria publicada pela Folha de São Paulo, em 19 de julho de 2019, *“Em média, 15 pessoas morrem de desnutrição por dia no Brasil”*. Nesta notícia, é possível observar alguns elementos citados acima. A matéria está presente na editoria de política, traz os dados mais recentes daquele período, que contradiziam com falas do ex-presidente Jair Bolsonaro, que também estavam presentes no material. O texto possui 11 parágrafos, em torno de 390 palavras, é utilizado um hiperlink como gancho para outra matéria que tinha sido publicada no mesmo dia a respeito da declaração do então presidente Bolsonaro.

A fonte testemunhal, sendo considerada aqui um personagem que enfrenta a realidade da fome no Brasil, não foi buscada pelo jornal. O recurso que demonstra essa realidade é o multimídia, uma galeria de fotos produzidas pela Folha Press, realizadas em outubro de 2017. A série de fotos é chamada de *“Fome em SP”*, e traz diversos brasileiros em condições vulneráveis.

Imagem 3: Print da galeria da Folha de São Paulo .

9 / 11 Fome em SP



Germinia Pereira de Moraes, 54, tinha apenas meio saco de arroz na despensa para alimentar os três filhos, que moram com ela no Morro da Mut... MAIS ▾



Fonte: Print realizado pela autora.

Como é possível perceber, a foto tem uma legenda que apresenta quem é a pessoa retratada e descrição da situação. Mas, nenhuma das pessoas presentes nas fotos ou outras fontes testemunhais são retratadas na matéria, a Folha utilizou apenas fontes oficiais. Os dados utilizados são da FAO, descrita pelo jornal como “órgão da ONU para comida”, são usados dados do IBGE de 2013 e do Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSAN) realizado pelo Ministério da Cidadania em 2018. Também há falas do ex-presidente Bolsonaro e de uma professora da Faculdade de Saúde Pública da USP, Patricia Jaime.

A notícia se detém aos últimos dados disponíveis, naquele período, a respeito da insegurança alimentar, também sobre a desnutrição infantil. Os dados são de organizações oficiais, tanto governamentais quanto mundiais que também estão no Brasil. A matéria possui dois infográficos, o primeiro com dados do Datasus, que mostra as mortes por desnutrição no

país, o segundo apresenta os dados do Mapa Insan sobre as crianças que são atendidas pelo Bolsa Família com déficit de peso ou altura por idade.

Após a produção do texto para qualificação, que aconteceu em dezembro de 2023, foi necessário reorganizar as notícias selecionadas para que houvesse uma amostra mais qualificada de análise para pesquisa. Por isso, foi pensada uma reorganização do material que tivesse uma ligação com os objetivos do trabalho e com categorias de análise que fizessem sentido para a temática proposta.

A amostra da pesquisa se encontrava com 81 matérias selecionadas. Para uma melhor elaboração do processo metodológico, foi realizada uma filtragem mais aprofundada das notícias selecionadas no primeiro momento de busca. As diretrizes definidas para realizar a filtragem se voltaram para a temática proposta pela pesquisa e segue tópicos que são primordiais para o trabalho, como as questões de raça, gênero e classe, bem como essenciais na realização da seleção do material de análise.

Os critérios estabelecidos para a organização do corpus foram: gênero; raça; classe social; notícia nacional; produção própria; elementos do jornalismo online; fontes (dados e testemunhais); texto humanizado. Foi levada em consideração que o critério que guia os demais seria se existiam fontes testemunhais presentes nas notícias. Essa decisão se baseia em considerar importante para a pesquisa ter notícias com o próprio relato da população que está na condição de insegurança alimentar.

Estabeleceu-se o mínimo de cinco e o máximo de dez matérias por cada ano considerado na pesquisa, sendo cinco no ano de 2019, oito nos anos de 2020 e 2021 e dez no ano de 2022, correspondendo a 31 matérias. A tabela ficou composta por diferentes veículos, mas em sua maioria de âmbito nacional, com notícias que abordavam a realidade brasileira em um contexto geral.

As matérias que foram desconsideradas eram aquelas que não continham um texto jornalístico de cunho social, e não apresentavam fontes testemunhais, ou seja, apenas especialistas. Notícias com informações de contexto e fala de especialistas também foram desconsideradas pelos critérios de análise, bem como, as matérias que focaram na realidade de apenas um estado brasileiro específico, mas que não tinham fontes testemunhais ou relatos da localidade, foram também descartadas na filtragem.

A análise revela um aumento gradual no número de matérias encontradas ao longo dos anos, com uma concentração significativa em 2022. Quanto à distribuição das matérias por veículo, observa-se uma diversidade de fontes, todas de âmbito nacional, o que é positivo para garantir uma visão abrangente da situação da insegurança alimentar no país. Veículos, como o

G1 e a Folha de São Paulo, tiveram uma presença mais marcante em determinados anos, o que pode indicar uma ênfase específica dada por esses meios de comunicação ao tema.

As editorias em que as notícias estão inseridas são: Política; Poder; Economia; Mercado; Direitos Humanos; Geral, Equilíbrio e Saúde; Brasil; Saúde; Brasília; Cotidiano; Educação. Cada uma dessas editorias oferece uma lente única para examinar a questão da insegurança alimentar, destacando diferentes aspectos e implicando diferentes soluções e responsabilidades. A escolha da editoria pode demarcar uma escolha que também indique a maneira como o veículo entende que o público possa perceber e compreender o problema, bem como as possíveis soluções propostas.

A amostra escolhida foi pensada em concordância com os objetivos da pesquisa. Foram observadas nas 31 notícias selecionadas para análise final que elas tivessem elementos que se enquadrarem com o que o trabalho busca problematizar, bem como um número de acordo com o tempo e os recursos disponíveis para este estudo específico. As notícias selecionadas foram organizadas pelo ano de publicação para facilitar o desenvolvimento e entendimento da análise.

As categorias utilizadas para análise de todas as notícias que compõem a amostra foram:

Bloco 1: Estrutura da Notícia

A estrutura da notícia segue um formato padrão (pirâmide invertida, narrativa, etc.)?
O título é preciso e informativo?
Qual a extensão do texto?
Qual o tipo de expressões utilizadas?
Expressões e quadros utilizados para descrever a fome e a insegurança alimentar

Bloco 2: Fontes e Credibilidade

Quais os tipos de fontes utilizadas?
Quais são as fontes citadas na notícia?
Em quais situações as citações diretas são utilizadas?

Quem são as fontes utilizadas nas citações diretas?
Vozes e perspectivas apresentadas (pessoas afetadas, especialistas, líderes políticos, etc.)
As informações são fundamentadas em dados verificáveis?
A notícia apresenta diferentes perspectivas sobre o assunto?

Bloco 3: Imagens e Multimídia

É utilizado recurso fotográfico ou multimídia?
Quais imagens ou recursos multimídia são utilizadas?
Qual a função que as imagens ou outros recursos multimídia exercem na notícia (ilustrativo; explicativo)?

Bloco 4: Interseccionalidade

Existe uma explicitação de questões relacionadas à raça, gênero, classe social?
De que forma isso se apresenta na matéria (descrição do texto; legenda; material multimídia)?

A organização em blocos teve como objetivo deixar mais claro o caminho que a análise segue na pesquisa. As categorias foram pensadas em concordância com os objetivos da pesquisa que buscam olhar para a estrutura da notícia, texto, fontes utilizadas, bem como imagens e material multimídia.

A partir da definição das categorias, deu-se início para a análise do material coletado, começando com o ano de 2019 e sucessivamente os demais anos. Foi utilizado a planilha do Google para uma melhor distribuição das perguntas e da coleta dos dados presentes nas notícias analisadas, a distribuição foi organizada em blocos, contabilizando quatro deles, cada um referente a um segmento analisado, seguindo a construção já apresentada neste trabalho.

Imagem 4: Print para exemplificar os blocos de análise elaborados.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
Bloco 01 - Estrutura da notícia														
Referência: Notícias 2019	Título da notícia	A estrutura da notícia segue um formato padrão (pirâmide invertida, narrativa, etc.)?	O título é preciso e informativo?	Qual a extensão do texto?	Qual o tipo de expressões utilizadas?	Expressões e quadros utilizados para descrever a fome e a insegurança alimentar.								
1	"Bolsonaro altera lei e extingue atribuições do conselho de segurança alimentar"	Apresenta o fato mais importante e suas implicações imediatas. Explica o contexto e os detalhes da medida provisória, fornecendo informações legais e históricas. Inclui reações e opiniões de entidades afetadas, além de um apelo para reconsideração, proporcionando um desfecho à narrativa.	Sim, o título foca na informação principal do texto.	29 parágrafos, sem incluir título e linha-fina	"A entidade afirma que a medida é de 'surrealismo ímpar na história do país' expressa uma forte opinião e sentimento de incredulidade. 'E com profundo pesar que a Ação da Cidadania recebeu a notícia...' transmite uma emoção pessoal e coletiva de tristeza.	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); Mapa da Fome da ONU; Segurança alimentar e nutricional; Movimento social de combate à fome								
2	"Em média, 15 pessoas morrem de desnutrição por dia no Brasil"	Sim, a notícia utiliza da pirâmide invertida para apresentar as informações. Utiliza os dados para explicar a situação do país.	Sim, o título foca na informação principal do texto.	11 parágrafos, sem incluir título e linha-fina	O texto não contém nenhuma expressão específica que caracteriza o texto mais humanizado, apenas quando se refere às crianças estarem no "grupo mais vulnerável".	Foram usados os termos: Insegurança alimentar grave, insegurança alimentar moderada, redução quantitativa de alimentos, desnutrição.								
3	"Crise levou 4,5 milhões a mais à extrema pobreza e fez desigualdade atingir nível recorde no Brasil, diz IBGE"	Sim, a notícia utiliza da pirâmide invertida para apresentar as informações. Utiliza os dados mais recentes da pesquisa para explicar a situação do país.	Sim, o título foca na informação principal do texto.	22 parágrafos, sem incluir título e linha-fina	"Recordes de pessoas em situação de extrema pobreza": O uso do termo "recordes" sugere uma preocupação com a magnitude do problema e enfatiza a dimensão dos números apresentados. "o país vivia sob os patamares mais baixos de desemprego". Esta frase humaniza a situação econômica do país ao destacar um período anterior em que o desemprego estava em níveis mais baixos, ressaltando a queda e o aumento subsequentes.	"13,5 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da extrema pobreza". Esta é uma indicação clara de que uma parcela significativa da população está enfrentando dificuldades para acessar alimentos adequados devido à sua situação econômica precária. "o número de brasileiros em extrema pobreza cresceu ano a ano". Este trecho sugere que a capacidade das pessoas de garantir uma alimentação adequada está sendo								

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da definição das categorias, iniciou-se a análise do material coletado, começando com as cinco notícias referentes ao ano de 2019. Cada uma delas foi examinada dentro de cada bloco, respondendo aos questionamentos apresentados em cada segmento. A seguir, será realizada a análise detalhada dessas notícias, evidenciando como cada uma se enquadra nas categorias definidas e discutindo os principais achados e padrões identificados em cada bloco. Essa análise permitirá compreender a maneira como os conteúdos foram construídos e os elementos que se destacam em cada caso.

6 ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

Como já foi abordado na metodologia, o trabalho de análise se dividiu em quatro blocos: o primeiro, Estrutura da Notícia, o segundo, Fontes e Credibilidade, o terceiro, Imagens e Multimídia e por fim, Interseccionalidade. Em cada bloco, foram tabulados os anos das notícias selecionadas, respondendo às questões que estavam presentes nas sessões dos blocos. Foi utilizado esse sistema pela facilidade de visualização e para maior clareza das informações.

É possível observar que no primeiro tópico do **Bloco 01 - Estrutura da notícia**, “*Título da notícia*”, as manchetes revelam uma mudança significativa no panorama socioeconômico e nas políticas públicas relacionadas à pobreza e à segurança alimentar no Brasil. O comparativo é entre os principais assuntos, temas como fome, insegurança alimentar e políticas públicas relacionadas ao Brasil. Em 2019, as manchetes falavam em: 1) Mudança legislativa que afetou as atribuições do conselho de segurança alimentar, sugerindo uma possível diminuição do foco governamental. 2) Altas taxas de mortalidade devido à desnutrição no Brasil, indicando um problema grave de segurança alimentar. 3) Aumento significativo na extrema pobreza e desigualdade, atingindo níveis recordes segundo o IBGE. 4) Especialistas previram que o Brasil não alcançaria suas metas de erradicação da pobreza até 2030, apontando para desafios persistentes.

Em 2020, as manchetes falavam em: 1) Críticas ao governo Bolsonaro por desmontar políticas de combate à fome, iniciando preocupações crescentes. 2) Relatórios da ONU e do IBGE indicaram um aumento na insegurança alimentar, afetando milhões de brasileiros, com alertas sobre um possível retorno ao “Mapa da Fome”. 3) O auxílio emergencial de R\$600 foi destacado como uma medida que temporariamente reduziu a pobreza extrema, mas preocupações surgiram com seu término.

Em 2021, as manchetes falavam em: 1) Mais de 125 milhões de brasileiros enfrentavam insegurança alimentar durante a pandemia, evidenciando uma crise ampla. 2) Com o auxílio emergencial reduzido, previa-se um aumento significativo na pobreza no Brasil. 3) Relatos de que a insegurança alimentar estava colocando em risco uma geração de crianças no país.

Em 2022, as manchetes falavam em: 1) O número de pessoas sofrendo com insegurança alimentar grave aumentou 85% em relação ao ano anterior, indicando uma crise de deterioração. 2) Focando em estados como Alagoas, onde a fome afeta uma porcentagem

alarmante das famílias, destacando dificuldades extremas em prover alimentação para crianças. 3) A fome foi associada à evasão escolar e ao aumento de internações infantis por desnutrição, evidenciando consequências profundas em várias áreas da sociedade.

Levantando tais resultados, é possível averiguar: 1) Ao longo dos anos, as manchetes mostram uma tendência de agravamento da insegurança alimentar e da fome no Brasil, especialmente evidenciada a partir de 2020, com a pandemia. 2) Impacto das políticas governamentais. As manchetes de 2020 e 2021 frequentemente criticavam as políticas do governo Bolsonaro em relação ao combate à fome e à pobreza, enquanto em 2022 as críticas persistem, refletindo um aumento na intensidade e na severidade dos problemas. 3) Consequências sociais. As manchetes mais recentes, de 2022, destacam não apenas o aumento da insegurança alimentar, mas também os impactos sociais e econômicos severos que estão sendo observados, como a crise na educação e na saúde.

Imagem 1 - Print das manchetes da de 2019 e 2021 | **Imagem 2** - Print das manchetes de 2021 e 2022

Em média, 15 pessoas morrem de desnutrição por dia no Brasil

Presidente Bolsonaro afirmou ser 'uma grande mentira' dizer que há fome no país

Fome no Brasil: em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, diz IBGE

Cerca de 10,3 milhões de brasileiros vivem em lares nessa situação. Percentual de domicílios com alimentação satisfatória atinge patamar mínimo em 15 anos.

Mais de 125 milhões de brasileiros sofreram insegurança alimentar na pandemia, revela estudo

Segundo pesquisa conduzida pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça, 44% deixaram de comer carne

Fome atinge 36,7% das famílias em Alagoas, diz estudo: 'Meu filho pede o que comer e eu não tenho'

Estudo da PENSSAN revela que o estado tem maior taxa de insegurança alimentar grave no país. Três em cada dez famílias brasileiras não têm acesso suficiente a alimentos.

Fonte: Print realizado pela autora. Manchetes das notícias do jornal Folha de S.Paulo.

Por meio desse levantamento em relação aos títulos das notícias, a pesquisa propõe uma reflexão acerca dos enunciados, tendo em consideração a pergunta problema e os objetivos do trabalho. As manchetes evidenciam uma mudança econômica e política relacionada à pobreza e a insegurança alimentar no país. É perceptível notar por meio das manchetes que o aumento da insegurança alimentar não gera apenas consequências sociais e econômicas, mas também na educação e na saúde, com um efeito cascata, a fome afeta diferentes áreas, comprometendo o desenvolvimento infantil e deixando a população

vulnerável. A fome sendo uma questão multifacetada, requer uma abordagem integrada de diferentes áreas para uma possível melhora do problema. Por meio dos títulos dos quatro anos (2019-2022), é apresentada uma necessidade de reavaliação das medidas governamentais e de políticas que de fato atendam a população.

Em relação aos títulos/manchetes das notícias analisadas, pode-se tomar como base as percepções de Tomazi (2019), sendo os títulos uma das primeiras e mais importantes partes das notícias. Como ressalta a autora, os títulos não apenas resumizam as informações mais importantes, mas também definem o tópico principal da notícia. Portanto, um título pode influenciar significativamente a percepção do leitor sobre o conteúdo da notícia, mesmo que este não leia o material completo. Essa influência é especialmente crítica em um contexto em que muitos leitores consomem notícias de forma rápida e superficial, frequentemente limitando-se à leitura dos títulos e subtítulos.

Na maioria dos títulos é observada a predominância de dados, por exemplo, o uso de porcentagens. A notícia, ao utilizar no título dados alarmantes, tenta chamar atenção do leitor. “Uma das marcas mais materiais da profissionalização da carreira, já que exigem técnica e aperfeiçoamento para serem feitos; e da mercantilização da mídia, uma vez que é um diferencial mercadológico” (BUENO; REINO, 2019, p.2). O título dá sentido para o conteúdo da matéria e guia o leitor para o que irá encontrar, é uma técnica a ser seguida pelos jornalistas, com isso, os títulos também sofrem modificações com os avanços tecnológicos. Bueno e Reino (2019) entendem que devido ao desenvolvimento do ciberjornalismo, o título toma 50% do tempo dedicado ao texto jornalístico, isso em função da grande demanda de opções que podem levar o leitor para outras matérias. Só a qualidade do texto não importa se o título não for atraente o suficiente, sendo o título onde a informação, a princípio, tem o maior destaque.

Não foi mensurada, nesta pesquisa, uma análise específica sobre as manchetes, mas é possível observar, como foi dito, que os dados/números usados chamam atenção, além do impacto que as palavras que acompanham sugerem sobre a situação das famílias que vivem na condição de insegurança alimentar, por exemplo: “morrem”; “sofreram”; “milhões”. São termos que ajudam, através do título, a mensurar a quantidade de pessoas nessa condição.

O segundo tópico “*A estrutura da notícia segue um formato padrão (pirâmide invertida, narrativa, etc.)?*”, teve como resultado uma padronização. Todas as notícias dos quatro anos têm uma estrutura que segue um formato padrão conhecido como pirâmide invertida. Este formato organiza as informações da notícia com os elementos mais importantes no topo, seguidos por detalhes adicionais e contexto, e finalmente informações de

fundo e menos relevantes. Ou seja, a notícia seguia o lead, presente no primeiro parágrafo e que contém as informações mais cruciais: quem, o quê, quando, onde, por que e como. O objetivo é capturar imediatamente a atenção do leitor e informar o essencial do que está acontecendo. Os parágrafos seguintes expandem as informações apresentadas no lead, oferecendo mais detalhes, contexto e perspectivas adicionais. Esta seção fornece respostas mais profundas às perguntas fundamentais da notícia.

É possível perceber o uso de forma padrão da pirâmide invertida nas notícias da análise. Nesse material, a utilização do método deixa as informações mais claras e diretas. Sua narrativa se atenta à informação principal, seguindo os princípios do lead. Vale ressaltar que as narrativas humanas e as histórias das fontes são fatores essenciais para apresentar a dimensão da fome, apesar da pirâmide invertida ser uma forma eficaz que prioriza os dados e pontos principais, é possível que diminua o impacto reflexivo e empático que as notícias poderiam oferecer. Além disso, corre-se o risco das notícias apresentarem uma cobertura redundante sobre a insegurança alimentar, visto que as informações utilizadas são, em sua maioria, do mesmo órgão ou pesquisa, deixando as matérias semelhantes, sem novas perspectivas, simplificando questões que são complexas.

A questão da pirâmide invertida já foi muito debatida no jornalismo. Com o avanço do webjornalismo, as técnicas foram se aprimorando, surgindo outras terminologias como a pirâmide deitada. Em resumo, a pirâmide invertida, que serve como um ponto de análise na pesquisa, pode ser definida como uma notícia que começa pelas informações mais primordiais e que respondem as questões de o quê, quem, onde, como, quando e por quê, para seguir com informações secundárias. A técnica pode transformar o trabalho jornalístico em rotineiro, limitando outras perspectivas de abordagem e uma leitura menos atrativa para o público (Canavilhas, 2006). “Reconhecem a importância desta técnica nas notícias de última hora, mas consideram-na uma técnica limitadora quando se fala de outros gêneros jornalísticos que podem tirar partido das potencialidades do hipertexto” (Canavilhas, 2006, p.7, apud Salaverría, 2005, p. 112). Ou seja, para os autores, utilizar a pirâmide invertida nas notícias presentes na internet limita uma arquitetura noticiosa mais aberta com diferentes ângulos.

Salaverría (1999) aponta que mesmo os jornais se adaptando ao formato online, existe uma estagnação nos textos informativos. Para ele, os avanços técnicos não são seguidos por uma evolução correspondente nas práticas profissionais. As causas dessa estagnação estão enraizadas tanto nas condições empresariais quanto nas acadêmicas. “Se a pirâmide invertida tem sido o padrão editorial hegemônico entre os jornalistas de todo o mundo, não é de estranhar que a inércia profissional e a já referida tendência de despejar textos na Internet

tenham feito com que este formato também reine hoje nos jornais digitais” (Salaverría, 1999, tradução própria)⁵³.

Reconhece-se o papel central deste formato no jornalismo global, a adoção quase universal da pirâmide invertida se deve à sua eficácia em comunicar rapidamente informações cruciais, alinhando-se às expectativas dos leitores que procuram informações de forma prática e direta. No entanto, ao aplicar essa técnica aos jornais digitais, surge a questão da "inércia profissional" mencionada. A digitalização trouxe mudanças significativas na maneira como as notícias são consumidas, mas muitos jornalistas continuam a utilizar a pirâmide invertida, possivelmente por hábito ou conveniência. A "inércia" refere-se a uma resistência à adaptação às novas possibilidades e exigências do ambiente digital, onde o formato tradicional pode não ser sempre o mais eficaz.

A inércia na utilização da pirâmide invertida, especialmente evidente nas notícias de 2019 e 2020, revela-se problemática quando aplicada a temas complexos e multifacetados como a insegurança alimentar e a fome. Esse modelo, ao privilegiar as informações principais logo no início, muitas vezes sacrifica o aprofundamento necessário para uma compreensão completa e nuançada do assunto.

Ao seguir o padrão da pirâmide invertida, os jornalistas tendem a apresentar as estatísticas mais alarmantes logo no início das matérias: número de pessoas em situação de fome, relatos de escassez de alimentos, e medidas governamentais emergenciais. Esse modelo funciona bem para captar a atenção imediata do leitor e transmitir a gravidade da situação de forma rápida. No entanto, essa abordagem pode limitar a exploração de causas subjacentes e a discussão a longo prazo. O padrão das notícias em 2021 e 2022, ainda seguem esse formato, mas possui um melhor aprofundamento dos dados, com um contexto mais amplo e relatos humanos sobre essas condições de fome.

No contexto online, o webjornalismo opera em um ambiente onde o espaço é, em teoria, ilimitado. Isso permite ao jornalista centrar sua atenção mais na "estrutura" da notícia do que na "dimensão". Com a ausência de restrições físicas, o digital pode explorar com mais liberdade o desenvolvimento das matérias, integrando elementos multimídia, como vídeos, gráficos interativos e links externos que enriquecem o contexto e a compreensão do leitor, como é o caso das notícias de 2021 e 2022, que possuem mais elementos multimídia. No entanto, essa liberdade estrutural não significa que a "dimensão" seja irrelevante. O desafio no

⁵³ “Si la pirámide invertida ha sido el patrón redaccional hegemónico entre los periodistas de todo el mundo, no es de extrañar que la inercia profesional y la mencionada tendencia al volcado de los textos en Internet hayan conducido a que, hoy por hoy, este formato reine también en los periódicos digitales (Salaverría, 1999, p.3)

webjornalismo está em gerir a atenção do leitor, que, em um ambiente digital, é frequentemente disperso devido à vastidão de conteúdos concorrentes. A estrutura da notícia deve ser cuidadosamente arquitetada para manter o interesse do leitor do início ao fim (Canavilhas, 2006).

No terceiro tópico “*O título é preciso e informativo?*”, todos os títulos eram precisos e informativos. Eles resumem de forma clara e sucinta as principais informações da matéria. A única matéria que teve uma abordagem diferente no título foi “Insegurança alimentar põe em risco uma geração de crianças no Brasil”, de 2021, que o título é preciso e informativo, mas assume uma configuração diferente porque apresenta uma informação que não é o dado principal da notícia, mas sim uma das informações contidas no texto.

O título tem um papel crucial para a notícia, ele reflete como as informações são percebidas e recebidas pelas pessoas. Como apresentado nesta análise, os títulos eram precisos e informativos, oferecendo maior clareza para a produção, porém títulos mais narrativos ou apresentando aspectos específicos, também poderiam ser utilizados, em especial, na questão da insegurança alimentar como forma de chamar ainda mais atenção para a situação. Um título que apresente um lado mais humanizado e com precisão pode oferecer uma compreensão pública aprofundada sobre tais problemas, além de despertar preocupação no leitor, e tornar o papel do jornalismo, nesta etapa, mais eficaz.

A matéria que propôs um título diferente “Insegurança alimentar põe em risco uma geração de crianças no Brasil”, de 2021, reforça como o título consegue ser preciso e informativo, mas também ter um modelo alternativo. Este título não deixa de informar, mas destaca uma consequência de longo prazo ao abordar sobre crianças, propondo uma perspectiva humanizada e ao mesmo tempo alarmante para o problema.

No quarto tópico, “*Qual a extensão do texto?*”, as extensões médias por ano: 2019 foi de 18 parágrafos. 2020, foi de 29 parágrafos. Em 2021 a média foi de 18 parágrafos e 2022 a média foi de 20 parágrafos. Para obter esse resultado, foram somados os parágrafos de todas as notícias de cada ano e divididos pela quantidade de matérias em cada ano. Em comparação, no ano de 2020, houve uma média mais alta de parágrafos por texto (28,125), indicando possivelmente uma cobertura mais detalhada e extensa dos eventos e problemas relacionados à fome e insegurança alimentar.

Nos anos de 2019 e 2021 apresentaram médias menores, em torno de 18 parágrafos por texto, sugerindo uma cobertura mais concisa ou menos detalhada em comparação com os outros anos. Em 2022 teve uma média de 20,2 parágrafos por texto, mostrando uma extensão ligeiramente maior em comparação com 2019 e 2021, mas ainda abaixo da média de 2020.

Essas variações nas extensões dos textos podem refletir mudanças na complexidade dos eventos, na disponibilidade de informações ou nas decisões editoriais ao longo dos anos em relação à cobertura de questões relacionadas à fome e insegurança alimentar no Brasil.

É possível perceber a variação da extensão das notícias sobre a insegurança e a fome no país, durante os quatro anos analisados. Pode-se considerar como fatores externos e possíveis decisões editoriais influenciam na cobertura jornalística. O ano com notícias maiores foi em 2020. A pandemia de Covid-19 pode ser o fator agravante que justificou uma cobertura mais extensa e detalhada, apesar da pandemia ser um evento fora do esperado, a profundidade e qualidade da cobertura não poderiam depender apenas de eventos inesperados, mas ter uma constância, assegurando que a fome e insegurança alimentar permanecem visíveis na agenda pública.

No quarto tópico do primeiro Bloco, "*Quais o tipo de expressões utilizadas?*", foi observado que: Em 2019, as expressões focam em registros de dados (como "recordes" e "contingente"), além de termos que destacam a concentração de renda e o impacto econômico nas camadas mais pobres. Há uma tentativa de humanizar os números ao discutir as dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de extrema pobreza. Em 2020, as expressões como "fragilização da CLT" e "ações concretas de desmonte da política" refletem uma preocupação com políticas sociais e trabalhistas, indicando uma mudança no tom para questões mais específicas de direitos e segurança alimentar.

Em 2021, as expressões se concentram em descrições detalhadas de situações individuais e familiares, com ênfase em como a pandemia afetou as escolhas alimentares e as estratégias de sobrevivência das famílias vulneráveis.

Imagem 3- Print da notícia da Folha de S. Paulo, publicada em 13/04/2021, para representar algumas expressões destacadas na análise.

Com a pandemia, ela viu minguar as possibilidades do seu cardápio, já escasso. Do arroz, feijão e carne, ficou apenas o arroz —quando é possível comprá-lo.

Fonte: Print realizado pela autora.

Já em 2022, as expressões destacam um tom mais emocional e dramático, com frases como: "a rotina de ter que negar alimento a um filho é dura e angustiante" e "o fantasma da miséria". Há um retorno explícito ao termo "Mapa da Fome", indicando um retrocesso preocupante na luta contra a fome no Brasil.

Imagem 4- Print da notícia do Correio Braziliense, publicada em 07/02/2022, para representar algumas expressões destacadas na análise.

A rotina de ter que negar alimento a um filho é dura e angustiante. Diariamente, milhões de brasileiros lutam contra a fome, que vem crescendo e atingindo mais famílias. O fantasma da miséria passa, a cada dia, a assombrar mais regiões. Com a voz embargada, Vânia Santos, de 38 anos, relata o drama de nem sempre ter o que colocar na mesa para os três filhos. "A insegurança é muito grande. O sentimento de não ter o que comer na mesa é grande e dói demais. Eu já cheguei até a chorar quando a gente vê o filho da gente pedindo o que comer e tem hora que não tem. É difícil. Não é fácil, não", conta.

Fonte: Print realizado pela autora.

Ou seja, em 2019 e 2020, pode-se observar uma tendência de discussões mais voltadas para políticas e dados econômicos. No ano de 2021, a tendência tem o foco maior em narrativas individuais e familiares, humanizando as estatísticas. Já em 2022, a tendência que pode ser observada é um retorno à urgência e ao impacto emocional da fome, com uma clara preocupação com o aumento da insegurança alimentar. Cada conjunto de expressões reflete não apenas as condições econômicas e sociais daquele momento, mas também as diferentes abordagens jornalísticas e narrativas utilizadas para transmitir a realidade da fome e da pobreza no Brasil ao longo dos anos.

As expressões presentes nas notícias indicam mudanças na abordagem jornalística durante os anos de 2019 a 2022. Tais variações refletem condições econômicas e sociais. Em 2019, por exemplo, as notícias tinham enfoque em concentração de renda e impacto econômico, o que ajuda o público a entender o efeito e a magnitude da situação. Os dados são

importantes para mostrar a compreensão e extensão do problema da insegurança alimentar, mas focar apenas nos dados pode fazer com que as pessoas entendam a fome de maneira abstrata e distante. O ideal era conciliar dados com histórias humanas.

Em 2020, pode-se perceber uma preocupação com políticas sociais nas notícias, já em 2021 o enfoque se concentrou na pandemia e como isso afetou a rotina alimentar da população. Em 2022, as matérias passaram a adotar um tom mais emocional, o que ajuda a mostrar a urgência dos problemas e torna a cobertura mais humanizada, isso aproxima o leitor das situações retratadas.

No último e quinto tópico do primeiro Bloco, são analisadas as *“Expressões e quadros utilizados para descrever a fome e a insegurança alimentar”*. Em 2019, as expressões são voltadas para itens como: Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) um órgão que trata da segurança alimentar no Brasil; Mapa da Fome da ONU, um estudo ou relatório da ONU sobre a fome de modo global; segurança alimentar e nutricional que abrange a disponibilidade e o acesso adequado aos alimentos; movimento social de combate à fome ou seja, iniciativas sociais para enfrentar a fome. Os termos que mais apareceram foram: 1) Insegurança alimentar grave; 2) Insegurança alimentar moderada; 3) Redução quantitativa de alimentos; 4) Desnutrição.

Em 2020, as expressões são voltadas para itens como: Fome; Insegurança alimentar; Desnutrição; Fome oculta; Emergência alimentar; Crise humanitária; Mapa da Fome. Os termos que mais apareceram foram: 1) Insegurança alimentar moderada e aguda; 2) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); 3) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 4) Comida saudável; 5) Alimentação. Em 2021, as expressões são voltadas para itens como: Bolsa Família; Insegurança alimentar; Comida na mesa; Complementar a alimentação; Escasso; Não comeram em quantidade e qualidade ideal. Os termos que mais apareceram foram: 1) Insegurança alimentar leve, moderada e grave; 2) Redução no consumo de alimentos importantes; 3) Piora na qualidade do que os brasileiros comem.

Por fim, em 2022, as expressões são voltadas para itens como: Luta contra a fome; O fantasma da miséria; Drama de nem sempre ter o que colocar na mesa; Insegurança alimentar grave; Fome em seu dia a dia; Problema histórico; Voltou ao Mapa da Fome. Os termos que mais apareceram foram: 1) Fome para valer; 2) Insegurança alimentar grave; 3) Faltou comida na mesa; 4) Quantidade insuficiente de comida; 5) Má nutrição.

De forma comparativa, em 2019 o foco foi em termos técnicos e estratégicos, como “Mapa da Fome”, “Consea”, “Movimento social de combate à fome”, dando ênfase em estudos, políticas e iniciativas de combate à fome e promoção da segurança alimentar. Termos

técnicos como “insegurança alimentar grave” e “desnutrição” são predominantes. Em 2020, são utilizados de forma direta e dramática os termos como “fome”, “crise humanitária” e “emergência alimentar”, além disso, introduz programas específicos como o Pronaf e PNAE, indicando ações direcionadas para enfrentar a fome e promover a alimentação adequada.

Imagem 5- Print da notícia do G1, publicada em 03/01/2019, para representar os termos destacados na análise.

As regras de funcionamento do Consea, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, estão estabelecidas na lei 11.346, de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). A lei foi assinada pelo ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) e pelo ex-ministro **Patrus Ananias**, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Fonte: Print realizado pela autora.

No ano de 2021, a ênfase está em programas sociais como o Bolsa Família e expressões que detalham a realidade vivida pela população, como “comida na mesa” e “não comeram em quantidade e qualidade ideias”. Constituem também uma preocupação com a qualidade nutricional e o acesso regular aos alimentos. Por último, 2022, há o aumento do uso de termos emotivos como “fantasma da miséria” e “drama de não ter o que colocar na mesa”. O foco está na persistência e intensificação dos problemas alimentares, indicando uma situação de crise contínua e histórica. Em geral, as expressões refletem uma mudança gradual de terminologias técnicas para termos mais diretos e emotivos, em busca de mostrar a gravidade e urgência da questão alimentar no país.

Imagem 6- Print da notícia do Brasil De Fato, publicada em 29/10/2022, para representar as expressões destacadas na análise.

Quando não consegue ir até o centro para pegar marmita, Maria se vira com "um lanchinho". Por enquanto, a sua única fonte de renda vem das latinhas que recolhe dos lixos e dos panos de prato que vende nas ruas. A esperança é receber o Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência (BPC), cuja solicitação está em análise, já que sofre de pleuropatia, que atinge a cama de tecido que reveste a parede interna do tórax e envolve os pulmões.

Fonte: Print realizado pela autora.

Cada abordagem das expressões utilizadas nas notícias tem suas vantagens e limitações. A escolha das palavras e termos pode influenciar o entendimento do público sobre o assunto. Por isso, é reforçada a ideia de que a cobertura sobre a insegurança alimentar e a fome precisa de um equilíbrio entre informar com precisão, mas propor um texto humanizado, criando conexão com o leitor por meio das histórias relatadas. Contextualizar e apresentar os dados e termos técnicos em conjunto com narrativas humanas e cotidianas, sem exageros ou simplificações, uma cobertura contínua e equilibrada que possa informar as causas e atualizações sobre a insegurança alimentar e fome, para que o assunto se mantenha no horizonte do público e do poder político.

A insegurança alimentar e a fome no Brasil mostram tendências crescentes a cada ano (2019-2022), especialmente desde a pandemia da Covid-19, em 2020. Isto é evidenciado pelas manchetes, que gradualmente aumentam o tom de preocupação e indicam um aumento nas questões sociais e econômicas relacionadas. Os anos de 2020, 2021 e 2022 destacam críticas contínuas às políticas governamentais, especialmente às do governo Bolsonaro, para combater a fome e a pobreza. Isto revela a consistência das atitudes críticas em relação às políticas públicas relacionadas com a segurança alimentar ao longo dos anos.

Em termos de linguagem e terminologia, houve uma mudança significativa. O que começou com termos técnicos e estratégicos, em 2019, passa para uma linguagem mais humana e emocional em 2022. Isto reflete uma tentativa de conectar emocionalmente os leitores à realidade da fome, destacando a escala do problema ao longo dos anos. Em 2019 e 2020, o foco está nos dados, nas políticas e na estratégia governamental. Em contraste, 2021 e 2022 mostram uma mudança em direção a narrativas mais pessoais e familiares, humanizando as estatísticas e destacando o impacto pessoal da insegurança alimentar.

O número médio de parágrafos por texto variou ao longo dos anos, com um número médio mais elevado em 2020, indicando uma cobertura mais detalhada e extensa das questões relacionadas com a fome. As mudanças podem indicar alterações na profundidade da cobertura noticiosa ou na disponibilidade de informações detalhadas.

A análise mostra que a insegurança alimentar e a fome continuam sendo problemas persistentes e crescentes no Brasil, com impactos significativos na sociedade. Ao longo dos anos, tem havido uma mudança na forma como os jornalistas abordam o assunto, passando de discussões essencialmente técnicas para uma abordagem mais emocional e humana. Além disso, as críticas constantes às políticas governamentais refletem a contínua insatisfação com as estratégias utilizadas para enfrentar a fome e a insegurança alimentar, particularmente nos anos da análise (2019-2022).

Os aspectos apresentados no primeiro bloco revelam a complexidade e responsabilidade que permeiam uma cobertura jornalística, ao olhar para diferentes elementos, como o título, estrutura, extensão e expressões, é possível observar o papel desempenhado nas notícias e na tentativa de cobrir a insegurança alimentar e a fome de forma adequada. É destacada a preocupação em uma abordagem equilibrada, com precisão informativa e humanizada. Essa compreensão pode trazer uma mobilização da sociedade e dos governantes no combate da fome.

A análise do **Bloco 02 - Fontes e Credibilidade**, é voltada para as fontes presentes nas notícias selecionadas e para as perspectivas abordadas por elas. No primeiro tópico do bloco, “*Quais os tipos de fontes utilizadas?*”, foram identificados padrões de fontes utilizadas nas matérias durante os quatro anos (2019-2022). Com isso, é possível averiguar similaridades e diferenças. Em 2019, percebeu-se a predominância de fontes especializadas e dados oficiais, citações de instituições reconhecidas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco Mundial, além da utilização de especialistas e pesquisadores acadêmicos. No ano de 2020, o foco também foi em fontes especializadas e dados oficiais, dados de organizações e uma constante referência a dados governamentais.

Vale ressaltar que essa constatação pode ser consequência da pandemia de Covid-19, impossibilitando o trabalho completo dos jornalistas e tendo acesso a fontes que possuíam mais recursos tecnológicos para serem ouvidas. Como aponta o relatório “*Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia COVID-19*”⁵⁴, para coletar informações das suas fontes, os jornalistas usavam recursos tradicionais de contato a distância, além do uso de plataformas online que acarretou na necessidade de compra de materiais tecnológicos. O relatório indica a preocupação dos jornalistas com as fontes, porém constata que os profissionais não sentiram como problema a adoção de meios tecnológicos, considerando como benéficos para o jornalismo, mas pontuaram sobre como isso irá afetar nas questões éticas e deontológicas do jornalismo. Em relação a qualidade da informação “estão no centro das preocupações dos jornalistas inquiridos (rigor, fontes de informação, e independência), assim como temas relacionados com direitos dos cidadãos (privacidade, discriminação, identificação de protagonistas das notícias)” (Relatório, 2020, p. 61).

⁵⁴ Relatório produzido em 31/07/2020, com a contribuição da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, o Sindicato dos Jornalistas, a Sopcom, o Ceis20, da Universidade de Coimbra, o ICS e o CAPP, da Universidade de Lisboa, e o CECS, da Universidade do Minho.

No estudo de Lopes; Araújo; Magalhães; Santos; Peixinho; Burnay (2023), as fontes especializadas foram primordiais para o jornalismo, devido a situação pandêmica, por seus conhecimentos ocuparam grande espaço no noticiário explicando a gravidade da situação. Os autores apontam para a busca de fontes mais analíticas e especializadas naquele momento. Devido a esse cenário apontado, a pesquisa pontua que a análise realizada nas matérias de 2020 e 2021 constatou que elas possuem menos fontes testemunhais e esse dado pode configurar a interferência da pandemia de Covid-19 na produção jornalística, onde tais fontes não teriam acesso a suportes tecnológicos para que houvesse um possível contato dos jornalistas.

Esse período foi marcado por uma concentração intensa em dados específicos, especialistas e autoridades de saúde que ganharam destaque nas matérias. Assim, é crucial apontar que essa concentração de temas e fontes é um reflexo direto da crise sanitária global que dominou 2020 e 2021. Essa realidade explica a peculiaridade desses dois anos em contraste com 2019, que não foi impactado pela pandemia, e 2022, quando o cenário começou a se normalizar e as coberturas voltaram a se diversificar. Deixar essa diferença evidente ajuda a contextualizar melhor os achados da análise e a compreender as dinâmicas específicas desses períodos.

Em 2021, as fontes são bases de dados oficiais de pesquisas e especialistas. Têm a inclusão de fontes testemunhais em apenas uma das notícias, sendo ela: “Mais de 125 milhões de brasileiros sofreram insegurança alimentar na pandemia, revela estudo”, além da menção de relatórios e institutos de pesquisa. Similar a 2021, o ano de 2022 tem predominância de dados oficiais de pesquisa, fala de especialistas e fontes testemunhais, que foram ouvidas em sete das dez notícias de 2022.

Imagem 7- Print da notícia da Folha de S. Paulo, publicada em 25/06/2022, para representar as fontes destacadas na análise.

Simone tem 11 filhos. Seis deles ainda vivem com ela em uma ocupação.

"Uma das salvaçãoes é que eles estudam e ganham café da manhã ou almoço na escola. Isso ajuda muito", conta.

"A gente vai para o supermercado, mas compra só o suficiente para se manter por alguns dias. Estou lutando pela minha sobrevivência e da minha família", acrescenta.

Fonte: Print tirado pela autora.

Com isso, é observado que existem consistências nas fontes utilizadas. Todos os anos têm uma ênfase no uso de dados oficiais e de pesquisa, instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são mencionadas explicitamente. As fontes especializadas são citadas de forma contínua nas 31 notícias, representando a confiança em especialistas e acadêmicos que, por suas afirmações, fornecem credibilidade para a notícia. A fala de especialistas também aparece de forma constante, principalmente em 2021 e 2022. Vale ressaltar que as fontes testemunhais aparecem a partir de 2021, em especial em 2022, ano que tem maior predominância de personagens.

Percebe-se que durante os anos, os dados oficiais e fontes especializadas são um padrão nas matérias e que em 2021 teve uma matéria com fonte testemunhal e uma maior predominância em 2022, além de uma frequência de relatórios de pesquisa, indicando um aumento informações, de profundidade nas notícias analisadas.

No segundo tópico, “*Quais são as fontes citadas na notícia?*”, foi observada a presença de fontes oficiais, instituições de pesquisa, especialistas, acadêmicos, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), estudos e relatórios de pesquisa. São citados, em quase todos os anos, de 2019 a 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Procon-SP, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e Datafolha.

As notícias têm presença constante de acadêmicos e especialistas, em geral especialistas das áreas de nutrição, economia e saúde pública. Professores universitários e pesquisadores de instituições como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade de Brasília (UnB) são citados frequentemente. Relatórios como o Relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, e Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), são referenciados frequentemente. O Movimento Social Ação da Cidadania, Rede Penssan e outras ONGs, são citadas, mostrando a importância das organizações da sociedade civil nas notícias.

A análise mostra que a utilização de fontes oficiais, banco de dados, pesquisadores e órgãos de pesquisa são essenciais para as notícias a respeito da insegurança alimentar, devido a importância do tema, porém a inclusão de fontes testemunhais acontece em 2021 e 2022 e a diversificação das fontes acadêmicas nos dois últimos anos mostram uma tentativa de tornar as notícias mais abrangentes, integrando dados com perspectivas qualitativas.

No terceiro tópico do Bloco 02, *“Em quais situações as citações diretas são utilizadas?”*, nessa categoria os padrões de uso das citações diretas se voltaram para fala de personalidades como líderes políticos e figuras públicas. São utilizadas nas matérias e adquirem a função de explicar ou negar situações críticas em relação à fome. Análises e opiniões de especialistas como acadêmicos, economistas ou nutricionistas são presentes com frequência para aprofundar as discussões trazidas nas notícias. Para compor o quadro de fontes, são utilizados dados de estudos e relatórios para complementar as informações da notícia, como o relatório o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI), Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e a Rede Penssan.

Relatos testemunhais de pessoas que estão em situação de insegurança alimentar ou pobreza são trazidos para humanizar, contextualizar as informações estatísticas e também para trazer proximidade para mostrar as pessoas que de fato estão sendo afetadas por essa questão. Todos esses componentes fazem com que as notícias forneçam uma abrangência e contextualização sobre a insegurança alimentar no Brasil. As citações de fontes são incluídas para adicionar credibilidade, dar uma dimensão humana aos dados e demonstrar os impactos na vida das pessoas. Elas também oferecem perspectivas que contrastam com análises especializadas, sustentam os estudos e destacam vieses governamentais.

No tópico *“Quem são as fontes utilizadas nas citações diretas?”*, no ano de 2019 as fontes com mais citações diretas são usadas para passar informação oficial e contexto governamental. Foi utilizado falas do ex-presidente Jair Bolsonaro que diz ser uma grande mentira ter fome no Brasil e Patrícia Jaime, da USP que explica sobre a desnutrição. São ouvidos também nas matérias de 2019, André Simões, que aborda sobre a pobreza e desigualdade social, Marcelo Neri do FGV Social, Victor H. Miro, da UFC, e Luiz H. Paiva, do Ipea, que ajudou a interpretar os dados das notícias em relação à pobreza, e Gerson Pacheco, da ONG ChildFund.

Em 2020, os eixos de fontes que apareceram mais foram Casa Civil e o movimento social, Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que traziam informações oficiais e contexto governamental, era abordado também comentários sobre a fome e segurança alimentar pela ONU, o Ipea foi ouvido para trazer análise sobre programas de transferência de renda, além de dados da pesquisa de orçamentos familiares do IBGE. Nas notícias, as fontes também dão declarações sobre o aumento da insegurança alimentar em 2020 e trazem análises sobre o impacto do auxílio emergencial em relação à população que está na linha da pobreza. Para explicar essa questão, são ouvidas fontes do Ibre/FGV.

No ano de 2021, as notícias trazem o relato de fontes testemunhais que estão passando pela condição de insegurança alimentar e para contextualizar a realidade apresentada por essas fontes, buscam ouvir especialistas no assunto. Nas matérias desse mesmo ano, a fala de especialistas sobre nutrição e segurança alimentar, apresenta análises de desigualdade social e questões econômicas. As matérias no ano de 2021 também fazem uso de notas e relatórios oficiais que são citados indiretamente nas notícias e conta com nota da Presidência da República trazendo informações governamentais.

Por fim, em 2022, foram identificados relatos pessoais e fala de especialistas. Assim como em 2021, as notícias traziam relatos e análises sobre políticas sociais e econômicas, com profissionais que trabalhavam, por exemplo, na FGV Social, Instituto de Ensino e Pesquisa Insper, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Profissionais são ouvidos para relatar sobre os impactos sociais da insegurança alimentar. São utilizadas análises sobre saúde pública a partir de fontes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e dados de relatórios de pesquisa que são citados indiretamente nas notícias, como a Rede Penssan.

Padrões que podem ser observados neste tópico se voltam para relatos pessoais. Em especial, a partir de 2021 e 2022, são usados para mostrar um lado mais humano, ilustrar o impacto dos dados e políticas a respeito da insegurança alimentar e da pobreza, bem como, dar nomes para as estatísticas que são abordadas em diversas matérias sobre a insegurança alimentar. Os especialistas e pesquisadores são figuras constantes nas notícias, fornecem credibilidade, detalhes técnicos e explicam os dados apresentados nas pesquisas. Os comentários de economistas estão presentes nas matérias trazendo uma análise social e econômica da questão da fome e insegurança alimentar. São citadas, de forma indireta, notas e informações oficiais, que mapeiam o contexto governamental e institucional. Os relatórios de pesquisa e seus dados também são citados, por diversas vezes, de forma indireta, em sua maioria trazem as informações principais das notícias.

Analisando as fontes nas citações diretas entre 2019 a 2022, é possível observar tendências e padrões que mostram a abordagem jornalística em relação à temática da insegurança alimentar e sobre a fome no Brasil, utilizando temas como pobreza e políticas públicas como pano de fundo. Ao olhar para esses padrões entende-se que as notícias sobre insegurança alimentar no Brasil são redigidas com uma combinação de análises técnicas de especialistas e fontes testemunhais a partir de 2021 e 2022. Com isso, as notícias buscam um aprofundamento ao trazer um panorama mais completo da situação e com informações por meio de especialistas, pesquisadores e dados.

Porém, a predominância de citações indiretas de notas e relatórios oficiais pode indicar uma dependência de fontes institucionais, deixando de lado vozes alternativas ou menos convencionais que poderiam mostrar diferentes perspectivas. Observa-se que a mudança a partir de 2021, com os relatos pessoais, sugere uma tentativa de humanizar os dados, dando abertura para um lado mais emocional nas notícias, mostrando um panorama da visão das pessoas que estão de fato vivenciando a insegurança alimentar e a falta de alimentos. Esse cenário revela uma complexidade na escolha das fontes utilizadas e a tentativa de buscar um equilíbrio entre os dados, análises e testemunhas para ampliar a visão dos problemas que a população enfrenta por estar na situação de fome e insegurança alimentar.

Sabemos que as fontes são parte fundamental do texto jornalístico e de grande contribuição. Nesse caso, o jornalista e a fonte precisam de uma cooperação mútua, do profissional confiando na veracidade da informação e a fonte confiando na fidelidade do jornalista. A fala da fonte “representa um poder de fala, que se relaciona diretamente com o lugar de onde ela vem, o seu peso político e/ou econômico, a sua legitimidade perante aquele tema etc” (Pereira; Mattos, 2022, p.11). Devido a isso, é reforçado na pesquisa que as fontes testemunhais são importantes para transparecer a questão da fome no Brasil. Grupos sociais subjugados acabam não tendo grande protagonismo no noticiário a não ser em notícias com cunho trágico. No caso da temática da insegurança alimentar, os dados têm uma predominância e as fontes não são ouvidas diretamente.

“Essa desigualdade nas relações de força e luta por visibilidade entre as fontes pode gerar a homogeneização na escolha daqueles que são chamados a falar, em um processo de retroalimentação da mídia com as mesmas fontes, gerando, consequentemente, a pasteurização do produto jornalístico” (Pereira; Mattos, 2022, p.11). Assim, cabe ao jornalista mudar este panorama entre as fontes utilizadas na cobertura para propor diferentes perspectivas e manter o que existe de melhor no texto jornalístico. Como define Schmitz (2011), a fonte testemunhal funciona como uma portadora da verdade, que relata o ocorrido, já que ela é a mais próxima do fato, e por isso tem maior credibilidade.

Ao optar pela citação direta, o jornalista incorpora a fala exata da fonte no texto, utilizando aspas para indicar que aquelas palavras pertencem a outra pessoa. Essa prática tem várias funções importantes. Primeiramente, ela serve como uma forma de comprovação, adicionando um elemento de autenticidade à narrativa. Quando uma fonte é citada diretamente, o leitor pode perceber as informações como mais legítimas, já que as palavras não foram filtradas ou reinterpretadas pelo jornalista. Isso ajuda a reforçar a veracidade do fato narrado, criando uma conexão mais direta entre o acontecimento e a sua representação no

texto. Ao utilizar a citação direta, o profissional se posiciona como um intermediário entre a fonte e o público, limitando sua própria influência na interpretação dos fatos (Pereira; Mattos, 2022).

No quinto tópico, “*Vozes e perspectivas apresentadas (pessoas afetadas, especialistas, líderes políticos, etc.)*”, durante os quatro anos, as notícias tiveram uma evolução nas fontes presentes, em termos de diversidade e perspectivas apresentadas. Em 2019 há uma predominância de fontes oficiais e acadêmicas. Elas foram citadas de forma predominante para passar informações oficiais e traduzir questões mais técnicas que envolvem a temática. Com esse fato, muitos especialistas são utilizados nas notícias em que as informações se voltam a detalhes sobre pobreza e desigualdade social. Foram usados dados estatísticos que ganharam destaque no material, mas houve a ausência de pessoas diretamente afetadas pela insegurança alimentar, deixando a perspectiva das matérias mais distante da realidade vivida pela população nesta condição.

Em 2020, houve a inclusão de fontes de organizações internacionais e análises de políticas públicas, como fontes ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), e especialistas que abordam as políticas públicas, com fontes do Ipea e Ibre/FGV, que trazem uma visão mais global e técnica sobre a fome de insegurança alimentar. O IBGE aparece com predominância nas notícias e continuou a ser fundamental para trazer informações sobre a fome, além da ênfase nos impactos do auxílio emergencial e programas de renda como o Bolsa Família. Mas, é notável que assim como em 2019, a perspectiva de pessoas que são afetadas pela condição de insegurança alimentar permaneceu sub representada, com as notícias mantendo suas informações voltadas apenas para os dados e análises institucionais.

No ano de 2021, começam os relatos de fontes testemunhais e a humanização das estatísticas. Demarcam a introdução da tentativa das notícias trazerem outras perspectivas de pessoas que estão sendo afetadas pela insegurança alimentar e fome. Ao trazer as fontes testemunhais, os dados se tornam mais humanizados, fazendo com que os dados estatísticos ficassem mais tangíveis para os leitores. Mesmo com essa mudança, os especialistas continuam aparecendo e fornecendo o contexto dos dados e das análises, agora com o contexto das fontes testemunhais que podem dar o relato do que os dados apresentados representam. Esse fator ajuda a entender o efeito da pandemia de Covid-19 na vida das pessoas e o impacto das políticas públicas no cotidiano da população. As citações de notas oficiais e relatórios continuam mantendo o rigor factual nas notícias.

Já em 2022, a diversificação das fontes se intensificou, as fontes testemunhais estão presentes na maioria das notícias, sendo uma característica central que fornece uma visão

mais humana para os dados estatísticos apresentados. Os especialistas e acadêmicos se mantêm nas notícias que apresentam análises técnicas e sociais sobre a insegurança alimentar. Em contraste, trazem organizações de saúde pública para contribuir com perspectivas sobre os impactos sanitários da insegurança alimentar. Os dados e os relatórios de pesquisa continuam a ser utilizados para embasar as notícias. Esta integração permite um olhar multifacetado para a questão da insegurança alimentar e da fome.

Durante os anos de 2019 a 2022, pode-se identificar que inicialmente as fontes oficiais e acadêmicas passam a dar espaço para uma abordagem mais humanizada a partir de 2021, quando as notícias começam a ouvir fontes testemunhais. Esse fator é considerado pela pesquisa uma tentativa de tornar as matérias mais humanas, uma abordagem que traz uma perspectiva mais próxima da realidade e mostra de forma mais direta e clara o que as pessoas passam com insegurança alimentar. Além disso, nos primeiros anos, 2019 e 2020, as fontes utilizadas se voltavam para relatórios e fontes oficiais, com citações indiretas, limitando a perspectiva que a notícia apresentava porque não havia nenhum personagem que oferecesse um rosto, uma história para os dados.

Por fim, vale dizer que as vozes e perspectivas nas notícias de 2019 a 2022 mostram um possível avanço na maneira de utilizar as fontes. Essa transição revela uma outra forma de abordar as questões sobre insegurança alimentar e a fome. A passagem da predominância de dados oficiais e acadêmicos para uma abordagem que incorpora as fontes testemunhais, deixa as notícias com uma narrativa mais abrangente, por isso, a pesquisa atual reitera sobre a importância do equilíbrio entre os dados e as fontes testemunhais, entre o rigor factual e diversidade de perspectivas para que as notícias apresentem as informações baseadas em dados estatísticos e relatórios de pesquisa, mas que tenham uma perspectiva pessoal da informação para que assim a matéria se torne mais completa.

No sexto tópico, *“As informações são fundamentadas em dados verificáveis?”*, foi observado durante os anos que todas as notícias tinham informações fundamentadas em dados verificáveis. As notícias de 2019 se baseiam em dados verificáveis e em fontes confiáveis. Foram usadas informações de órgãos governamentais, que buscam oferecer credibilidade para os dados utilizados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi uma das principais fontes utilizadas que apresentou dados detalhados sobre a insegurança alimentar, desigualdade social e outros indicadores sociais. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), também tiveram profissionais presentes nas matérias por meio de especialistas e pesquisadores. Os dados de relatórios de pesquisa e outros estudos, também são de fontes confiáveis como a Pontifícia Universidade Católica de

Minas Gerais (PUC-MG), que apresentavam números sobre crianças em situação de pobreza multidimensional. Esses dados reforçam a precisão das informações utilizadas nas notícias em 2019.

Em 2020, a fundamentação das notícias continuou robusta, com foco em dados de fontes oficiais que foram considerados confiáveis, como o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI), dados de instituições como IBGE e a ONU, que deram suporte para as notícias, que também ouviram especialistas em programas de transferência de renda, além de utilizar informações de pesquisas do FGV e Ipea. Pesquisas de órgãos como Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) foram duas fontes muito utilizadas.

No ano de 2021, existe uma predominância de dados oficiais e pesquisas especializadas de redes confiáveis, em especial, aquelas que pesquisam insegurança alimentar e a questão da fome, como a Rede Penssan, que reforçam a credibilidade e apresentam uma maior profundidade das informações. Com a utilização dos dados das pesquisas especializadas há um esforço para que as notícias tenham mais detalhes sobre a situação da fome no país. Foi a partir de 2021 que as matérias passaram a utilizar fontes testemunhais, sem comprometer as informações factuais que os dados trazem, proporcionando uma visão mais completa e fundamentada da realidade.

Pode-se observar que o padrão de dados confiáveis se mantém igual durante os anos. Em 2022, não é diferente, as notícias tinham a fundamentação em dados verificáveis, se baseando em especialistas em pesquisas sobre insegurança alimentar e fome. Instituições como a Fundação Oswaldo Cruz e a Rede Penssan são citadas frequentemente. Em conjunto, a maioria das matérias de 2022 tinham relatos pessoais. Este critério, combinado com os dados de redes de pesquisa e informações estatísticas, gerou notícias mais aprofundadas e bem fundamentadas.

Como observado nas notícias analisadas sobre insegurança alimentar no Brasil, há um compromisso de utilizar dados verificáveis com fundamentação e fontes confiáveis. Os dados usados são de instituições renomadas, com análises de especialistas e relatórios de pesquisa especializados que asseguram a precisão das informações presentes nas notícias. As fontes testemunhais que começaram a aparecer nos últimos dois anos adicionam uma dimensão humana às estatísticas, enriquecendo a notícia sem comprometer as informações fornecidas pelos dados. O equilíbrio entre as fontes que podem ser utilizadas na notícia ajuda a tornar o texto mais completo e humanizado, dando destaque para as pessoas que estão mostrando sua realidade por meio dos relatos.

No último tópico do primeiro bloco, “*A notícia apresenta diferentes perspectivas sobre o assunto?*”, foi considerada a diversidade de perspectivas apresentadas durante os anos de 2019 a 2022. No primeiro ano de análise, foram apresentadas diferentes nuances e enfoques sobre insegurança alimentar no Brasil, que incluíam uma perspectiva política com ênfase na matéria que abordava sobre a medida provisória e as declarações de figuras públicas. As notícias se baseiam amplamente nos dados do IBGE, que abordavam sobre insegurança alimentar, pobreza e desigualdade, falando com especialistas que traziam informações a respeito das mudanças nas estruturas de fonte de renda ao longo dos anos.

O enfoque institucional também estava presente nas matérias de 2019, com perspectivas que incluíam análises de instituições internacionais e especialistas sobre a insegurança alimentar e a busca por políticas públicas que fossem eficazes. Existe ainda nas notícias desse ano um destaque para a pobreza multidimensional que afeta grande parte das crianças no Nordeste brasileiro, expandindo assim a questão da fome.

Em 2020, as notícias abordam uma perspectiva política, econômica baseada em dados, relatórios e disparidades regionais e demográficas. Existe uma abordagem sobre a Medida Provisória 870⁵⁵ e a negação da condição de insegurança alimentar e fome por parte do ex-presidente, Jair Bolsonaro. É citado o auxílio emergencial sendo considerado nas notícias um fator de redução da pobreza extrema e a eficiência de políticas de transferência de renda na pandemia de Covid-19.

Em 2020, o relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2020 (Food Security and Nutrition Around the World 2020) foi utilizado para debater o aumento da insegurança alimentar, com falas do especialista Daniel Balaban a respeito das políticas de ajuste fiscal e seus impactos. As disparidades regionais e demográficas são discutidas nas notícias devido à prevalência da fome em áreas rurais, e nas urbanas, apresentam as diferenças regionais e a vulnerabilidade da população perante a fome.

Em 2021, pode-se considerar que as perspectivas se ampliaram nas matérias porque foram apresentadas as visões das famílias que estão sendo afetadas pela fome. Em conjunto com relatos de especialistas, os dados estatísticos e o impacto da pandemia permaneceram presentes nas notícias e foi incorporada nas matérias a visão das ações solidárias. A combinação de fontes testemunhais afetadas pela insegurança alimentar e a análise dos especialistas a respeito dessa temática trabalham em conjunto e oferecem um olhar mais abrangente sobre o problema.

⁵⁵ MP 870 que revoga os critérios previstos em Lei para a composição do CONSEA e o vínculo do mesmo com a Presidência da República.

Assim como em 2020, 2021 também apresentava nas notícias os impactos da pandemia de Covid-19. Era apresentada uma discussão sobre como as crises econômica, política e sanitária aumentaram a gravidade da fome no país e compararam esses dados com períodos anteriores, relacionando as informações com o debate sobre políticas públicas. Os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar foram importantes para contextualizar as notícias e traziam falas das especialistas Renata Motta e Melissa Araújo, que ofereciam um ponto de vista preocupante e alarmante da insegurança alimentar para a população. A perspectiva das ações solidárias também foi considerada importante e reconhecida, embora seja vista como paliativa, e que soluções mais estruturadas precisam ser feitas para combater de forma mais efetiva o problema da insegurança alimentar no longo prazo.

O ano de 2022 chegou com um novo paradigma em relação às perspectivas que foram apresentadas nas notícias dos anos anteriores porque a maioria das matérias de 2022 traziam fontes testemunhais, líderes sociais e voluntários. As notícias também se baseiam em dados estatísticos, trazendo um debate político, econômico e o impacto da insegurança alimentar na saúde e na educação.

As histórias pessoais e as iniciativas sociais são um ponto de destaque nas notícias porque mostram o impacto da fome na vida da população. Essas notícias também são compostas por discussões baseadas em estatísticas a respeito da insegurança alimentar das desigualdades regionais e demográficas, e os resquícios da pandemia de Covid-19. O governo também é representado nas notícias por meio da figura do ex. Ministro da Economia, Paulo Guedes e do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que eram contrários aos dados apresentados sobre o aumento da fome e insegurança alimentar no Brasil, contrastando com os números expostos por instituições como a Rede Penssan e a ONU.

Uma das matérias de 2022, apresenta o impacto da fome na saúde e como ela afeta também a educação, devido à desistência da escola por alunos, para que possam trabalhar, e assim ter o que comer. Também o aumento das hospitalizações por desnutrição, em especial crianças, e os efeitos que a fome provoca na vida de jovens e adultos. Em resumo, as notícias de 2019 a 2022, destacam uma série de falhas e desafios no combate à insegurança alimentar no Brasil. Existe uma desconexão entre os discursos políticos e a realidade apresentada pelos dados e por relatos testemunhais. A insuficiência de políticas públicas, a persistência de desigualdades regionais e sociais são elementos que podem ser observados nas notícias.

Por isso, é considerado importante que as notícias jornalísticas tenham uma diversidade de fontes, incluindo ouvir as pessoas que estão sendo afetadas pela fome, além

dos especialistas de diferentes áreas, para que o discurso político e a realidade possam ser expressadas de forma relacional nas notícias. Como aponta Medina (2011) o ato do repórter entrevistar implica em uma interação social rompendo o distanciamento com as pessoas nessa condição e propondo uma pluralização de vozes, “seleção das fontes de informação terá de se enriquecer através da pluralidade de vozes e, ao mesmo tempo, da qualificação humanizadora dos entrevistados descobertos” (Medina, 2011, p.17). Amaral (Souza, 1999, *apud* Amaral, 2002), diz que as notícias acabam utilizando fontes com maior poder aquisitivo em detrimento daquelas de menor prestígio social.

É possível visualizar essa premissa nas notícias analisadas já que a predominância foi de fontes especializadas, acadêmicos e base de dados. “A mídia funciona como amplificadora de poderes e sustentadora do status quo, pois a insistência em determinadas idéias gera uma dificuldade no leitor para que ele imagine outros tipos de relação de poder” (Souza, 1999, *apud* Amaral, 2002, p.2), nesse caso, as fontes testemunhais são lembradas em catástrofes, protestos ou acidentes que estejam envolvidas (Amaral, 2002).

Como é abordado na introdução da pesquisa, relacionando as ideias de Kotscho (2000), sobre a necessidade de o repórter sair “na rua” para produzir a notícia, e também sobre as fontes se concentrarem prioritariamente em base de dados, averiguamos, depois da análise realizada, que de fato essa hipótese se concretiza. Como é citado diversas vezes na pesquisa, a busca pela humanização dos dados seria uma saída possível para um melhor aproveitamento das fontes nas notícias com a temática da insegurança alimentar.

Ao apresentar dados estatísticos, é importante contextualizá-los dentro de um quadro mais amplo, explicando as tendências ao longo do tempo e as variáveis que afetam esses números. Isso ajuda os leitores a entenderem melhor as dinâmicas complexas da insegurança alimentar e pobreza. Incorporar histórias pessoais e relatos de indivíduos diretamente afetados pela insegurança alimentar humaniza as estatísticas e cria uma conexão emocional com os leitores. Essas narrativas são fundamentais para sensibilizar a opinião pública e pressionar por mudanças políticas. A insegurança alimentar é um problema persistente e crônico.

Assim, a cobertura jornalística deve ser contínua, acompanhando as mudanças ao longo do tempo e mantendo o tema em evidência na agenda pública. Notícias com desdobramentos, que avaliem as mudanças (ou a falta delas) são essenciais.

A abordagem jornalística deve considerar as várias camadas de desigualdade que exacerbam a fome e a pobreza, como gênero, raça, localização geográfica e situação econômica. Essa perspectiva interseccional ajuda a revelar as complexidades do problema e a necessidade de soluções específicas e direcionadas. Os jornalistas têm um papel importante na

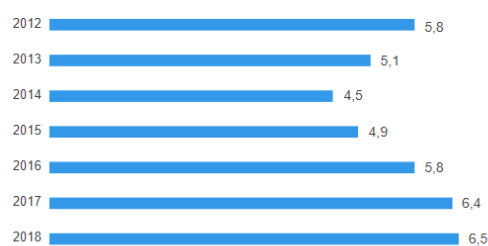
educação e conscientização do público sobre a fome e a pobreza. Isso inclui explicar os mecanismos que levam à insegurança alimentar e desmistificar ideias errôneas que podem existir sobre os afetados por esse problema.

O **Bloco 03 - Imagens e Multimídia**, é voltado para analisar a utilização de imagens presentes nas notícias coletadas, qual a sua natureza e origem e o que elas podem indicar. Durante os quatro anos, 2019 a 2022, quase todas as notícias utilizam imagens ou recursos multimídia, apenas uma, em 2019, e outra, em 2020, que não usaram nenhum recurso.

Em 2019, utilizam diversos recursos para ilustrar e aprofundar as informações nas notícias. São utilizados infográficos para apresentar os dados de forma mais clara, ajudando a sintetizar informações mais complexas sobre a insegurança alimentar. Os gráficos também são utilizados para expor diferentes aspectos da situação. Neles, são visualizados dados sobre a pobreza, insegurança alimentar e desigualdade que facilitam a compreensão dos leitores. Também usam gráficos para apresentar o percentual de brasileiros que estão na extrema pobreza. Os dados utilizados são do IBGE e ajudam a quantificar e contextualizar as informações.

Imagem 8- Print do gráfico do O Globo | **Imagem 9 -** Print do gráfico da Folha de S. Paulo

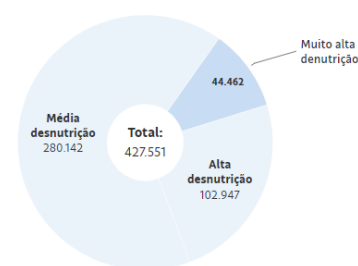
Percentual de brasileiros na extrema pobreza



Fonte: IBGE

O GLOBO

Crianças atendidas pelo Bolsa Família com déficit de peso ou altura por idade



Fonte: Mapa Incan 2018

Fonte: Print realizado pela autora.

As notícias também contêm fotos e galerias de fotos. Uma galeria intitulada "Fome em SP", mostra imagens impactantes relacionadas à insegurança alimentar na cidade de São Paulo. Essas fotos ajudam a humanizar os dados e criar uma conexão emocional com os leitores. As fotos usadas também são de banco de imagens como o Getty Images. A foto é utilizada para ilustrar a matéria. A escolha de uma imagem de alta qualidade e profissional ajuda a dar credibilidade visual à notícia. Além disso, é usada uma foto da Agência O

Globo⁵⁶, a imagem é usada para ilustrar visualmente a realidade da pobreza extrema no Brasil. Em uma das matérias, está presente um vídeo linkado com o Jornal Hoje⁵⁷, que proporciona uma perspectiva audiovisual sobre o tema, permitindo que os leitores acessem uma reportagem televisiva que complementa a matéria escrita.

O que pode ser observado no ano de 2019 é que as imagens e os recursos se voltam para o enfoque de dados estatísticos e visuais por meio de gráficos e infográficos, o uso de galerias e fotos para humanizar a situação de pessoas em situação de insegurança alimentar e a complementação das informações com os recursos audiovisuais com vídeos e trechos de notícias televisivas.

Assim como em 2019, no ano de 2020 as notícias têm utilização de infográficos, fotos individuais e galeria de fotos. A galeria "Fome em SP", foi utilizada novamente em 2020, e mostra imagens impactantes relacionadas à insegurança alimentar na cidade de São Paulo. A notícia utiliza a foto de uma família com utensílios de cozinha na mesa, proveniente do arquivo da Agência Brasil⁵⁸. Esta imagem ajuda a humanizar os dados e buscar criar uma conexão emocional com os leitores. As notícias também usam fotos de regiões periféricas brasileiras, mas não era possível identificar de qual região específica era a foto.

⁵⁶ A agência de notícias do Grupo Globo é responsável pelo licenciamento do conteúdo dos veículos O Globo e Jornal Extra, além dos impressos da Editora Globo e dos portais G1 e Globo.com. Foi fundada em 6 de junho de 1974.

⁵⁷ Telejornal da Rede Globo, estreou em 21 de abril de 1971. O programa é transmitido de segunda a sábado no horário do início da tarde, sendo voltado para notícias nacionais e internacionais, com ênfase em reportagens que abordam temas variados, como política, economia, cultura e entretenimento.

⁵⁸ A Agência Brasil, fundada em 1990, é uma agência de notícias pública vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Ela fornece informações gratuitas sobre política, economia, cultura e temas de interesse público, com foco em direitos humanos e políticas públicas. Seu conteúdo é amplamente utilizado por veículos de comunicação e organizações.

Imagem 10- Print de uma das fotos da galeria “Fome em SP”, produzido pelo jornal Folha de S.Paulo



Fonte: Print realizado pela autora.

Os gráficos e infográficos compõem as notícias, assim como as fotos, para apresentar dados específicos sobre a insegurança alimentar. Os cinco gráficos presentes nas matérias incluem: "Número de pessoas que passam fome no Brasil"; "Percentual de domicílios por tipo de situação alimentar"; "Mapa da Fome no Brasil" e "Situação alimentar por número de moradores no domicílio". Alguns infográficos foram: "Pobres evolução em relação à população nos últimos oito anos" (dados do IBGE); "Extremamente pobres evolução em relação à população nos últimos oito anos" (dados do IBGE); "Relação do auxílio emergencial com a pobreza de abril a setembro" (cálculos de Daniel Duque sobre Pnad do IBGE) e "Diferença de renda entre mais ricos e mais pobres em 2020" (cálculos de Daniel Duque sobre Pnad do IBGE). Todos os gráficos e infográficos são baseados em dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste ano, também foi utilizado um trecho de uma notícia apresentada no Jornal Nacional⁵⁹. O vídeo complementa as informações presentes na notícia. Além disso, é usada a imagem de duas crianças com cestas básicas e uma mãe alimentando seu filho, ambas da agência AFP⁶⁰

⁵⁹ O Jornal Nacional, principal telejornal da Rede Globo, está no ar desde 1969 e é referência em jornalismo no Brasil. Exibido diariamente no horário nobre, é apresentado por William Bonner e Renata Vasconcellos, com foco em reportagens nacionais e internacionais.

⁶⁰ A Agence France-Presse (AFP) é uma das maiores e mais antigas agências de notícias do mundo, fundada em 1835 e com sede em Paris, França. A AFP fornece cobertura de notícias em várias áreas, incluindo política,

Imagem 11- Print da notícia televisiva do Jornal Nacional que compõem uma das notícias da análise



Fonte: Print realizado pela autora.

Um print de uma publicação do Instagram das Nações Unidas, sobre o prêmio Nobel da Paz de 2020, também estava presente em uma das notícias. Ao combinar texto, gráficos, fotos e vídeos, os jornalistas buscam transmitir informações complexas de maneira mais diversa.

Imagem 12- Print da imagem utilizada na notícia “Combate à fome é reconhecido por Nobel enquanto Brasil retrocede e vê problema voltar”, do Brasil de Fato.



economia, cultura, esportes e eventos internacionais, em múltiplos idiomas. Oferece serviços de texto, foto, vídeo e infografia para uma ampla gama de meios de comunicação, governos e empresas.

Fonte: Print realizado pela autora.

Em 2020 há o uso extensivo de gráficos e vídeos para complementar a narrativa das notícias. Além disso, as fontes visuais incluem fotos de famílias e galerias para mostrar diferentes perspectivas da crise instaurada pela insegurança alimentar. Tais recursos enfocam situações familiares e individuais que buscam criar conexão emocional com as informações apresentadas no texto.

Em 2021, utilizaram as galerias “Por um prato”, que continha cinco fotos, e “Em Parelheiros, moradores buscam doações e até comida em caçambas de lixo”, que apresentava sete fotos, ambas da Folhapress⁶¹. Imagens da Agência Brasil, Adobe Stock, Reuters e da Getty Images também foram utilizadas nas notícias. Uma das notícias da Folha de São Paulo incluiu um episódio do podcast Café da Manhã⁶², intitulado “Por que o Brasil passa fome”, através da inserção do link do programa produzido em abril de 2021, que complementou as informações presentes na notícia.

O formato de vídeo também apareceu em algumas notícias, sendo o total de três. O primeiro deles trazia a questão sobre a pandemia, e em outra notícia, o vídeo apresentava informações complementares para o material jornalístico. O terceiro trazia informações relacionadas à insegurança alimentar, que mostrava pessoas pegando restos de comida nos açougues em São Paulo. Os gráficos utilizados mostravam a fome no Brasil por regiões e apresentava dados sobre a fome com perspectiva de gênero, cor e escolaridade, as informações foram baseadas nos dados da Rede Penssan.

Em 2021, aparece a integração de episódios de podcasts em conjunto com as galerias de fotos, que tornam o formato multimídia mais completo. As fotos e vídeos complementam informações e humanizam a condição das pessoas. O enfoque nos dados detalhados nos infográficos complementa as informações sobre a insegurança alimentar e as desigualdades abordadas nas notícias.

Em 2022, assim como nos outros anos, os recursos multimídia e as imagens são utilizados para ilustrar e aprofundar as informações sobre a fome e a insegurança alimentar nas notícias. Neste ano, as notícias usam fotos de familiares e pessoas que estão na condição de insegurança alimentar, mostrando as fontes que são abordadas nas notícias. As galerias

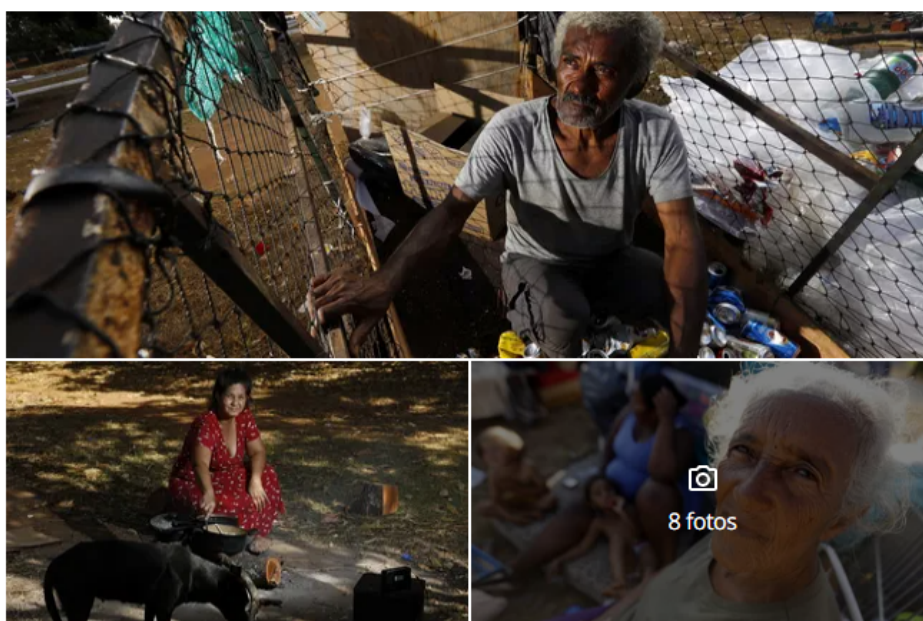
⁶¹ A Folhapress é a agência de notícias associada ao jornal Folha de S.Paulo. Fundada em 1991, fornece cobertura jornalística nacional e internacional, oferecendo uma gama de notícias e informações para veículos de comunicação em todo o país.

⁶² O podcast “Café da Manhã” é uma produção do jornal Folha de S.Paulo. Lançado em 2020, ele é um podcast diário que oferece uma visão geral das principais notícias do Brasil e do mundo. O formato inclui análises detalhadas e reportagens sobre temas variados, como política, economia e cultura.

também tiveram um peso nas notícias de 2022 intituladas: "Famílias lutam contra a fome em meio à crise durante a pandemia"; "O retrato da fome em São Paulo"; "Veja as maiores altas da inflação em 2021"; "Os invisíveis do Auxílio Brasil"; "Fome pra valer"; "Fome se alastra na periferia e crianças comem só arroz" e "Fome e crise estão abrindo 'hiperperiferias' em São Paulo". Foram utilizadas fotos do CB/D.A Press⁶³, Folhapress, Reprodução/TV Gazeta, Agência O Globo e Agence France-Presse (AFP).

Imagem 13- Print da galeria de fotos "Os invisíveis do Auxílio Brasil", utilizada pelo O Globo.

Os invisíveis do Auxílio Brasil



Fonte: Print realizado pela autora.

As notícias recorrem aos gráficos que também mostram informações como renda média dos mais pobres no Brasil, baseadas em dados do IBGE, Procon-SP, Dieese e ANP. Apresenta dados sobre segurança e insegurança alimentar por gênero e raça que buscam informações no 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Rede Penssan). Além disso, traz mais dois gráficos, um deles sobre o percentual de pessoas que passam fome em 14 estados e domicílios com crianças menores de

⁶³ A CB/D.A Press é uma agência de notícias brasileira que fornece serviços de cobertura jornalística para veículos de comunicação. É vinculada ao grupo empresarial CB (Centro Brasileiro de Comunicação) e ao D.A Press. Fundada em 1990, a agência oferece notícias nacionais e internacionais, além de informações especializadas com foco em cobertura política e econômica.

dez anos e redução de alimentos, e um gráfico que apresenta a insegurança alimentar no Brasil de 2004 a 2022.

Uma das notícias usa o episódio "Como a fome atinge as crianças do Brasil", do podcast Ao Ponto⁶⁴. Nas notícias aparece também o uso de vídeo, sendo três deles. O primeiro é sobre insegurança alimentar, o segundo é um vídeo do jornal Bom Dia AL⁶⁵, "Ação de voluntários doa alimentos para pessoas em vulnerabilidade social", e o terceiro é um vídeo com depoimentos de pessoas em situação de insegurança alimentar e aborda informações políticas.

Em 2022, a combinação do uso de fotos, gráficos, galerias e vídeos nas notícias tornando a cobertura mais completa, além da inclusão também de podcasts que aprofundam a discussão sobre a insegurança alimentar e a fome. Conta com a presença de infográficos para detalhar os dados de institutos de pesquisa para mostrar diferentes aspectos da condição de insegurança alimentar.

Em uma comparação geral dos quatro anos em relação aos recursos de imagens e multimídia, percebe-se que em 2019 e 2020, existe uma forte utilização de infográficos para apresentar os dados estatísticos. Para complementar a narrativa, a presença dos vídeos de notícias televisivas. Em 2021 e 2022, a continuação do uso de infográficos, com adição de detalhes sobre desigualdades de gênero e raça e materiais específicos sobre renda e a insegurança alimentar.

Em relação à humanização, em 2019 e 2020 o uso de fotos de famílias e galerias para ilustrar a situação da fome, em especial materiais da Agência Brasil e Getty Images. Já em 2021 e 2022, o enfoque das fotos são mais detalhadas e possuem mais galerias, mostrando a crise alimentar. Em sua maioria, as fotos são da Folhapress. Em 2021 e 2022, também foram incorporadas nas matérias os podcast como o Café da Manhã e Ao Ponto, que fornecem uma análise e aprofundam as discussões que estão nas notícias.

Os recursos utilizados nas notícias de 2019 a 2022 mostram uma tendência em diversificar e tentar aprofundar a cobertura sobre a insegurança alimentar e a fome no Brasil. O uso de infográficos ilustra os dados e há a inclusão das galerias de fotos, vídeos e podcasts. Com esses fatores, as notícias têm uma abordagem mais rica e envolvente na transmissão de

⁶⁴ O podcast "Ao Ponto" é uma produção do jornal O Globo. Lançado em 2019, o podcast oferece análises e reportagens sobre temas de relevância política, econômica e social, com uma abordagem detalhada e informativa. Os episódios geralmente trazem uma visão aprofundada de eventos atuais e tendências. É uma das várias iniciativas do O Globo para se adaptar ao consumo de notícias em formatos digitais.

⁶⁵ O "Bom Dia AL" é um jornal matutino produzido pelo Grupo Jara, que opera em Alagoas. Lançado em 2010, o programa é transmitido pela TV Pajuçara e oferece notícias locais, nacionais e internacionais, além de informações sobre economia, política e eventos regionais.

informações complexas que ficam mais acessíveis com esses recursos. A combinação de elementos multimídia esclarece os dados, mas também ajuda a humanizar as estatísticas, oferecendo uma compreensão que pode ser maior e mais empática do enfrentamento da insegurança alimentar.

No último conjunto da análise, **Bloco 04 - Interseccionalidade**, foram debatidas as questões relacionadas à raça, gênero e classe social e de que forma esses elementos se apresentam nas notícias, e caso estejam presentes, se é por meio do texto, legendas ou nos materiais multimídia. De maneira geral, existe a presença de interseccionalidade nas notícias, a classe social é abordada quando os textos mencionam a extrema pobreza e a insegurança alimentar, abordando as crianças que são as mais implicadas por programas como o Bolsa Família, sendo as mais vulneráveis à desnutrição.

A questão da raça aparece quando é indicada que parte significativa da população brasileira que está na situação de extrema pobreza são pessoas pretas ou pardas, apresentando uma disparidade racial da pobreza. Já a questão de gênero, mesmo não sendo abordada explicitamente, mostra que uma parte das pessoas vivendo com renda mais baixa são mulheres, o que propõe uma dimensão de gênero na pobreza.

Existe também nas notícias a ausência ou exploração implícita da interseccionalidade. De forma implícita, os textos não abordam diretamente raça, gênero ou classe social, mas indicam implicitamente sobre como esses fatores afetam a questão da pobreza e insegurança alimentar. Os textos se concentram em aspectos quantitativos e nas políticas de combate à insegurança alimentar e a pobreza, sem ter um aprofundamento de questões interseccionais.

No ano de 2019, a questão de classe social é abordada de forma explícita, em especial no contexto de insegurança alimentar e nos programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Por exemplo, os dados do IBGE sobre as 7,2 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave, tem o destaque da classe social quando é mencionado que essas pessoas passam o dia sem comer devido à falta de recursos financeiros. A questão da raça mostra que nas notícias de 2019, a maioria das pessoas em extrema pobreza no Brasil são pretas ou pardas, demonstrando a relação racial com a insegurança alimentar, pobreza e desigualdades socioeconômicas. Embora o gênero não apareça abertamente nas notícias, são mostradas informações que as mulheres têm uma renda mensal menor, sugerindo uma conexão entre gênero e pobreza, mesmo não discutida explicitamente.

Mesmo que as notícias de 2019 não discutam dimensões da interseccionalidade, elas fornecem dados que permitem deduzir como tais fatores se inter-relacionam, por exemplo, dados sobre raça e gênero que possibilita um entendimento mais profundo das disparidades

enfrentadas por diferentes grupos. Outro exemplo são as falas do ex-presidente Bolsonaro, negando a condição de insegurança alimentar, como forma de ignorar ou abafar as experiências da população em situação de desigualdade social. Porém, em alguns casos, as notícias não fornecem um detalhamento de como raça, gênero e classe interagem, a falta de abordagem explícita dessas interseccionalidades pode limitar a compreensão completa da complexidade das desigualdades indagadas.

Já em 2020, as notícias focam na pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos, incluindo a segurança alimentar e o auxílio emergencial. No quesito classe social, foi mais discutido nas notícias em especial no contexto das desigualdades impostas pela pandemia, a pobreza e a insegurança alimentar são temas centrais, dando ênfase nas famílias de baixa renda que foram as mais afetadas pelo vírus que dependem de auxílios governamentais e programas sociais. Na questão de raça não aparece sempre explicitamente discutida, é possível no entanto observar a predominância da população preta e parda entre as pessoas mais afetadas pela crise econômica e que estão em situação de insegurança alimentar e pobreza. Por exemplo, os relatos sobre a pandemia e a crise econômica que afetam desproporcionalmente a população preta e parda.

A questão de gênero em 2020, foi abordada de forma implícita nas notícias sobre os impactos da pandemia, mostrando que as mulheres, especialmente aquelas em empregos informais ou de baixa renda, enfrentam maiores desafios econômicos e sociais, e são afetadas diretamente pela insegurança alimentar. Entretanto, a discussão detalhada sobre gênero nem sempre foi o foco principal.

Em resumo as notícias de 2020, a discussão de classe social, raça e gênero aparece de forma implícita e explícita, sendo melhor demonstrado nos aspectos econômicos e nas políticas sociais, como o auxílio emergencial. Dessa forma, as questões interseccionais não aparecem de forma clara e detalhada nas notícias, já que as matérias tinham maior foco nas consequências econômicas e políticas a respeito da pandemia.

No ano de 2021, a questão de classe social aparece no contexto das notícias das medidas de ajuda governamental, como o auxílio emergencial e de como as famílias de baixa renda foram afetadas. Neste ano, aparecem relatos jornalísticos que focam nas consequências econômicas da pandemia de Covid-19 e possíveis disparidades sociais. As notícias mostram como a crise econômica afetou famílias mais pobres e que o auxílio emergencial foi um recurso necessário para a sobrevivência dessas pessoas.

Já as questões de gênero e raça não foram o foco principal nas notícias, em algumas delas, são abordadas essas categorias ao analisar como a pandemia exacerbou as

desigualdades sociais e a piora na condição da insegurança alimentar. Um exemplo relevante é o impacto desigual da pandemia em diferentes grupos raciais e de gênero. Dados mostram que, durante a crise, alguns grupos enfrentaram maiores taxas de pobreza e insegurança alimentar. Por exemplo, mulheres pretas e pessoas de minorias étnicas frequentemente enfrentam desafios mais graves em termos de acesso a recursos e apoio, refletindo disparidades preexistentes e agravadas pela pandemia. As notícias não exploram essas questões de forma detalhada, tendo foco maior em aspectos quantitativos e qualitativos da insegurança alimentar. Ou seja, nas notícias de 2021, as questões interseccionais aparecem mais de forma implícitas, por meio dos dados sobre a pandemia e o impacto na população.

Por fim, em 2022, a classe social é tratada de forma explícita, sobretudo no contexto da insegurança alimentar e nas políticas de assistência social, abordando como a crise na economia impacta as famílias que vivem na baixa renda e que os programas como o Auxílio Brasil foram cruciais para amenizar o aumento da fome e da pobreza. As questões de raça e gênero apareceram nas notícias que discutiam como a insegurança alimentar e a pobreza têm impactos diferentes entre diversos grupos raciais e de gênero. Por exemplo, nas notícias que destacam como as comunidades pretas e pardas foram desproporcionalmente afetadas pela insegurança alimentar, e como mulheres, em particular, enfrentam desafios adicionais devido à pandemia e à crise econômica.

Porém, assim como nos outros anos, as notícias abordaram as questões também de forma implícita, refletindo em dados e análises sobre a insegurança alimentar e a pobreza, sem uma discussão aprofundada de como essas questões interagem. Exemplo disso são os relatórios que discutem a insegurança alimentar e mostram como diferentes grupos sociais foram impactados, sem uma análise detalhada da interseccionalidade. Nesse caso, a discussão sobre raça e gênero pode não ter sido abordada de forma direta ou detalhada e a ênfase pode ter sido mais nas estatísticas gerais e nas políticas públicas, sem uma análise aprofundada das dimensões raciais e de gênero.

Em 2022, houve uma mistura de abordagens explícitas e implícitas em relação a questões de raça, gênero e classe social. A classe social foi frequentemente discutida de forma direta, enquanto as questões de raça e gênero foram exploradas de forma mais variada, com algumas notícias oferecendo uma análise detalhada e outras apresentando uma visão mais geral.

Como é apresentado neste bloco sobre Interseccionalidade, é observado que as questões não aparecem com frequência nas 31 notícias, acarretando na abordagem que poderia se voltar para a questão de classe social como central, visto que a maioria das famílias

na situação de insegurança alimentar e fome se encontravam, como mostra as notícias, em situações de instabilidade financeira ou pobreza. É apontado no capítulo sobre interseccionalidade que uma maior representatividade e diversidade de fontes poderia deixar o conteúdo da notícia mais completo e que seria um preceito ético incluir indivíduos de grupos sociais diferentes. Ao analisar as notícias, foi revelado que acontece essa diversidade predominantemente nas notícias de 2022, nos outros anos, não aparece de forma corriqueira diferentes fontes. No ano de 2021, apenas uma matéria que contém fontes testemunhais.

Por fim, a análise das notícias sobre insegurança alimentar e pobreza entre 2019 e 2022 revela um padrão de abordagem que oscila entre a explicitude e a implicitude em relação às questões de classe social, raça e gênero. A análise também revela uma abordagem variada em relação à interseccionalidade ao longo dos anos. A classe social é discutida de maneira mais explícita, refletindo a relevância contínua da pobreza e da insegurança alimentar nas narrativas jornalísticas. Por outro lado, questões de raça e gênero tendem a aparecer de forma mais implícita e, muitas vezes, menos detalhada.

Essa variação na abordagem pode limitar a compreensão das interações complexas entre raça, gênero e classe social, que são cruciais para uma análise aprofundada das desigualdades sociais. Embora algumas notícias forneçam dados que permitem inferir como esses fatores interagem, a falta de uma discussão explícita e detalhada sobre a interseccionalidade pode resultar em uma visão fragmentada das disparidades enfrentadas por diferentes grupos.

A análise das notícias sobre insegurança alimentar no Brasil entre 2019 e 2022 revela uma mudança significativa na abordagem jornalística deste tema crítico. Durante o período inicial, entre 2019 e 2020, a cobertura foi amplamente baseada em dados oficiais, fontes acadêmicas e relatórios institucionais. Essa abordagem técnica conferiu uma base sólida à análise, mas apresentou uma limitação importante: a falta de perspectivas pessoais, o que pode ter contribuído para uma desconexão com a realidade vivida pelas pessoas diretamente afetadas pela insegurança alimentar.

A partir de 2021, observou-se uma mudança marcante, com uma maior inclusão de fontes testemunhais nas notícias. Esse ajuste trouxe uma dimensão mais humana e pessoal à cobertura, permitindo uma compreensão mais empática e profunda da situação enfrentada pelas populações vulneráveis. Relatos diretos de indivíduos afetados pela fome ajudaram a contextualizar e humanizar os dados estatísticos, oferecendo uma narrativa mais abrangente e sensível. Em 2022, essa tendência foi acentuada, com uma diversificação nas fontes e um enfoque mais profundo em histórias pessoais e iniciativas sociais. A integração de dados

estatísticos com relatos individuais e perspectivas de líderes comunitários contribuiu para uma narrativa mais multifacetada e detalhada sobre o impacto da insegurança alimentar. Essa abordagem demonstrou um esforço para equilibrar a análise técnica com uma visão mais pessoal e emocional dos problemas.

Ao longo desses anos, as notícias mantiveram um compromisso com a precisão e fundamentação em dados verificáveis, recorrendo a fontes confiáveis como o IBGE, a ONU e diversas organizações de pesquisa e acadêmicas. No entanto, a predominância de citações indiretas e dados de fontes institucionais, especialmente em 2019 e 2020, pode ter restringido a diversidade de perspectivas apresentadas. A inclusão crescente de fontes testemunhais e a diversificação das vozes a partir de 2021 sinalizam um avanço significativo na cobertura jornalística, proporcionando uma visão mais completa e empática da insegurança alimentar. As notícias passaram a refletir de forma mais precisa a complexidade do problema, combinando dados com relatos pessoais e análises especializadas.

Esse possível aprimoramento da cobertura jornalística pode ter relação com algumas questões, a primeira, o impacto da Covid-19, que trouxe uma série de novas questões sobre a insegurança alimentar, fazendo com que o se jornalismo adaptasse a cobertura para uma reflexão mais complexa e urgente sobre o tema, aumentando os relatos de experiências testemunhais. Um segundo ponto é a conscientização pública sobre as questões sociais que busca uma cobertura mais abrangente e empática que incentive de forma indireta os veículos a diversificar suas fontes e incluir mais perspectivas. Essa mudança pode refletir uma maior ênfase na narrativa humana e na diversidade de perspectivas, buscando oferecer uma visão mais inclusiva dos problemas sociais.

A análise sugere que uma abordagem jornalística eficaz deve equilibrar dados técnicos com perspectivas humanas para oferecer uma cobertura mais completa e sensível. Incorporar histórias pessoais e relatar as condições reais vividas pelos afetados pela insegurança alimentar é crucial para sensibilizar a opinião pública e promover mudanças políticas e sociais significativas. Portanto, a evolução nas notícias sobre insegurança alimentar no Brasil entre 2019 e 2022 destaca a importância de uma abordagem jornalística que combine rigor factual com uma narrativa humana e diversificada, reconhecendo a complexidade do problema e a necessidade de soluções eficazes e humanizadas.

Além disso, a análise dos recursos multimídia utilizados ao longo dos anos revela uma sofisticação crescente na cobertura do tema. Em 2019 e 2020, o uso predominante de infográficos e gráficos foi fundamental para apresentar dados estatísticos de maneira clara e acessível. Esses recursos, juntamente com fotos e galerias de imagens, ajudaram a ilustrar as

condições vividas por indivíduos e famílias afetadas pela fome. A inclusão de vídeos e trechos de reportagens televisivas ofereceu uma perspectiva adicional, enriquecendo a narrativa.

A partir de 2021, observou-se uma ampliação e diversificação dos recursos multimídia. Embora infográficos e gráficos continuassem a ser utilizados, a abordagem se tornou mais detalhada, incluindo dados sobre desigualdades de gênero e raça. A integração de podcasts e a expansão das galerias fotográficas introduziram novas camadas de profundidade à cobertura. Os podcasts, em particular, ofereceram análises mais profundas e narrativas complementares, proporcionando uma visão mais abrangente dos temas discutidos. Em 2022, a combinação de diversos formatos multimídia, como gráficos, fotos, vídeos e podcasts, demonstrou um esforço contínuo para oferecer uma cobertura mais completa e envolvente. Essa diversidade de recursos não apenas facilitou a compreensão de dados complexos, mas também ajudou a criar uma conexão emocional mais forte com o público, refletindo uma visão mais detalhada e humanizada das realidades enfrentadas por aqueles em situação de insegurança alimentar.

A evolução na cobertura jornalística da insegurança alimentar e da fome no Brasil entre 2019 e 2022 destaca um avanço significativo na utilização de recursos multimídia. A combinação de infográficos, gráficos, fotos, vídeos e podcasts tornou as notícias mais informativas e impactantes, proporcionando uma abordagem mais rica e empática que facilita a compreensão das complexas questões relacionadas à fome e à insegurança alimentar.

Portanto, o aperfeiçoamento na cobertura jornalística sobre insegurança alimentar no Brasil demonstra a importância de um jornalismo que combine rigor técnico com uma narrativa humana e multifacetada. A capacidade de oferecer uma cobertura que equilibre dados detalhados com perspectivas pessoais e contextuais é essencial para sensibilizar a opinião pública e fomentar mudanças significativas. Este avanço destaca a necessidade contínua de abordagens jornalísticas que reconheçam e integrem a complexidade dos problemas sociais, promovendo uma compreensão mais abrangente e uma resposta mais eficaz às crises emergentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o esforço de compreender e problematizar a cobertura jornalística de 2019 a 2022 a respeito da insegurança alimentar e da fome nas notícias online. O enfoque se voltou para notícias nacionais de diferentes portais. Ao todo, foram 31 matérias tabuladas e analisadas de forma criteriosa por meio de divisão de quatro blocos temáticos, que foram separados por temáticas como: estrutura da notícia; fontes e credibilidade; imagens e multimídia; interseccionalidade. Para chegar neste momento, a pesquisa passou por diferentes etapas, sendo a primeira delas um estado da arte, buscando os trabalhos que já abordassem sobre a temática da insegurança alimentar. As buscas foram realizadas no banco de teses e dissertações da CAPES, nos anais do Intercom e SBPJOR, e teve como objetivo observar outros trabalhos que tivessem uma temática semelhante e no que a pesquisa atual poderia abordar de forma que contribuísse para o campo do jornalismo.

Na primeira coleta, foi encontrado 81 notícias, mas considerou-se que as notícias precisavam de uma filtragem mais aprofundada para que fosse possível realizar a análise, sendo assim, foi definido o critério para o corpus, que voltou-se para: gênero; raça; classe social; notícia nacional; produção própria; elementos do jornalismo online; fontes (dados e testemunhais). Com tais critérios a filtragem, delimitou-se um total de 31 matérias que seriam analisadas na pesquisa. Como é possível observar no capítulo metodológico, foram utilizadas tabelas para uma melhor organização do material, a primeira, abordando as 81 notícias, uma segunda tabela, que registrou a origem dos dados utilizados nas matérias, uma terceira, que registra as 31 notícias depois da filtragem, e por fim, a estrutura dos blocos temáticos.

Com o corpus da pesquisa delimitado, começou-se a estruturar a análise com conexão aos objetivos da pesquisa. Os objetivos se voltam para a identificação de como foi materializada a cobertura jornalística sobre a insegurança alimentar/fome nos quatro anos, em específico nas 31 notícias, dessa forma, no primeiro momento, foram analisados quais elementos jornalísticos que compõem as matérias poderiam ser coletados. Nessa etapa, considerou-se necessário olhar para os recursos que os materiais forneciam para além do texto, ou seja, fotos, vídeos, gráficos, entre outros materiais multimídia.

Olhando para esses elementos utilizados nas notícias, percebe-se como foi realizada a representação da temática durante 2019 a 2022 e quais suas relações com as questões interseccionais. Todos os títulos tinham caráter informativo e direto sobre as informações que seriam abordadas no texto, as imagens, por sua vez, eram em sua maioria de banco de imagens nacionais e internacionais.

Ao investigar a configuração dos textos produzidos nas notícias, foi possível identificar que a estrutura segue predominantemente o modelo da pirâmide invertida, onde as informações mais importantes são apresentadas no início, seguidas de detalhes adicionais e contextualizações. Essa configuração visa oferecer uma leitura rápida e eficiente, atendendo à uma possível demanda do público por informações diretas e concisas. A linguagem utilizada é objetiva, muitas vezes simplificada, para facilitar a compreensão ampla.

A análise das imagens presentes nas notícias revelou a sua importância como elemento complementar ao texto. As imagens não apenas ilustram, mas também ampliam o entendimento e o impacto da notícia, funcionando como uma ferramenta visual de reforço da narrativa textual. Quanto à natureza e origem das imagens, observou-se uma predominância de fotografias capturadas por agências de notícias ou diretamente pelos próprios veículos de comunicação. Em alguns casos, imagens de arquivo ou banco de dados também são utilizadas, buscando manter relevância para o contexto da notícia. A escolha das imagens, muitas vezes, é estratégica, com o intuito de provocar uma reação emocional no leitor ou destacando aspectos específicos da matéria.

No caso das fontes presentes nas notícias, verificou-se uma limitação na pluralidade. A representação das fontes é um fator crucial para a análise, que entende ser fundamental a presença humana nas notícias. As fontes oficiais e especialistas são frequentemente utilizadas para conferir maior legitimidade ao conteúdo. Contudo, a ausência de diversidade pode levar a uma cobertura, considerada na pesquisa, como incompleta, comprometendo o material jornalístico que poderia ser melhor explorado com as fontes testemunhais e que poderiam relatar as informações que já estão presentes nos dados de forma mais próxima e aprofundada. A pluralidade se torna fundamental para a construção de uma notícia equilibrada, refletindo a complexidade e a responsabilidade inerentes ao jornalismo.

A pesquisa buscou trazer uma discussão a respeito da problemática da fome e como essa situação se refletiu na cobertura jornalística durante os quatro (2019-2022) analisados. Para que chegasse num resultado para a análise, foi perpassado por uma bibliografia que abordasse os panoramas que a pesquisa buscava se aprofundar. Sendo assim, o primeiro capítulo se concentrou em discutir como o jornalismo se ligava com as questões dos direitos humanos, pensando ser fundamental pavimentar esse caminho devido à temática proposta. Foi realizado um panorama sobre os direitos humanos, perpassando a Constituição Federal, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e também órgãos como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que integra a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), criado em 1985.

A conexão com o jornalismo já faz parte da base da profissão e está presente nas diretrizes de seu código de ética, que no caso brasileiro é o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). A pesquisa também se fundamenta nas contribuições acadêmicas do professor Jorge Kanehide Ijuim, que defende a necessidade de um jornalismo mais humanizado, especialmente na cobertura de notícias que envolvem questões de desigualdade social. Ijuim propõe que os jornalistas reconheçam e valorizem a cidadania como um princípio norteador na produção de conteúdo. Essa abordagem visa garantir que as notícias não apenas informem, mas também contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, evitando a perpetuação das desigualdades.

Ao identificar e reconhecer a cidadania, o jornalista adota uma postura mais inclusiva e empática, que humaniza o material jornalístico e pode promover um diálogo mais profundo com o público. Isso significa não apenas relatar os fatos, mas também contextualizá-los dentro das realidades e desafios enfrentados por diferentes grupos sociais. Dessa forma, o jornalismo pode desempenhar um papel crucial na sensibilização da sociedade e na promoção de mudanças sociais significativas.

No capítulo sobre Interseccionalidade, os estudos de Chelsea Peterson-Salahuddin, auxiliaram de forma significativa essa etapa da pesquisa, já que a autora contribuiu abordando sobre o jornalismo com uma perspectiva interseccional e a forma como o material jornalístico será conduzido, pensando nos grupos marginalizados e em como as pessoas que vivem em locais periféricos são afetadas pela insegurança alimentar. Ao considerar a prática de um jornalismo com perspectiva interseccional, é fundamental ir além da simples inclusão de notícias relacionadas às comunidades subalternizadas. A abordagem interseccional exige uma análise profunda de como essas questões afetam diferentes grupos de pessoas, considerando as múltiplas camadas de identidade, como raça, gênero e classe. Essa prática envolve questionar de que maneira as notícias impactam a vida de pessoas negras, sejam elas mulheres ou homens, bem como de indivíduos que se identificam de formas diversas. Ao fazer essas perguntas, os jornalistas são desafiados a se afastar das perspectivas tradicionais que frequentemente centram a branquitude e a masculinidade na seleção e produção de notícias (Salahuddin, 2021).

No ambiente online, a expectativa do público em relação ao jornalismo é ainda mais complexa. Os usuários buscam uma interação maior com os jornalistas e uma conexão mais próxima com a realidade que está sendo noticiada. Isso inclui a demanda por conteúdos que não apenas informem, mas que também engajem, criando um diálogo entre o repórter e o

público. A era digital oferece oportunidades para que o jornalismo seja mais participativo e responsivo, facilitando a criação de uma narrativa mais inclusiva e conectada com as vivências diversas da audiência (Banjac, 2021).

No capítulo dedicado à teorização sobre notícia e reportagem, a discussão foi considerada essencial devido à relevância do tema da pesquisa. O foco do trabalho está em analisar notícias diárias, ou chamadas de *hard news*⁶⁶, o que justifica a escolha deste enquadramento teórico. Embora existam reportagens especiais e materiais jornalísticos aprofundados sobre o tema da fome, o objetivo da pesquisa foi direcionado para o noticiário de diferentes portais, por isso, o capítulo também faz a conexão com o jornalismo online. A intenção não era examinar a cobertura de um único veículo específico, mas sim explorar como o tema é abordado de forma ampla e transversal em diversas fontes de notícias. Isso permite uma visão mais abrangente da cobertura jornalística sobre a insegurança alimentar/fome, capturando a diversidade e as nuances do tratamento dado ao tema em diferentes contextos midiáticos.

A parte metodológica da pesquisa se concentrou em olhar para a análise de cobertura e de conteúdo, especificamente na cobertura foi utilizado o “Protocolo metodológico de Análise de Cobertura Jornalística” de Gislene Silva, que ajudou a teorizar sobre a cobertura jornalística e também na estrutura das questões usadas na análise. Esse protocolo serviu como base para examinar detalhadamente a composição das matérias jornalísticas sobre a insegurança alimentar/fome, permitindo uma compreensão aprofundada de como o assunto foi tratado ao longo desse período de tempo nos veículos de comunicação.

A partir deste método, por meio das categorias, foi possível investigar como as matérias jornalísticas abordaram essa temática crucial, permitindo uma avaliação abrangente sobre a forma, o conteúdo e o enfoque dado pelos veículos de comunicação ao longo do período estudado. Em síntese, o protocolo contribui para uma reflexão crítica sobre a cobertura do jornalismo, sua conscientização e mobilização social em torno de temas de grande impacto social. Essa análise é fundamental para aprimorar a prática jornalística e garantir que temas tão urgentes sejam tratados com a profundidade e a seriedade que merecem.

Para compor o protocolo foi utilizada a análise de conteúdo, como exposto no capítulo da metodologia. Percebeu-se necessária para descrever e classificar os materiais jornalísticos. A análise de conteúdo forneceu uma base sólida para examinar e compreender o material

⁶⁶ Termo no jornalismo que significa notícias rápidas, que acabou de acontecer, tendo como características a agilidade.

coletado, possibilitando uma visão aprofundada sobre a apresentação e as características das notícias.

A pesquisa examina a cobertura de notícias sobre a fome e a insegurança alimentar no Brasil e busca contribuir com o jornalismo ao oferecer uma reflexão crítica sobre a forma como temas sociais complexos são abordados na mídia. Ao analisar a cobertura jornalística, a pesquisa expõe as limitações do modelo tradicional de notícia, caracterizado pela brevidade e pela objetividade, e destaca a importância das notícias que oferecem maior profundidade e contexto.

O estudo ilumina as lacunas do jornalismo atual, especialmente no que se refere às notícias diárias, que, devido ao ritmo frenético de produção, frequentemente tratam questões de grande impacto social de forma superficial. A análise mostra que, ao depender apenas de dados e pesquisas divulgadas, o jornalismo corre o risco de apresentar uma visão fragmentada e insuficiente de problemas como a insegurança alimentar/fome, sem explorar as causas e consequências de maneira eficaz. Além disso, a pesquisa enfatiza o papel fundamental do faro jornalístico. A capacidade de desdobrar notícias em narrativas mais elaboradas permite que os jornalistas não apenas informem, mas também contextualizem, denunciem e proponham soluções para os problemas abordados. Assim, o estudo reforça a importância de um jornalismo que vá além da mera transmissão de fatos, destacando a necessidade de um olhar mais humano e crítico sobre as questões sociais.

Outro ponto é a reflexão sobre a responsabilidade do jornalismo em relação aos temas que cobre. Ao questionar como a mídia seleciona e apresenta as notícias, o estudo convida os profissionais da área a repensar suas práticas e a buscar um equilíbrio entre a necessidade de rapidez e a profundidade da cobertura. A pesquisa sugere que, ao priorizar a qualidade e a investigação, o jornalismo pode mostrar para os leitores mais credibilidade e reforçar seu papel como um agente de mudança social. A pesquisa contribui para o jornalismo ao promover uma discussão sobre como os veículos podem aprimorar suas coberturas de temas complexos e sensíveis, como a fome. Ao sugerir abordagens mais aprofundadas e contextuais, o estudo aponta caminhos para que o jornalismo cumpra sua função de informar com responsabilidade, educar e mobilizar a sociedade para enfrentar desafios críticos. Essa reflexão é vital para que o jornalismo continue a evoluir e ser indispensável para a democracia.

Nesse sentido, a pesquisa deixa um alerta e uma proposta de revalorização do jornalismo, incentivando uma prática mais ética, crítica e comprometida com a verdade e com o impacto social. Destaca a importância de um jornalismo que não apenas reporte, mas

também contextualize, explique e questione, promovendo um entendimento mais completo e profundo das questões que afetam a sociedade, como a insegurança alimentar. Por fim, é importante que os jornalistas reconheçam a responsabilidade social de seu trabalho. A cobertura de temas tão sensíveis como a fome precisa ser feita com empatia, precisão e um compromisso ético com a busca do bem-estar público.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. São Paulo (Sp): Brasiliense, 1986.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1996.
- AKOTIRENE, Carla; DJAMILA RIBEIRO. **Interseccionalidade**. [s.l.] São Paulo Pólen São Paulo Sueli Carneiro, 2019.
- ALMEIDA, Verônica. A mídia e os direitos humanos. In: **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo, Cortez, 2008.
- ASSIS, Francisco de. Jornalismo, desenvolvimento e cidadania: pensar conteúdo e forma para promover uma imprensa comprometida com a sociedade. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 14, jan./jun. de 2012.
- AZEVEDO, Jade Vilar De. **Quando AZMina falam: um estudo de caso sobre o jornalismo feminista, digital e interseccional na Revista AZMina**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, 2021.
- BANJAC, Sandra. An Intersectional Approach to Exploring Audience Expectations of Journalism. **Digital Journalism**, 10:1, 128-147, DOI: 10.1080/21670811.2021.1973527, 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.
- BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Jornalismo e acontecimento : mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [En línea], 90 | 2010, Publicado el 15 octubre 2012, consultado el 27 noviembre 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1765> DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1765> Acesso em: 16 ago.2023.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe; DUAILIBE, Karina. O lugar do pobre no jornalismo brasileiro. Paper apresentado no **5º Congresso da Compolítica**. Curitiba, 8 a 10 de maio de 2013.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BOND, F. Fraser. **Introdução ao Jornalismo**. Rio, Agir, 1962.
- BRASIL. **Plano Brasil Sem Fome: 80 ações e programas, com mais de 100 metas propostas pelos 24 ministérios que compõem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome>. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

CABRAL, Clarice Regina de Souza. **A desconstrução do machismo pela linguagem: ordens de indexicalidade e outscalings motivados pelo movimento feminista no Facebook.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2018. Disponível

em:<https://wp.ufpel.edu.br/ppgl/files/2019/04/Clarice-Regina-de-Souza-Cabral.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CABRAL, Lucas S. C; WOITOWICZ, Karina J; ROCHA, Paula M; AMARAL, Muriel E. P. Para pensar um jornalismo interseccional: propostas epistemológicas. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, Ano 8 Vol.8 N.2 | jul./dez. 2021 | p. 40 a 59.

CAMARGO, Aline Cristina. Tecnologias Digitais e Novos Modelos de Trabalho: propostas de reflexão no contexto da prática do jornalismo no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Minas Gerais. **Anais [...]**. Pucminas: Unesp - Universidade Estadual Paulista, 2023. p. 1-16. Disponível em:

https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0814202309101564da19a788097.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro (Pensamento feminista brasileiro)**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

CARVALHO, Alexandre; DIAMANTE, Fábio; BRUNIERA, Thiago; UTSCH, Sérgio. **REPORTAGEM na TV : como fazer, como produzir, como editar.** São Paulo: Contexto, 2015. 142 p.

CARRANCA, Adriana. Dar voz à diversidade. In: **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo.** São Paulo, Cortez, 2008.

CASEMIRO, Diego Márcio Ferreira; SILVA, Nathália Lipovetsky. Teorias interseccionais brasileiras : precoces e inominadas. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1–28, 2021. DOI: 10.35699/2525-8036.2021.33357. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e33357> . Acesso em: 20 ago.2023.

CASTRO, Mary G. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. **Revista Estudos Feministas**, 57 N 0/92.

CASTRO, Josué De. **Geografia da fome : (o dilema brasileiro: pão ou aço).** Rio De Janeiro: Antares, 1984.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História Ciências Saúde-manguinhos**, v. 11, n. 1, p. 57–74, 1 abr. 2004.

CERQUEIRA, C.; LAGO, C.; NONATO, C. Comunicação, Mídia e Interseccionalidade: uma relação necessária. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, p. 1-6, 21 set. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/55923> Acesso em: 9 ago. 2023.

CIDH. **Situação dos direitos humanos no Brasil**. ISBN 978-0-8270-7176-6, 12 de fevereiro de 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. Jan/Jun, 2017. V. 5, nº1, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2021.

COLOMBO, Macri Elaine; VARELA, Ulysses do Nascimento; BIAZOTTI, Vinicius José Sabino. **Jornalismo e internet: evolução e perspectivas dos processos de circulação de notícias**. Lumina, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 108-124, 30 ago. 2023. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.34019/1981-4070.2023.v17.39413>.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. **O feminismo no Brasil: uma (breve)retrospectiva**. UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7453193-O-feminismo-no-brasil-reflexoes-teoricas-e-perspectivas.html> Acesso em: 16 ago.2023.

COSTA, Rafael Rodrigues da. **Condições de trabalho digital de jornalistas no Ceará: apontamentos preliminares**. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Ceará. Anais [...] . Minas Gerais: 2023. p. 1-13. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0816202321220064dd682838875.pdf. Acesso em: 4 set. 2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Situação dos Direitos Humanos no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.repam.net/pt/wp-content/uploads/2022/07/CIDH-Brasil2021-pt.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

COMISSÃO DA CARTEIRA PROFISSIONAL DE JORNALISTA; SINDICATO DOS JORNALISTAS; SOPCOM; CEIS20; ICS; CAPP; CECS. **Estudo sobre os efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no contexto da Pandemia Covid-19**. 31 jul. 2020. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/29226/1/Estudo%20sobre%20os%20efeitos%20do%20Estado%20de%20Emergência%20no%20Jornalismo%20no%20contexto%20da%20Pandemia%20Covid-19.pdf>. Acesso em: 3 set. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, jul. 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Available at:<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8> Acesso em: 9 ago. 2023.

DAMASCENO, Heide de Jesus; CORREIA Aline Nascimento Santos. Mulher negra e educação: construção de identidades e resistências. **Revista Labor**, V. 1, N. 27, 2022.

DADER, José Luis. **Periodismo de precisión: vía socioinformática de descubrir noticias**. Caracas: Editorial Panapo, 1997.

DW. **A trágica história dos "campos de concentração" do Ceará**. 16 jul. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-tr%C3%A1gica-hist%C3%B3ria-dos-campos-de-concentra%C3%A7%C3%A3o-do-cear%C3%A1/a-49646665>. Acesso em: 11 out. 2023.

EDDY, K.; KALOGEROPOULOS, A.; ROBERTSON, C. T.; NIELSEN, R. K. Women and Leadership in the News Media 2023: Evidence from 12 Markets. **Reuters Institute for the Study of Journalism**, 2023. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-03/Eddy_et_al_Women_and_Leadership_2023.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

EL PAÍS. **Como um promotor e um juiz do interior de SP esterilizaram uma mulher à força**. 12 jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/12/politica/1528827824_974196.html. Acesso em: 25 out. 2023.

FERNANDES, Adélia Barroso. Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002.

FERNANDES, Vanessa da Silva. **Os algoritmos e as transformações no ecossistema mediático: implicações no jornalismo**. 2022. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação, Universidade Europeia, , 2022. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/44354/1/vanessa-fernandes-dissertacao-mcam-final-com-pactado.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

FESTA, Regina. **Notas sobre a diversidade**. In: Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo. São Paulo, Cortez, 2008.

FLORES, Joaquín Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**. tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface (Botucatu)**. 2021; 25: e200256 <https://doi.org/10.1590/interface.200256>

FOLHA DE S.PAULO. **Ações solidárias de combate à fome ganham força nos últimos 2 anos.** 6 ago. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/acoes-solidarias-de-combate-a-fome-ganham-forca-a-nos-ultimos-2-anos.shtml>. Acesso em: 27 out. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. **Em média, 15 pessoas morrem de desnutrição por dia no Brasil.** 8 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/em-media-15-pessoas-morrem-de-desnutricao-por-dia-no-brasil.shtml>. Acesso em: 27 out. 2023

G1. **Sobe para 633 mil número de pessoas afetadas pela seca severa no Amazonas.** 22 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/22/sobe-para-633-mil-numero-de-pessoas-afetadas-pela-seca-severa-no-amazonas.ghtml>. Acesso em: 27 out. 2023.

G1. **No Paraná, 22 municípios estão em situação de emergência por causa das chuvas.** 19 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/10/19/no-parana-22-municipios-estao-em-situacao-de-emergencia-por-causa-das-chuvas.ghtml>. Acesso em: 27 out. 2023.

G1. **63% das mulheres negras já sofreram preconceito em seleções de emprego, mostra pesquisa.** 3 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2022/06/03/63percent-das-mulheres-negras-ja-sofre-ram-preconceito-em-selecoes-de-emprego-mostra-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 27 out. 2023.

GELEDÉS, Portal. **Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GELEDÉS, Portal. **E não sou uma mulher? - Sojourner Truth.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas - Jornalismo E Cidadania.** [s.l.] EDIPUCRS, 2005.

GÊNERO E NÚMERO. **O muro permanece alto para mulheres negras.** Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/muro-mulheres-negras/>.

GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Editorial: Rio De Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, 1984, p. 223-244.

GUIRADO, Maria Cecilia. **Reportagem : a arte da investigação.** São Paulo: Arte & Ciencia, 2004. 132 p.

- HASAN, Valeria F.; GIL, Ana Soledad. **La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina.** 2016. Disponível em: https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/who-makes-the-news/Imported/reports_2010/highlights/highlights_es.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.
- HENN, Ronaldo. **Pauta e Notícia.** Ulbra, 2008. 120 p.
- HERMIDA, Alfred. **Social Journalism: Exploring how Social Media is Shaping Journalism.** The Handbook Of Global Online Journalism, [s.l.], p.309-328, 20 ago. 2012.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. et al. **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto.** [s.l.] Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.
- IFJ – INTERNATIONAL FEDERATION OF JOURNALISTS. **Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo.** Disponível em: <https://accountablejournalism.org/ethics-codes/International-Principles>. Acesso em: 25 out. 2023.
- IJUIIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, v.7, n.2, p.117-137, maio/ago. 2012.
- IJUIIM, Jorge Kanehide. **Jornalismo e direitos humanos: Apontamentos sobre o comportamento da Imprensa diante de conflitos sociais.** Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Comunicação e Expressão Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, 2022.
- IJUIIM, Jorge Kanehide; QUINT, Karla Gabriela; BUENO, Leticia Ferreira; AQUINO, Patrícia Hadlich. Jornalismo e Direitos Humanos: Reflexões sobre/para a formação profissional. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 46o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – PUCMinas – 2023.
- INSTITUTO BAOBÁ. **Negras Potências – Nós Podemos.** Disponível em: <https://baoba.org.br/negras-potencias-nos-podemos/>. Acesso em: 27 out. 2023.
- IOSCOTE, Fabia Cristiane; MACEDO, Keyse C. de Aquino. **Estratégias possíveis para o jornalismo digital a partir do The Trust Project.** Lumina, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 92–107, 2023. DOI: 10.34019/1981-4070.2023.v17.39504. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/39504> . Acesso em: 5 set. 2024.
- ICHRP, International Council on Human Rights Policy. Journalism, Media and the Challenge of Human Rights Reporting (Portuguese) (2002). **JOURNALISM, MEDIA AND THE CHALLENGE OF HUMAN RIGHTS REPORTING, ICHRP**, Geneva, 2002.
- JENKINS, Henry. **Convergence Culture: Where Old and New Media Collide.** New York: New York University Press, 2008.
- JORGE, Thais de Mendonça. **Mutação no Jornalismo: Como a notícia chega à internet.** Editora Unb, 2013. 233 p.
- KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem.** Ática; 4ª edição, 1 janeiro 2000.

KALOGEROPOULOS, Antonis. Participation and online news. In: NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; LEVY, David A. L.; NIELSEN, Rasmus Kleis (Eds.). Reuters Institute Digital News Report 2017. **Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism**, 2017. p. 45-47. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital%20News%20Report%202017%20web_0.pdf Acesso em: 05 set. 2024.

KYRILLOS, Gabriela. M. Resenha do livro Intersectionality de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016). **Captura Críptica: direito, política, atualidade**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 225–232, 2021. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/4453> . Acesso em: 9 ago. 2023.

LAGO, Claudia e KAZAN, Evelyn Medeiros e THAMANI, Manuela. **Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está? Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo**. Tradução . São Paulo: Intercom, 2018. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003028412.pdf> . Acesso em: 15 ago. 2023.

LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. 286 p.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística**. Florianópolis: 2001. 86 p. Disponível em: <https://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2024.

LAGE, Nilson. **Teoria E Técnica Do Texto Jornalístico**. : Elsevier, 2005. 200 p.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1990. 78 p.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985. 64 p.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 107 p. Disponível em: https://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Ideologia_comp_.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

LEME, Adriana Salay. **Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 28, n. 4, p. 1115–1135, dez. 2021.

LIMA JUNIOR, Walter Teixeira. **Big Data, Jornalismo Computacional e Data Journalism: estrutura, pensamento e prática profissional na Web de dados**. Estudos em Comunicação, São Paulo, v. 12, p. 207-222, 5 dez. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233954587_Big_Data_Jornalismo_Computacional_e_Data_Journalismestrutura_pensamento_e_pratica_profissional_na_Web_de_dados. Acesso em: 04 ago. 2024.

LOPES, Felisbela; ARAÚJO, Rita; MAGALHÃES, Olga; SANTOS, Clara Almeida, PEIXINHO, Ana Teresa; BURNAY, Catarina Duff. A Visibilidade das Fontes Especializadas no Jornalismo: O Exemplo da COVID-19. **Comunicação e sociedade**, 43 | 2023, posto online no dia 13 junho 2023, consultado o 03 setembro 2024. URL: <http://journals.openedition.org/cs/9358> Acesso em: 3 set. 2024.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília: Unb, 1996. 192 p.

MARCONDES FILHO, C. 1986. **O Capital da Notícia. Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza**. São Paulo, Ática.

McQUAIL, D. **Teorias da Comunicação de Massa**. 6. ed. Porto Alegre: Editora Penso,. 2013.

McCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality. **The University of Chicago Press**, 2005, Vol. 30, No. 3. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/426800> Acesso em: 9 ago. 2023.

MEDINA, Cremilda. **Notícia: Um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. : Summus Editorial, 1978. 192 p. (6ª edição).

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986. 96 p.

MENDONÇA, Ricardo. **Se o país é rico, por que há tantos pobres?** In: Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo. São Paulo, Cortez, 2008.

MIGUEL, Katarini; SANTOS, Leticia Ávila dos. Quando o jornalismo encontra o feminismo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 21, n. 39, 2022. DOI: 10.55738/alaic.v21i39.806. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/806> . Acesso em: 20 ago. 2023.

MONTIPÓ, Criselli Maria. **Jornalismo, cidadania e direitos humanos: a experiência democrática na percepção de repórteres**. RIDH | Bauru, v. 10, n. 2, p. 137-154, jul./dez., 2022. (19).

MOURA, Dione; ROCHA, Paula Melani; DAMIAN-GALLIARD, Béatrice;LE CAM, Florence. (2018). **Gender intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the problem**. In 1st Brazil-France-Francophone Belgium Journalism Research Conference: The Sociocultural Frontiers of Journalism in Brazil and in Francophone space. São Paulo: 12-13 Novembro de 2018.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**. [s.l.] Arquipélago Editorial, 2022.

NASH, Jennifer. C. **Re-thinking intersectionality**. Feminist Review, v. 89, n. 1, p. 1–15, jun. 2008.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Enquanto 19 milhões passam fome, Bolsonaro tem gasto recorde no cartão**. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/19-milhoes-passam-fome-e-bolsonaro-tem-gasto-recorde-no-cartao/>. Acesso em: 13 out. 2023.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Interritórios | Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, Caruaru, BRASIL | V.6 N.10 [2020].

ONU. **As famines of ‘biblical proportion’ loom, Security Council urged to ‘act fast’**. 21 abr. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/04/1062272#:~:text=supply%20chains%20moving.-,Mr.,within%20a%20short%20few%20months.%E2%80%9D>. Acesso em: 13 out. 2023.

ONU. **24 million more people could face emergency levels of hunger this year: WFP**. 14 set. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/09/1140662>. Acesso em: 13 out. 2023.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Alimentação saudável**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/alimentacao-saudavel#:~:text=Para%20adultos%2C%20uma%20dieta%20saud%C3%A1vel%20inclui%3A&text=Menos%20de%2010%25%20da%20ingest%C3%A3o%20cal%C3%B3rica%20total%20de%20a%C3%A7%C3%BAcares%20livres,de%202.000%20calorias%20por%20dia>. Acesso em: 11 out. 2023.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une – um retrato das desigualdades brasileiras**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/a-distancia-que-nos-une-um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/>. Acesso em: 11 out. 2023.

PANIKKAR, Raimon. **Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental?** In: BALDI, C. A. (org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 205-23

PAVLIK, J. V. **Journalism and new media**. New York: Columbia University Press, 2001.

PERPÉTUO, Claudia Lopes. **O Conceito de interseccionalidade: contribuições para a formação no ensino superior**. In: Simpósio Internacional em Educação Sexual, 2017, Paraná.

PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19**. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>.

PIOVESAN, Flávia. **A concepção contemporânea de direitos humanos**. In: *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo, Cortez, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. In: *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

POWERS, Matthew. A new era of human rights news? Contrasting two paradigms of human rights news-making. **Journal of Human Rights**, 15:3, 314-329, DOI: 10.1080/14754835.2015.1106309, 2016.

POLITIZE!. **Princípios e tratados internacionais x Constituição**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/artigo-5/principios-e-tratados-internacionais/>. Acesso em: 17 out. 2023.

PRESUEL, Rodrigo Cetina; SIERRA, José Manuel Martínez. Algorithms and the News: social media platforms as news publishers and distributors. **Revista de Comunicación**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 261-285, 26 ago. 2019. Universidad de Piura. <http://dx.doi.org/10.26441/rc18.2-2019-a13>.

QUADROS, Waldir. **Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente**. ESTUDOS AVANÇADOS 18 (50), 2004.

QUIRINO, Kelly Tatiane Martins; MOURA, Dione O. Enquadramentos Midiáticos, Interseccionalidade e o Genocídio de Jovens Negros Brasileiros análise comparativa entre notícias e textos de opinião acerca da Chacina de Costa Barros, RJ, na Folha de S. Paulo. **Revista Eco-Pós**, v. 22, n. 2, p. 191-222, 2019.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil; NASI, Lara. Jornalismo como campo mediador dos direitos humanos. **C&S – São Bernardo do Campo**, v. 39, n. 2, p. 79-102, maio/ago. 2017.

RADIS. **Edição Radis 186** - março de 2018. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/todas-edicoes/radis-186/>. Acesso em: 12 out. 2023.

REIS, Rossana Rocha. **A América Latina e os direitos humanos**. Contemporânea ISSN: 2236-532X n. 2, p. 101-115 Jul.–Dez. 2011.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 36–51, 2019. DOI: 10.23925/ls.v22i40.46648. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46648>. Acesso em: 18 ago. 2023.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 1-12, 2013.

ROSA, Isabel C. C. **Racismo em Pauta: A pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2011.

ROSSATTO, César Augusto; BEZERRA, Charlene; MÜLLER, Antonio Jose; PORTO, João Luiz Simplício. À sombra de outras mangueiras: as interseccionalidades hegemônicas da branquitude e patriarcalismo dentro de uma (re) leitura freireana. **Revista Educação e Cultura Contemporânea** volume 18, número 55, 2021 PPGE/UNESA. Rio de Janeiro.

SALAHUDDIN, Chelsea Peterson. Opening the gates: defining a model of intersectional journalism. **Critical Studies in Media Communication**, 38:5, 391-407, DOI: 10.1080/15295036.2021.1968014, 2021.

SALAVERRÍA, Ramón (2005). **Redacción periodística en internet**. Pamplona: Eunsa. (ISBN: 84-313-2259-4).

SHAW, Ibrahim Seaga. **Human rights journalism Advances in reporting distant humanitarian interventions**. [s.l.] Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2012.

SEN, AMARTYA. **Poverty and Famines : an Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Oxford University Press, 1981.

SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. **Gatekeeping Theory**. 1. ed. New York: Routledge, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203931653>

- SHULTZ, Julianne. **Journalism, media and the challenge of human rights reporting**. 2002. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1553683. Acesso em: 27 out. 2023.
- SIFUENTES, Lirian. Perspectivas interseccionais de gênero, classe e raça: um mapeamento de estudos de Comunicação. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, p. 7-27, 21 set. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/54630> Acesso em: 15 ago. 2023
- SILVA, Dayana K. Melo da; AGUIAR, Carlos Eduardo Souza. Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v.10.e121894,p.94-108, 2023.
- SILVA, Marcia Veiga Da; MORAES, Fabiana. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS**, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br> > Acesso em: 20 ago. 2023.
- SILVA, R. A; MENEZES, J. de A. A interseccionalidade na produção científica brasileira. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 15(4), São João del-Rei, outubro-dezembro de 2020.
- SILVA, Zuleide Paiva da. **Interseccionalidade como princípio do campo feminista**. In: Interseccionalidades em pauta : gênero, raça, sexualidade e classe social / Ana Lúcia Gomes da Silva, Jerônimo Jorge Cavalcante Silva, Victor Amar, organizadores. – Salvador : EDUFBA, 2020.
- SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública mediática - a imprensa como instrumento da cidadania**. UNESP, 2011
- SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Revista Rumores**, v. 10, n. , p. 18-36, 5 dez. 2011. Dossiê: Limites e possibilidades das práticas jornalística e imagética. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51250>. Acesso em: 04 maio 2024.
- SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. O método Análise de Cobertura Jornalística e o acontecimento noticioso da doença do ex-presidente Lula. **Revista Rumores**, ., v. 7, n. 14, p. 80-97, 0 dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69431/72011>. Acesso em: 04 maio 2024.
- SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mário Luiz. **CRITÉRIOS de noticiabilidade : problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014. 239 p.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Argos, 2002. 222 p.
- SOUZA, Lynara Ojeda de; ALMEIDA, Gabriela C. C. Reflexões sobre a importância dos direitos humanos e jornalismo na atualidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia** v.18, n.2, jul./dez. 2021. ISSN 1984-6924. DOI: <http://doi.org/10.5007/1984-6924.2021.e77462>
- STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. **A fome e a globalização X a globalização da fome causas e consequências da fome no limiar do terceiro milênio**. Boletim Goiano de Geografia, 16 (1): 41-51, jan/dez. 1996.

TEDESCHI, Losandro Antonio; COLLING, Ana Maria. Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 33–58, 2016. DOI: 10.5216/hr.v19i3.32992.

TOSI, Giuseppe. **História e atualidade dos Direitos Humanos**. Direitos Humanos na internet, 1-14, 2011.

THURMAN, Neil. **Making The Daily Me: Technology, economics and habit in the mainstream assimilation of personalized news**. 2011. Disponível em:
http://www.city.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0012/85998/neilthurman-making_the_daily_me.pdf.

TOMAZI, Micheline Mattedi. **(DES)CONSTRUÇÃO DE FACE DA MULHER NOS TÍTULOS DE NOTÍCIAS SOBRE FEMINICÍDIO**. Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura, São Cristóvão-SE, v. 31, n. 1, p. 197–219, 2019. DOI: 10.47250/intrell.v31i1.11846. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/11846>. Acesso em: 23 ago. 2024.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. As sete décadas de projeção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948-2018) e a necessária preservação de seu legado. **Revista Interdisciplinar do Direito** - Faculdade de Direito de Valença, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 17–48, 2018.

VALOR INVESTE. **1% mais rico do Brasil recebe 32,5 vezes o valor dos 50% mais pobres**. 11 maio 2023. Disponível em:
<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2023/05/11/1percent-mais-ricos-do-brasil-recebe-325-vezes-o-valor-dos-50percent-mais-pobres.gh.html>. Acesso em: 12 out. 2023.

WEISS, Veruska P. A; NUNES, Nilza R. A; MARQUES, Luciana Araújo. **Visão sobre a fome em jornais digitais no Brasil**. O Social em Questão - Ano XXVI - nº 57 - Set a Dez /2023.

WOITOWICZ, Karina J; AMARAL, Muriel E. P; ROCHA, Paula M. **Decolonialidade na produção jornalística: direitos humanos e interseccionalidade de gênero, raça e classe no site Elos**. In: Mujeres, comunicación y cambio social/ Sandra Lucía Ruiz Moreno y Lina María Manrique Villanueva, [y otros autores]; Editoras académicas, Bogotá: Ediciones USTA, 2022.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987. 247 p.

ZAMORA, Maria Helena R. Navas. **Desigualdade Racial, Racismo e seus Efeitos**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 24, n. 3, p. 563-578, 31 dez. 2012.

APÊNDICE A

Tabelas de notícias, dados sobre insegurança alimentar e planilha com os blocos temáticos:

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1CkP6gSK4X1r8HE-8S1LJu-FqeZx12maQ>

APÊNDICE B - TABELA INICIAL: PRIMEIRA SELEÇÃO

N.º	Data	Título	Veículo	Link
01	03/01/2019	Bolsonaro altera lei e extingue atribuições do conselho de segurança alimentar	G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/bolsonaro-muda-regras-e-retira-atribuicoes-do-conselho-de-seguranca-alimentar.ghml
02	15/01/2019	Taxa de pobreza atinge 184 milhões de pessoas na América Latina, revela Cepal	O Globo	https://oglobo.globo.com/economia/taxa-de-pobreza-atinge-184-milhoes-de-pessoas-na-america-latina-revela-cepal-23374086
03	02/04/2019	Insegurança alimentar aguda atinge milhões de pessoas	DW	https://www.dw.com/pt-002/mais-de-113-milh%C3%B5es-de-pessoas-sofrem-de-inseguran%C3%A7a-alimentar-aguda-no-mundo/a-48166943
04	02/04/2019	Clima e conflitos sujeitarão milhões a crise alimentar em 2019, diz FAO	R7	https://noticias.r7.com/internacional/clima-e-conflitos-sujeitarao-milhoes-a-crise-alimentar-em-2019-diz-fao-02042019
05	05/04/2019	Banco Mundial alerta para aumento da pobreza no Brasil	G1	https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/05/banco-mundial-alerta-para-aumento-da-pobreza-no-brasil.ghml
06	19/07/2019	Em média, 15 pessoas morrem de desnutrição por dia no Brasil	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/em-media-15-pessoas-morrem-de-desnutricao-por-dia-no-brasil.shtml
07	06/11/2019	Crise levou 4,5 milhões a mais à extrema pobreza e fez desigualdade atingir nível recorde no Brasil, diz IBGE	G1	https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/06/crise-levou-4-5-milhoes-a-mais-a-extrema-pobreza-e-fez-desigualdade-atingir-nivel-recorde-no-brasil-diz-ibge.ghml

08	06/11/2019	Brasil não deve cumprir meta de erradicar a pobreza até 2030, afirmam especialistas	O Globo	https://oglobo.globo.com/economia/brasil-nao-deve-cumprir-meta-de-erradicar-pobreza-ate-2030-afirmam-especialistas-24066305
09	28/11/2019	Brasil e Venezuela puxam aumento da pobreza na América Latina, afirma relatório	O Globo	https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-venezuela-puxam-aumento-da-pobreza-na-america-latina-afirma-relatorio-1-24106378
10	12/12/2019	Nordeste tem mais de 186 mil crianças em situação de 'pobreza multidimensional'	Valor Investe	https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2019/12/12/nordeste-tem-mais-de-186-mil-criancas-em-situacao-de-pobreza-multidimensional.ghml
11	04/02/2020	Bolsonaro promove desmonte das políticas de combate à fome	Brasil De Fato	https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar
12	13/07/2020	Mundo viu 10 milhões a mais começarem a passar fome em 2019, diz ONU	Brasil De Fato	https://www.brasildefato.com.br/2020/07/13/mundo-viu-10-milhoes-de-pessoas-a-mais-comecarem-a-passar-fome-em-2019-diz-onu
13	13/07/2020	ONU: insegurança alimentar no Brasil cresce em 3 anos e atinge 43,1 milhões em 2019	Brasil De Fato	https://www.brasildefato.com.br/2020/07/13/onu-inseguranca-alimentar-no-brasil-cresce-em-3-anos-e-atinge-43-1-milhoes-em-2019
14	13/07/2020	Na América Latina e Caribe, 47,7 milhões não tiveram comida suficiente em 2019, diz ONU	Estadão	https://www.estadao.com.br/internacional/47-7-milhoes-na-america-latina-e-caribe-nao-tiveram-comida-suficiente-em-2019-diz-onu/
15	14/07/2020	"Se nada for feito, voltamos ao Mapa da Fome", diz diretor	Brasil De Fato	https://www.brasildefato.com.br/2020/07/14/se-nada-for-feito-v

		da ONU sobre Brasil		oltamos-ao-mapa-da-fome-diz-diretor-da-onu-sobre-brasil
16	19/07/2020	'Não podemos fazer política de combate à pobreza com os olhos da riqueza', diz socióloga	BBC Brasil	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53416874
17	28/07/2020	Com auxílio de R\$ 600, pobreza extrema é a menor em 44 anos, diz FGV	UOL	https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/28/auxilio-emergencial-extrema-pobreza-brasil-ib-re-fgv-pesquisa.htm
18	17/09/2020	Fome no Brasil: em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, diz IBGE	G1	https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-cresce-em-3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghtml
19	09/10/2020	Combate à fome é reconhecido por Nobel enquanto Brasil retrocede e vê problema voltar	Brasil De Fato	https://www.brasildefato.com.br/2020/10/09/combate-a-fome-e-reconhecido-por-nobel-enquanto-brasil-retrocede-e-ve-problema-voltar
20	24/12/2020	Como o país conseguiu reduzir a pobreza em ano de pandemia. E por que 2021 preocupa.	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-reduziu-a-pobreza-pandemia-2021/
21	13/04/2021	Mais de 125 milhões de brasileiros sofreram insegurança alimentar na pandemia, revela estudo	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/mais-de-125-milhoes-de-brasileiros-sofreram-inseguranca-alimentar-na-pandemia-revela-estudo.shtml
22	13/04/2021	59% das casas brasileiras vivem insegurança alimentar; falta comida em 15%	Exame	https://exame.com/brasil/59-das-casas-brasileiras-vivem-inseguranca-alimentar-falta-comida-em-15/
23	13/04/2021	Insegurança alimentar põe em risco uma geração	R7	https://noticias.r7.com/saude/inseguranca-alimentar-poe-em-r

		de crianças no Brasil		isico-uma-geracao-de-criancas-no-brasil-29062022
24	22/04/2021	Auxílio emergencial: Com benefício reduzido em 2021, Brasil terá 61 milhões na pobreza	UOL	https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/04/22/auxilio-em-ergencial-pobreza-valor-menor-estudo-ma-de-usp.htm
25	12/07/2021	Covid-19 aumentou a insegurança alimentar e a desnutrição no mundo, diz FAO	Forbes	https://forbes.com.br/forbesagro/2021/07/covid-19-aumentou-a-inseguranca-alimentar-e-a-desnutricao-no-mundo-diz-fao/
26	12/07/2021	Os piores dados da fome em uma década	El País	https://brasil.elpais.com/planeta-futuro/2021-07-12/os-piores-dados-da-fome-em-uma-decada.html
27	12/07/2021	Fome aumentou em 2020 e já atinge 10% da população mundial, diz agência da ONU	Jornal Nacional	https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/07/12/fome-aumentou-em-2020-e-ja-atinge-10percent-da-populacao-mundial-diz-agencia-da-onu.ghml
28	13/07/2021	Pandemia agravou fome no mundo, indica relatório da ONU	DW	https://www.dw.com/pt-br/pandemia-agravou-fome-no-mundo-indica-relat%C3%B3rio-da-onu/a-58246707
29	05/10/2021	Enquanto 19 milhões passam fome, Bolsonaro tem gasto recorde no cartão	Observatório do 3º Setor	https://observatorio3setor.org.br/noticias/19-milhoes-passam-fome-e-bolsonaro-tem-gasto-recorde-no-cartao/
30	13/10/ 2021	Insegurança alimentar voltou a crescer, e fome atinge 19,1 milhões	Brasil de Fato	https://www.brasildefato.com.br/2021/10/13/inseguranca-alimentar-voltou-a-crescer-e-fome-atinge-19-1-milhoes
31	05/11/2021	Governo reajusta faixas de pobreza e aumenta valor de benefícios	R7	https://noticias.r7.com/brasil/governo-reajusta-faixas-de-pobreza-e-aumenta-valor-de-beneficios-06072

				022
32	07/02/2022	Fome: número de pessoas que sofrem com insegurança alimentar grave sobe 85%	Correio Braziliense	https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/02/4983170-fome-numero-de-pessoas-que-sofrem-com-inseguranca-alimentar-grave-sobe-85.html
33	25/05/2022	Insegurança alimentar atinge 36% do Brasil, revela pesquisa	CNN	https://www.cnnbrasil.com.br/economia/inseguranca-alimentar-atinge-36-do-brasil-revela-pesquisa/
34	26/05/2022	Fome – Brasil regride e ultrapassa média global de insegurança alimentar	Mídia Ninja	https://midianinja.org/news/brasil-regride-e-ultrapassa-media-global-de-inseguranca-alimentar/
35	08/06/2022	33 milhões de pessoas passam fome no Brasil, mais que há 30 anos, aponta pesquisa	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/33-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-brasil-atualmente-aponta-pesquisa.shtml
36	25/06/2022	Renda dos 5% mais pobres não compra nem dois pratos feitos por mês	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/renda-dos-5-mais-pobres-nao-compra-nem-dois-pratos-feitos-por-mes.shtml
37	06/07/2022	Mais de 60 milhões de brasileiros sofrem com insegurança alimentar, diz FAO	G1	https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/06/mais-de-60-milhoes-de-brasileiros-sofrem-com-inseguranca-alimentar-diz-fao.ghtml
38	06/07/2022	Mais de 61 milhões vivem insegurança alimentar no Brasil, aponta ONU	UOL	https://economia.uol.com.br/noticias/deutsche-welle/2022/07/06/mais-de-61-milhoes-vivem-inseguranca-alimentar-no-brasil-aponta-onu.htm
39	06/07/2022	Insegurança alimentar grave afeta 15,4 milhões de brasileiros	CNN	https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/inseguranca-alimentar-grave-afeta-154-milhoes

				s-de-brasileiros/
40	06/07/2022	Insegurança alimentar grave atinge 15,4 milhões de brasileiros, aponta ONU	Folha de Pernambuco	https://www.folhape.com.br/noticias/inseguranca-alimentar-grave-atinge-154-milhoes-de-brasileiros-aponta-onu/232834/
41	06/07/2022	ONU: Mais de 60 milhões no Brasil sofrem com insegurança alimentar moderada ou grave	Carta Capital	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/onu-mais-de-60-milhoes-no-brasil-sofrem-com-inseguranca-alimentar-moderada-ou-grave/
42	07/07/2022	ONU: 61 milhões vivem insegurança alimentar no Brasil	Terra	https://www.terra.com.br/noticias/climatempo/onu-61-milhoes-vivem-inseguranca-alimentar-no-brasil,952b0ed88f46b045fb280a609d8936b81rake2hu.html
43	07/07/2022	Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/inseguranca-alimentar-afeta-61-milhoes-no-brasil-diz-onu.shtml
44	11/07/2022	Insegurança alimentar afeta 31,9% da população feminina no mundo	Metrópoles	https://www.metropoles.com/brasil/inseguranca-alimentar-afeta-319-da-populacao-feminina-no-mundo
45	11/07/2022	Pessoas procuram restos de alimentos em caminhão de lixo no Rio	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/pessoas-procuram-restos-de-alimentos-em-caminhao-de-lixo-no-rio.shtml
46	16/07/2022	Inflação não poupa nem pé, pescoço e carcaça de frango	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/inflacao-nao-poupa-nem-pe-pescoço-e-carcaca-de-frango.shtml
47	29/08/2022	Ações solidárias de combate à fome ganham força nos últimos 2 anos	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/acoes-solidarias-de-combate-a-fome-ganham-forca-nos-ultimos-2-anos.sht

				ml
48	01/09/2022	Por que PIB cresce mas sensação de mal-estar econômico persiste	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/por-que-pib-cresce-mas-sensacao-de-mal-estar-econmico-persiste.shtml
49	14/09/2022	Alagoas é onde mais se passa fome no país; veja a situação em cada estado	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/alagoas-e-estado-onde-maior-parcela-da-populacao-passa-fome-no-brasil-diz-pesquisa.shtml
50	14/09/2022	Em 10 Estados, fome atinge mais de 20% dos domicílios	Valor Econômico	https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/09/14/em-10-estados-fome-atinge-mais-de-20-dos-domicilios.ghhtml
51	14/09/2022	Fome atinge 36,7% das famílias em Alagoas, diz estudo: 'Meu filho pede o que comer e eu não tenho'	G1	https://g1.globo.com/alagoas/noticia/2022/09/14/fome-atinge-367percent-das-familias-em-alagoas-diz-estudo-meu-filho-pede-o-que-comer-e-eu-nao-tenho.ghhtml
52	14/09/2022	No Brasil, risco de fome atinge 37% dos lares onde vivem crianças menores de 10 anos	O Globo	https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/09/no-brasil-risco-de-fome-atinge-37percent-dos-lares-onde-vivem-criancas-menores-de-10-anos.ghhtml
53	14/09/2022	Fome no Brasil: veja a situação em cada estado	EXTRA	https://extra.globo.com/economia-e-financas/fome-no-brasil-veja-situacao-em-cada-estado-rv1-1-25572611.html
54	14/09/2022	No RJ, quase 3 milhões passam fome; índice é maior que a média nacional	G1	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/14/no-rj-quase-3-milhoes-passam-fome-indice-e-maior-que-a-media-nacional.ghhtml

55	14/09/2022	14% das famílias do RS passam fome; resultado é o pior entre os Estados do Sul	Gaúcha ZH	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2022/09/14-das-familias-do-rs-pas-sam-fome-resultado-e-o-pior-entre-os-estados-do-sul-cl81o87ef003n016edihgmemx.html
56	15/09/2022	Pesquisa mostra que quase 1 milhão de pessoas passa fome no Paraná	G1	https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/09/15/pesquisa-mostra-que-quase-1-milhao-de-pessoas-passa-fome-no-parana.ghtml
57	21/09/2022	Apesar do que disse Guedes, pesquisas indicam falta de alimentos	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/ao-contrario-do-que-disse-guedes-pesquisas-mostram-aumento-da-fome.shtml
58	21/09/2022	Entenda os números que mostram que 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil	EXTRA	https://extra.globo.com/economia-e-financas/entenda-os-numeros-que-mostram-que-33-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-brasil-rv1-1-25576302.html
59	21/09/2022	'É falso, é mentira', diz Guedes sobre 33 milhões de brasileiros passando fome	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/e-falso-e-mentira-diz-guedes-sobre-33-milhoes-de-brasileiros-passando-fome.shtml
60	27/09/2022	Pobreza infantil bate recorde no País, mostra estudo	Carta Capital	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pobreza-infantil-bate-recorde-no-pais-mostra-estudo/
61	05/10/2022	Pobreza extrema dificilmente será controlada até 2030, diz Banco Mundial	CNN	https://www.cnnbrasil.com.br/economia/pobreza-extrema-dificilmente-sera-controlada-ate-2030-diz-banco-mundial/
62	16/10/2022	Ratos, ossos e lama: os 'alimentos do desespero' a que	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/ratos-ossos-e

		famintos recorrem para sobreviver		-lama-os-alimentos-d-o-desespero-a-que-famintos-recorrem-para-sobreviver.shtml
63	24/10/2022	Bahia tem quase 2 milhões de pessoas passando fome, indica estudo	Brasil de Fato	https://www.brasildefato.com.br/2022/10/24/bahia-tem-quase-2-milhoes-de-pessoas-passando-fome-indica-estudo
64	26/10/2022	Brasil registra maior taxa de internações de bebês por desnutrição em 14 anos	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/10/brasil-registra-maior-taxa-de-internacoes-de-bebes-por-desnutricao-em-14-anos.shtml
65	29/10/2022	"Ao deus-dará": com Bolsonaro, brasileiros passam fome e dependem de doações para comer	Brasil de Fato	https://www.brasildefato.com.br/2022/10/29/ao-deus-dara-com-bolsonaro-brasileiros-passam-fome-e-dependem-de-doacoes-para-comer
66	06/11/2022	Fome não é problema populacional, mas de desigualdade social, dizem especialistas	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/11/fome-nao-e-problema-populacional-mas-de-desigualdade-social-dizem-especialistas.shtml
67	11/11/2022	Proporção de pretos e pardos entre os pobres chega ao dobro em relação aos brancos, mostra o IBGE	G1	https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/11/proporcao-de-pobres-pretos-e-pardos-chega-ao-dobro-em-relacao-aos-brancos-mostra-o-ibge.ghtml
68	28/11/2022	Pobreza recua, mas queda não acompanha aumento nos gastos com o Auxílio Brasil	Estadão	https://www.estadao.com.br/economia/ipe-a-pobreza-recua-gastos-auxilio-brasil/
69	02/12/2022	Extrema pobreza cresce quase 50% e atinge 17,9 milhões de brasileiros em 2021, diz IBGE	Brasil de Fato	https://www.brasildefato.com.br/2022/12/02/extrema-pobreza-cresce-quase-50-e-atinge-17-9-milhoes-de-brasileiros-em-2021-diz-ibge

70	02/12/2022	Pobreza no Brasil atinge quase um terço da população em 2021	G1/ Jornal Nacional	https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/12/02/pobreza-no-brasil-atinge-quase-um-terco-da-populacao-em-2021.ghhtml
71	02/12/2022	Brasil teve recorde da população abaixo da linha de pobreza em 2021, diz IBGE	UOL	https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2022/12/02/brasil-teve-recorde-da-populacao-abaxo-da-linha-de-pobreza-em-2021-diz-ibge.htm
72	02/12/2022	Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE	G1	https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghhtml
73	02/12/2022	Brasil teve recorde de 29,4% da população abaixo da linha de pobreza em 2021, diz IBGE	Estadão	https://www.estadao.com.br/economia/brasil-recorde-populacao-abaxo-linha-pobreza-2021-ibge/
74	02/12/2022	Número de brasileiros na pobreza bate recorde em 2021, diz IBGE	UOL	https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/12/02/numero-de-brasileiros-na-pobreza-bate-recorde-em-2021-diz-ibge.htm
75	02/12/2022	RS tem 2,8% da população em extrema pobreza, o maior índice desde 2012	Gaúcha ZH	https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2022/12/rs-tem-28-da-populacao-em-extrema-pobreza-o-maior-indice-desde-2012-clb6t9g4h008z014u65070xkk.html
76	02/12/2022	Pobreza atinge 1,7 milhões de alagoanos em 2021, aponta IBGE	G1 Alagoas	https://g1.globo.com/alagoas/noticia/2022/12/02/pobreza-atinge-17-milhoes-de-alagoanos-em-2021-aponta-ibge.ghhtml
77	02/12/2022	Número de pessoas em situação de extrema pobreza aumenta 36% no RJ	G1	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/12/02/numero-de-pessoas-em-sit

				uacao-de-extrema-pobreza-aumenta-36percent-no-rj.ghml
78	03/12/2022	Pobreza e extrema pobreza batem recorde em Pernambuco: 1,8 milhão de pessoas vivem com menos de R\$ 171 por mês	G1	https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/12/03/pobreza-e-extrema-pobreza-batem-recorde-em-pe-18-milhao-de-pessoas-vivem-com-menos-de-r-171-por-mes.ghml
79	06/12/2022	Fome afeta 56,5 milhões de pessoas na América Latina, 13,2 milhões a mais que em 2019	G1	https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/12/06/fome-afeta-56-5-milhoes-de-pessoas-na-america-latina-132-milhoes-a-mais-que-em-2019.ghml
80	10/12/2022	'Fome ajuda a explicar evasão nas universidades', diz representante de reitores	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/12/fome-ajuda-a-explicar-evacao-na-s-universidades-diz-representante-de-reitores.shtml
81	12/12/2022	Pobreza tem alta recorde e atinge 62,5 milhões de brasileiros em 2021, diz IBGE	CNN	https://www.cnnbrasil.com.br/economia/pobreza-tem-alta-recorde-e-atinge-625-milhoes-de-brasileiros-em-2021-diz-ibge/

APÊNDICE C - TABELA DA ORIGEM DOS DADOS PRESENTES NAS NOTÍCIAS

N.º	Fonte	O que são os dados?	Datas e resultados	Divulgação	Quem divulgou?	Link
01	Food and Agriculture Organization (FAO)	Crises alimentares que afetou 74 milhões de pessoas em 2019.	02 de abril de 2019	02 de abril de 2019	R7 DW	https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf
02	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)	Relatório mostra que 62 milhões de latino-americanos vivem em condições de extrema pobreza	Janeiro 2019	15 de janeiro de 2019	O GLOBO EXAME G1 UOL	https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/S1801085_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y
03	Banco Mundial	Número de pessoas que vivem na pobreza subiu 7,3 milhões desde 2014	04 de abril de 2019	05 de abril de 2019	G1	https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/70678645-5fcc-5b51-8af3-46622d1e9ad2/content
04	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)	Ritmo da redução da desigualdade vem caindo desde 2015	Janeiro de 2020	Janeiro de 2020	O Globo	https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909_pt.pdf
05	IBGE	Crise levou 4,5 milhões a mais à extrema pobreza e fez desigualdade atingir nível recorde no Brasil, diz IBGE	06 de novembro de 2019	06 de novembro de 2019	G1	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf
06	Núcleo de Inteligência Social - dados IBGE	Nordeste tem mais de 186 mil crianças em situação de 'pobreza multidimensional'	12 de dezembro de 2019	12 de dezembro de 2019	Valor Investe Globo	Índice de pobreza multidimensional - NIS - Núcleo de Inteligência Social
07	FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO	Mundo viu 10 milhões a mais começarem a passar fome em 2019	13 de julho de 2020	13 de julho de 2020	Brasil de Fato	THE STATE OF FOOD SECURITY AND NUTRITION IN THE WORLD

						2020 (fao.org)
08	FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO	ONU: insegurança alimentar no Brasil cresce em 3 anos e atinge 43,1 milhões em 2019	13 de julho de 2020	13 de julho de 2020	Brasil de Fato	THE STATE OF FOOD SECURITY AND NUTRITION IN THE WORLD 2020 (fao.org)
09	FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO	Na América Latina e Caribe, 47,7 milhões não tiveram comida suficiente em 2019, diz ONU	13 de julho de 2020	13 de julho de 2020	Estadão	THE STATE OF FOOD SECURITY AND NUTRITION IN THE WORLD 2020 (fao.org)
10	Ibre/FGV IBGE	Com auxílio de R\$ 600, pobreza extrema é a menor em 44 anos, diz FGV	Julho, 2020	28 de julho de 2020	UOL	https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u624/auxilioemergv10.pdf
11	IBGE	Em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave	17 de setembro de 2020	17 de setembro de 2020	G1	liv101749.pdf (ibge.gov.br)
12	Banco Mundial	Mais 71 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza em 2020	05 de outubro de 2022	05 de outubro de 2022	CNN Brasil	Poverty and Shared Prosperity 2022 (worldbank.org)
13	FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO	Nobel da Paz reconheceu política brasileira em 2010, mas fome atinge 10,3 milhões hoje no país	13 de julho de 2020	13 de julho de 2020	Brasil de Fato	https://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html#chapter-Key_message
14	Sínteses dos Indicadores Sociais (SIS)-IBGE	O país encerrou 2019 com uma diminuição da proporção de pobres (24,8%) e estabilidade na de extremamente pobres (6,5%) em relação ao ano anterior	2020	24 de dezembro de 2020	Gazeta Do Povo	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf
15	Food For Justice	Efeitos da Pandemia na alimentação e na situação de segurança alimentar no Brasil	13 de abril de 2021	13 de abril de 2021	Folha De São Paulo	https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813.2/WP_%234_2.edition.pdf?sequence=14&isAllowed=y

16	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	Falta de comida, agravada pela pandemia da covid-19, pode comprometer desenvolvimento de milhões de brasileiros	---	13 de abril de 2021	R7	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/
17	UFMG, UnB e Universidade Livre de Berlim (Alemanha)	Quase três quintos dos domicílios brasileiros (59,4%) apresentaram algum grau de insegurança alimentar no último quadrimestre do ano passado.	13 de abril de 2021	13 de abril de 2021	Exame	https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813
18	Made - Centro de pesquisa em macroeconomia das desigualdades FEA/USP	Com o valor menor do auxílio emergencial este ano, o Brasil deve somar 61,1 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 19,3 milhões na extrema pobreza	22 de abril de 2021	22 de abril de 2021	UOL	https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf
19	FAO, PMA e OMS	Covid-19 aumentou a insegurança alimentar e a desnutrição no mundo	08 de julho de 2021	12 de julho de 2021	Forbes	https://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf
20	FAO, PMA e OMS	Os piores dados da fome em uma década	08 de julho de 2021	12 de julho de 2021	El País	https://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf
21	FAO, PMA e OMS	Cerca de 768 milhões de pessoas, passaram fome em 2020, um aumento de 118 milhões em relação a 2019	08 de julho de 2021	12 de julho de 2021	JN	https://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf
22	FAO, PMA e OMS	Estima-se que quase 10% da população global tenha sofrido de desnutrição em 2020.	08 de julho de 2021	13 de julho de 2021	DW	https://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf

23	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	Insegurança alimentar voltou a crescer, e fome atinge 19,1 milhões	Abril 2021	13 de outubro de 2021	Brasil de Fato	https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf
24	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	Aumentou o número de brasileiros em uma situação onde não há acesso pleno e permanente à comida. São 19,1 milhões de brasileiros nesta condição	Abril 2021	07 de fevereiro de 2022	Correio Braziliense	https://olheparaafome.com.br/
25	FGV Social e Instituto Gallup	Índice no país está acima da média global no ano passado, que ficou em 35%; mulheres são mais afetadas	25 de maio de 2022	25 de maio de 2022	CNN	https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf
26	FGV Social e Instituto Gallup		25 de maio de 2022	25 de maio de 2022	Mídia Ninja	https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf
27	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	Situação no país retrocedeu, e 6 em cada 10 convivem com insegurança alimentar hoje	Abril de 2022	08 de junho de 2022	Folha De São Paulo	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf
28	Pnad Contínua: Rendimento de Todas as Fontes 2021 (IBGE)	Renda dos 5% mais pobres não compra nem dois pratos feitos por mês	2021	25 de junho de 2022	Folha De São Paulo	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101950_informativo.pdf https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catal

						ogo?view=detalhes&id=2101950
29	FAO/ ONU	De acordo com o relatório da instituição, 15,4 milhões de brasileiros lidaram com insegurança alimentar grave nos últimos anos.	06 de julho de 2022	06 de julho de 2022	G1	https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf
30	FAO/ ONU	Mais de 61 milhões vivem insegurança alimentar no Brasil, aponta ONU	06 de julho de 2022	06 de julho de 2022	UOL	https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf
31	FAO/ ONU	Insegurança alimentar grave afeta 15,4 milhões de brasileiros	06 de julho de 2022	06 de julho de 2022	CNN	https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf
32	FAO/ ONU	Insegurança alimentar grave atinge 15,4 milhões de brasileiros, aponta ONU	06 de julho de 2022	06 de julho de 2022	Folha de Pernambuco	https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf
33	FAO/ ONU	ONU: Mais de 60 milhões no Brasil sofrem com insegurança alimentar moderada ou grave	06 de julho de 2022	06 de julho de 2022	Carta Capital	https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf
34	FAO/ONU	ONU: 61 milhões vivem insegurança alimentar no Brasil	06 de julho de 2022	07 de julho de 2022	Terra	https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf
35	FAO/ONU	Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU	06 de julho de 2022	07 de julho de 2022	Folha De São Paulo	https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf
36	FAO/ONU	Insegurança alimentar afeta 31,9% da população feminina no mundo	06 de julho de 2022	11 de julho de 2022	Metrópoles	https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf
37	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil //	Ações solidárias de combate à fome ganham força nos últimos 2 anos	14 de setembro de 2022	29 de agosto de 2022	Folha de São Paulo	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf

	Rede PENSSAN					
38	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	Alagoas é onde mais se passa fome no país; veja a situação em cada estado	14 de setembro de 2022	14 de setembro de 2022	Folha De São Paulo	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf
39	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	Em 10 Estados, fome atinge mais de 20% dos domicílios	14 de setembro de 2022	14 de setembro de 2022	Valor Econômico	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf
40	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	Fome atinge 36,7% das famílias em Alagoas, diz estudo: 'Meu filho pede o que comer e eu não tenho'	14 de setembro de 2022	14 de setembro de 2022	G1 - Alagoas	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf
41	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	No Brasil, risco de fome atinge 37% dos lares onde vivem crianças menores de 10 anos	14 de setembro de 2022	14 de setembro de 2022	O Globo	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf
42	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no	Fome no Brasil: veja a situação em cada estado	14 de setembro de 2022	14 de setembro de 2022	EXTRA	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf

	Brasil // Rede PENSSAN					
43	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	No RJ, quase 3 milhões passam fome; índice é maior que a média nacional	14 de setembro de 2022	14 de setembro de 2022	G1	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf
44	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	14% das famílias do RS passam fome; resultado é o pior entre os Estados do Sul	14 de setembro de 2022	14 de setembro de 2022	Gaúcha ZH	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf
45	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	Pesquisa mostra que quase 1 milhão de pessoas passa fome no Paraná	14 de setembro de 2022	14 de setembro de 2022	G1	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf
46	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	Apesar do que disse Guedes, pesquisas indicam falta de alimentos	Junho 2022	21 de setembro de 2022	Folha De São Paulo	https://olheparaafome.com.br/
47	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da	Entenda os números que mostram que 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil	Abril de 2022	21 de setembro de 2022	EXTRA	https://olheparaafome.com.br/

	Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN					
48	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	'É falso, é mentira', diz Guedes sobre 33 milhões de brasileiros passando fome	Abril de 2022	21 de setembro de 2022	Folha De São Paulo	https://olheparaafome.com.br/
49	PUCRS Data Social; Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNADc).	Pobreza infantil bate recorde no País, mostra estudo	Setembro 2022	27 de setembro de 2022	Carta Capital	https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2022/09/PUCRS_Data_Social_Estudo_pobreza_infantil_25_09_22.pdf
50	Banco Mundial	Pobreza extrema dificilmente será controlada até 2030, diz Banco Mundial	05 de outubro de 2022	05 de outubro de 2022	CNN	https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity
51	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	Bahia tem quase 2 milhões de pessoas passando fome, indica estudo	Abril 2022	24 de outubro de 2022	Brasil De Fato	https://olheparaafome.com.br/
52	Observa Infância / Fiocruz	Brasil registra maior taxa de internações de bebês por desnutrição em 14 anos	26 de outubro de 2022	26 de outubro de 2022	Folha De São Paulo	https://portal.fiocruz.br/noticia/hospitalizacao-de-bebes-por-desnutricao-atinge-pior-nivel-dos-ultimos-13-anos
53	IBGE	Proporção de pretos e pardos entre os pobres chega ao dobro em relação aos brancos, mostra o IBGE	11 de novembro de 2022	11 de novembro de 2022	G1	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf https://biblioteca.i

						bge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972
54	IBGE FGV	Pobreza recua, mas queda não acompanha aumento nos gastos com o Auxílio Brasil	2020 2022	28 de novembro de 2022	Estadão	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u624/auxilioemergv10.pdf
55	IBGE	Extrema pobreza cresce quase 50% e atinge 17,9 milhões de brasileiros em 2021, diz IBGE	2022	02 de dezembro de 2022	Brasil De Fato	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012
56	IBGE	Pobreza no Brasil atinge quase um terço da população em 2021	2022	02 de dezembro de 2022	G1/ Jornal Nacional	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012
57	IBGE	Brasil teve recorde da população abaixo da linha de pobreza em 2021, diz IBGE	2022	02 de dezembro de 2022	UOL	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012

						breza-tem-aument-o-recorde-e-ating-e-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012
58	IBGE	Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE	2022	02 de dezembro de 2022	G1	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aument-o-recorde-e-ating-e-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012
59	IBGE	Brasil teve recorde de 29,4% da população abaixo da linha de pobreza em 2021, diz IBGE	2022	02 de dezembro de 2022	Estadão	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aument-o-recorde-e-ating-e-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012
60	IBGE	Número de brasileiros na pobreza bate recorde em 2021, diz IBGE	2022	02 de dezembro de 2022	UOL	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aument-o-recorde-e-ating-e-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012
61	IBGE	RS tem 2,8% da população em	2022	02 de dezembro	Gaúcha ZH	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf

		extrema pobreza, o maior índice desde 2012		de 2022		zacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012
62	IBGE	Pobreza atinge 1,7 milhões de alagoanos em 2021, aponta IBGE	2022	02 de dezembro de 2022	G1 Alagoas	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012
63	IBGE	Número de pessoas em situação de extrema pobreza aumenta 36% no RJ	2022	02 de dezembro de 2022	G1	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012
64	IBGE	Pobreza e extrema pobreza batem recorde em Pernambuco: 1,8 milhão de pessoas vivem com menos de R\$ 171 por mês	2022	03 de dezembro de 2022	G1	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012

						5687-em-2021-pobreza-tem-aument-o-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012
65	Cepal, FAO e PAM	Fome afeta 56,5 milhões de pessoas na América Latina, 13,2 milhões a mais que em 2019	06 de dezembro de 2022	06 de dezembro de 2022	G1	http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48531/S2200784_es.pdf?sequence=3&isAllowed=y
66	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil // Rede PENSSAN	'Fome ajuda a explicar evasão nas universidades', diz representante de reitores	Setembro de 2022	10 de dezembro de 2022	Folha De São Paulo	https://olheparaafome.com.br/
67	IBGE	Pobreza tem alta recorde e atinge 62,5 milhões de brasileiros em 2021, diz IBGE	2022	12 de dezembro de 2022	CNN	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012

APÊNDICE D - TABELA DE NOTÍCIAS ANALISADAS

2019: cinco notícias selecionadas

N.º	DATA	TÍTULO	VEÍCULO	LINK
01	03/01/2019	Bolsonaro altera lei e extingue atribuições do conselho de segurança alimentar	G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/bolsonaro-muda-regras-e-retira-atribuicoes-do-conselho-de-seguranca-alimentar.ghtml
02	19/07/2019	Em média, 15 pessoas morrem de desnutrição por dia no Brasil	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/em-media-15-pessoas-morrem-de-desnutricao-por-dia-no-brasil.shtml
03	06/11/2019	Crise levou 4,5 milhões a mais à extrema pobreza e fez desigualdade atingir nível recorde no Brasil, diz IBGE	G1	https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/06/crise-levou-4-5-milhoes-a-mais-a-extrema-pobreza-e-fez-desigualdade-atingir-nivel-recorde-no-brasil-diz-ibge.ghtml
04	06/11/2019	Brasil não deve cumprir meta de erradicar a pobreza até 2030, afirmam especialistas	O Globo	https://oglobo.globo.com/economia/brasil-nao-deve-cumprir-meta-de-erradicar-pobreza-ate-2030-afirmam-especialistas-24066305
05	12/12/2019	Nordeste tem mais de 186 mil crianças em situação de 'pobreza multidimensional'	Valor Investe	https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2019/12/12/nordeste-tem-mais-de-186-mil-criancas-em-situacao-de-pobreza-multidimensional.ghtml

2020: oito notícias selecionadas

N.º	DATA	TÍTULO	VEÍCULO	LINK
01	04/02/2020	Bolsonaro promove desmonte das políticas de combate à fome	Brasil De Fato	https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar
02	13/07/2020	ONU: insegurança alimentar no Brasil cresce em 3 anos e atinge 43,1 milhões em 2019	Brasil De Fato	https://www.brasildefato.com.br/2020/07/13/onu-inseguranca-alimentar-no-brasil-cresce-em-3-anos-e-atinge-43-1-milhoes-em-2019
03	14/07/2020	"Se nada for feito, voltamos ao Mapa da Fome", diz diretor da ONU sobre Brasil	Brasil De Fato	https://www.brasildefato.com.br/2020/07/14/se-nada-for-feito-voltamos-ao-mapa-da-fome-diz-diretor-da-onu-sobre-brasil
04	19/07/2020	'Não podemos fazer política de combate à pobreza com os olhos da riqueza', diz socióloga	BBC Brasil	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53416874
05	28/07/2020	Com auxílio de R\$ 600, pobreza extrema é a menor em 44 anos, diz FGV	UOL	https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/28/auxilio-emergencial-extrema-pobreza-brasil-ibge-fgv-pesquisa.htm
06	17/09/2020	Fome no Brasil: em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, diz IBGE	G1	https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-cresce-em-3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghtml
07	09/10/2020	Combate à fome é reconhecido por Nobel enquanto Brasil retrocede e vê problema voltar	Brasil De Fato	https://www.brasildefato.com.br/2020/10/09/combate-a-fome-e-reconhecido-por-nobel-enquanto-brasil-retrocede-e-ve-problema-voltar
08	24/12/2020	Como o país conseguiu reduzir a	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/econo

		pobreza em ano de pandemia. E por que 2021 preocupa.		mia/brasil-reduziu-a-pobreza-pandemia-2021/
--	--	--	--	--

2021: oito notícias selecionadas

N.º	DATA	TÍTULO	VEÍCULO	LINK
01	13/04/2021	Mais de 125 milhões de brasileiros sofreram insegurança alimentar na pandemia, revela estudo	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/mais-de-125-milhoes-de-brasileiros-sofreram-inseguranca-alimentar-na-pandemia-revela-estudo.shtml
02	13/04/2021	59% das casas brasileiras vivem insegurança alimentar; falta comida em 15%	Exame	https://exame.com/brasil/59-das-casas-brasileiras-vivem-inseguranca-alimentar-falta-comida-em-15/
03	13/04/2021	Insegurança alimentar põe em risco uma geração de crianças no Brasil	R7	https://noticias.r7.com/saude/inseguranca-alimentar-poe-em-risco-uma-geracao-de-criancas-no-brasil-29062022
04	22/04/2021	Auxílio emergencial: Com benefício reduzido em 2021, Brasil terá 61 milhões na pobreza	UOL	https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/04/22/auxilio-emergencial-pobreza-valor-menor-estudo-ma-de-usp.htm
05	12/07/2021	Fome aumentou em 2020 e já atinge 10% da população mundial, diz agência da ONU	Jornal Nacional	https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/07/12/fome-aumentou-em-2020-e-ja-atinge-10percent-da-populacao-mundial-diz-agencia-da-onu.ghtml
06	05/10/2021	Enquanto 19 milhões passam fome, Bolsonaro tem gasto recorde no cartão	Observatório do 3º Setor	https://observatorio3setor.org.br/noticias/19-milhoes-passam-fome-e-bolsonaro-tem-gasto-recorde-no-cartao/
07	13/10/ 2021	Insegurança alimentar voltou a crescer, e fome atingiu 19,1 milhões	Brasil de Fato	https://www.brasildefato.com.br/2021/10/13/inseguranca-alimentar-voltou-a-crescer

				-e-fome-atinge-19-1-milhoes
08	05/11/2021	Governo reajusta faixas de pobreza e aumenta valor de benefícios	R7	https://noticias.r7.c6om/brasil/governo-reajusta-faixas-de-pobreza-e-aumenta-valor-de-beneficios-06072022

2022: 10 notícias selecionadas

N.º	DATA	TÍTULO	VEÍCULO	LINK
01	07/02/2022	Fome: número de pessoas que sofrem com insegurança alimentar grave sobe 85%	Correio Braziliense	https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/02/4983170-fome-numero-de-pessoas-que-sofrem-com-inseguranca-alimentar-grave-sobe-85.html
02	25/06/2022	Renda dos 5% mais pobres não compra nem dois pratos feitos por mês	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/renda-dos-5-mais-pobres-nao-compra-nem-dois-pratos-feitos-por-mes.shtml
03	11/07/2022	Insegurança alimentar afeta 31,9% da população feminina no mundo	Metrópoles	https://www.metropoles.com/brasil/inseguranca-alimentar-afeta-319-da-populacao-feminina-no-mundo
04	29/08/2022	Ações solidárias de combate à fome ganham força nos últimos 2 anos	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/acoes-solidarias-de-combate-a-fome-ganham-forca-nos-ultimos-2-anos.shtml
05	14/09/2022	Fome atinge 36,7% das famílias em Alagoas, diz estudo: 'Meu filho pede o que comer e eu não tenho'	G1	https://g1.globo.com/alagoas/noticia/2022/09/14/fome-atinge-367percent-das-familias-em-alagoas-diz-estudo-meu-filho-pede-o-que-comer-e-eu-nao-tenho.ghtml
06	14/09/2022	No Brasil, risco de fome atinge 37% dos lares onde vivem	O Globo	https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/09/no-brasil-ri

		crianças menores de 10 anos		sco-de-fome-atinge-37percent-dos-lares-onde-vivem-criancas-menores-de-10-ano.shtml
07	21/09/2022	Apesar do que disse Guedes, pesquisas indicam falta de alimentos	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/ao-contrario-do-que-disse-guedes-pesquisas-mostram-aumento-da-fome.shtml
08	26/10/2022	Brasil registra maior taxa de internações de bebês por desnutrição em 14 anos	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrio/2022/10/brasil-registra-maior-taxe-internacoes-de-bebes-por-desnutricao-em-14-anos.shtml
09	29/10/2022	"Ao deus-dará": com Bolsonaro, brasileiros passam fome e dependem de doações para comer	Brasil de Fato	https://www.brasildefato.com.br/2022/10/29/ao-deus-dara-com-bolsonaro-brasileiros-passam-fome-e-dependem-de-doacoes-para-comer
10	10/12/2022	'Fome ajuda a explicar evasão nas universidades', diz representante de reitores	Folha De São Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/12/fome-ajuda-a-explicar-evasao-nas-universidades-diz-representante-de-reitores.shtml